



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDDES
CNPJ Nº 33.657.248/0001-89
SISTEMA BNDDES

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração do Sistema BNDDES relativo ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2021 foi caracterizado pelo combate à pandemia do novo coronavírus, com a recuperação do dinamismo econômico acontecendo a partir do avanço na vacinação e das ações anticíclicas colocadas em prática por diferentes países. A retomada aconteceu de forma irregular, sujeita a retrocessos com o surgimento de novas variantes e de surtos localizados, e de forma desigual por setores e por regiões geográficas.

Estados Unidos e China foram os principais motores da economia mundial em 2021, com crescimento no ano da ordem de 6% e de 8% respectivamente. Os dois países se depararam com reverses ao longo do ano: os EUA enfrentaram momentos de recrudescimento da pandemia com a chegada da variante delta, no terceiro trimestre; e a China defrontou-se com as crises domésticas nos setores de construção, de logística e de energia.

A recuperação da atividade foi acompanhada em todo o mundo por uma elevação nos preços ao produtor e ao consumidor. Além da retomada das atividades, que trouxe consigo um aumento na demanda por bens e serviços, o fenômeno inflacionário global foi acentuado pelo surgimento de gargalos produtivos, originados na escassez de insumos (inclusive mão-de-obra), em dificuldades na logística internacional, e na desorganização das cadeias produtivas, em especial aquelas mais internacionalizadas.

Dada a implementação de instrumentos variados de mitigação dos efeitos da pandemia sobre a renda disponível das populações em diversos países, houve também uma elevação na dívida pública em âmbito mundial. Esse aspecto, junto com a perspectiva cada vez mais próxima, em função da inflação alta, de elevação nos juros internacionais, se traduziu em um ambiente externo crescentemente desafiador para os países em desenvolvimento em 2021.

O Brasil está inserido nesse contexto geral. Estima-se que o crescimento do PIB em 2021 tenha sido ao redor de 4,5% (Relatório Focus do Banco Central de 7 de janeiro de 2022). Ao mesmo tempo, a crise hídrica e o padrão heterogêneo da economia brasileira contribuíram para elevações representativas nos preços de certos grupos de produtos, bens e serviços no país ao longo de 2021. A inflação medida pelo IPCA alcançou 10,06% no ano. Para moderar o ritmo de alta nos preços, a Selic (taxa de juros de referência do Bacen), que iniciou 2021 a 2,0% ao ano, foi sendo progressivamente elevada a partir de março, encerrando 2021 a 9,25% ao ano. O Real desvalorizou-se em cerca de 7% em 2021.

O avanço da vacinação a partir do segundo trimestre de 2021 trouxe a queda dos casos e óbitos por covid-19 no Brasil e, com o aumento da mobilidade e a normalização das atividades econômicas, os impactos positivos chegaram ao mercado de trabalho. A taxa de desemprego, que atingiu 14,9% no primeiro trimestre do ano, passou a cumprir trajetória cadente a partir de abril, ficando em 12,1% no trimestre encerrado em outubro de 2021, com 12,9 milhões de pessoas desocupadas (dados disponibilizados pelo IBGE em 28/12/2021).

Na comparação com o trimestre encerrado em outubro de 2020, o contingente de ocupados no país aumentou em 8,7 milhões de trabalhadores. O nível de ocupação subiu para 54,6% no trimestre encerrado em outubro de 2021, o maior desde o início da pandemia. O trabalho informal teve contribuição relevante para o aumento da população ocupada: os trabalhadores por conta própria compõem a categoria que mais se expandiu na variação em um ano (mais 3,5 milhões). Em seguida, estão os empregados com carteira assinada (mais 2,6 milhões), e os trabalhadores sem carteira assinada (mais 2,0 milhões).

Apesar do quadro geral de recuperação econômica no Brasil em 2021, os dados do segundo semestre da atividade econômica indicam uma desaceleração na indústria e no comércio. Parte disso se deve, na indústria, a dificuldades de normalização da produção em virtude da já referida desorganização das cadeias de suprimento globais, que deve persistir até meados de 2022. No comércio, pesa o efeito do deslocamento da demanda por bens para o setor de serviços, devido à reabertura da economia. Observa-se ainda uma deterioração do consumo das famílias em virtude do baixo dinamismo da massa de rendimento real, com recuo de 1,9% na comparação do trimestre encerrado em outubro de 2021 com aquele encerrado em outubro de 2020.

Ainda não está claro qual será o ritmo de crescimento em 2022. De um lado, espera-se a continuidade da normalização das atividades e da melhora gradual do nível de ocupação, com os serviços seguindo como o principal setor a contratar mão-de-obra; de outro, acumulam-se fatores de incerteza, como a aversão ao risco dos mercados internacionais influenciando o dólar, a inflação, e a política monetária doméstica. Persiste ainda algum risco de novas ondas de contágio pelo coronavírus com o aparecimento de novas variantes, como no caso da ômicron. A mediana das estimativas de mercado para o PIB do Brasil em 2022 está em 0,28% (Relatório Focus, de 07/01/2022).

O Brasil precisa continuar expandindo seus níveis de investimentos para alcançar um processo consistente de crescimento econômico. Isso é válido para todos os segmentos, e em especial para os setores de infraestrutura, que propiciam ganhos de competitividade sistêmica ao país, e para os setores agrícola e industrial, onde o investimento traz ganhos tecnológicos, além de capacidade produtiva. Tendo em vista o cenário mais desafiador para as economias emergentes, com ambiente de juros internacionais mais elevados, as iniciativas do Governo Federal nas concessões e privatizações e em prol de melhorias no ambiente de negócios serão decisivas para consolidar a retomada brasileira. O BNDDES continuará a aperfeiçoar sua parceria com as instituições públicas e privadas e com as empresas brasileiras para a promoção do desenvolvimento sustentável, com geração de empregos e realização de investimentos no país. Esse cenário geral indica que a demanda por recursos do BNDDES se manterá em alta em 2022.

2. DESTAQUES DO EXERCÍCIO DE 2021

2.1. Geração de Valor Público para a Sociedade



2.2. Gestão

Com foco na política de desinvestimentos da BNDDESPAR, auditoria de contas 2020 é certificada pela CGU

No âmbito da Auditoria Anual de Contas, a Controladoria-Geral da União (CGU) emitiu, em maio, certificado com "opinião sem ressalvas" sobre as contas do Banco no exercício de 2020, juntamente com relatório de avaliação do órgão de controle. A certificação sem ressalvas das contas demonstra que os atos de gestão do BNDDES auditados estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública.

Conta-Covid ganha prêmio internacional de financiamento estruturado

A Conta-Covid ganhou em janeiro o prêmio internacional *Deals of the Year Awards*, oferecido pelo grupo LatinFinance, na categoria de financiamento estruturado. O mecanismo é um empréstimo de R\$ 15,3 bilhões de um conjunto de bancos públicos e privados, sob a liderança do BNDDES, para preservar as contas das empresas do setor elétrico e reduzir o impacto da pandemia na conta de luz paga pelo consumidor.

Banco mantém liderança em ranking de responsabilidade socioambiental

O BNDDES foi o banco brasileiro mais bem avaliado na nova edição do Guia dos Bancos Responsáveis, lançado em fevereiro pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), em parceria com o Instituto Sou da Paz e as ONGs Conectas Direitos Humanos e Proteção Animal Mundial.

O documento avalia as políticas de sustentabilidade das maiores instituições financeiras do País em relação às empresas a que concedem crédito ou nas quais investem, utilizando metodologia do *Fair Finance International*, aplicada em 13 países. Com o desempenho, o BNDDES mantém a liderança conquistada na edição anterior do Guia, lançada em 2019.

Liquidação antecipada de passivos junto ao Tesouro Nacional

Foram liquidados antecipadamente, ao longo de 2021, R\$ 63 bilhões referentes ao passivo do BNDDES com o Tesouro Nacional. Além disso, foram enviados ao TCU os termos do acordo feito com o Ministério da Economia para um plano de liquidação antecipada de passivos junto ao Tesouro Nacional, conforme determinação proferida pelo tribunal de contas no Acórdão nº 56/2021-TCU-Plenário.

O valor acima inclui o pagamento antecipado, realizado pelo BNDDES em 1º de julho de 2021, de parcela do Instrumento Elegível ao Capital Principal – IECPP no montante de R\$ 13,5 bilhões.

Matchfunding Salvando Vidas recebe Prêmio de Melhores Práticas da Alide

Maior programa de financiamento coletivo já realizado no Brasil, o *Matchfunding Salvando Vidas* recebeu em maio o prêmio Alide de Melhores Práticas nas Instituições Financeiras de Desenvolvimento. Desde o seu lançamento, em abril de 2020, o programa já mobilizou mais R\$ 100 milhões (um real do BNDDES para cada real doado por parceiros). Os recursos foram revertidos em insumos para mais de 600 hospitais filantrópicos e santas casas e em mais de 50 milhões de equipamentos de proteção individual (EPIs) — como máscaras, luvas, toucas e aventais — para os profissionais atuantes nessas instituições, que realizam atendimento pelo SUS em quase 500 cidades de todas as regiões do País. Também estão em processo de aquisição e entrega 15 usinas de oxigênio para atender as UTIs de hospitais regionais.

Banco e Coca-Cola Brasil assinam acordo de cooperação em projetos de impacto social e ambiental

O BNDDES assinou acordo de cooperação técnica (ACT) com a Coca-Cola Brasil com o objetivo de promover, nos próximos anos, projetos e iniciativas conjuntas de desenvolvimento sustentável que contribuam para gerar impactos sociais e ambientais

positivos para o Brasil em diversas frentes: acesso à água, proteção e reflorestamento de matas de bacias hídricas, reciclagem, agricultura sustentável, educação e apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). O ACT formaliza projeto piloto da agenda de parceria ambiental, social e governança corporativa (ASG) do BNDDES com a Coca-Cola Brasil.

Com Gás Natural Açú (GNA), Banco realizou 1ª estruturação de debêntures de infraestrutura

O Banco realizou, em agosto, sua primeira estruturação de debêntures, participando da emissão total da Gás Natural Açú (GNA), de R\$ 1,8 bilhão. A operação contou com o BTG Pactual como coordenador-líder, além do BNP Paribas, do Bradesco e do ABC Brasil como coordenadores no sindicato. A estruturação é inovadora na história do BNDDES e faz parte da estratégia de atuar em parceria com o mercado de capitais para incentivar e alavancar o potencial impacto dos empréstimos.

Banco aderiu ao Pacto Global da ONU, fortalecendo transparência de medidas socioambientais

O Banco formalizou adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para a promoção de dez princípios nas áreas de meio ambiente, direitos humanos, trabalho e anticorrupção e para o envolvimento das empresas no avanço dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O compromisso com o Pacto facilita a comunicação da atuação do BNDDES na agenda de sustentabilidade com os diversos públicos que acompanham sua atuação, em especial investidores que estão atentos às nossas atividades e o impacto que temos na economia brasileira.

BNDDES está entre empresas mais bem avaliadas em ranking mundial de sustentabilidade

O BNDDES está entre as empresas mais bem avaliadas do mundo pela Vigeo Eiris (V.E), agência de classificação associada à Moody's Corporation que avalia o desempenho das organizações de acordo com critérios ambientais, sociais e de governança (ASG). Entre as 4.913 empresas participantes do ranking mundial, o BNDDES se encontra na 86ª posição. Em mercados emergentes, entre as 848 organizações analisadas, o Banco está em 4º lugar.

Banco adota ferramenta de Scoring de Impacto para analisar projetos de investimento

O Banco adotou uma ferramenta para medir o impacto de suas operações. A Ferramenta SIM — sigla que corresponde à abreviação de *scoring* de Impacto — busca identificar, previamente à aprovação do apoio financeiro do BNDDES, os impactos econômicos, sociais e ambientais dos projetos apoiados, de maneira a atribuir uma pontuação que reflita o mérito do projeto em relação a seus impactos para a sociedade.

Ferramentas desse tipo são utilizadas por bancos de desenvolvimento internacionais, como BID, Banco Mundial e KfW. Trata-se de uma boa prática para instituições cuja finalidade é análoga à do BNDDES. Ela será aplicada a todas as operações, reembolsáveis ou não, que apresentem projetos de investimento e que sejam operacionalizadas no âmbito das esteiras de apoio Corporativa, Project Finance e Não-Reembolsável.

Operação do Banco com a Eixo SP leva prêmio internacional

Operação de R\$ 3 bilhões, divulgada pelo Banco em janeiro, com o objetivo de viabilizar investimentos nos sete primeiros anos de concessão do maior lote rodoviário já concedido no País, foi eleita o "Financiamento à Infraestrutura do Ano no Brasil". O título foi concedido pelo *Project & Infrastructure Finance Awards*, promovido pela revista Latin Finance.

Parceria entre Banco e EMBRAPPI vai gerar até R\$ 510 milhões em investimento para inovação

O Banco e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPI) assinaram, em novembro, acordo que destina R\$ 170 milhões a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) de empresas nacionais. Serão contempladas soluções inovadoras na área de transformação digital, defesa, novos materiais, bem como quatro temas relacionados à sustentabilidade social e ambiental: bioeconomia florestal, biocombustíveis, economia circular e tecnologias estratégicas para o Sistema Único de Saúde. Estima-se que a iniciativa promova até R\$ 510 milhões em investimentos totais em inovação à medida que o modelo operacional da EMBRAPPI alavanque recursos privados ao exigir o cofinanciamento do setor empresarial e participação econômica de instituições de ciência e tecnologia (ICTs) nos projetos apoiados pela instituição.

Relatório Anual do Banco é 1º lugar em prêmio da Associação Brasileira de Companhias Abertas

O Relatório Anual 2020 do Banco foi premiado com o primeiro lugar na categoria Empresas Fechadas do 23º Prêmio Abrasca – Relatório Anual, promovido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas. O documento está disponível no portal institucional e pode ser acessado em www.bndes.gov.br/ra2020.

Banco recebe selo por fomento à presença feminina no Conselho de Administração

O Banco recebeu em dezembro o certificado *Women on Board* (WOB), selo cujo objetivo é valorizar organizações que estimulam a existência de ambientes corporativos mais diversos e valorizam a presença de mulheres em seus conselhos de administração ou conselhos consultivos. Em parceria com a ONU Mulheres, o selo alerta para a importância da diversidade como investimento qualificado e incentiva a movimentação via pressão positiva por meio de seus pares.

Atualmente, o Conselho de Administração do BNDDES é 30% composto de mulheres; o Conselho Fiscal tem dois terços de mulheres entre seus membros titulares; o BNDDES também tem duas mulheres em sua Diretoria.

Com XP Asset, One7 e Acqio, Banco oferecerá R\$ 400 mi em crédito a MPMEs

O Banco fará aporte de até R\$ 320 milhões em mais um fundo que ofertará crédito para micro e pequenas empresas: o FIC FIDC XP Brasil MPME, lançado em parceria pela XP Asset, a One7 e a Acqio.

Com um patrimônio consolidado de R\$ 400 milhões, o fundo possui a previsão de beneficiar empresas localizadas principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste. O objetivo é oferecer capital na ponta para empresas que carecem de crédito e ainda sofrem os efeitos decorrentes da pandemia de covid-19. Trata-se do primeiro produto da XP Asset em parceria com o BNDDES.

BNDDES aprova crédito permanente ao setor de bioinsumos

O BNDDES fortaleceu o apoio ao desenvolvimento sustentável no campo. A partir de agora é possível financiar a produção e a comercialização de bio insumos por meio do banco Finem (produto voltado a operações superiores a R\$ 20 milhões) e do BNDDES Crédito Rural Custeio (acessível a produtores de menor porte, inclusive pessoas físicas). A iniciativa contribui para o meio ambiente ao estimular aproveitamento de resíduos na própria atividade agropecuária. Além disso, reduz a dependência externa de insumos utilizados no campo.

3. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Para o BNDDES, só faz sentido pensar em desenvolvimento se ele for sustentável. Há quase 40 anos, quando quase ninguém ainda falava em sustentabilidade no Brasil, o BNDDES já priorizava o impacto socioambiental positivo e fomentava parcerias em busca desse objetivo.

Nosso foco é integrar a agenda econômica, social e ambiental, para que o país possa atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizar a transição justa para uma economia neutra em carbono e alcançar prosperidade econômica. Isso se traduz em toda a nossa forma de atuar, desde as políticas que regem nossas atividades, passando pelos nossos compromissos, até chegar nos resultados dessa atuação em prol do desenvolvimento sustentável.

2021 foi um ano de marcante evolução nas estruturas – organizacional e normativa – do BNDDES para incorporar temas nascentes na agenda social, ambiental e de governança (ASG), à medida em que tais discussões avançam na sociedade. Ao longo do ano, novos regulamentos, soluções financeiras, parcerias e instrumentos de transparência foram implantados, ampliando o leque de fatores sociais, de transparência, de relacionamento e, mais recentemente, climáticos que guiam a estratégia e as operações do Banco, conforme pode ser visto no quadro abaixo com os destaques do ano em ASG:



Para fortalecer esse propósito, formalizamos os Objetivos e Compromissos de Sustentabilidade do BNDDES, vinculados a resultados para a sociedade, para o planeta e para a prosperidade, e não aos valores dos apoios financeiros. Toda a seção de Desenvolvimento Sustentável do site institucional do BNDDES foi reformulada, trazendo maior transparência e facilidade no acesso às informações. O conteúdo passou a incluir, além de políticas e resultados, como a sustentabilidade é abordada no relacionamento entre o BNDDES e seus clientes e fornecedores, e nossas parcerias e soluções financeiras para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Outro fator de destaque foi a conclusão da etapa 2021 do projeto corporativo específico criado para concentrar e acelerar avanços ASG nos eixos de políticas, processos e governança, sistemas, relacionamento com investidores, capacitação e comunicação, tendo como principais eixos abordados no quarto trimestre:

- o aprimoramento de ferramentas para aferição de impacto e efetividade focadas em fatores ASG;
- a revisão de procedimentos operacionais com foco em risco socioambiental;
- a revisão do regulamento e procedimentos para operações com o Fundo Socioambiental; e
- a realização de campanha publicitária sobre atuação do BNDDES no tema ASG.

A evolução da temática de sustentabilidade também passa pela conexão com a rede de instituições que lidera esforços nessa

1 Para saber mais sobre os objetivos e compromissos de sustentabilidade do BNDDES e conhecer as metas associadas a eles, acesse <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/compromisso/nossos-compromissos/>





MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



área. Reforçando o papel do BNDES de catalisador da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, em 2021 nos juntamos a duas das maiores iniciativas globais de promoção do desenvolvimento sustentável, o Pacto Global e o Clube de Investidores do CDP (Carbon Disclosure Project).

O Pacto Global é uma das maiores iniciativas de sustentabilidade corporativa do mundo, e conta com mais de 16 mil membros, distribuídos em 69 redes locais, que abrangem 160 países. A adesão expressa mais um compromisso do BNDES em avançar na agenda ASG, juntando-se a um programa de grande magnitude e que proporcionará o acesso a um repertório vasto de instrumentos e ferramentas para facilitar a incorporação de melhores práticas nos campos de direitos humanos, meio ambiente, trabalho e combate à corrupção.

Ao se tornar um investidor signatário do CDP, o BNDES visa impulsionar a transparência ambiental corporativa por meio da solicitação anual de reporte, passando a integrar uma rede de mais de 590 investidores, que representam cerca de US\$ 110 trilhões em ativos sob gestão.

Também no campo das parcerias, em 2021 o BNDES se tomou parte de grupos relacionados a mitigação e adaptação climática e biodiversidade, com destaque para a *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD). Tendo iniciado sua participação em 2020 como integrante do Grupo de Trabalho Informal que deu suporte ao lançamento da iniciativa em junho/2021, a partir deste lançamento passamos a fazer parte do Fórum da TNFD, grupo de instituições ao redor do globo que permanecem dando suporte à iniciativa.

Economia Verde e Desenvolvimento Social

Em 2021, foram desembolsados R\$ 7,8 bilhões, dos quais R\$ 2,1 bilhões no último trimestre, para projetos ligados à Economia Verde, que compreende setores como eficiência energética, energias renováveis, florestas, gestão da água e esgoto, e melhorias agrícolas.

Dentre eles, o grande destaque permanece sendo o segmento de energias renováveis, que recebeu R\$ 4,9 bilhões, aproximadamente 62% dos desembolsos no ano, seguido por melhorias agrícolas (R\$ 1,2 bilhão), florestas (R\$ 577 milhões) e gestão de água e esgoto (R\$ 466 milhões).

Os setores de educação, gestão pública, desenvolvimento urbano e regional, inclusão produtiva, responsabilidade social e saúde compõem o indicador de desenvolvimento social, que recebeu R\$ 9,98 bilhões em desembolsos em 2021, sendo R\$ 1,8 bilhão no quarto trimestre.

Neste segmento, o grande foco no período foram os projetos vinculados a desenvolvimento urbano e regional, para os quais foram desembolsados R\$ 7,98 bilhões, cerca de 80% do total do indicador, seguido pelo setor de saúde, com R\$ 1,4 bilhão.

Juntos, os segmentos de economia verde e social respondem por 53,5% do saldo da carteira de operações diretas e indiretas não automáticas do BNDES, demonstrando, mais uma vez, nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Mais informações sobre os indicadores de Economia Verde e Desenvolvimento Social podem ser consultadas em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/resultados/desembolsos-em-economia-verde-e-desenvolvimento-social/desembolsos-economia-verde-desenvolvimento-social>.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Desde 2019, o BNDES também acompanha seu desempenho operacional em relação às contribuições para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano de 2021, 178,7 mil operações receberam desembolsos vinculados pelo menos um dos ODS, que totalizaram R\$ 53,5 bilhões – 83,1% dos desembolsos totais no período. Dentre os ODS, os de maior destaque no ano foram Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9, R\$ 27,9 bilhões), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8, R\$ 26,3 bilhões) e Energia Limpa e Acessível (ODS 7, R\$ 15,9 bilhões).

Esses desembolsos se desdobram em entregas para a sociedade, que beneficiam diretamente a vida dos brasileiros. Em todo o ano de 2021, foram contratadas novas operações associadas aos ODS que, por exemplo, viabilizaram a instalação de 1.730 MW de geração eólica, dos quais 1.258 MW apenas no último trimestre do ano, a implementação de 3.197 km de rede de distribuição de gás natural, a aquisição de 22 carros, construção de 15 estações, 15,3 km de extensão de via e atendimento a 633 mil usuários/dia para a linha 6 do metrô de São Paulo, a implementação de tecnologias sociais de acesso à água em escolas públicas rurais, com a construção de 2.142 cisternas e o desenvolvimento local de 250 novos hardwares e 150 novos softwares.

Saiba mais sobre os desembolsos do BNDES para os ODS em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/ods>.

Saiba mais sobre as entregas à sociedade vinculadas aos ODS em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-a-sociedade/efetividade/entregas-associadas-ods>.

Transição para a economia neutra em carbono

Em novembro/2021, lançamos o Painel NDC, um desdobramento do Painel ODS com foco em clima, informando nossa contribuição para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC na sigla em inglês) do Brasil, que estipulou as metas nacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

O lançamento do Painel BNDES NDC foi realizado durante a COP-26 com o objetivo de apresentar como o Banco vem contribuindo para o Brasil alcançar os seus compromissos no Acordo de Paris. No ano de 2021, os desembolsos que apoiaram a transição para a economia neutra em carbono alcançaram R\$ 5,9 bilhões para os setores energia, florestas e mobilidade urbana.

Além da comunicação dos nossos desembolsos e indicadores de resultados, apresentamos também as emissões de GEE que foram evitadas com os projetos apoiados pelo BNDES nos setores de Energia, Florestas e Mobilidade Urbana. Somados, os projetos destes setores evitaram a emissão de 74,7 milhões de toneladas de CO2eq3. O cálculo leva em consideração toda a vida útil dos projetos aprovados a partir de 2015, na modalidade direta, e os desembolsos associados a eles possibilitaram, dentre outros, o plantio de 1,8 milhão de mudas e 830 mil ha de florestas, a expansão de 31 km de malha de metrô e 17 km de BRT, e a instalação de 1.899 MW de capacidade de geração de energia solar.

Saiba mais sobre os desembolsos do BNDES para a transição para uma economia neutra em carbono em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/resultados/emissoes-evitadas/painel-desembolsos-ndc/>.

Saiba mais sobre nossa contribuição para as metas de redução de emissões do Brasil em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/resultados/emissoes-evitadas/emissoes-evitadas/>.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Política Operacional

Em 2021 foram aprovadas uma série de ações de aprimoramento no portfólio de soluções financeiras e serviços do Banco, com destaque para instrumentos de apoio da Agenda Socioambiental, Infraestrutura, Setor Agrícola, e Serviços de Estruturação de Projetos.

Na agenda Socioambiental, destacamos as seguintes iniciativas:

Programa Fundo Clima: Revisão do Programa Fundo Clima com ampliação de escopo de empreendimentos apoiáveis, tais como P&D de componentes e sistemas dedicados a aeronaves e embarcações movidas a fontes renováveis e sistemas dedicados a recarga elétrica ou a hidrogênio, desenvolvimento tecnológico da energia oriunda de resíduos sólidos urbanos e o armazenamento de energia, inclusão de plantio florestal com espécies nativas para fins de sistemas agroflorestais, e inclusão do apoio a investimentos em unidades de conservação públicas ou em áreas privadas com objetivo de conservação de ecossistemas.

Fundo Socioambiental: Revisão do Fundo Social com ajustes nos objetivos, ampliação do escopo para apoio a projetos de educação na modalidade apoio continuado e alteração do nome para BNDES Fundo Socioambiental.

Produto BNDES Finem: Alterações nas linhas e sublinhas do Produto BNDES Finem relacionadas à cadeia de gás natural para reforçar o apoio ao setor e inclusão da possibilidade de financiamento a caminhões elétricos, híbridos ou outros modelos com tração elétrica e a veículos (ônibus e caminhões) movidos a gás natural ou a biometano na Linha Incentivada.

Matchfunding Floresta Viva: iniciativa de financiamento coletivo para restaurar florestas e bacias hidrográficas nos biomas Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica. A cada R\$ 1 doado pelas empresas parceiras, BNDES entra com mais R\$ 1, com projeção de até R\$ 500 milhões em até 7 anos.

Programa BNDES Crédito ASG: Criação de novo programa com o objetivo de fomentar a melhoria de indicadores ambientais e sociais de empresas. O Programa prevê o apoio a cinco setores/segmentos: (i) cadeia da madeira voltada para reflorestamento; (ii) fabricantes de equipamentos para a cadeia de energia renovável; (iii) conectividade; (iv) mineração; e (v) siderurgia. A ideia é que tais setores, selecionados por serem claramente vinculados à agenda ASG ou por necessitarem de apoio em direção à transição para tecnologias mais limpas, sejam pilotos para uma possível expansão futura do programa.

Programa BNDES Parques e Florestas: Criação de programa voltado ao apoio às Concessões Públicas de Parques e Florestas, com o objetivo de apoiar investimentos no âmbito de Concessões Públicas de Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, naturais ou urbanos, e de Concessões Florestais, contribuindo para a redução do desmatamento, conservação ambiental, educação ambiental e/ou desenvolvimento turístico dos municípios que abrigam ou estão no entorno desses ativos.

Fundo BNDES Blended Finance: Criação de fundo com o objetivo de desenvolver novos modelos e instrumentos financeiros utilizando desenhos híbridos ou combinados (“Blended Finance”) para suprir demanda dos agentes do ecossistema de investimentos socioambientais e do mercado financeiro por soluções de estruturas e produtos financeiros que contenham atributos com elevados padrões de governança, eficácia, transparência, efetividade e eficiência.

Produtos BNDES Finame e Finame Direto: Alteração nos Produtos BNDES Finame e Finame Direto para melhor refletir a relação de itens apoiáveis no escopo de produtos de baixa emissão de carbono.

Em relação à agenda de Infraestrutura, destacamos-se os seguintes aprimoramentos:

Produto BNDES Serviços Coordenação em Ofertas Públicas: criação de arcabouço normativo para prestação dos serviços de coordenação em ofertas públicas de renda fixa pelo BNDES, com a possibilidade da oferta de garantia firme.

Produto BNDES Debêntures em Ofertas Públicas: revisão de portfólio de instrumentos com a consolidação do apoio via debêntures em produto único, denominado Produto BNDES Debêntures em Ofertas Públicas, com maior aderência às práticas de mercado e simplificação de regras e processos.

Programa BNDES Crédito Cerealistas: criado com o objetivo de apoiar empresas cerealistas por meio de financiamento para investimento em obras civis e para aquisição de máquinas e equipamentos necessários à construção de armazéns e à expansão da capacidade de armazenagem de grãos.

Produto BNDES Finem: alteração para a inclusão do apoio à produção de bioinsumos e a conectividade no campo, inclusão do apoio à renovação e ampliação de canais com a possibilidade de operacionalização por meio da Esteira Simplificada; e inclusão da previsão do uso da Taxa Fixa do BNDES (TFB) em Produção de alimentos e biocombustíveis.

Destacamos ainda a renovação dos Programas Agrícolas do Governo Federal – INOVAGRO, MODERAGRO, MODERFROTA, PCA, PROCAP-AGRO, PRODECOOP, PROGRAMA ABC, PROIRRIGA, PRONAF e PRONAMP – com taxas equalizadas pelo Governo Federal e destinados a financiar o Ano Agrícola 2021/2022.

Em relação aos instrumentos de apoio para prestação de serviços de Estruturação de Projetos, destacamos:

Produto BNDES Estruturação de Projetos: Alterações de remuneração que permitirão obter, a título de remuneração, valor mais ajustado à percepção do mercado de projetos bem-sucedidos que mobilizem montantes mais elevados de capital privado. Adicionalmente, foram excluídos todos os elementos relacionados a Estruturação de Projetos Imobiliários para a criação de instrumento próprio.

Produto BNDES Estruturação de Projetos Imobiliários: Criação do instrumento especificamente voltado para o segmento e alinhado às práticas do mercado imobiliário, com o objetivo de promover maior eficiência na contratação de processos de negociação e celebração de termos contratuais.

Fundo de Estruturação de Projetos – BNDES FEP: Alterações para a criação da modalidade Estruturação, que viabiliza o apoio à estruturação de Projetos ASG de relevante interesse social, bem como a estruturação de Projetos-Piloto dotados de alto potencial de escalabilidade, de geração de novos negócios para o Banco e atração de recursos privados.

Importante também mencionar o aprimoramento na Linha Exim Automático do Produto BNDES Exim Pós Embarque, com o aumento do prazo máximo do financiamento e a possibilidade de instituição financeira no Brasil atuar como devedora, na qualidade de confirmadora da carta de crédito, permitindo que o BNDES Exim Automático atenda a um número maior de operações.

Destaca-se, por fim, o aprimoramento das Políticas Operacionais por meio da Revisão das Orientações Básicas, com a inclusão de novos parâmetros, padronizações, simplificações e atualizações de regras, além da revisão de atividades passíveis de apoio e a introdução da Lista de Exclusão, anexo que consolida todas as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES em um único documento.

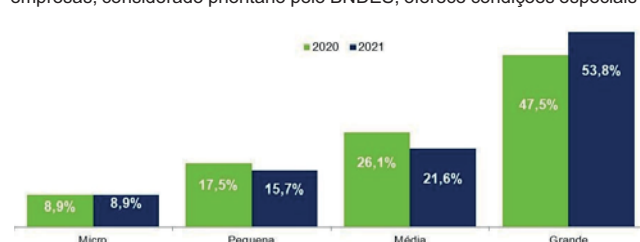
¹ Uma mesma operação pode estar vinculada a mais de um ODS.

² Dióxido de carbono equivalente, unidade de medida utilizada para aferição de emissões de GEE.

4.2. Perfil dos Desembolsos

Desembolsos por Porte (R\$ milhões)

Apresentamos abaixo os desembolsos por porte, cuja classificação permite ao BNDES uma atuação adequada às características de cada segmento, através da oferta de linhas, programas e condições específicas. O apoio às micro, pequenas e médias empresas, considerado prioritário pelo BNDES, oferece condições especiais para facilitar o acesso destas empresas ao crédito.

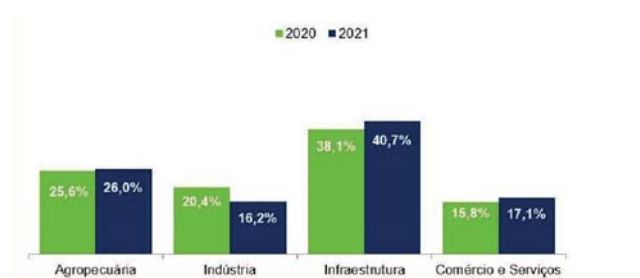


Classificação por porte*:
 ✓ Micro: menor ou igual a R\$ 360 mil
 ✓ Pequena: maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões
 ✓ Média: maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
 ✓ Grande: maior que R\$ 300 milhões
 *Classificação conforme a receita operacional bruta anual de clientes pessoas jurídicas ou conforme a renda anual de clientes pessoas físicas.

Os desembolsos do Banco no exercício de 2021 acumularam R\$ 64,3 bilhões, um desempenho no mesmo patamar de 2020.

O número de operações alcançou 191.093 no exercício de 2021, uma redução de 14,6% diante das 223.774 operações em 2020. O número de operações com grandes empresas cresceu 44,3% entre os períodos, enquanto houve quedas de 26,8% das operações com pequenas empresas, de 20,7% das operações com médias empresas e de 4,8% das operações com microempresas.

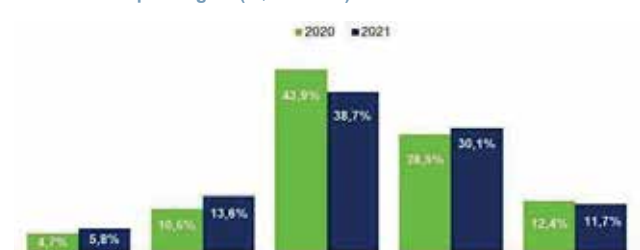
Desembolsos por Setor (R\$ milhões)



No exercício de 2021, destacamos-se, no setor de infraestrutura, energia elétrica (60,4%) e os segmentos de transporte* (33,7%) e no setor industrial, os desembolsos ao segmento de material de transporte (27,9%).

*Inclui transportes rodoviário (terrestre de carga e passageiros), aquaviário, aéreo, metrô e ferroviário, e concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Desembolsos por Região (R\$ milhões)



No exercício de 2021, destaque para o aumento de desembolsos para as Regiões Norte, Nordeste e Sul. Em suas respectivas regiões, destaque para os Estados de São Paulo (60,5%), Pará (55,1%), Mato Grosso (53,1%), Paraná (39,7%) e Bahia (35,1%).

5. FINANCIAMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais e da Matriz Insumo-Produto de 2015 divulgados pelo IBGE. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume médio de emprego necessário para viabilizar os investimentos.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em dois tipos:

- emprego direto – aquele que ocorre no setor que fornece produtos da formação bruta de capital fixo para os projetos apoiados pelo Banco, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e no comércio; e
- emprego indireto – corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelos investimentos apoiados.

Emprego Gerado ou Mantido na Implantação de Investimentos Apoiados pelo BNDES

(desembolsos e aumento de demanda final em R\$ milhões correntes e emprego em milhares de postos de trabalho)

Período	Desembolso	Aumento de demanda final	Emprego		
			Direto	Indireto	Total
2020	64.921	57.421	502	343	845
2021	64.303	58.320	476	327	803

Fontes: BNDES e IBGE Autoria: BNDES, RJ, 2022

Consiste em uma estimativa da parcela de recursos desembolsados que representam aumento de demanda de setores para implantação dos investimentos. Volume de recursos que alimenta o MGE.

Em 2021 os desembolsos do Sistema BNDES somaram cerca de R\$ 64,3 bilhões em valores correntes e representaram cerca de R\$ 58,4 bilhões de aumento de demanda final durante a implantação dos projetos de investimento. O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de cerca de 803 mil. A queda de 5% desse indicador em relação ao resultado de 2020 (845 mil) reflete a combinação do crescimento de 2% da demanda final no mesmo período de comparação com o avanço de cerca de 7,6% da média dos índices de preços setoriais em 2021.

Em relação à composição por tipo de emprego, o ano de 2021 apresentou resultados muito próximos a 2020, com 59% compostos por empregos diretos e 41% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia apresentou ligeira queda, passando de 13 em 2020 para 12,5 em 2021, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados se tornou relativamente menos concentrada em setores que geram ou mantêm mais emprego ao investir.

Os setores que concentram as estimativas de emprego durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES são: (i) construção civil; (ii) serviços prestados às empresas e às famílias e serviços de manutenção; (iii) agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca; (iv) comércio; e (v) máquinas e equipamentos, e móveis e produtos das indústrias diversas. Somados, os empregos nesses setores corresponderam, em 2021, a cerca de 83% do total estimado para os recursos do BNDES.

6. BANCO DE SERVIÇOS

No âmbito da consolidação da atuação do BNDES como o banco de serviços do Estado brasileiro, promovemos a integração entre as Diretorias de Privatizações e de Infraestrutura, Concessões e PPPs em uma nova Diretoria de Concessões e Privatizações, fortalecendo a coordenação das agendas de estruturação de projetos de desestatização e, assim, otimizando a gestão da “Fábrica de Projetos”.

Nossa atuação como “Fábrica de Projetos” envolve estruturar projetos e prestar serviços de assessoria para entes públicos, participando das várias etapas do processo de estruturação de projetos nas esferas federal, estadual e municipal, desde o planejamento até a assinatura do contrato do ente público com o parceiro privado, incluindo o apoio na atração de investidores nacionais e internacionais.

Concluímos o ano de 2021 com 159 projetos mandatados em diferentes setores, com um capital mobilizado, incluindo investimentos e outorga, estimado em R\$ 382 bilhões alcançando 22 empresas estatais.



Atuando como Fábrica de Projetos, desempenhamos papel estratégico na coordenação de esforços e recursos (públicos e privados) para viabilizar projetos de diferentes segmentos, possibilitando a redução de gargalos e a geração de oportunidades de investimento.

Os principais destaques em 2021 foram:

- **Leilão Saneamento Rio de Janeiro (Blocos 1, 2, 3 e 4):** resultou na maior concessão da história do país e possibilitará o acesso à água e à coleta e tratamento de esgoto para 14,2 milhões de pessoas em 49 municípios do estado do Rio de Janeiro, com impacto transformador sobre a realidade atual em que apenas metade da população dispõe de esgotamento sanitário. O projeto levantou R\$ 24,9 bilhões em outorgas e ainda prevê a realização de R\$ 32 bilhões em investimentos;

⁴ O valor da demanda final por investimentos fixo deflacionada para preços de 2015, ano de referência do modelo, para realizações das estimativas. Assim, quanto maior o avanço dos preços no período menor será o valor que alimenta o modelo





MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



- Leilão Companhia de Estado de Gás do Rio Grande do Sul – Sulgás:** o leilão da Sulgás foi o primeiro no setor após o estabelecimento do Novo Mercado de Gás - Lei 14.134 (publicada em abril de 2021), retomando uma prática que não acontecia há mais de 20 anos. Além disso, de forma inédita, houve a negociação de participação em uma empresa fora do eixo Rio-São Paulo;
- Leilão Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D:** são esperados novos investimentos de cerca de R\$ 1,6 bilhão para os próximos cinco anos, o que beneficiará cerca de 1,8 milhão de clientes em 72 municípios, incluindo a Região Metropolitana de Porto Alegre. A troca do controle era necessária para evitar a evolução do processo de caducidade do contrato de concessão em andamento na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Após a conclusão da venda, a CEEE-D seguirá responsável por dívidas bancárias, obrigações fiscais e previdenciárias superiores a R\$ 3,5 bilhões; e
- Leilão Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA:** representa um marco importante por se tratar da décima empresa distribuidora de energia elétrica com processo de privatização estruturado com sucesso pelo BNDES ao longo dos últimos cinco anos, resultando em uma mudança estrutural do setor de distribuição de energia no Brasil. Em conjunto, considerando também o leilão da CEEE-T, estes 11 projetos totalizam investimentos estimados em R\$ 13 bilhões apenas nos primeiros cinco anos após os leilões e a transferência para o setor privado de dívidas da ordem de R\$ 19 bilhões.

Outros resultados entregues em 2021 são:

- Foram assinados 31 novos contratos de desestatização, 50 estudos foram entregues para clientes, 12 editais publicados e 11 leilões realizados;
- Saneamento: ao todo em 2021 foram leiloados 7 blocos de saneamento cuja população atendida é de aproximadamente 34 milhões de pessoas e o capital mobilizado nas operações perfaz o montante de R\$ 72 bilhões. Além desses, o BNDES segue na estruturação de mais 6 projetos de concessão e assessorando a desestatização da CORSAN;
- Venda de R\$ 11,47 bilhões em debêntures participativas da Vale que pertenciam ao banco e à União; e
- Energia elétrica: (i) publicação do edital da CEEE-G em dezembro de 2021 completando a última empresa do grupo CEEE a ser alienada e (ii) assinatura do contrato de compra e venda das companhias: CEB Distribuição, CEA, CEEE-T e CEEE-D.

Outro avanço importante foi a consolidação da agenda de concessões de Parques e Florestas, reforçando a atuação do BNDES na estruturação de parcerias em infraestrutura socioambiental. Atualmente, o BNDES conta com uma carteira de 52 projetos em unidades de conservação federais e estaduais. Dentre os resultados esperados, destacam-se:

- Preservação de 2,2 milhões de hectares de Florestas Nacionais na Amazônia;
- Triplidar o número de parques concedidos no Brasil até 2022, com benefícios para a preservação ambiental e para o desenvolvimento regional.

Destaca-se ainda a evolução da plataforma BNDES Hub de Projetos (<https://hubdeprojetos.bndes.gov.br>), que completou 1 ano em novembro de 2021. O objetivo do Hub é permitir aos investidores o acompanhamento da evolução de carteira da Fábrica de Projetos, ampliando a visibilidade dos projetos conduzidos pelo BNDES e disponibilizando informações úteis, como, por exemplo, os perfis setoriais. Dessa forma, espera-se reduzir assimetrias de informação e ampliar a competição pelos projetos de desestatização.

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Sistema BNDES registrou lucro líquido de R\$ 34,069 bilhões no exercício de 2021, um crescimento de R\$ 13,388 bilhões (64,7%) diante de 2020. Apresentamos a seguir os principais destaques financeiros do período:



O crescimento do lucro entre os períodos é explicado pelo maior produto da intermediação financeira e maior resultado de participações societárias.

Em termos de resultado recorrente, o lucro recorrente foi de R\$ 15,797 bilhões em 2021, superior aos R\$ 8,022 bilhões de 2020, devido, principalmente, ao maior resultado com participações societárias, em especial a receita com dividendos/JCP, que foi R\$ 5,6 bilhões superior à receita de 2020.

Os ativos totais alcançaram R\$ 737,2 bilhões em 31/12/21, uma redução de R\$ 41,164 bilhões (5,3%) no exercício, explicada principalmente pela liquidação antecipada de R\$ 63 bilhões em recursos do Tesouro Nacional, em que estão incluídos os R\$ 13,5 bilhões do IECF.

Em relação às fontes de recursos, FAT e Tesouro Nacional respondem por 47,1% e 16,9% do passivo total em 31/12/21, respectivamente, com destaque para o ingresso de R\$ 22,2 bilhões em recursos do FAT e a já citada devolução antecipada de recursos ao Tesouro Nacional.

O crescimento de R\$ 13,994 bilhões (12,4%) do patrimônio líquido no exercício decorreu, principalmente, do lucro líquido de R\$ 34,069 bilhões, atenuados pelo ajuste de avaliação patrimonial negativa no período (R\$ 11,387 bilhões) e pelo pagamento de dividendos intermediários de R\$ 8,616 bilhões.

7.1. Principais Indicadores Econômico-Financeiros

	R\$ milhões, exceto percentuais					
	2021	2020	Δ(%)	2S21	2S20	Δ(%)
Resultado						
Produto de Intermediação						
Financeira	19.883	12.814	55,2	8.846	5.759	53,6
Provisão para Risco de Crédito	2.719	-946	387,4	1.675	1.325	26,4
Participações Societárias	30.556	25.041	22,0	16.515	17.673	-6,6
Despesas Tributárias ¹	-15.783	-12.548	25,8	-6.078	-7.150	-15,0
Outras Despesas, líquidas	-3.306	-3.680	-10,2	-2.005	-1.887	6,3
Lucro Líquido	34.069	20.681	64,7	18.953	15.720	20,6

¹ Inclui tributos sobre o lucro.

Posição Financeira

	31/12/2021	31/12/2020	Δ(%)	31/12/2021	30/06/2021	Δ(%)
Ativo Total	737.178	778.342	(5,3)	737.178	728.460	1,2
Carteira de Créd e Repasses, líquida	439.539	446.946	(1,7)	439.539	428.514	2,6
Títulos e Valores Mobiliários ²	105.670	121.429	(13,0)	105.670	101.215	4,4
Participações Societárias	66.593	77.946	(14,6)	66.593	69.260	(3,9)
Sociedades Não Coligadas	51.512	64.785	(20,5)	51.512	54.544	(5,6)
Sociedades Coligadas	11.793	10.869	8,5	11.793	11.335	4,0
Outros	3.288	2.292	43,5	3.288	3.381	(2,8)
Disponibilidades	95.299	97.121	(1,9)	95.299	96.352	(1,1)
Outros Ativos	30.077	34.900	(13,8)	30.077	33.119	(9,2)
Passivo Total	737.178	778.342	(5,3)	737.178	728.460	1,2
Recursos de Terceiros	610.181	665.339	(8,3)	610.181	606.154	0,7
FAT	347.355	314.989	10,3	347.355	326.443	6,4
Tesouro Nacional ³	124.415	195.259	(36,3)	124.415	151.246	(17,7)
Captações Externas	33.398	35.398	(5,7)	33.398	32.717	2,1
Outras Fontes Governamentais	32.163	34.679	(7,3)	32.163	32.570	(1,3)
Operações Compromissadas	39.825	40.522	(1,7)	39.825	29.392	35,5
Outras Obrigações	33.025	44.492	(25,8)	33.025	33.786	(2,3)
Patrimônio Líquido (PL)	126.997	113.003	12,4	126.997	122.306	3,8
PL/AT	17,2%	14,5%		17,2%	16,8%	

² Exceto investimentos em sociedades não coligadas e em fundos de investimentos em participações, classificados em "Participações Societárias".

³ Inclui repasses e instrumentos elegíveis a capital principal.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	30/06/2021
Crédito				
Índice de Inadimplência (30 dias) ⁴	0,31%	0,03%	0,31%	0,39%
Índice de Inadimplência (90 dias) ⁴	0,19%	0,01%	0,19%	0,19%
Provisão / Carteira de Cred. e Repasses	4,30%	4,29%	4,30%	4,52%
Índice de Cobertura (30 dias) ⁵	14,08	126,83	14,08	11,70
Índice de Cobertura (90 dias) ⁵	22,89	690,34	22,89	23,96
Índice de Renegociação ⁶	15,17%	51,26%	15,17%	19,66%

⁴ Créditos inadimplentes/carteira total.

⁵ Provisão/Créditos inadimplentes.

⁶ Créditos renegociados nos últimos 12 meses / carteira total. Considera renegociações no âmbito do standstill COVID19. Desconsiderando esses efeitos, o índice de renegociação seria de 1,66% em dezembro de 2021.

Rentabilidade⁷

	2021	2020
Retorno s/ Ativos (LL/ATmédio)	4,69%	2,93%
Retorno s/ PL (LL/PLmédio)	34,23%	26,55%

⁷ O cálculo dos retornos considera como média dos ativos e do patrimônio líquido a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2, excluídos o ajustes a valor justos das participações em sociedades não coligadas, líquido de efeitos tributários.

7.2. Posição Financeira

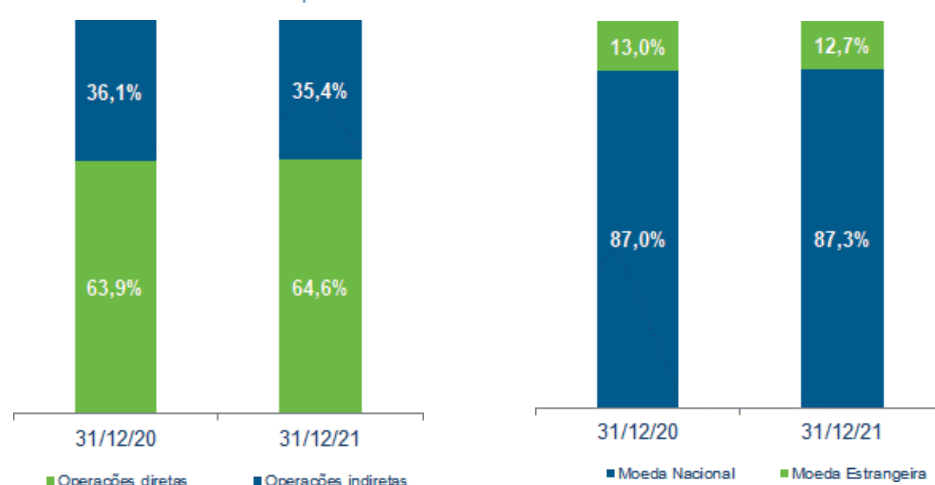
Operações de Crédito e Repasses

Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, denominadas operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, denominadas operações de repasses.

A carteira bruta de operações de crédito e repasses totalizou R\$ 459,274 bilhões em 31/12/21, que líquida de provisão para risco de crédito, no montante de R\$ 19,735 bilhões, respondeu por 59,6% do ativo total na mesma data.

A redução de R\$ 7,407 bilhões (1,7%) da carteira líquida no exercício foi influenciada principalmente pelas liquidações das operações, que superaram em R\$ 47,0 bilhões os desembolsos no exercício, compensadas pela apropriação de juros (R\$ 34,6 bilhões) e pelo efeito de variação cambial no período (R\$ 4,2 bilhões).

Perfil da Carteira Bruta de Crédito e Repasses



Sobre as operações de repasses não é cobrado spread de risco, mas sim uma taxa de intermediação financeira mínima de 0,15% a.a. (operações contratadas após 09 de maio de 2018).
Nessas operações, o risco é da instituição financeira repassadora dos recursos do BNDES.

Qualidade da Carteira de Crédito e Repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar sua gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível. Em 31/12/21, a provisão para risco de crédito atingiu R\$ 19,735 bilhões, representando uma leve redução de 1,4% em relação ao fim de 2020, que decorreu sobretudo da melhora do cenário da pandemia. Os créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, responderam por 91,3% da carteira total em 31/12/21. Essa posição é levemente inferior à média de 91,9% do SFN em 30/09/21, como pode ser visto no quadro abaixo:

Classificação de Risco da Carteira de Crédito e Repasses em 31 de dezembro de 2021

Níveis de Risco	Sistema BNDES	SFN ^{1,2,3}	Instituições Privadas ^{2,3}	Financeiras	Instituições Públicas ^{2,3}	Financeiras
AA-C	91,3%	91,9%		92,3%		91,5%
D-G	6,1%	5,5%		5,4%		5,6%
H	2,7%	2,6%		2,4%		2,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

¹ Sistema Financeiro Nacional.

² Fonte: BACEN.

³ Em 30 de setembro de 2021. Última informação disponível.

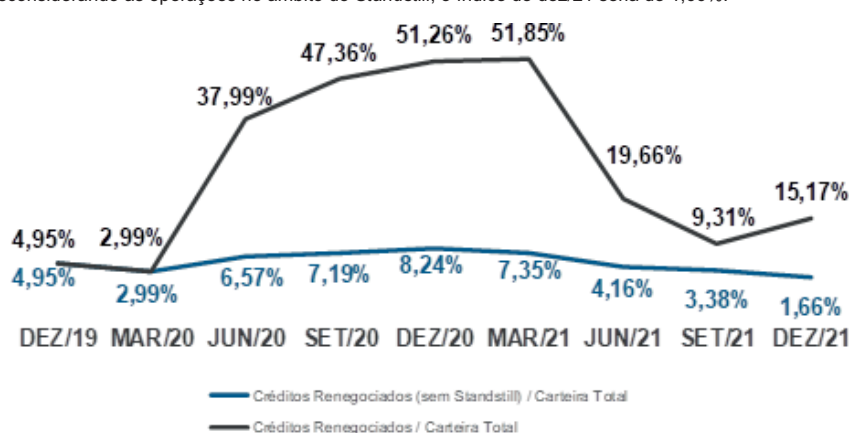
O índice de cobertura, relação que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito cobre os créditos inadimplentes (30 dias), permanece confortável, a despeito da queda no exercício.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do índice de inadimplência, para 0,31% em 31/12/21, conforme se pode observar no gráfico abaixo:



Inadimplência e Renegociação (%)

O indicador de renegociação do Sistema BNDES permanece impactado pelo produto Standstill - Covid19. A despeito da queda em jun/21 e set/21, o indicador aumentou em dez/21 em virtude do programa Standstill - Setor Elétrico. Os créditos renegociados nos últimos 12 meses alcançaram R\$ 69,6 bilhões, atingindo 15,17% da carteira bruta de crédito e repasses em dez/21. Desconsiderando as operações no âmbito do Standstill, o índice de dez/21 seria de 1,66%.



Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Compreende, basicamente, títulos públicos federais e debêntures, que representavam 82,9% e 6,8%, respectivamente, da carteira de R\$ 105,670 bilhões em 31/12/21.

A carteira de títulos públicos federais apresentou uma redução de R\$ 18,651 bilhões (17,5%) no exercício, em função, principalmente, da venda de títulos. Houve significativa queda na carteira de debêntures, no montante de R\$ 4,458 bilhões (38,3%), em função, principalmente, da venda da totalidade das debêntures participativas da Vale em carteira, numa operação de R\$ 3,8 bilhões, além do vencimento e conversão de alguns investimentos.

Participações Societárias

A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas e não coligadas. Do total da carteira em 31/12/21, 77,4% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 17,7% em sociedades coligadas, e os 4,9% restantes investimentos em fundos mútuos de investimentos em participações.

A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R\$ 66,593 bilhões em 31/12/21, uma redução de R\$ 11,353 bilhões (14,6%) no exercício, tendo como principal razão a venda de ações de Vale e Klabin. Essas alienações tem o intuito de realocar os recursos em outras atividades, bem como de reduzir o grau de exposição à volatilidade do mercado. Os fundos⁵ de participações apresentaram aumento de 43,5% no exercício devido principalmente ao fluxo de investimentos líquidos e à valorização de cotas no período.

Disponibilidades

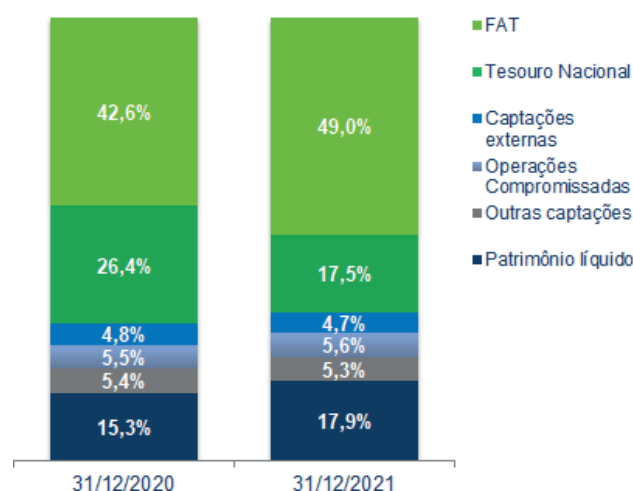
Com um saldo de R\$ 95,299 bilhões, manteve-se no mesmo patamar do exercício anterior (redução de R\$ 1,822 bilhão - 1,9%).

Outros Ativos

Com um saldo de R\$ 30,077 bilhões em 31/12/21, composto principalmente por créditos tributários/tributos a recuperar (R\$ 19,280 bilhões) e direitos a receber Itaipu (R\$ 5,046 bilhões), a redução de 13,8% no exercício foi influenciada principalmente pela amortização de recebíveis de Itaipu.

Fontes de Recursos

Fontes governamentais, como o FAT e o Tesouro Nacional, representam parcela significativa da estrutura de funding⁶ do BNDES, respondendo por 66,5% das fontes de recursos em 31 de dezembro de 2021 (69,0% em 31 de dezembro de 2020), não considerando nesse cálculo os passivos não-onerosos, que representam 3,8% do passivo total do BNDES ao fim do exercício.



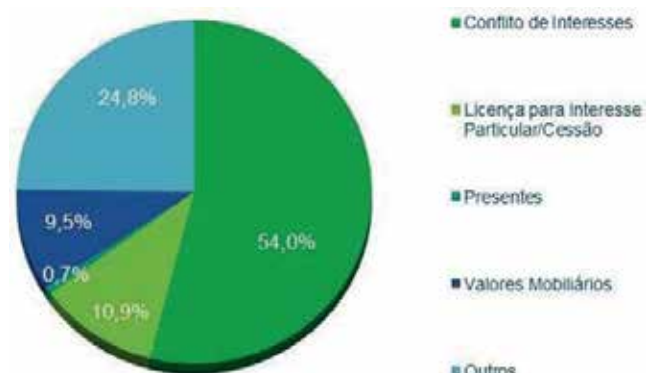
⁵ Os fundos de investimentos nos quais o BNDES, através da BNDESPAR, detém participação são apresentados na Nota Explicativa nº 6.3 às Demonstrações Financeiras BNDES relativas ao período encerrado em 31/12/2021.

⁶ Mais informações sobre as fontes de recursos do BNDES podem ser encontradas em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/fontes-de-recursos>.





Perfil dos Procedimentos Preliminares



14. OUVIDORIA

A Ouvidoria proporciona ao público um canal de comunicação ativo junto à Administração do BNDES. Visando auxiliar a melhoria das práticas da Instituição, a Ouvidoria analisa de forma quantitativa e qualitativa as manifestações que acolhe, provendo a mediação entre as partes e com vistas a sugerir medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos, rotinas, normas e da atuação das empresas do Sistema BNDES.

Trata-se, portanto, de um importante instrumento para aprofundar e municiar o debate estratégico interno da Instituição a partir de um ponto de vista privilegiado, construído através da análise dos atendimentos prestados à sociedade, de forma geral, e ao público específico do BNDES.

O ano 2021, assim como o de 2020, foi fortemente marcado por demandas relacionadas, direta ou indiretamente, à pandemia de COVID-19, com cobranças de parcela da sociedade brasileira acerca de ações anticíclicas por parte do BNDES e pela busca de um entendimento maior sobre as importantes medidas desenvolvidas pelo Banco para tentar mitigar os efeitos da crise econômica decorrente da pandemia.

O canal da Ouvidoria foi de extrema relevância para deixar claro à sociedade o árduo trabalho do BNDES para apoiar o trabalhador e o empreendedor direta e indiretamente, ajudando na manutenção de milhões de empregos com aumento da capacidade financeira e preservação de milhares de empresas. Com isso, o BNDES evidenciou para a sociedade que valoriza, mais do que qualquer outra pessoa ou entidade, o empreendedorismo e brasileiros que buscam todos os dias, apesar das dificuldades, levar adiante seus negócios que são vitais para a economia do país.

O período foi marcado pelo relevante aumento no recebimento de denúncias. No ano de 2021, a Ouvidoria recebeu o total de 1.804 manifestações, sendo que 927 foram denúncias. Se comparado com 2020, houve um incremento de 207% nas demandas classificadas como denúncias. Em segundo lugar ficaram as reclamações, com 441 registros.

Vale ressaltar que o BNDES vem nos últimos anos tomando medidas para tornar o seu canal de denúncias aderente à legislação e às boas práticas do instituto de democracia participativa, tendo feito um esforço constante para a sua divulgação para o público interno e para o público externo.

Convém destacar, ainda, a aprovação no 2º semestre de 2021 do novo Regulamento da Ouvidoria, que, dentre outras coisas, instituiu a política de não retaliação aos denunciantes de boa-fé. Com tal ação, ficou expresso e institucionalizado que o BNDES assegura que todas as pessoas, físicas ou jurídicas, são livres para efetuar quaisquer tipos de denúncias à Ouvidoria do BNDES sem receio de retaliação por parte de empregados e administradores do Banco, estando assegurada ao denunciante de boa-fé proteção integral contra retaliações e isenção de responsabilização civil ou penal em relação à manifestação trazida ao conhecimento da Ouvidoria do BNDES.

15. BNDES TRANSPARENTE

Na manutenção do seu firme compromisso com a transparência de sua atuação, o BNDES busca estreitar seu relacionamento com seus diversos públicos através das seguintes iniciativas:

15.1. Canais de Atendimento

Central de Atendimento

Atendimento ao público externo quanto aos assuntos relacionados aos produtos, serviços e demais questões sobre as atividades do Sistema BNDES pelos canais: telefônico, através do número 0800 702-6337, correspondência e formulário eletrônico disponível em www.bndes.gov.br/faeconoco.

Realizamos 106 mil atendimentos no ano: 80% por telefone (com avaliação como ótimo ou bom por 95,5% dos respondentes, em pesquisa de satisfação), 17% via formulário web e os 3% restantes por outros meios de atendimento, como cerca de 4.000 contatos ativos para apoiar, principalmente, operações com o Cartão BNDES e processos de credenciamento.

Na Central de Atendimento, as principais dúvidas, tanto operacionais, como informacionais são relativas ao cartão BNDES, BNDES FINAME e acesso a capital de giro. Há também um registro específico para reclamação de agentes financeiros, que são insumos para melhoria contínua do relacionamento com nossos clientes e potenciais clientes de operações indiretas.

Em 2021, mensalmente, cerca de 3.000 clientes (30% do atendimento), responderam a pesquisa de satisfação após atendimento telefônico. Mesmo durante a pandemia, as notas se mantiveram em patamar elevado, registrando resultados ótimo ou bom por 95,5% dos respondentes.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Responsável pelo tratamento dos pedidos recebidos no âmbito da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), o SIC (www.bndes.gov.br/sic) oferece atendimento telefônico (0800-887-6000), por correspondência, via e-mail (sic@bndes.gov.br) ou, majoritariamente, através da Plataforma FalaBR, desenvolvida pela Controladoria Geral da União (CGU), no website <https://falabr.cgu.gov.br/>.

No ano de 2021, o SIC do BNDES recebeu 464 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais. Desse total, apenas 6% (28) foram reapresentados como recursos em 1ª instância; 1% (5) em 2ª instância, 0,4% (2) junto à CGU e 0,2% (1) junto à CMRI.

Os assuntos mais frequentes questionados pelos cidadãos em 2021, estão relacionados aos seguintes temas: informações sobre desestatização; informações sobre operações específicas de financiamento; e estatísticas e informações sobre Produtos, Programas e Fundos do BNDES.

Newsletters e e-mail marketing

Em 2021 passamos a utilizar o CRM do BNDES para divulgar as diversas newsletters do Banco, com destaque para: Blog de Conhecimento, Espaço Cultural, Garagem, Parcerias, e do Hub de Projetos, entre outras.

Além da comunicação das newsletters, foram realizados envios de e-mail de marketing, incluindo: comunicados ao mercado; divulgação de pesquisas e de eventos do BNDES, que totalizaram cerca de 210 ações de relacionamento.

Atendimento Presencial (Central de Atendimento e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC))

Os atendimentos presenciais estão suspensos desde 13 de março de 2020, quando o BNDES entrou em contingência, e permanecem suspensos, devido ao prolongamento da pandemia.

Sítio de Relações com Investidores

O BNDES disponibiliza ao público interessado o site <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/>, onde são divulgadas informações financeiras, gerenciais, de risco, rating, entre outras, do Sistema BNDES, e o e-mail ri@bndes.gov.br para encaminhamento de dúvidas/sugestões sobre esses temas.

Também mantêm um cadastro dos interessados em receber, por e-mail, informações financeiras do Sistema BNDES como demonstrações financeiras, informes econômico-financeiros, apresentações institucionais, entre outras. Ao final do exercício de 2021, o cadastro contava com 2.353 inscritos.

15.2. Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais

O sítio do BNDES recebeu, em 2021, 7.202.570 visitas, um decréscimo de 12,4% em relação ao total de acessos do ano anterior (8.224.355), quando a procura por informações de atuação do BNDES por ocasião do início da pandemia do Coronavírus fez o tráfego do site ficar acima da média.

Os principais avanços do sítio do BNDES em 2021 foram direcionados a ampliar o acesso da sociedade a informações sobre a atuação do Banco e seus resultados. Neste sentido, podemos destacar novos painéis de consulta que dão visibilidade a informações importantes, como a consulta aos contratos com consultores no âmbito de projetos de desestatização⁸. Vale destacar ainda o lançamento da seção "Prestação de contas"⁹, para atendimento a novo padrão de divulgação de determinadas ações de transparência, exigido pelo TCU.

Quanto a operações de crédito, podemos citar o painel de Desempenho Operacional do Crédito Rural¹⁰ e do BNDES Finame¹¹, com dados agregados que ajudam a compreender os resultados do Banco nestas áreas por recortes como perfil de cliente e distribuição geográfica.

Como outro aprimoramento, a seção de Responsabilidade Social e Ambiental do site foi remodelada, passando a se chamar "Desenvolvimento Sustentável"¹², com navegação mais fácil e ampliação das informações, de forma a comunicar melhor ao público as prioridades e compromissos do Banco no tema.

As redes sociais oficiais do BNDES, por sua vez, serviram de canal de divulgação para maior alcance das mensagens sobre o Banco, suas novas iniciativas, parcerias, projetos, instrumentos de apoio, resultados e ações. Além disso, desempenharam importante papel para reforçar mensagens-chave e informações que o Banco considera fundamentais na associação com a marca, anunciar eventos organizados pelo BNDES e prestar serviços, como ações de transparência e alertas contra fraudes.

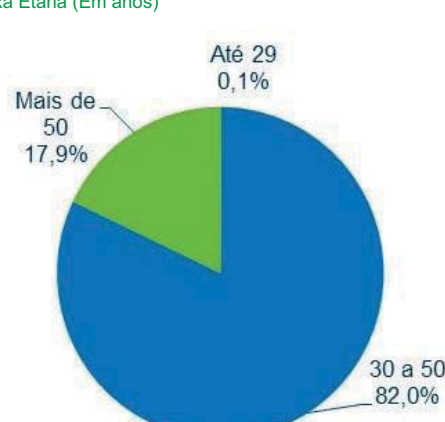
Quanto ao número de seguidores, houve um aumento de aproximadamente 10,5%, considerando-se a soma dos 5 principais perfis/páginas do Banco nas redes (Twitter, Facebook, LinkedIn, Instagram e YouTube), alcançando o total de 608.730 seguidores.

16. GESTÃO DE PESSOAS

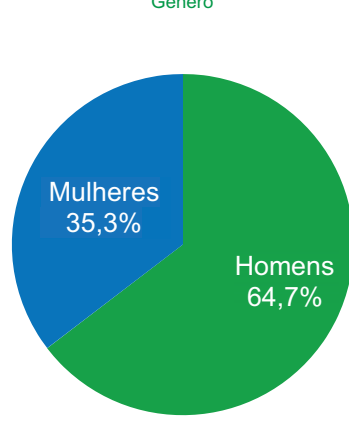
O BNDES encerrou o ano de 2021 com 2.471¹³ colaboradores e, devido às suas políticas de benefícios e de desenvolvimento de pessoal, continuou apresentando baixas taxas de rotatividade. Dos 42 desligamentos ocorridos no ano, 17 aconteceram por motivo de aposentadoria e 4 foram decorrentes do Plano de Estímulo à Aposentadoria implementado pela Diretoria do BNDES. O referido plano, lançado em 2020, teve 137 adesões. Os desligamentos remanescentes ocorreram em 2021.

16.1. Perfil do Corpo Funcional

Faixa Etária (Em anos)



Gênero



⁸ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/contratos-desestatizacao>

⁹ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas>

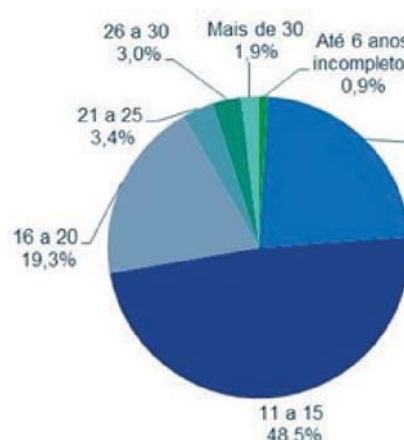
¹⁰ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/agropecuaria/credito-rural-desempenho-operacional>

¹¹ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/finame/finame-desempenho-operacional/finame-desempenho-operacional>

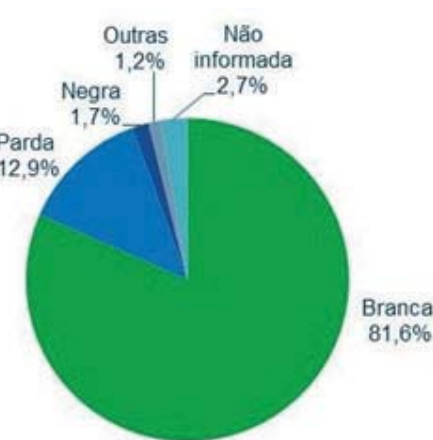
¹² <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/>

¹³ Composto por 2.450 funcionários de carreira, 20 transitórios e 1 cedido ao BNDES.

Tempo de Serviço (Em anos)



Raça



16.2. Aprendizado e Conhecimento

Em 2021, o BNDES deu continuidade às ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados. Muito embora as medidas de restrição ao convívio social tomadas em virtude da pandemia de COVID-19 tenham impactado a agenda de treinamentos externos, foram implantados programas de desenvolvimento tanto com cursos *in company* como *on line*.

Ao longo desse período, o Banco investiu aproximadamente R\$ 2,5 milhões em treinamentos externos de curta duração e programas de certificação, totalizando 1367 inscrições e 28.075 horas de treinamento e uma média de 20,5 horas por empregado capacitado nessas modalidades.

Foram registradas 52 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação, com R\$ 1,2 milhões investidos nessa modalidade, em que se destacam 16 apoios para a realização do MBA de PPPs e Concessões.

No âmbito dos treinamentos internos customizados, ocorreram 29 turmas presenciais e online síncronas, com um custo total de aproximadamente R\$ 1,2 milhão. Ao todo, foram computadas nesse segmento 10.775 horas de treinamento, com 1968 inscrições e uma média de 5,4 horas de treinamento por empregado em treinamentos internos customizados. Ainda, foram realizados treinamentos de instrutoria interna, sem custo, como, por exemplo, Introdução ao Orçamento Público e Desenho de PPPs para o Desenvolvimento.

Com o objetivo de sanar gaps de conhecimento identificados através de escutas realizadas junto às Diretorias, foi implantado o Programa de Desenvolvimento de Empregados e o Programa de Desenvolvimento de Líderes, que terão ações de desenvolvimento ofertadas para todos os funcionários ao longo de 36 meses, a partir de um investimento previsto de aproximadamente R\$ 2,2 milhões.

No programa de idiomas, contabilizamos 932 inscrições e um desembolso de R\$ 800 mil para o desenvolvimento no idioma inglês.

Seguimos investindo em diversas plataformas externas de cursos online, como EF English First, Alura e Pluralsight, e populando nossa plataforma interna, o BNDES EAD, com cursos e tutoriais adaptados às nossas necessidades e disponíveis a todos os funcionários, em que se destacam, neste ano, os cursos sobre a temática ASG (Ambiental, Social e Governança) e Open Banking.

O estímulo ao ensino a distância (EAD) permanece como um direcionador da aprendizagem corporativa no BNDES por permitir acesso mais amplo, maior economicidade e ir ao encontro das diretrizes de distanciamento social.

16.3. Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada pelas Áreas requisitantes após pré-seleção realizada pelo agente de integração, parceiro na administração do Programa. Em 31/12/2021, o BNDES contava com 324 estagiários em seu corpo funcional.

Em 2021, foram contratados 237 estagiários, sendo 25 PCDs. Além disso, cabe destacar que 43% dos estagiários contratados pontuavam nos critérios objetivos do histórico de desenvolvimento:

- (i) família inscrita no Cadastro Único, sendo beneficiária de algum programa socioassistencial do governo;
- (ii) beneficiário do sistema de cotas;
- (iii) beneficiários do PROUNI e FIES;
- (iv) Beneficiários de projetos sociais (como pré-vestibular comunitário); e
- (v) Ensino médio integralmente realizado na rede pública ou em rede privada, porém com a comprovação de bolsa integral

Este fato demonstra o compromisso do BNDES com a promoção da diversidade e inclusão social nas políticas e processos de Recursos Humanos. No que tange ao desenvolvimento dos estagiários, em 2021 foram implementadas 2 novas iniciativas: o Programa de Desenvolvimento dos Estagiários e Palestra de ambientação para novos estagiários, ambos desenvolvidos em pela Coordenação do Programa de Estágio em parceria com o Agente de Integração CIEE e a equipe de Treinamento do BNDES.

Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. É condição para o ingresso nesse Programa, que atualmente conta com 25 jovens aprendizes, estar inscrito no Cadastro Único, como forma de prover oportunidade a jovens de famílias com algum grau de vulnerabilidade econômica. Foram contratados 2 jovens PCDs, uma iniciativa inédita no Programa Jovem Aprendiz do BNDES.

A nova turma de aprendizes iniciou contrato em 11/01/2021 e tem recebido aulas quinzenais de educação financeira e outras temáticas que possam agregar pessoal e profissionalmente aos jovens, fruto de projeto voluntário conduzido por empregados do Banco. Quando do início das atividades presenciais, os aprendizes participaram de evento de boas-vindas e ambientação desenvolvido e ministrado pela gerência responsável pelo do Programa de Aprendizagem. Trata-se de uma iniciativa visando absorção de conhecimento sobre missão, visão, valores, cultura e estrutura do BNDES, além de motivação dos jovens a se desenvolverem através de relato de ex-aprendizes atualmente empregados do BNDES.

16.4. Valorização da Diversidade

O Sistema BNDES possui uma política corporativa de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade que reafirma o seu compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em seu ambiente de trabalho e nas instituições de sua cadeia de relacionamento. A primeira Política de Equidade e Valorização da Diversidade do BNDES data de 2015. Em agosto de 2020, uma nova Política foi aprovada pela Resolução CA nº 08/2020, de 12/08/2020.

Como passo seguinte, conforme previsto pela Resolução supracitada, foi aprovado, em junho de 2021, o Plano de Trabalho para concretização das diretrizes da Política de Equidade e Valorização da Diversidade do BNDES. O plano prevê, além de um conjunto de ações externas relacionadas a políticas operacionais, de crédito e aos *stakeholders*, ações internas voltadas para o incentivo à diversidade, equidade e inclusão no âmbito da gestão de pessoas no Banco. O plano apresenta um cronograma trienal, de 2021 a 2023, e busca alinhamento ao novo ciclo do plano de ações da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), tornando-se possível que o Comitê de Sustentabilidade acompanhe o conjunto de ações.

No que tange as ações internas, destacam-se as ações implementadas em 2021:

- ✓ Ações de monitoramento com o objetivo de possibilitar o acompanhamento de indicadores relacionados à diversidade e inclusão no BNDES;
- ✓ Ações relacionadas aos valores e à cultura pró sustentabilidade, diversidade e inclusão, como mapeamento e desenvolvimento de competências que favoreçam um ambiente propício à inovação e à diversidade de ideias, além do treinamento e desenvolvimento do corpo funcional nas questões de gênero, diversidade e inclusão;
- ✓ Ações de sensibilização relacionadas à temática de diversidade e inclusão;
- ✓ Ações relacionadas ao tema ASG no BNDES e nos negócios, incluindo a temática de equidade, diversidade e inclusão.
- ✓ Criação de um Programa de Voluntariado Corporativo, considerando que a atividade voluntária apoiada pela empresa é um forte indutor de comportamentos socialmente responsáveis e de desenvolvimento de competências relacionadas à colaboração, integração e inclusão e contribui para que a diversidade humana seja tratada de forma equânime, favorecendo a abertura ao novo e a quebra de vieses inconscientes; e
- ✓ Introdução do Histórico de Desenvolvimento (HD) como novo critério nas contratações de estagiários, destinado a estimular o ingresso de estudantes com condições socioeconômicas menos favorecidas. Em 2021, do total de 229 contratações realizadas, um percentual significativo (43,67%) foi de jovens que pontuaram em ao menos um dos requisitos do novo critério e 10,7% foram de deficientes.

16.5. Ações em função da pandemia do COVID-19

- ✓ O protocolo de prevenção à Covid-19 do BNDES foi aprimorado, dando sequência ao cumprimento das normas e padrões estabelecidos, destacadamente a Portaria Conjunta MS/SEPR nº 20, de 18/06/2020;
- ✓ Indicadores externos de controle da pandemia foram monitorados ao longo do ano e subsidiaram as decisões do Comitê de Contingência para a retomada do regime presencial de forma faseada, acompanhada de prévia comprovação da imunização para acessar as dependências do Banco, e preservando os grupos considerados de maior risco;
- ✓ Implementação de canal com a Medicina Ocupacional visando orientações de saúde física e mental e uma ampla triagem de sintomas e potencial contato, visando evitar a circulação de casos suspeitos nas dependências do BNDES;
- ✓ Continuidade dos exames periódicos para controle de saúde dos empregados, respeitando os protocolos de segurança para a realização;
- ✓ Antecipação de vacinação contra influenza;
- ✓ Manutenção das condições de trabalho no home office, com medidas como o fornecimento de notebook e permissão para retirada de cadeiras e acessórios ergonômicos nas dependências do BNDES, a título de empréstimo.

17. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.





MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		221.755.252	238.258.608	242.932.784	269.965.716
DISPONIBILIDADES	4	433.135	465.093	434.479	465.524
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4	91.027.118	92.866.031	94.864.308	96.655.970
Aplicações em moedas estrangeiras	4	309.918	499.825	309.918	499.825
Aplicações em operações compromissadas	4	90.717.200	92.365.329	94.554.390	96.155.268
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	-	877	-	877
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	75.105.896	92.307.180	74.674.100	100.400.722
Cotas de fundos de investimento	6.1 e 6.3	4.013.544	3.905.441	1.485.068	461.942
Títulos públicos	6.1	70.899.870	84.627.786	70.940.967	84.664.318
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	9	9	71.189	67.803
Ações	6.1 e 7.1	-	-	571.696	10.045.547
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	149.587	3.259.405	388.904	4.013.153
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	43.022	485.043	423.786	734.113
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(214)	(2.425)	(3.335)	(4.768)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	78	-	78	31.921
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	-	-	795.747	386.693
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	18.200.452	17.330.273	37.075.654	36.670.392
Repasse interfinanceiros	5	18.308.175	17.448.541	37.257.412	36.873.294
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(107.723)	(118.268)	(181.758)	(202.902)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	25.418.317	26.122.631	28.895.879	29.102.535
Operações de crédito	5	27.241.828	27.948.242	30.775.492	31.006.712
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(1.823.511)	(1.825.611)	(1.879.613)	(1.904.177)
OUTROS CRÉDITOS	5	10.289.074	7.872.172	5.706.104	5.374.345
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	46.886	48.364
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	(36.187)	(41.922)
Direitos recebíveis	5.9	1.648	1.795	966.242	126.212
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(1.031)	(821)	(964.174)	(125.018)
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	15.3	30.191	2.590	356.582	94.737
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		4.896.728	2.919.653	132.415	227.301
Devedores por depósito em garantia		90.671	55.693	98.919	60.457
Pagamentos a ressarcir		299.607	250.259	115.774	69.845
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	4.549.390	4.295.530	4.549.390	4.295.530
Diversos		421.870	347.473	440.257	618.839
OUTROS VALORES E BENS	9	1.281.260	1.295.228	1.282.260	1.295.228
Despesas antecipadas		1.280.073	1.293.241	1.280.074	1.293.242
Outros valores e bens		1.187	1.987	1.187	2.986
Ativos não financeiros mantidos para venda		-	-	999	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		552.447.469	560.106.224	494.245.653	508.376.259
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		433.502.524	442.081.664	482.203.729	497.243.903
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	38.918.447	35.887.201	85.795.675	88.104.969
Ações	6.1 e 7.1	7.126.933	7.307.037	50.940.167	54.739.405
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.4.1	4.410.706	3.694.734	4.410.706	3.921.372
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.4.2	701.705	997.207	1.968.220	2.989.548
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.4.2	(4.321)	(6.050)	(10.990)	(17.558)
Títulos públicos	6.1	16.705.647	21.633.634	16.705.647	21.633.634
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	9.678.240	2.260.222	9.678.240	2.260.222
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.5.1	151.704	-	151.704	-
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.5.1	147.833	417	149.457	748.467
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	6.3	-	-	1.802.524	1.829.879
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	156.821.246	158.210.115	124.153.505	130.253.088
Repasse interfinanceiros	5	157.749.422	159.289.798	125.240.821	131.518.532
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(928.176)	(1.079.683)	(1.087.316)	(1.265.444)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	225.912.985	230.525.023	249.414.352	250.919.630
Operações de crédito	5	242.119.995	246.635.542	266.000.502	267.567.859
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(16.207.010)	(16.110.519)	(16.586.150)	(16.648.229)
OUTROS CRÉDITOS	5	11.848.558	17.459.325	22.838.909	27.966.216
Créditos tributários	15.2	10.195.395	12.278.970	18.923.879	20.853.756
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	598.295	1.060.812
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9.3	-	-	(461.761)	(919.522)
Direitos recebíveis	5.9	10.740	13.088	52.842	809.180
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9.3	(6.725)	(5.988)	(48.763)	(800.673)
Créditos perante o Tesouro Nacional	19.2.1	1.132.610	738.760	2.033.029	1.334.031
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	8.1	496.503	4.416.291	496.503	4.416.291
Incentivos fiscais		1.350	3.350	29.298	21.927
Devedores por depósitos em garantia		-	-	763.834	742.902
Cessão de direitos de capitalização		-	-	430.503	430.503
Diversos		18.685	14.854	21.250	17.009
OUTROS VALORES E BENS	9	1.288	-	1.288	-
Ativos não financeiros mantidos para venda		-	-	1.288	-
INVESTIMENTOS	7	118.838.282	117.906.251	11.935.261	11.014.047
Participações em controladas e coligadas	7.2	118.696.136	117.761.105	11.793.115	10.868.901
Participações em outras empresas	7.3	100.000	103.000	100.000	103.000
Outros investimentos	7.4	42.146	42.146	42.146	42.146
IMOBILIZADO DE USO	7	100.532	107.259	100.532	107.259
INTANGÍVEL	7	6.131	11.050	6.131	11.050
TOTAL DO ATIVO		774.202.721	798.364.832	737.178.437	778.341.975

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	BNDES		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		131.493.715	122.565.127	81.164.400	84.506.440
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		1.011.356	1.050.935	1,011.356	1,050.935
Depósitos especiais - FAT	11.2	939.667	1.027.032	939.667	1.027.032
Depósitos interfinanceiros		71.158	23.392	71.158	23.392
Diversos		531	511	531	511
CAPTAÇÕES NO MERCADO		93.068.413	79.720.758	39.825.117	40.521.542
Obrigações por operações compromissadas	12	93.068.413	79.720.758	39.825.117	40.521.542
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS	14	1.423.552	445.113	1,423.552	445.113
Debêntures	14.1	369.870	445.113	369.870	445.113
Letras Financeiras	14.2	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	13.792.663	17.445.018	13,792.663	17,445.018
Empréstimos no país	10.1	445.660	441.325	445.660	441.325
Empréstimos no exterior - Bônus	10.1	129.930	118.319	129.930	118.319
Repasse no país		10.444.759	14.117.421	10.444.759	14.117.421
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	8.138.152	11.967.434	8.138.152	11.967.434
Fundo da Marinha Mercante	10.1	2.306.607	2.149.987	2.306.607	2.149.987
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	2.772.314	2.767.953	2.772.314	2.767.953
OUTRAS OBRIGAÇÕES	13	13.577.640	16.578.605	16,491.621	17,719.134
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	8.277.037	8.174.767	8.328.770	8.200.175
Impostos e contribuições sobre o lucro	15.1	2.517.069	1.421.753	4.252.772	2.177.379
Outros impostos e contribuições		194.011	170.394	243.661	244.129
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18	-	4.911.855	-	4.911.855
Provisões trabalhistas e cíveis	16	2.038	1.942	754.486	2.030
Passivo atuarial - PBB	17.1.1	283.335	216.233	363.885	277.792
Vinculadas ao Tesouro Nacional		-	6.186	3.880	16.354
Passivo atuarial - PAS	17.1.2	43.867	37.761	72.407	63.637
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	46.206	12.701	46.206	12.701
Obrigações por depósitos a apropriar	13.2	377.490	382.680	422.439	495.508
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		-	-	96.942	-
Diversas	13.4	1.834.890	1.242.333	1.906.173	1.317.574
DÍVIDAS SUBORDINADAS		7.562.220	6.068.900	7,562.220	6,068.900
FAT constitucional	11.1	7.562.220	6.068.900	7.562.220	6.068.900
Outras dívidas subordinadas		7.562.220	6.068.900	7.562.220	6.068.900
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS AO CAPITAL PRINCIPAL	19.2.3	1,057.871	1,255.798	1,057.871	1,255.798
Secretaria do Tesouro Nacional		1.057.871	1.255.798	1.057.871	1.255.798
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		515,711,982	562,797,188	529,017,013	580,833,018
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		5,701,597	6,154,837	5,701,597	6,154,837
Depósitos especiais - FAT	11.2	5.701.597	6.154.837	5.701.597	6.154.837
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS	14	734,886	2,111,520	734,886	2,111,520
Debêntures	14.1	734.886	1.107.070	734.886	1.107.070
Letras Financeiras	14.2	-	1.004.450	-	1.004.450
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	148,421,595	205,884,653	148,421,595	205,884,653
Empréstimos no país	10.1	2.387.290	2.751.055	2.387.290	2.751.055
Empréstimos no exterior - Bônus	10.1	8.877.833	8.267.259	8.877.833	8.267.259
Repasse no país		115.538.570	170.622.004	115.538.570	170.622.004
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2.2	93.179.941	146.496.407	93.179.941	146.496.407
Fundo da Marinha Mercante	10.1	21.722.720	23.674.444	21.722.720	23.674.444
Outros		635.909	451.153	635.909	451.153
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	21.617.902	24.244.335	21.617.902	24.244.335
OUTRAS OBRIGAÇÕES	13	5,659,172	11,368,805	18,964,203	29,404,635
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13.1	316.132	346.321	538.718	541.574
Passivo atuarial - PBB	17.1.1	1.269.946	2.734.635	1.556.803	3.201.877
Provisões trabalhistas e cíveis	16	143.187	129.595	1.164.474	1.759.617
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.1	3.275	3.570	3.275	3.570



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	BNDDES				Consolidado	
		2º semestre de 2021	2021	2020	2º semestre de 2021	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		29.977.470	51.708.029	46.314.929	31.064.098	54.345.109	48.779.755
Operações de crédito e repasses interfinanceiros							
. Moeda nacional		19.174.659	35.334.703	26.699.926	19.856.035	36.625.531	28.389.606
. Moeda estrangeira		4.964.780	4.075.768	10.728.223	5.228.529	4.584.818	11.308.569
Resultado com títulos e valores mobiliários		5.235.328	11.228.712	8.123.780	5.376.831	12.065.914	8.318.580
Rendas com administração de fundos e programas		602.703	1.068.846	763.000	602.703	1.068.846	763.000
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(22.623.971)	(34.689.604)	(37.181.089)	(20.542.983)	(31.743.220)	(36.911.078)
Captação no mercado - financiamentos e repasses							
. Moeda nacional		(19.394.816)	(34.170.365)	(24.164.241)	(17.986.418)	(32.144.600)	(23.305.156)
. Moeda estrangeira		(8.408.342)	(6.686.325)	(17.807.591)	(8.408.342)	(6.686.325)	(17.807.591)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.5.3	4.089.640	4.301.648	4.434.013	4.089.640	4.301.648	4.434.013
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.10	1.009.937	1.803.817	(361.505)	1.675.012	2.719.325	(945.705)
Reversão (constituição) de provisão		116.866	(433.253)	(7.118.501)	500.100	166.259	(9.449.060)
Recuperação de créditos baixados		893.071	2.237.070	6.756.996	1.174.912	2.553.066	8.503.355
Resultado da carteira de câmbio		79.610	61.621	718.235	87.125	66.732	713.361
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.11	7.353.499	17.018.425	9.133.840	10.521.115	22.601.889	11.868.677
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		13.553.226	23.216.302	16.826.038	14.122.620	25.519.797	19.950.189
Resultado com equivalência patrimonial	7.2.1 e 7.2.3	13.229.873	23.792.927	11.469.140	2.858.450	4.276.712	419.951
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		352.854	759.396	1.116.320	354.822	675.442	956.911
Amortização de ágios		-	-	-	(12.867)	(25.748)	(304.357)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos - renda variável	7	1.110.388	1.110.388	(198.801)	5.283.927	5.271.639	(632.330)
Receita de dividendos	7.1.4	514.663	846.289	145.541	4.424.261	6.430.359	818.321
Receita de juros sobre o capital próprio	7.1.4	142.736	142.736	67.871	1.317.904	1.356.814	1.348.825
Resultado com alienações de títulos de renda variável	7.1.3	35.636	35.636	7.516.511	1.676.338	12.757.889	22.683.087
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.5.3	(328)	147.416	61	(96.282)	(150.650)	363.882
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		52.821	56.767	18.414	657.032	529.753	418.500
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		-	-	-	406.266	109.222	(74.967)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e civis	16	(4.189)	(15.447)	(62.661)	(81.542)	(159.092)	(186.936)
Despesas tributárias		(375.930)	(1.056.328)	(607.357)	(640.482)	(1.983.882)	(1.660.144)
Despesas com pessoal		(670.236)	(1.253.922)	(1.094.275)	(1.098.891)	(2.055.753)	(1.989.930)
Despesas administrativas		(129.773)	(232.692)	(179.107)	(200.951)	(351.074)	(284.409)
Outras receitas operacionais		14.879	22.214	137.965	67.405	81.278	161.102
Outras despesas operacionais		(720.168)	(1.139.078)	(1.503.584)	(792.770)	(1.243.112)	(2.087.317)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		20.906.725	40.234.727	25.959.878	24.643.735	48.121.686	31.818.866
Imposto de renda	15.1	(376.333)	(2.190.566)	(2.425.234)	(1.838.192)	(6.786.020)	(7.425.858)
Contribuição social	15.1	(451.367)	(1.951.523)	(1.776.676)	(1.132.970)	(3.844.819)	(3.757.173)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	15.2	(971.338)	(1.868.871)	(938.984)	(2.465.994)	(3.168.188)	295.523
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS		19.107.687	34.223.767	20.818.984	19.206.579	34.322.659	20.931.358
Participação nos resultados		(154.678)	(154.678)	(137.488)	(253.570)	(253.570)	(248.862)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		18.953.009	34.069.089	20.681.496	18.953.009	34.069.089	20.681.496
Quantidade de ações		6.273.711.452	6.273.711.452	6.273.711.452			
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		3,021020	5,430452	3,296533			

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	BNDDES e Consolidado		
	2º semestre de 2021	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	18.953.009	34.069.089	20.681.496
Outros resultados abrangentes			
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos próprios	(6.935.682)	(14.851.104)	(8.350.432)
Efeito fiscal	(10.064.232)	(22.757.420)	(17.694.322)
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos de coligadas	3.751.784	8.547.893	7.096.194
Ajuste acumulado de conversão - ativos de coligadas	56.838	97.469	(17.725)
Outros resultados abrangentes - ativos de coligadas	(679.326)	(745.794)	2.130.892
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:	1.360.738	3.463.598	772.717
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - próprio	1.485.015	3.400.924	751.918
Efeito fiscal	(241.654)	(274.403)	(35.035)
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - de controladas	117.377	337.077	55.834
Total de Outros Resultados Abrangentes	(5.574.944)	(11.387.506)	(7.577.715)
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	13.378.065	22.681.583	13.103.781

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital social		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Próprios		
Em 1º de janeiro de 2020		47.249.176	-	4.700.159	201.355	6.734.004	6.551.560	38.947.272	427.065	104.810.591
Aumento de capital		6.734.004	-	-	-	(6.734.004)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	(9.881.245)	2.303.530	-	(7.577.715)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	20.681.496
Destinação do resultado	18.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	1.034.075	-	-	-	-	-	(1.034.075)
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	-	7.858.968	-	-	-	(7.858.968)
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	-	6.876.598	-	-	(6.876.598)
. Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	6.748	-	(17.725)
. Juros sobre capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.725.110)
Em 31 de dezembro de 2020		53.983.180	-	5.734.234	201.355	7.858.968	13.428.158	29.066.027	2.730.595	113.002.517
Mutações no exercício		6.734.004	-	1.034.075	-	1.124.964	6.876.598	(9.881.245)	2.303.530	8.191.926
Em 1º de janeiro de 2021		53.983.180	-	5.734.234	201.355	7.858.968	13.428.158	29.066.027	2.730.595	113.002.517
Aumento de capital	18.1	7.858.968	-	-	-	(7.858.968)	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	(11.083.006)	(304.500)	-	(11.387.506)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	34.069.089
Destinação do resultado	18.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	1.703.454	-	-	-	-	-	(1.703.454)
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	-	12.946.254	-	-	-	(12.946.254)
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	-	10.732.305	-	-	(10.732.305)
. Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.755.171)
. Juros sobre o capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.931.905)
Em 31 de dezembro de 2021		61.842.148	-	7.437.688	201.355	12.946.254	24.160.463	17.983.021	2.426.095	126.997.024
Mutações no exercício		7.858.968	-	1.703.454	-	5.087.286	10.732.305	(11.083.006)	(304.500)	13.994.507
Em 1º julho de 2021		53.983.180	7.858.968	5.734.234	201.355	-	-	23.052.108	2.931.952	15.116.080
Aumento de capital	18.1	7.858.968	(7.858.968)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.2	-	-	-	-	-	-	(5.069.087)	(505.857)	(5.574.944)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	-	18.953.009
Destinação do resultado	18.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal		-	-	1.703.454	-	-	-	-	-	(1.703.454)
. Reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	-	12.946.254	-	-	-	(12.946.254)
. Reserva de equalização de dividendos		-	-	-	-	-	10.732.305	-	-	(10.732.305)
. Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.755.171)
. Juros sobre o capital próprio intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.931.905)
Em 31 de dezembro 2021		61.842.148	-	7.437.688	201.355	12.946.254	24.160.463	17.983.021	2.426.095	126.997.024
Mutações no semestre		7.858.968	(7.858.968)	1.703.454	-	12.946.254	10.732.305	(5.069.087)	(505.857)	(15.116.080)

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	BNDDES			Consolidado		
	2º semestre de 2021	2021	2020	2º semestre de 2021	2021	2020
Atividades operacionais						
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social e participação nos resultados	20.906.725	40.234.727	25.959.878	24.643.735	48.121.686	31.818.866
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	(15.266.967)	(26.694.704)	(10.663.946)	(9.547.984)	(11.787.789)	1.467.783
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.009.937)	(1.803.817)	361.505	(1.675.012)	(2.719.325)	945.705
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e civis	4.189	15.447	62.661	81.542	159.092	186.936
Resultado com equivalência patrimonial	(13.229.873)	(23.792.927)	(11.469.140)	(2.858.450)	(4.276.712)	(419.951)
Amortização de ágios	-	-	-	12.867	25.748	304.357
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	70.334	125.497	161.785	70.334	125.497	161.785
Depreciação	8.380	18.900	20.503	8.380	18.900	20.503
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos - renda variável	(1.110.388)	(1.110.388)	198.801	(5.283.927)	(5.271.639)	632.330
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável	328	(147.416)	(61)	96.282	150.650	(363.882)
Varição de ativos e obrigações	(18.145.593)					



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	BNDES			Consolidado		
	2021	2020		2021	2020	
RECEITAS	54.570.841	54.742.696		71.079.186	72.038.208	
Intermediação financeira	51.708.029	46.314.929		54.345.109	48.779.755	
Outras receitas	1.058.995	8.789.272		14.014.752	24.204.158	
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	1.803.817	(361.505)		2.719.325	(945.705)	
DESPESAS	(37.685.619)	(38.385.898)		(35.902.422)	(38.239.695)	
Intermediação financeira	(36.493.421)	(36.819.584)		(34.462.545)	(35.965.373)	
Outras despesas	(1.192.198)	(1.566.314)		(1.439.877)	(2.274.322)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	904.915	(347.945)		4.964.498	(869.185)	
Materiais, energia e outros	(16.225)	(14.579)		(25.469)	(25.325)	
Serviços de terceiros	(189.248)	(134.565)		(281.672)	(211.530)	
Perda (recuperação) de valores ativos	1.110.388	(198.801)		5.271.639	(632.330)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	17.790.137	16.008.853		40.141.262	32.929.328	
RETENÇÕES	(11.529)	(11.277)		(18.900)	(20.503)	
Depreciação	(11.529)	(11.277)		(18.900)	(20.503)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	17.778.608	15.997.576		40.122.362	32.908.825	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	24.781.952	11.682.552		12.063.885	2.587.097	
Resultado de equivalência patrimonial	23.792.927	11.469.140		4.276.712	419.951	
Dividendos e juros sobre capital próprio	989.025	213.412		7.787.173	2.167.146	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	42.560.560	27.680.128		52.186.247	35.495.922	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	42.560.560	100,0%	27.680.128	100,0%	35.495.922	100,0%
Pessoal e encargos	1.117.682	2,6%	975.490	3,5%	1.831.789	3,5%
- Remuneração direta	691.234		611.751		1.132.987	
- Benefícios	337.727		263.451		553.651	
- FGTS	54.082		56.947		88.365	
- Outros	34.639		43.341		56.786	
Impostos, taxas e contribuições	7.215.088	17,0%	5.880.386	21,3%	16.025.203	30,8%
- Federais	7.194.211		5.860.149		16.000.434	
- Estaduais	7		6		10	
- Municipais	20.870		20.231		24.759	
Aluguéis	4.023	0,0%	5.268	0,0%	6.596	0,0%
Participação nos resultados	154.678	0,4%	137.488	0,5%	253.570	0,5%
Dividendos e juros sobre capital próprio	8.687.076	20,4%	4.911.855	17,7%	8.687.076	16,6%
Lucros retidos	25.382.013	59,6%	15.769.641	57,0%	25.382.013	48,6%

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e supervisionada pelo Ministério da Economia. Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 24 ou por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

Coronavírus ("COVID-19")

O ano de 2021 foi caracterizado pelo combate à pandemia do novo coronavírus, com a recuperação do dinamismo econômico acontecendo a partir do avanço na vacinação e das ações anticíclicas colocadas em prática por diferentes países. A retomada aconteceu de forma irregular, sujeita a retrocessos com o surgimento de novas variantes e de surtos localizados, como ocorreu no quarto trimestre com a propagação da variante ômicron. No Brasil, o avanço da vacinação a partir do segundo trimestre de 2021 trouxe a queda dos casos e óbitos por COVID-19 e, com o aumento da mobilidade e a normalização das atividades econômicas, os impactos positivos chegaram também ao mercado de trabalho. Informações adicionais da carteira de operações de crédito e repasses podem ser observadas na Nota Explicativa n.º 5.6 e 5.8.

Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações. Os valores, por fator de risco, para operações marcadas a mercado no balanço e operações cambiais, apurados utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco, estão divulgados na Nota Explicativa n.º 21.1.2, Riscos de Mercado.

A Administração do Banco não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis. Não obstante, seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado à COVID-19, de forma a refleti-los e/ou divulgá-los tempestivamente nas demonstrações financeiras, sobretudo acerca de mudanças de avaliação, recuperabilidade de ativos, mensuração do valor justo, passivos atuariais e provisões para perda esperada.

Ações do Sistema BNDES

O BNDES vem realizando diversas ações anticíclicas contra efeitos econômicos negativos da COVID-19, como a expansão da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas, suspensão temporária de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES – *standstill*, concessão de apoio emergencial à saúde e o programa *Matchfunding* Salvando Vidas, entre outras ações que podem ser conhecidas através do site do BNDES <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contra-coronavirus>.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas conjuntamente às demonstrações financeiras consolidadas, que incluem as subsidiárias integrais e os fundos de investimento financeiros sob controle do BNDES.

2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Demonstrações Financeiras") foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 21 de fevereiro de 2022. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 24 de fevereiro de 2022.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As Demonstrações Financeiras do BNDES foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, Lei n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016 e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para fins de consolidação, quando não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

No âmbito do processo de convergência contábil internacional, iniciado no Brasil em 2007 com a publicação da Lei n.º 11.638/2007, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém a maioria ainda não foi homologada pelo CMN e não existe previsão de quando isso ocorrerá. Dessa forma, na elaboração das Demonstrações Financeiras, foram adotados os seguintes pronunciamentos recepcionados pelo CMN:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros;
- CPC 24 – Eventos Subsequentes;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;
- CPC 41 – Resultado por ação; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do BNDES.

Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as Demonstrações Financeiras no exercício corrente

Variações patrimoniais

Os ativos totais apresentaram redução no exercício explicada, principalmente, pela devolução antecipada de recursos ao Tesouro Nacional.

A carteira de crédito e repasses apresentou redução em relação ao ano anterior, a despeito de um pequeno acréscimo no trimestre. O retorno em montante superior às liberações foi atenuado pela apropriação de encargos contratuais e pelo efeito da variação cambial sobre as operações em moeda estrangeira.

A redução da carteira de participações societárias no período é explicada pela alienação de ações, principalmente de Vale, JBS e Klabin, atenuada pelo maior resultado de equivalência patrimonial no exercício.

Em relação às fontes de recursos, a diminuição do passivo com o Tesouro Nacional decorreu da já mencionada devolução antecipada de recursos, somada a amortizações e pagamento de juros ordinários. Por outro lado, observa-se aumento do saldo do FAT, em que o ingresso ordinário de recursos, somado à apropriação de juros e variação cambial, superou o montante pago a título de juros no período.

Por fim, o patrimônio líquido apresentou crescimento no exercício. O efeito do lucro líquido do ano foi atenuado pelo registro da antecipação de juros sobre capital próprio e dividendos e pela redução do ajuste de avaliação patrimonial da carteira de participações societárias a valor justo, líquida de tributos.

Variações de resultado

No exercício, o lucro líquido apresentou aumento em relação ao ano anterior, influenciado por: (i) maior resultado com participações societárias devido ao ganho com alienação de ações da Vale, JBS e Klabin, ao recebimento de dividendos e à reversão de *impairment* de Petrosbras; (ii) aumento no resultado de intermediação financeira, influenciado por ganho na venda de debêntures da Vale e maior remuneração da tesouraria decorrente do aumento da taxa SELIC, e (iii) reversão de provisão para risco de crédito, em virtude da melhora da classificação de risco de algumas empresas e de recuperações de crédito.

No resultado recorrente do período, que desconsidera, entre outros, os efeitos da provisão para risco de crédito e os resultados

não recorrentes de participações societárias, observou-se aumento em relação ao exercício anterior, devido principalmente ao maior resultado com dividendos e juros sobre capital próprio e acréscimo do produto de intermediação financeira.

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório da Administração do BNDES.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis aplicadas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.

3. CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR;
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME;
- Fundo BB Juno – Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo BB Gaia – Fundo de Investimento de Renda Fixa; e
- Fundo BB Gaia II – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidades	433.135	465.093	434.479	465.524
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	91.027.118	92.866.031	94.864.308	96.655.970
Aplicações em operações compromissadas	90.717.200	92.365.329	94.554.390	96.155.268
Aplicações em moedas estrangeiras	309.918	499.825	309.918	499.825
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	877	-	877
Total	91.460.253	93.331.124	95.298.787	97.121.494

(*) Considerados como caixa e equivalentes de caixa somente para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

As operações compromissadas (compra de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão) são operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos federais.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

Pelo fato do BNDES não dispor de agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações de repasses interfinanceiros realizados por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

O tratamento contábil das operações de crédito e repasses interfinanceiros e da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD segue os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999. Para detalhes, vide Nota Explicativa n.º 26.5.

Conforme previsto no Artigo 6º da Resolução CMN n.º 2.682/1999, a Administração do BNDES, quando pertinente, constitui provisão complementar ao mínimo requerido pela referida Resolução, visando cobrir riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico atual, entendidas pela Administração como necessárias.

5.1. Composição das operações

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Operações de crédito	269.361.823	274.583.784	296.775.994	298.574.571
Circulante	27.241.828	27.948.242	30.775.492	31.006.712
Não circulante	242.119.995	246.635.542	266.000.502	267.567.859
Repasses Interfinanceiros	176.057.597	176.738.339	162.498.233	168.391.826
Circulante	18.308.175	17.448.541	37.257.412	36.873.294
Não circulante	157.749.422	159.289.798	125.240.821	131.518.532
Total	445.419.420	451.322.123	459.274.227	466.966.397
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Operações de crédito	(18.030.521)	(17.936.130)	(18.465.763)	(18.552.406)
Circulante	(1.823.511)	(1.825.611)	(1.879.613)	(1.904.177)
Não circulante	(16.207.010)	(16.110.519)	(16.586.150)	(16.648.229)
Repasses interfinanceiros	(1.035.899)	(1.197.951)	(1.269.074)	(1.468.346)
Circulante	(107.723)	(118.268)	(181.758)	(202.902)
Não circulante	(928.176)	(1.079.683)	(1.087.316)	(1.265.444)
Total	(19.066.420)	(19.134.081)	(19.734.837)	(20.020.752)

5.2. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas

	BNDES					
	2021			2020		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	53.258.851	23.531.740	76.790.591	50.434.124	23.360.477	73.794.601
Outras	333.863.240	34.765.589	368.628.829	340.335.392	37.192.130	377.527.522
Total	387.122.091	58.297.329	445.419.420	390.769.516	60.552.607	451.322.123

	Consolidado					
	2021			2020		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	-	-	-	-	-	-
Outras	400.962.523	58.311.704	459.274.227	406.387.841	60.578.556	466.966.397
Total	400.962.523	58.311.704	459.274.227	406.387.841	60.578.556	466.966.397

5.3. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Setor público				
Administração pública	44.154.234	46.726.977	44.157.820	46.731.107
Atividades empresariais				
Indústria	9.985.958	13.223.313		



5.4. Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Vencidos:	956.155	170.158	1.004.004	200.876
A vencer:				
Até 1 ano	44.593.848	45.226.625	67.028.900	67.679.130
Entre 1 e 2 anos	35.926.781	40.858.234	55.263.506	60.577.234
Entre 2 e 3 anos	37.361.130	34.724.417	48.977.734	50.213.741
Entre 3 e 5 anos	61.753.932	66.453.507	73.903.302	77.440.761
Entre 5 e 10 anos	122.561.505	118.356.214	116.919.347	112.553.904
Após 10 anos	142.266.069	145.532.968	96.177.434	98.300.751
Total	445.419.420	451.322.123	459.274.227	466.966.397

5.5. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	BNDES							
	2021		2020		2021		2020	
	Operações de crédito	%	Repasses interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses interfinanceiros	%
Maior cliente	15.985.193	5,9%	76.790.591	43,7%	16.366.183	6,0%	73.794.601	41,7%
10 seguintes maiores clientes	51.043.082	18,9%	86.144.729	48,9%	53.421.598	19,5%	90.068.284	51,0%
20 seguintes maiores clientes	47.223.469	17,5%	12.229.358	6,9%	48.707.684	17,7%	11.833.357	6,7%
50 seguintes maiores clientes	61.189.633	22,7%	892.919	0,5%	57.899.423	21,1%	1.042.097	0,6%
100 seguintes maiores clientes	44.852.872	16,7%	-	-	45.718.724	16,7%	-	-
Demais clientes	49.067.574	18,3%	-	-	52.470.172	19,0%	-	-
Total	269.361.823	100,0%	176.057.597	100,0%	274.583.784	100,0%	176.738.339	100,0%

	Consolidado							
	2021		2020		2021		2020	
	Operações de crédito	%	Repasses interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses interfinanceiros	%
Maior cliente	15.985.193	5,4%	22.709.367	14,0%	16.366.183	5,5%	25.159.637	14,9%
10 seguintes maiores clientes	61.833.279	20,8%	104.486.884	64,2%	63.334.920	21,2%	109.168.514	64,8%
20 seguintes maiores clientes	50.369.909	17,0%	31.307.221	19,3%	53.283.659	17,8%	30.438.248	18,1%
50 seguintes maiores clientes	65.895.196	22,2%	3.994.761	2,5%	62.278.477	20,9%	3.625.427	2,2%
100 seguintes maiores clientes	49.272.482	16,6%	-	-	48.718.024	16,3%	-	-
Demais clientes	53.419.935	18,0%	-	-	54.593.308	18,3%	-	-
Total	296.775.994	100,0%	162.498.233	100,0%	298.574.571	100,0%	168.391.826	100,0%

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o BNDES não possuía excesso de exposição com nenhum grupo econômico segundo os critérios das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e 4.678/2018.

5.6. Composição da carteira e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

Estão apresentadas a seguir as provisões constituídas para as operações de crédito e repasses interfinanceiros:

a) Operações de crédito

Nível de Risco	% Provisão	Situação	BNDES				Consolidado			
			2021		2020		2021		2020	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
AA 0,0	Adimplente	47.929.001	-	40.963.429	-	48.345.785	-	40.963.429	-	
A 0,5	Adimplente	93.188.912	(465.945)	96.338.803	(481.696)	95.647.545	(478.238)	96.681.930	(483.410)	
B 1,0	Adimplente	75.614.347	(756.143)	85.711.139	(857.111)	91.850.569	(918.505)	90.640.502	(906.405)	
C 3,0	Adimplente	13.767.169	(413.013)	15.483.052	(464.490)	22.038.779	(661.160)	34.197.516	(1.025.925)	
C 3,0	Inadimplente	-	-	18.065	(542)	-	-	18.065	(542)	
D 10,0	Adimplente	19.560.618	(1.956.062)	14.657.540	(1.465.754)	19.560.618	(1.956.062)	14.657.540	(1.465.754)	
D 10,0	Inadimplente	116.833	(11.683)	68.369	(6.837)	116.833	(11.683)	68.369	(6.837)	
E 30,0	Adimplente	6.427.521	(1.928.256)	6.938.017	(2.081.406)	6.453.926	(1.936.179)	6.938.017	(2.081.406)	
F 50,0	Adimplente	97.113	(48.559)	3.612.117	(1.806.058)	97.113	(48.559)	3.612.117	(1.806.058)	
F 50,0	Inadimplente	418.899	(209.450)	42.034	(21.017)	418.899	(209.450)	42.034	(21.017)	
H 100,0	Adimplente	11.375.743	(11.375.743)	10.721.835	(10.721.835)	11.380.260	(11.380.260)	10.725.668	(10.725.668)	
H 100,0	Inadimplente	865.667	(865.667)	29.384	(29.384)	865.667	(865.667)	29.384	(29.384)	
Total		269.361.823	(18.030.521)	274.583.784	(17.936.130)	296.775.994	(18.465.763)	298.574.571	(18.552.406)	
Circulante		27.241.828	(1.823.511)	27.948.242	(1.825.611)	30.775.492	(1.879.613)	31.006.712	(1.904.177)	
Não circulante		242.119.995	(16.207.010)	246.635.542	(16.110.519)	266.000.502	(16.586.150)	267.567.859	(16.648.229)	

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não foram constituídas provisões complementares além das provisões requeridas pela Resolução BACEN n.º 2.682/1999.

Durante o exercício de 2021, em decorrência das condições adversas geradas pela pandemia do Coronavírus na Economia, houve rebaixamentos de risco, com destaque para empresas/entes que foram fortemente afetados. Em 2021, houve melhora de classificação de risco para algumas empresas/entes.

b) Repasses interfinanceiros

Nível de Risco	% Provisão	Situação	BNDES				Consolidado			
			2021		2020		2021		2020	
			Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão	Carteira Bruta	Provisão
AA 0,0	Adimplente	112.797.572	-	113.413.444	-	55.057.751	-	61.251.933	-	
A 0,5	Adimplente	51.288.152	(35.775.136)	(256.340)	(178.875)	93.460.763	(73.503.949)	(467.304)	(367.519)	
B 1,0	Adimplente	10.733.749	(25.000.919)	(107.337)	(250.009)	12.713.549	(30.088.098)	(127.134)	(300.881)	
C 3,0	Adimplente	-	(995.318)	-	(29.860)	-	(1.879.848)	-	(56.396)	
E 30,0	Adimplente	6.762	(397.090)	(2.029)	(119.127)	14.808	(411.566)	(4.443)	(123.470)	
F 50,0	Adimplente	1.162.341	(1.072.703)	(581.172)	(536.351)	1.162.341	(1.072.703)	(581.172)	(536.351)	
H 100,0	Adimplente	89.021	(83.729)	(89.021)	(83.729)	89.021	(83.729)	(89.021)	(83.729)	
Total		176.057.597	(176.738.339)	(1.035.899)	(1.197.951)	162.498.233	(168.391.826)	(1.269.074)	(1.468.346)	
Circulante		18.308.175	(17.448.541)	(107.723)	(118.268)	37.257.412	(36.873.294)	(181.758)	(202.902)	
Não circulante		157.749.422	(159.289.798)	(928.176)	(1.079.683)	125.240.821	(131.518.532)	(1.087.316)	(1.265.444)	

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não foram constituídas provisões complementares além das provisões requeridas pela Resolução BACEN n.º 2.682/1999.

5.7. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

a) Operações de crédito

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	(17.936.130)	(12.972.934)	(18.552.406)	(13.139.055)
(Constituição) reversão líquida	(598.298)	(6.896.613)	(417.265)	(7.350.480)
Baixas contra provisão	503.907	1.933.417	503.908	1.937.129
Saldo no final do exercício	(18.030.521)	(17.936.130)	(18.465.763)	(18.552.406)

b) Repasses interfinanceiros

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	(1.197.951)	(977.761)	(1.468.346)	(1.228.865)
(Constituição) reversão líquida	162.052	(220.190)	199.272	(239.481)
Saldo no final do exercício	(1.035.899)	(1.197.951)	(1.269.074)	(1.468.346)

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

5.8. Movimentação e renegociação na carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	BNDES		
	2º semestre de 2021	2021	2020
Créditos transferidos para prejuízo	474.380	503.907	1.933.417
Créditos recuperados	893.071	2.237.070	6.756.996
Créditos renegociados	51.537.725	68.126.547	206.846.795

	Consolidado		
	2º semestre de 2021	2021	2020
Créditos transferidos para prejuízo	474.380	503.908	3.676.280
Créditos recuperados	1.174.912	2.553.066	8.503.355
Créditos renegociados	51.609.020	69.118.823	234.326.193

A movimentação no quadro acima segue os critérios estabelecidos na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Sistema BNDES aprovou, em março de 2020 e em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que têm por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Uma das medidas é a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto às empresas do Sistema, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise – medida conhecida no mercado como *standstill*. Em outubro de 2020 foi oferecida nova possibilidade de suspensão temporária de pagamento de principal e juros por 6 (seis) meses para operações diretas e indiretas não automáticas com setores específicos e operações de microcrédito e, por 3 (três) meses, para operações automáticas com o setor público. Em abril de 2021 foi reaberta nova possibilidade de suspensão de pagamentos para setores específicos. No segundo semestre de 2021, o programa foi aberto para suspensão de pagamentos para Usinas Hidrelétricas acima de 50MW de capacidade instalada. O período de suspensão temporária de pagamento de principal e juros é de até 7 meses, no intervalo de setembro de 2021 até junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das operações com suspensão temporária de amortizações no âmbito da medida emergencial representa 13,29% no BNDES e 13,51% no Consolidado da carteira total de operações de crédito e repasses interfinanceiros.

5.9. Outros créditos - Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e Direitos recebíveis

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Venda a prazo de TVM	-	-	645.181	1.109.176
Provisão	-	-	(497.948)	(961.444)
			147.233	147.732
Direitos Recebíveis	12.388	14.883	1.019.084	935.392
Provisão	(7.756)	(6.809)	(1.012.937)	(925.691)
	4.632	8.074	6.147	9.701
Total	4.632	8.074	153.380	157.433
Circulante	617	974	12.767	7.636
Não circulante	4.015	7.100	140.613	149.797

5.9.1. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

Setor	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Setor público	9.011	11.074	9.011	11.074
Setor privado				
Rural	-	-	-	-
Indústria	3.377	3.809	184.902	1.114.662
Intermediação financeira	-	-	7.501	-
Outros serviços	-	-	1.462.851	918.832
Total Setor privado	3.377	3.809	1.655.254	2.033.494
Total	12.388	14.883	1.664.265	2.044.568

5.9.2. Distribuição da carteira bruta por vencimento

Vencidos:	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer:				
Até 1 ano	1.648	1.795	1.013.128	174.576
Entre 1 e 2 anos	1.606	1.755	38.166	842.173
Entre 2 e 3 anos	1.606	1.755	38.672	80.605
Entre 3 e 5 anos	3.173	3.509	77.688	161.465
Entre 5 e 10 anos	3.139	4.755	483.300	782.293
Após 10 anos	1.216	1.314	13.311	3.456
Total	12.388	14.883	1.664.265	2.044.568

5.9.3. Composição da carteira por nível de



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



6.2. Valores de custo e mercado e composição por emissor

	BNDES				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para negociação:								
Carteira própria								
Público:								
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	3.583.826	3.583.826	3.549.553	3.549.553	-	-	-	-
Títulos públicos	22.545.777	22.348.380	47.763.963	48.005.233	44.317.009	43.649.303	51.583.075	51.853.016
Títulos de renda fixa no exterior	8	9	8	9	71.188	71.189	67.802	67.803
Privado:								
Cotas de fundos de investimento	80.591	103.909	80.591	47.351	1.394.780	1.485.068	529.958	461.942
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos públicos	42.044.580	41.137.236	25.812.151	26.006.055	20.273.348	19.836.313	21.993.039	22.158.272
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos públicos	2.297.548	2.296.382	4.129.879	4.121.010	2.297.548	2.296.382	4.129.879	4.121.010
	70.552.330	69.469.742	81.336.145	81.729.211	68.353.873	67.338.255	78.303.753	78.662.043
Títulos disponíveis para venda:								
Carteira própria								
Público:								
Cotas de fundos de investimento - Fundos Exclusivos	325.797	325.809	308.246	308.537	-	-	-	-
Debêntures	397.540	397.693	543.987	577.718	397.540	397.693	543.987	577.718
Ações	4.803.912	6.952.318	3.693.524	7.229.616	25.415.758	44.413.252	19.967.317	45.420.970
Títulos públicos	9.452.498	9.103.591	20.327.576	21.679.238	11.636.966	11.232.101	20.685.459	22.042.705
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	5.935.856	5.837.351	2.169.660	2.260.222	5.935.856	5.837.351	2.169.660	2.260.222
Debêntures	4.441.601	4.162.600	3.179.380	6.376.421	4.897.542	4.401.917	3.686.724	7.356.807
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	-	-	1.303.940	1.802.524	1.599.682	1.829.879
Ações	-	174.615	-	77.421	3.686.427	7.098.611	6.030.411	19.363.982
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos públicos	8.785.873	8.444.981	3.825.302	4.143.540	6.601.405	6.316.471	3.467.419	3.780.073
Vinculados à prestação de garantias								
Títulos públicos	4.299.807	4.258.180	2.008.170	2.288.977	4.299.807	4.258.180	2.008.170	2.288.977
	38.442.884	39.657.138	36.055.845	44.941.690	64.175.241	85.758.100	60.158.829	104.921.333
Títulos mantidos até o vencimento:								
Carteira própria								
Público:								
Títulos públicos	16.767	16.767	17.367	17.367	57.864	57.864	53.899	53.899
Debêntures	744.727	698.219	1.022.637	1.002.406	1.367.720	1.360.348	1.854.096	1.857.734
Provisão para risco de crédito - Debêntures	(4.535)	(4.535)	(6.177)	(6.177)	(7.988)	(7.988)	(10.784)	(10.784)
Privado:								
Títulos de renda fixa no exterior	3.840.889	3.697.004	-	-	3.840.889	3.697.004	-	-
Debêntures	-	-	459.613	436.230	1.024.286	933.666	1.869.565	1.806.507
Provisão para risco de crédito - Debêntures	-	-	(2.298)	(2.298)	(6.337)	(6.337)	(11.542)	(11.542)
	4.597.848	4.407.455	1.491.142	1.447.528	6.276.434	6.034.557	3.755.234	3.695.814
Instrumentos financeiros derivativos (Privado)								
	17.001	299.615	17.970	32.338	17.001	1.096.986	17.970	1.167.081
Total	113.610.063	113.833.950	118.901.102	128.150.767	138.822.549	160.227.898	142.235.786	188.446.271
Resumo por tipo de carteira:								
Carteira própria	56.182.255	57.697.171	83.125.600	91.591.185	105.350.441	127.520.552	110.637.279	156.097.939
Vinculados	50.830.453	49.582.217	29.637.453	30.149.595	26.874.753	26.152.784	25.460.458	25.938.345
Compromissos de recompra	6.597.355	6.554.562	6.138.049	6.409.987	6.554.562	6.138.049	6.138.049	6.409.987
Prestação de Garantias	-	-	-	-	-	-	-	-
Resumo por emissor:								
Público	99.294.125	99.558.856	112.996.186	118.923.082	116.728.165	133.881.108	126.343.358	154.211.393
Privado	14.315.938	14.275.094	5.904.916	9.227.685	22.094.384	26.346.790	15.892.428	34.234.878

6.3. Cotas de fundos de investimentos

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundos exclusivos	3.909.635	3.858.090	-	-
Fundos mútuos de investimento e de participações	103.909	47.351	3.287.592	2.291.821
Total	4.013.544	3.905.441	3.287.592	2.291.821
Circulante				
Não Circulante	4.013.544	3.905.441	1.485.068	461.942
	-	-	1.802.524	1.829.879

6.3.1. Fundos Exclusivos

O BNDES possui investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil classificados como títulos para negociação e disponíveis para venda, de acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001. Os fundos de investimento exclusivos são apresentados de forma consolidada.

As carteiras dos fundos são compostas basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC.

6.3.2. Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	2021	2020
SRM EXODUS PME FIDC	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	318.970	-
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	263.034	254.957
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	256.008	191.348
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	246.086	86.976
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	201.756	155.810
Fundo BBI Financeiro I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A	200.449	130.407
BIZCAPITAL FINPASS PME FIDC	CM Capital Markets DTMV Ltda.	171.436	-
Capital Tech II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	126.557	73.827
Brasil Agonegocio FIP	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	118.391	76.331
CASHME-PLURAL FIDC	Plural S.A. Banco Múltiplo	98.901	-
CRATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	92.268	60.911
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	86.140	15.125
XP MPME I FIDC	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	85.280	-
CRATEC II FIP	Lions Trust Adm de Recursos Ltda.	83.016	70.075
Subtotal		2.348.292	1.115.767
Outros		939.300	1.176.054
Total		3.287.592	2.291.821
Circulante			
Não circulante		1.485.068	461.942
		1.802.524	1.829.879

6.4. Debêntures

6.4.1. Debêntures disponíveis para venda

As características e o tratamento contábil das debêntures disponíveis para venda estão descritos na Nota Explicativa n.º 26.6.

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo de debêntures disponíveis para venda	4.560.293	6.954.139	4.799.610	7.934.525
Circulante				
Não circulante	149.587	3.259.405	388.904	4.013.153
	4.410.706	3.694.734	4.410.706	3.921.372

6.4.2. Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento. Em função das características destes títulos, estes são avaliados de acordo com a Resolução CMN n.º 2.682/1999, conforme política estabelecida na Nota Explicativa n.º 26.5.

6.4.2.1 Composição das debêntures mantidas até o vencimento

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor bruto	744.727	1.482.250	2.392.006	3.723.661
Provisão para risco de crédito	(4.535)	(8.475)	(14.325)	(22.326)
Valor líquido	740.192	1.473.775	2.377.681	3.701.335
Circulante				
Não circulante	42.808	482.618	420.451	729.345
	697.384	991.157	1.957.230	2.971.990

6.4.2.2. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Setor público	744.727	1.022.637	1.367.721	1.854.095
Setor privado	-	-	-	-
Indústria	-	459.613	781.153	1.430.754
Outros serviços (1)	-	-	243.132	438.812
Total Setor privado	-	459.613	1.024.285	1.869.566
Total	744.727	1.482.250	2.392.006	3.723.661

(1) Inclui empresas de mineração, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, saneamento básico e concessionárias de rodovias.

6.4.2.3. Distribuição da carteira bruta por vencimento

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Até 1 ano	43.022	485.043	423.786	734.113
Entre 1 e 2 anos	-	170.471	-	736.425
Entre 2 e 3 anos	151.638	-	287.763	-
Entre 3 e 5 anos	32.508	247.715	45.940	428.750
Entre 5 e 10 anos	297.527	223.075	1.223.575	1.222.648
Após 10 anos	220.032	355.946	410.942	601.725
Total	744.727	1.482.250	2.392.006	3.723.661

6.4.2.4. Composição da carteira bruta e da provisão para crédito de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Provisão	Situação	BNDES				Consolidado			
			Carteira Bruta		Provisão		Carteira Bruta		Provisão	
			2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
A	0,5	Adimplente	712.219	1.436.509	(3.560)	(7.182)	2.102.933	3.218.093	(10.514)	(16.091)
B	1,0	Adimplente	-	3.960	-	(40)	243.133	446.577	(2.432)	(4.466)
C	3,0	Adimplente	32.508	41.781	(975)	(1.253)	45.940	58.991	(1.379)	(1.769)
Total			744.727	1.482.250	(4.535)	(8.475)	2.392.006	3.723.661	(14.325)	(22.326)
Circulante										
Não circulante										

6.4.2.5. Movimentação da provisão sobre debêntures

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício (Constituição) reversão líquida	(8.475)	(10.586)	(22.326)	(27.772)
Baixa contra provisão	3.940	2.111	8.001	5.446
Saldo no final do exercício	(4.535)	(8.475)	(14.325)	(22.326)

O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 5.10.

6.5. Instrumentos Financeiros Derivativos

O BNDES realiza operações de derivativos com o objetivo de gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 26.11.

6.5.1. Composição

Vencimentos	BNDES			
	Valor de referência	Valor de mercado Ativo	Valor de mercado (Passivo)	Valor de mercado Ativo (Passivo)
Contratos swap				
Cambiais:				
USD x Euro	jun/22	145	78	(10.716)
Taxas de juros em US\$: Flutuante x Fixa				
	out/42 a out/45	(193.052)	151.704	(49.481) 31.921 (5.555)
Subtotal		(192.907)	151.782	(49.481) 31.921 (16.271)
Contratos futuro (*)				
DI (posição vendida)	abr/22 a jan/29	(63.202.418)	-	-
USD (posição vendida)	jan/22 a fev/22	(2.830.709)	-	-
DDI (posição comprada)	jan/22 a jan/27	26.782.838	-	-
DAP (posição vendida)	jan/22 a mai/35	5.836.414	-	-
Sub				



6.5.2. Derivativos cambiais e de taxa de juros em mercado de balcão

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de dezembro de 2021. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 7,85 milhões ⁽¹⁾	USD - Euro	jun/2022	Santander
US\$ 1.050,25 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R\$ 34.031, e houve recebimento do valor de R\$ 38.841 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 69.799 em operações de DI para garantia destas operações de swap.

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de dezembro de 2020.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 23,5 milhões ⁽¹⁾	USD - Euro	jun/2022	Santander
US\$ 454,6 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	entre mai/21 a out/42	Bank of America Merrill Lynch, Bradesco, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2020, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R\$ 41.800, e houve recebimento do valor de R\$ 13.292 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 23.392 em operações de DI para garantia destas operações de swap.

6.5.3. Resultado com derivativos

	BNDES		Consolidado	
	2º Semestre de 2021	2021	2020	2020
Receitas (despesas):				
Contratos de swaps	61	44.736	(103.102)	61
Contratos de futuro	4.089.507	4.256.912	4.537.124	4.089.507
Contratos a termo	72	-	(9)	72
Subtotal Câmbio e taxa de juros	4.089.640	4.301.648	4.434.013	4.089.640
Contratos de opções	(328)	147.416	61	(54.903)
Derivativos embulidos	-	-	(41.379)	(200.757)
Subtotal Renda variável	(328)	147.416	61	(96.282)
Total	4.089.312	4.449.064	4.434.074	3.993.358
Câmbio e taxa de juros	4.089.640	4.301.648	4.434.013	4.089.640
Renda variável	(328)	147.416	61	(96.282)

7. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais o BNDES e suas controladas, BNDESPAR e FINAME, não exercem influência significativa, avaliadas pelo valor justo. Também é composta por investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Para detalhes sobre as práticas contábeis dessas categorias de ativos, vide Nota Explicativa n.º 26.7.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, segregadas em "Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda" e "Investimentos Permanentes". Nessa última categoria estão incluídas as participações detidas pelo BNDES no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI.

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos e Valores Mobiliários - Ações				
Circulante	-	-	571.696	10.045.547
Não circulante	7.126.933	7.307.037	50.940.167	54.739.405
Subtotal Títulos e Valores Mobiliários - Ações	7.126.933	7.307.037	51.511.863	64.784.952
DPV				
Investimentos				
Participações em Controladas	118.696.136	117.761.105	-	-
Participações em Coligadas	-	-	11.793.115	10.868.901
Outras participações societárias	100.000	103.000	100.000	103.000
Outros investimentos	42.146	42.146	42.146	42.146
Subtotal Investimentos Permanentes	118.838.282	117.906.251	11.935.261	11.014.047
Total	125.965.215	125.213.288	63.447.124	75.798.999

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber				
Ações disponíveis para venda				
Dividendos	-	-	3.473	13.001
Juros sobre o capital próprio	-	-	121.013	209.396
Coligadas				
Dividendos	-	-	-	1.591
Juros sobre o capital próprio	-	-	7.929	3.313
Controladas				
Dividendos	4.896.728	2.919.653	-	-
Total	4.896.728	2.919.653	132.415	227.301

Segue os principais impactos no resultado:

Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	BNDES		
	2º semestre de 2021	2021	2020
Disponíveis para venda (Nota Explicativa n.º 7.1.1)	1.110.388	1.110.388	(198.801)
Total	1.110.388	1.110.388	(198.801)

Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	Consolidado		
	2º semestre de 2021	2021	2020
Disponíveis para venda (Nota Explicativa n.º 7.1.1)	5.462.874	5.450.586	(646.771)
Coligadas (Nota Explicativa n.º 7.2.3)	(178.947)	(178.947)	14.441
Total	5.283.927	5.271.639	(632.330)

Venda de ações e Bônus e direitos de subscrição	BNDES		
	2º semestre de 2021	2021	2020
Ações Disponíveis para venda (Nota Explicativa n.º 7.1)	35.636	35.636	7.516.511
Total	35.636	35.636	7.516.511

Venda de ações e Bônus e direitos de subscrição	Consolidado		
	2º semestre de 2021	2021	2020
Ações Disponíveis para venda (Nota Explicativa n.º 7.1)	106.516	11.186.756	22.679.848
Ações Coligadas (Nota Explicativa n.º 7.2.3)	1.569.740	1.570.900	3.239
Bônus e direito de subscrição de ações	82	233	-
Total	1.676.338	12.757.889	22.683.087

7.1. Instrumentos Financeiros: Ações Disponíveis para Venda

Esta categoria de ativos está contabilizada a valor justo, sendo a contrapartida deste registro reconhecida no Patrimônio Líquido.

Para detalhes sobre sua contabilização, vide Nota Explicativa n.º 26.7.2.

Empresas investidas	Consolidado - 2021			Valor Contábil			
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total	BNDES		Consolidado	
	Ordinárias	Preferenciais		2021	2020	2021	2020
NÍVEL 1							
PETROBRAS ⁽¹⁾	17.700	1.035.459	8,07	3.855.928	3.832.936	30.064.508	29.856.265
ELETOBRAS ⁽²⁾	216.303	36.954	16,15	3.096.390	3.396.681	8.455.187	9.265.097
COPEL - UNITS	131.162	524.646	23,96	-	-	4.147.329	4.683.603
CEMIG	63.083	22.344	5,04	-	-	1.452.578	1.329.342
EMBRAER	39.762	-	5,37	-	-	987.303	348.319
BRASIL ENERGIA S.A. (ex AES TIETÊ ENERGIA)	39.555	-	8,04	-	-	437.869	655.419
ENGIE BRASIL ENERGIA	7.245	-	0,89	-	-	279.212	344.017
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	8.795	-	0,63	-	-	221.104	280.997
OURO FINO SAÚDE ANIMAL	6.614	-	12,26	-	-	166.870	238.235
COPASA	13.160	-	3,46	-	-	166.337	214.106
VALE ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	10.045.547
KLABIN ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	2.205.216
Subtotal Nível 1				6.952.318	7.229.617	46.378.297	59.466.163
Outras empresas - Nível 1				-	-	347.606	462.685
Total Nível 1				6.952.318	7.229.617	46.725.903	59.928.848
NÍVEL 2						79.028	
NÍVEL 3				174.615	77.420	4.706.932	4.856.104
TOTAL				7.126.933	7.307.037	51.511.863	64.784.952
Circulante						571.696	10.045.547
Não circulante				7.126.933	7.307.037	50.940.167	54.739.405

⁽¹⁾ Do total da participação de 8,07%, 1,03% são detidas diretamente pelo BNDES (com 135.248 mil preferenciais) e 7,04% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 17.700 mil ações ordinárias e 900.210 mil preferenciais).

⁽²⁾ Do total da participação de 16,15%, 5,92% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 10,23% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 141.758 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

⁽³⁾ Participação societária alienada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Vide Nota Explicativa n.º 7.1.3.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a BNDESPAR reclassificou do Nível 1 para o Nível 2 da hierarquia de valor justo, ativo cujo valor em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 5.650 (R\$ 9.754 em 31 de dezembro de 2020). Não houve reclassificações das ações VJORA entre os Níveis 1 e 2 da hierarquia de valor justo em 31 de dezembro de 2020.

A movimentação do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo classificadas no Nível 3 é apresentada a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	77.420	140.588	4.856.104	758.671
Aquisições	-	30.308	6.896	1.724.741
Transferência do Nível 3 para Nível 1	-	-	(81.636)	(146.119)
Transferência do Nível 1 para Nível 3	-	-	98.264	154.068
Transferência do Nível 2 para Nível 3	-	-	-	1.896.576
Transferência do Nível 3 para Nível 2	-	-	(37.921)	-
Perda Permanente	-	(165.396)	-	(340.441)
Ajuste ao valor justo	97.195	71.920	(134.775)	808.608
Saldo no final do exercício	174.615	77.420	4.706.932	4.856.104

7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Administração realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, buscando identificar a existência de instrumentos com perda de caráter permanente e ainda uma possível mudança dos cenários que levaram a constituição de perdas em períodos anteriores. Para tal, baseou-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, nas características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos, entre outros indícios de perda permanente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados novos ativos cujo Ajuste a Valor de Mercado negativo reconhecido em Outros Resultados Abrangentes possuísse características de perda permanente. No entanto, em 30 de setembro de 2021 a Administração entendeu que as condições que levaram ao reconhecimento como perda permanente nos exercícios de 2014 a 2016 da desvalorização dos instrumentos patrimoniais representados por ações ordinárias e preferenciais da Petrobras S.A. detidos pelo Sistema BNDES não se verificavam mais, reconhecendo portando uma reversão de provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 1.110.388 no BNDES e R\$ 5.448.816 no Consolidado, incluídos na linha "Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos" do resultado. Os principais fatores considerados nessa análise foram: melhoria da governança da companhia, cumprimento do seu plano estratégico, redução do endividamento e do custo de capital, aumento da margem EBITDA, recuperação do preço do petróleo e seus derivados, recuperação no valor de mercado da empresa, e a retomada do pagamento de proventos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quatro novos ativos tiveram o seu ajuste a valor justo negativo considerado como perda permanente e reconhecido no resultado do exercício, no valor de R\$ 198.801 no BNDES e R\$ 641.455 no Consolidado.

Reversão (constituição) de perdas consideradas permanentes:	BNDES		
	2º semestre de 2021	2021	2020
No exercício corrente	-	-	(198.801)
Em exercícios anteriores ⁽¹⁾	1.110.388	1.110.388	-
Efeito total no resultado	1.110.388	1.110.388	(198.801)

Reversão (constituição) de perdas consideradas permanentes:	Consolidado		
	2º semestre de 2021	2021	2020
No exercício corrente	-	-	(641.455)
Em exercícios anteriores ⁽¹⁾	5.462.874	5.450.586	(5.316)
Efeito total no resultado	5.462.874	5.450.586	(646.771)

⁽¹⁾ Reversões (constituições) de empresas que já apresentavam perda permanente em exercícios anteriores.

7.1.2. Efeito da Resolução CMN n.º 4.175/2012

A Resolução CMN n.º 4.175/2012 estabelece que o ajuste a valor de mercado de certas ações recebidas pelo Sistema BNDES em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria "disponível para venda" deve ser apresentado em conta destacada no patrimônio líquido, denominada ajuste de avaliação patrimonial, incluindo as perdas que forem consideradas permanentes, transitando pelo resultado apenas quando da venda ou transferência.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 parte das ações da Petrobras e Eletrobras (e também da Vale em 31 de dezembro de 2020) detidas pelas empresas do Sistema BNDES estavam enquadradas pela Resolução n.º 4.175/2012. O efeito da aplicação desta Resolução é o seguinte:

Valores Brutos - antes de tributos:	Consolidado	
	2021	2020
Efeito no resultado do exercício ⁽¹⁾	(393.774)	(7.397.929)
Efeito no Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial acumulado	(4.301.875)	(4.695.649)
- Eletrobras - carteira BNDES	(1.722.227)	(1.722.227)
- Eletrobras - carteira BNDESPAR	(2.565.533)	(2.565.533)
- Petrobras - carteira BNDESPAR	(14.115)	(34.115)
- Vale - carteira BNDESPAR	-	(193.774)

Valores Líquidos de Tributos:	Consolidado	
	2021	2020
Efeito no resultado do exercício ⁽¹⁾	(259.891)	(4.147.374)
Efeito no Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial acumulado ⁽³⁾	(2.649.793)	(2.909.684)

⁽¹⁾ O efeito demonstrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 refere-se à realização do saldo do Ajuste de Avaliação Patrimonial com a venda pela BNDESPAR da totalidade das ações ON da Vale S/A de sua titularidade (vide Nota Explicativa n.º 7.1.3). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 refere-se ao efeito da venda das ações ON da Petrobras pelo BNDES e da venda de ações ON da Vale S/A pela BNDESPAR. A perda com tais ações (ajuste a valor justo negativo) apurada em exercícios anteriores não foi reconhecida no resultado do período em que foi apurada por conta da Resolução 4.175. Essa perda é mantida no patrimônio líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e realizada para o resultado quando da alienação das ações.

As perdas que foram consideradas permanentes no período de 2014 a 2016 com ações da Petrobras que não se enquadravam na Resolução CMN n.º 4.175/2012, e portanto foram reconhecidas no resultado daqueles exercícios, foram revertidas em 30 de setembro de 2021 conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 7.1.1. Caso as perdas permanentes de Petrobras e Eletrobras reconhecidas no patrimônio líquido em função da Resolução CMN n.º 4.175/2012 tivessem sido reconhecidas no resultado em períodos anteriores, há elementos para que as mesmas já tivessem sido integralmente revertidas no exercício de 2021.

7.1.3. Resultado com alienação de investimentos em ações disponíveis para venda

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas, deduzida de custos e despesas incorridas, e inclui o resultado das alienações de (i) ações disponíveis para venda; (ii) participações em coligadas e (iii) bônus e direitos de subscrição de ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi apurado ganho de R\$ 12.757.889 no resultado consolidado,



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



7.2.1. Controladas – BNDES

Controladas	Data-base	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Resultado de equivalência patrimonial			Outros Resultados Abrangentes - Reflexos dos ajustes no patrimônio líquido das controladas (1)		Valor contábil do investimento	
				2º semestre de 2021	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME	31/12/2021	15.670.727	962.439	502.104	962.439	367.517	(12.842)	(139.376)	15.670.727	14.810.334
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (2)	31/12/2021	103.025.409	22.830.488	10.060.949	22.830.488	11.101.623	16.493.289	26.908.023	103.025.409	102.950.771
Total				10.563.053	23.792.927	11.469.140	16.480.447	26.768.647	118.696.136	117.761.105

(1) Saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial reflexo das controladas.

(2) O Patrimônio líquido, o resultado do exercício e os outros resultados abrangentes da BNDESPAR foram ajustados às práticas contábeis regulamentadas pelo BACEN, conforme demonstrado no quadro a seguir.

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100% e os dividendos a receber dessas participações estão apresentados na Nota explicativa n.º 19.1.

(A) Conciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados pela BNDESPAR e aqueles utilizados no cálculo do investimento do BNDES

	2021			2020	
	Resultado do exercício	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Lucros Acumulados (1)	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Patrimônio líquido BNDESPAR Padrão CVM	12.181.131	24.727.960	10.649.357	103.424.075	103.602.486
Ajustes de práticas contábeis:					
• Ganho na compra vantajosa (2)	28.670	-	(181.062)	(152.392)	(181.062)
• Equivalência patrimonial (3)	7.907	-	17.237	25.144	17.237
• Perda por redução do valor recuperável					
• Participações em coligadas (4)	6.679	-	28.669	35.348	28.669
• Ações VJORA - Res. CMN 4.175 (5)	(393.774)	(2.579.649)	2.973.423	-	-
• Ações VJORA - Carta Circ. BC 3.068 (6)	4.338.428	(10.213.687)	5.875.259	-	-
• Debêntures mensuradas ao custo amortizado, vendas a prazo e recebíveis (7)	337.701	-	(859.447)	(521.746)	(859.447)
• Ajuste a Valor Justo de debêntures (8)	480.966	(3.080.031)	2.599.065	-	-
• Adoção CPC 48					
• Alienação de ações VJORA (9)	11.544.896	-	(11.544.896)	-	-
• Perda por redução do valor recuperável de ações VJORA e debêntures (10)	1.770	3.559.484	(3.561.254)	-	-
• Outros efeitos	309.394	(107.509)	(201.885)	-	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	(6.013.280)	4.186.721	2.041.539	214.980	342.888
Patrimônio líquido BNDESPAR - Padrão Cosif	22.830.488	16.493.289	7.836.005	103.025.409	102.950.771

(1) Saldo antes da destinação do resultado do exercício.

(2) A BNDESPAR, seguindo o CPC 15 – Combinação de Negócios reconhece o "ganho por compra vantajosa" na aquisição de coligadas no resultado do exercício em que a operação ocorre. Já no Padrão Cosif, tal ganho é mantido no ativo como "deságio" reduzindo o valor do investimento e é transferido para o resultado quando da realização do investimento.

(3) Como consequência da diferença de prática descrita no item (2) acima, o valor do investimento das participações societárias da BNDESPAR que apresentam deságio é menor no Padrão Cosif do que o apurado de acordo com o Padrão CVM. Dessa forma, o reconhecimento de perdas com equivalência patrimonial pode ocasionar que o saldo do investimento em determinada coligada se torne negativo no Padrão Cosif enquanto permanece positivo no Padrão CVM, se não necessário realizar lançamento contábil de ajuste de prática para anular parte da perda reconhecida de acordo com o Padrão CVM. Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática credor no patrimônio líquido totaliza R\$ 25.144 (R\$17.237 em 31 de dezembro de 2020).

(4) Ainda em consequência da diferença de prática descrita no item (2), para os casos de coligada com deságio em que a BNDESPAR registrou provisão para perda por redução ao valor recuperável, o valor da provisão foi ajustado para que no Padrão Cosif o investimento total correspondesse ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática credor no patrimônio líquido totaliza R\$ 35.348 (R\$28.669 em 31 de dezembro de 2020).

(5) Ajuste de prática contábil decorrente da diferença na contabilização da "Perda por redução ao valor recuperável" de ações disponíveis para venda pelo Padrão CVM (CPC 38- Instrumentos Financeiros) em comparação com a prática determinada pelo Padrão Cosif (Resolução CMN n.º 4.175, emitida pelo BACEN em 27 de dezembro de 2012). Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão CVM determinava o reconhecimento da Perda por redução ao valor recuperável no resultado (tendo sido alterado pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018), enquanto a Resolução CMN n.º 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização. Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática devedor em ORA totaliza R\$ 2.579.649 (R\$ 2.973.423 em 31 de dezembro de 2020). A movimentação no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 refere-se a realização de parte dessa diferença devido a venda pela BNDESPAR de ações ordinárias da Vale S.A. Para efeito da aplicação desta Resolução, vide Nota Explicativa n.º 7.1.2.

(6) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de cálculo da "Perda por redução ao valor recuperável" de ações disponíveis para venda determinadas pelo Padrão CVM até 31 de dezembro de 2017 no escopo do CPC 38 – Instrumentos Financeiros (conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo) e pelo Padrão Cosif no escopo da Circular BACEN n.º 3.068/2001 (conceito de perdas de caráter permanente). A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com efeito credor no resultado de R\$ 4.338.428, decorre da reversão da perda permanente reconhecida entre 2014 e 2016 para as ações da Petrobras, revertida apenas na Prática Cosif (vide Nota Explicativa n.º 7.1.1).

(7) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de "Perda por redução ao valor recuperável" determinadas pelo Padrão CVM (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) e pelo Padrão Cosif (Resolução CMN 2.682/99). Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática devedor no Patrimônio Líquido totaliza R\$ 521.746 (R\$ 859.447 em 31 de dezembro de 2020), equivalente ao valor de perda apurado a maior conforme o Padrão Cosif.

(8) A BNDESPAR, seguindo o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, classifica determinadas debêntures na categoria "Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado" e reconhece o Ajuste a Valor Justo ("AVJ") da parcela de renda fixa no resultado do exercício. De acordo com o Padrão Cosif tais debêntures são classificadas na categoria "Disponível para Venda", sendo o AVJ reconhecido como ORA dado que a Circular BACEN n.º 3.068/2001 não prevê a categoria "Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado". Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática devedor em ORA totaliza R\$ 3.080.031 (R\$ 2.599.065 em 31 de dezembro de 2020), equivalente ao AVJ negativo de tais debêntures.

(9) A partir de 1º de janeiro de 2018 a BNDESPAR adotou o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, pronunciamento esse que não foi referendado pelo BACEN. Um dos principais efeitos desse pronunciamento na carteira de ações da BNDESPAR é que o ganho/perda na alienação de ações avaliadas ao "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" não mais transita pelo resultado, sendo reconhecido diretamente em lucros acumulados.

(10) Ajuste de prática contábil decorrente da diferença na contabilização da perda com ações e debêntures disponíveis para venda. Conforme o Padrão Cosif (Circular BACEN n.º 3.068/2001) as perdas consideradas de caráter permanente não se aplica. Em 31 de dezembro de 2021 o ajuste acumulado de prática credor em ORA totaliza R\$ 3.559.484 (R\$ 3.561.254 em 31 de dezembro de 2020), equivalente ao AVJ negativo de tais ações e debêntures.

7.2.2. Participações em coligadas – consolidado

Para detalhes sobre a classificação e o tratamento contábil destes ativos, vide Nota Explicativa n.º 26.7.1.

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR, quando necessário.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro abaixo, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	31/10/2021 (1)					01/11/2020 a 31/10/2021 - doze meses (1)					2021
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	
JBS	11.835.695	85.993.272	16.841.524	39.321.557	41.665.886	65.492.869	17.985.483	-	(1.514.844)	16.470.639	19.427.772
Tupy	2.073.537	3.709.887	877.314	2.136.794	2.769.316	3.792.160	235.326	-	(24.820)	210.506	821.036
Subtotal	13.909.232	89.703.159	17.718.838	41.458.351	44.435.202	69.285.029	18.220.809	-	(1.539.664)	16.681.145	
Outras coligadas	2.877.538	8.490.209	1.359.201	1.560.731	8.447.815	4.941.370	553.135	(57.529)	279.099	774.705	
Total	16.786.770	98.193.368	19.078.039	43.019.082	52.883.017	74.226.399	18.773.944	(57.529)	(1.260.565)	17.455.850	

(1) Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

(2) Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

O quadro abaixo apresenta informações detalhadas das participações que individualmente representam aproximadamente 90% da carteira de investimentos em coligadas da BNDESPAR em 31 de dezembro de 2021:

Coligadas (2)	31/12/2021 (1)			Valor patrimonial do investimento	Ágio expectativa de rentabilidade futura	(Provisão) / Reversão Perdas	Deságio	Total	31/12/2020 (1)		Natureza das atividades do negócio da coligada
	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participações sobre o capital (3)							Total	Total	
JBS	511.661	22,31%	22,31%	9.294.085	422.078	-	-	9.716.163	9.009.691	9.009.691	Sector de alimentos
Tupy	40.645	28,19%	28,19%	780.705	-	-	-	780.705	737.226	737.226	Sector de metalurgia e siderurgia
Subtotal				10.074.790	422.078	-	-	10.496.868	9.746.917	9.746.917	
Outras coligadas				1.558.958	719.396	(829.715)	(152.392)	1.296.247	1.121.984	1.121.984	
Total				11.633.748	1.141.474	(829.715)	(152.392)	11.793.115	10.868.901	10.868.901	

(1) A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/10/2021 (31/10/2020 para cálculo da equivalência em 31/12/2020).

(2) Empresas com sede no Brasil.

(3) % de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

7.2.3 Movimentação dos investimentos em coligadas - Consolidado

Os quadros a seguir mostram as principais movimentações ocorridas na carteira de coligadas da BNDESPAR para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Coligadas	Saldo em 01/01/2021	Aquisições	Dividendos /JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Alienação	Saldo em 31/12/2021
JBS (2)(3)(4)	9.009.691	-	(1.755.465)	4.132.259	59.835	(354.431)	-	(1.375.726)	9.716.163
Tupy	737.226	-	(17.563)	67.924	140	(7.022)	-	-	780.705
Subtotal	9.746.917	-	(1.773.028)	4.200.183	59.975	(361.453)	-	(1.375.726)	10.496.868
Outras coligadas	1.121.984	339.813	(16.293)	76.529	(24.716)	8.410	(178.947)	(30.533)	1.296.247
Total	10.868.901	339.813	(1.789.321)	4.276.712	35.259	(353.043)	(178.947)	(1.406.259)	11.793.115

Coligadas	Saldo em 01/01/2020	Aquisição	Dividendos /JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de / (para) TVM	Alienação	Saldo em 31/12/2020
JBS (2) (3)	7.181.075	-	(314.443)	144.838	(75.213)	2.073.434	-	-	-	9.009.691
Tupy	655.312	-	-	(12.418)	125	94.207	-	-	-	737.226
Subtotal	7.836.387	-	(314.443)	132.420	(75.088)	2.167.641	-	-	-	9.746.917
Outras coligadas	1.111.680	9.783	(16.393)	287.531	(317.330)	79.441	14.441	(47.169)	-	1.121.984
Total	8.948.067	9.783	(330.836)	419.951	(392.418)	2.247.082	14.441	(47.169)	-	10.868.901

(1) Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas e da amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

(2) O resultado de equivalência patrimonial da JBS inclui a movimentação da reserva de capital reconhecida pela coligada em decorrência de transações de capital. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 inclui o efeito devedor da adoção pela coligada do ICP22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro no montante de R\$ 414.606.

(3) A movimentação do "Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pela JBS em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior. Já a movimentação de "Outros resultados de equivalência patrimonial" decorre das operações com ações em tesouraria realizadas pela JBS e da consequente mudança relativa do percentual de participação da BNDESPAR.

(4) Em 16 de dezembro de 2021 a BNDESPAR alienou 70.000.000 ações da JBS, apurando um lucro na operação de R\$ 1.568.435 (sem efeitos tributários), incluído na

rubrica "Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição".

7.2.4 Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas - consolidado

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a

BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	2021	2020
Passivo a descoberto nas coligadas – Corresponsável a participação da BNDESPAR (1)	926.237	899.930
Perdas não reconhecidas no resultado do exercício (1)	26.307	647.247

(1) Apurado no investimento em coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante, apresentadas no grupo de "Outras" dos quadros anteriores.

7.2.5 Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, identificando a necessidade de constituição de provisão no montante de R\$ 178.947. A mesma análise efetuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 resultou na reversão de provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 14.441, líquida de constituição de R\$ 55.933.

7.3. Outras participações societárias

Empresas investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital	BNDES		Consolidado	
	Ordinárias	Preferenciais		2021	2020	2021	2020
FGI (1)	84.344	-	14,75	100.000	103.000	100.000	103.000
Total				100.000	103.000	100.000	103.000

(1) Investimento em cotas classe A, subscritas em 01/02/2010.

7.4. Outros investimentos

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Titulos patrimoniais	296	296	296	296
Obras de arte	244	244	244	244
Participação Empreendimentos – VALE: Projeto 118 (1)	41.606	41.606	41.606	41.606
Total	42.146	42.146	42.146	42.146

(1) Valor contábil líquido de provisões no valor de R\$ 3.502.

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Direitos a receber – Sistema Eletrobras

Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória n.º 600, de mesma data, convertida na Lei n.º 12.833/2013, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R\$ 6.001.807. A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R\$ 5.998.585, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 3.222 em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente. O vencimento dos recebíveis ocorre entre março/2020 e fev/2023



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



9. OUTROS VALORES E BENS

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bens não de Uso Próprio	-	787	-	1.786
Imóveis	-	479	-	1.477
Outros	-	787	-	787
Provisão para desvalorizações	-	(479)	-	(478)
Material em estoque	1.187	1.200	1.187	1.200
Subtotal	1.187	1.987	1.187	2.986
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.288	-	2.287	-
Despesas antecipadas	1.280.073	1.293.241	1.280.074	1.293.242
Prêmio de seguro	263.124	282.782	263.125	282.783
Comissão de agente	23.388	23.514	23.388	23.514
Prêmio de seguro financiado	993.561	986.945	993.561	986.945
Total	1.282.548	1.295.228	1.283.548	1.296.228

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos	2.832.950	3.192.380	2.832.950	3.192.380
País	9.007.763	8.385.578	9.007.763	8.385.578
Exterior	11.840.713	11.577.958	11.840.713	11.577.958
Repasses	150.373.545	211.751.713	150.373.545	211.751.713
País	101.318.093	158.463.841	101.318.093	158.463.841
Tesouro nacional	24.029.327	25.824.431	24.029.327	25.824.431
Fundo Marinha Mercante	635.909	451.153	635.909	451.153
Outros	24.390.216	27.012.288	24.390.216	27.012.288
Exterior - Instituições multilaterais	150.373.545	211.751.713	150.373.545	211.751.713
Total	162.214.258	223.329.671	162.214.258	223.329.671
Circulante	13.792.663	17.445.018	13.792.663	17.445.018
Não circulante	148.421.595	205.884.653	148.421.595	205.884.653

Os contratos de empréstimos e repasses não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as Demonstrações Financeiras do BNDES.

10.1. Composição

a) Empréstimos no país

	BNDES e Consolidado	
	2021	2020
Obrigações por aquisição de títulos federais	1.833.882	2.199.614
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	999.068	992.766
Total	2.832.950	3.192.380
Circulante	445.660	441.325
Não circulante	2.387.290	2.751.055

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 1.833.882 em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 372.700 no circulante e R\$ 1.461.612 no não circulante – (R\$ 2.199.614, sendo R\$ 373.665 no circulante e R\$ 1.825.949 no não circulante em 31 de dezembro de 2020) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior - Bônus

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	BNDES e Consolidado	
				2021	2020
USD 1,75 bilhão ⁽¹⁾	26/09/2023 ⁽²⁾⁽³⁾	5,750%	Bank of New York	6.105.452	5.685.549
USD 1 bilhão	09/05/2024 ⁽⁴⁾	4,750%	Bank of New York	2.772.381	2.581.710
Juros provisionados				129.930	118.319
Total				9.007.763	8.385.578
Circulante				129.930	118.319
Não circulante				8.877.833	8.267.259

⁽¹⁾ Saldo composto pela emissão original realizada em setembro de 2013 no valor de USD 1,250 bilhão e pela reabertura deste título, realizada em abril de 2014 no valor adicional de USD 500 milhões.

⁽²⁾ Entre 16 e 20 de novembro de 2015, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 309,8 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽³⁾ Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, foram cancelados USD 655,9 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽⁴⁾ Entre 10 e 14 de setembro de 2018, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 503,2 milhões do título com vencimento em 09/05/2024. A totalidade dos títulos recomprados por meio desta oferta foi cancelada em 21 de setembro de 2018.

c) Repasses no país

Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	BNDES e Consolidado	
		2021	2020
US\$	15,59	891.339	897.331
US\$ + 3,02%	17,38	5.182.723	5.101.912
SELIC	18,40	3.634.576	34.685.143
TJLP	19,23	90.890.900	114.951.847
TLP	19,23	243.271	403.350
Reais + 3,25%	2,03	28.092	1.894.663
Juros provisionados		447.192	529.595
Total		101.318.093	158.463.841
Circulante		8.138.152	11.967.434
Não circulante		93.179.941	146.496.407

Durante o exercício de 2021, o BNDES antecipou ao Tesouro Nacional R\$ 63 bilhões, sendo R\$ 49,5 bilhões de operações de repasses e R\$ 13,5 bilhões de Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal, conforme Nota Explicativa n.º 19.2.3.

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

Programa/Linha de Crédito/Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	Entradas	Remuneração (Apropriação)				2021				Saldo			
		SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA	-	9.438	51.808	-	61.246	9.026	52.216	-	636.610	697.852	158.669	981.582	1.140.251
Econômica-TADE n.º 06/2005	-	9.438	51.808	-	61.246	9.026	52.216	-	636.610	697.852	158.669	981.582	1.140.251
PRONAF:	1.350.000	5.983	39.196	200.768	245.947	4.627	40.048	181.490	374.096	600.261	326.356	3.115.061	3.441.417
Investimento-TADE n.º 19/2005	1.350.000	5.983	39.196	200.768	245.947	4.627	40.048	181.490	374.096	600.261	326.356	3.115.061	3.441.417
FAT FOMENTAR:	50.000	18.749	8.933	223.016	250.698	16.684	9.609	225.026	949.064	1.200.383	318.509	1.741.087	2.059.596
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	50.000	18.357	4.012	215.157	237.526	16.339	4.515	217.643	918.110	1.156.607	314.006	1.580.116	1.894.122
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	-	392	4.921	7.859	13.172	345	5.094	7.383	30.954	43.776	4.503	160.971	165.474
Total	1.400.000	34.170	99.937	423.784	557.891	30.337	101.873	406.516	1.959.770	2.498.496	803.534	5.837.730	6.641.264

11.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
Saldo no início do exercício	277.825.479	29.981.818	7.181.869	314.989.166
. Ingresso de recursos	20.773.347	-	1.400.000	22.173.347
. Variação cambial	-	2.149.028	-	2.149.028
. Provisão de juros	15.097.408	420.021	185.002	15.702.431
. Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	372.889	372.889
. Capitalização de juros	8.734.962	-	-	8.734.962
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(1.959.770)	(1.959.770)
. Pagamento de juros	(14.024.109)	-	(538.726)	(14.562.835)
. Movimentação cambial	2.510.115	(2.754.136)	-	(244.021)
Saldo no final do exercício	310.917.202	29.796.731	6.641.264	347.355.197

12. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

Títulos	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Letras do Tesouro Nacional – LTN	54.228.638	29.651.797	32.944.484	25.496.919
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	32.317.192	47.156.892	2.513.694	12.120.276
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	3.922.839	38.237	3.604.886	38.237
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	2.599.744	2.873.832	762.053	2.866.110
Total	93.068.413	79.720.758	39.825.117	40.521.542
Circulante	93.068.413	79.720.758	39.825.117	40.521.542
Não circulante	-	-	-	-

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1. Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundo Amazônia (FA)	3.672.749	3.638.695	3.672.749	3.638.695
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	1.383.629	1.514.350	1.383.629	1.514.350
Fundo de Terras (FT)	880.539	996.598	880.539	996.598
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	1.648.266	1.544.988	1.648.266	1.764.789
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	760.775	578.514	760.775	578.514
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	240.908	244.182	240.908	244.182
Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB)	3.945	2.616	3.945	2.616
Outros	2.358	1.145	276.677	2.005
Total	8.593.169	8.521.088	8.867.488	8.741.749

Fundo da Marinha Mercante – FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 24.029.327 (R\$ 25.824.431 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 2.306.607 no circulante e R\$ 21.722.720 no não circulante (R\$ 2.149.987 no circulante e R\$ 23.674.444 no não circulante em 31 de dezembro de 2020). O percentual atrelado à moeda estrangeira era de 77% em 31 de dezembro de 2021 (74% em 31 de dezembro de 2020).

d) Repasses no Exterior – Instituições Multilaterais

Instituição	Moeda	Vencimento médio (em anos)	BNDES e Consolidado	
			2021	2020
Japan Bank for International Cooperation – JBIC ⁽¹⁾	YEN/US\$	5,69	1.488.133	2.669.805
Inter-American Development Bank - BID	US\$	14,71	17.613.453	17.701.259
Nordic Investment Bank - NIB	US\$	0,46	50.732	141.728
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	US\$	9,45	3.146.100	3.324.683
Agence Française de Développement - AFD	US\$	5,20	638.657	713.600
El Instituto de Crédito Oficial - ICO ⁽²⁾	US\$	-	-	938.169
New Development Bank - NDB	US\$	7,61	1.395.125	1.472.399
Juros provisionados			58.016	50.565
Total			24.390.216	27.012.288
Circulante			2.772.314	2.767.953
Não circulante			21.617.902	24.244.335

⁽¹⁾ Em 20/12/2021 foi efetuado o pré-pagamento parcial da dívida com o *Japan Bank for International Cooperation* – JBIC.

⁽²⁾ Em 15/09/2021 foi efetuado o pré-pagamento integral da dívida com o Instituto de Crédito Oficial – ICO.

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 0,27% e 4,31% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	BNDES e Consolidado	
	2021	2020
Taxas de captação:		
Até 3%	22.932.818	25.414.519
De 3,1 a 5%	1.399.382	1.547.204
Juros provisionados	58.016	50.565
Total	24.390.216	27.012.288

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e ao *Nordic Investment Bank* – NIB, até o ano de 2010, contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Japan Bank for International Cooperation* – JBIC, *Kreditanstalt für Wiederaufbau* – KfW, *Agence Française de Développement* – AFD e *El Instituto de Crédito Oficial* – ICO, incluindo a operação celebrada com o NIB em julho de 2015 e o contrato firmado com a instituição multilateral *New Development Bank* – NDB em 2017, não demandaram garantia formal da União.

10.2. Composição por vencimento

	BNDES e Consolidado					
	2021			2020		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	
Até 1 ano	10.890.419	2.902.244	13.792.663	14.558.746	2.886.272	17.445.018
Entre 1 e 2 anos	9.859.327	2.622.174	12.481.501	13.340.		



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



14. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS

	BNDES e Consolidado	
	2021	2020
Debêntures - emissão privada	1.104.756	1.552.183
Letras Financeiras	1.053.682	1.004.450
Total	2.158.438	2.556.633
Circulante	1.423.552	445.113
Não circulante	734.886	2.111.520

14.1. Debêntures - Emissão privada - (BNDES)

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou fluante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES está demonstrado a seguir:

	2021	2020
3ª emissão de debêntures simples do BNDES		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	236.078	329.956
Juros provisionados (6% a.a.)	656	840
2ª série		
Principal corrigido (TR)	236.078	329.956
Juros provisionados (6% a.a.)	656	840
3ª série		
Principal corrigido (TR)	236.078	329.956
Juros provisionados (6% a.a.)	656	840
4ª série		
Principal corrigido (TR)	236.078	329.956
Juros provisionados (6% a.a.)	656	840
5ª série		
Principal corrigido (TR)	157.383	228.417
Juros provisionados (6% a.a.)	437	582
Total	1.104.756	1.552.183
Circulante	369.870	445.113
Não circulante	734.886	1.107.070

14.2. Letras Financeiras - (BNDES)

Em 22 de outubro de 2020 o BNDES emitiu R\$ 1 bilhão em Letras Financeiras Verdes (LFV), conhecidos como "Green Bonds". A captação foi lançada toda no mercado doméstico brasileiro, com vencimento de dois anos e taxa de CDI + 0,45% ao ano. A emissão foi realizada na forma de oferta privada aos principais parceiros de negócios do BNDES, em especial instituições financeiras e investidores institucionais brasileiros, e os recursos serão destinados ao financiamento de projetos ambientalmente sustentáveis de geração de energia, atestados por uma empresa verificadora, especializada na área ambiental.

O montante atualizado da obrigação pela emissão, vencimentos e juros estão demonstrados a seguir:

	BNDES e Consolidado	
	Vencimentos 2022	2020
Valores de emissão (Principal)	1.000.000	1.000.000
Juros provisionados	53.682	4.450
Total	1.053.682	1.004.450
Circulante	1.053.682	-
Não circulante	-	1.004.450

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitas às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	25%
Contribuição para o PIS/PASEP ²	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ A alíquota da CSLL foi majorada para 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, retomando a 20% a partir de 2022, conforme Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa n.º 26.18.

15.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	BNDES		
	2º semestre 2021	2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	20.906.725	40.234.727	25.959.878
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 50%	(11.419.763)	(20.117.364)	(11.681.945)
Ajustes	9.620.725	14.106.404	6.541.051
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	108.561	(646.333)	(572.979)
· Majoração da alíquota da CSLL ⁽²⁾	316.128	582.856	242.270
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	7.417.002	12.319.608	5.226.607
· Juros sobre o capital próprio	1.685.022	1.685.022	1.434.035
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	(76.778)	(46.464)	72.455
· Participações no resultado	77.339	77.339	(61.870)
· Outras diferenças permanentes	93.451	134.376	200.533
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(1.799.038)	(6.010.960)	(5.140.894)
· Tributos Correntes	(827.700)	(4.142.089)	(4.201.910)
· Tributos Diferidos	(971.338)	(1.868.871)	(938.984)
Alíquota Efetiva	8,61%	14,94%	19,80%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

⁽²⁾ Refere-se a 5% de majoração na alíquota da CSLL a partir de março de 2020, que passou de 15% para 20%, como também da diferença da constituição dos créditos e obrigações tributárias diferidas, quando sua expectativa de realização ocorre em 2021, tendo em vista a majoração estabelecida pela Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

	BNDES		
	2021	2020	2020
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	4.142.089	4.201.910	
Ajustes de exercícios anteriores	11.353	(27.148)	
Tributos correntes devidos no exercício	4.153.442	4.174.762	
(-) Antecipações	(1.636.373)	(2.753.009)	
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	2.517.069	1.421.753	

	Consolidado		
	2º semestre 2021	2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	24.643.735	48.121.686	31.818.866
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 50%	(13.495.765)	(24.060.843)	(14.318.490)
Ajustes	8.058.609	10.261.816	3.430.982
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	(89.208)	(835.199)	(760.569)
· Majoração da alíquota da CSLL ⁽²⁾	356.588	628.093	259.807
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	2.712.175	3.810.257	409.371
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	3.251.786	4.768.934	1.822.535
· Juros sobre o capital próprio	1.685.022	1.685.022	1.434.035
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	(53.430)	(20.804)	100.122
· Participações no resultado	116.237	116.237	103.937
· Outras diferenças permanentes	79.439	109.276	61.744
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(5.437.156)	(13.799.027)	(10.887.508)
· Tributos Correntes	(2.971.162)	(10.630.839)	(11.183.031)
· Tributos Diferidos	(2.465.994)	(3.168.188)	295.523
Alíquota Efetiva	22,06%	28,68%	34,22%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

⁽²⁾ Refere-se a 5% de majoração na alíquota da CSLL a partir de março de 2020, que passou de 15% para 20%, como também da diferença da constituição dos créditos e obrigações tributárias diferidas, quando sua expectativa de realização ocorre em 2021, tendo em vista a majoração estabelecida pela Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021.

	Consolidado	
	2021	2020
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	10.630.839	11.183.031
Ajustes de exercícios anteriores	17.232	(312.182)
Tributos correntes devidos no exercício	10.648.071	10.870.849
(-) Antecipações	(6.395.299)	(8.693.470)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	4.252.772	2.177.379

15.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

Ativo	BNDES		Consolidado		Fundamento para realização
	2021	2020	2021	2020	
Contrapartida no resultado:					
· Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.357.074	11.403.108	11.245.397	13.150.069	Recebimento ou efetivação da perda
· Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	-	499.675	4.562.474	3.228.017	Alienação de títulos
· Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	395.711	-	1.021.473	338.058	Alienação de títulos
· Provisão para ações trabalhistas e cíveis	65.098	59.191	668.949	614.127	Decisão judicial definitiva
· Participação dos empregados no lucro	111.230	108.389	112.966	111.207	Pagamento
· Ágio amortizado	-	-	69.591	93.686	Alienação de títulos
· Outros	266.282	157.367	342.746	215.052	
Subtotal	10.195.395	12.227.730	18.023.596	17.750.216	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
· Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	-	-	877.081	3.008.552	Alienação de títulos
· Perda atuarial – FAMS	-	51.240	23.202	94.988	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	-	51.240	900.283	3.103.540	
Total dos créditos tributários diferidos	10.195.395	12.278.970	18.923.879	20.853.756	
· Circulante	-	-	-	-	
· Não circulante	10.195.395	12.278.970	18.923.879	20.853.756	

Passivo	BNDES		Consolidado		Fundamento para realização
	2021	2020	2021	2020	
Contrapartida no resultado:					
· Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(52.106)	(215.570)	(3.428.542)	13.026	Alienação de títulos
· Outros	-	-	(5.977)	(5.977)	
Subtotal	(52.106)	(215.570)	(3.434.519)	7.049	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
· Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(662.856)	(3.917.020)	(8.478.291)	(19.157.655)	Alienação de títulos
· Ganho atuarial – FAMS	(223.164)	-	(223.164)	-	
Subtotal	(886.020)	(3.917.020)	(8.701.455)	(19.157.655)	
Total dos débitos tributários diferidos	(938.126)	(4.132.590)	(12.135.974)	(19.150.606)	
· Circulante	-	-	-	-	
· Não circulante	(938.126)	(4.132.590)	(12.135.974)	(19.150.606)	

(b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

Ativo	BNDES			
	2020	Constituição	Realização	2021
Contrapartida no resultado:				
· Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.403.108	3.715.640	(5.761.674)	9.357.074
· Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	499.675	-	(499.675)	-
· Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	-	395.711	-	395.711
· Provisão para ações trabalhistas e cíveis	59.191	10.896	(4.989)	65.098
· Participação dos empregados no lucro	108.389	111.230	(108.389)	111.230
· Outros	157.367	219.702	(110.787)	266.282
Subtotal	12.227.730	4.453.179	(6.485.514)	10.195.395
Contrapartida no patrimônio líquido:				
· Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	-	-	-	-
· Perda atuarial – FAMS	51.240	-	(51.240)	-
Subtotal	51.240	-	(51.240)	-
Total dos créditos tributários diferidos	12.278.970	4.453.179	(6.536.754)	10.195.395

Passivo	BNDES			
	2020	Constituição	Realização	2021
Contrapartida no resultado:				
· Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(215.570)	(658.767)	822.231	(52.106)
Subtotal	(215.570)	(658.767)	822.231	(52.106)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
· Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(3.917.020)	-	3.254.164	(662.856)
· Ganho atuarial – FAMS	-	(223.164)	-	(223.164)
Subtotal	(3.917.020)	(223.164)	3.254.164	(886.020)
Total dos débitos tributários diferidos	(4.132.590)	(881.931)	4.076.395	(938.126)

Ativo	Consolidado			
	2020	Constituição	Realização	2021
Contrapartida no resultado:				
· Provisão para risco de crédito	13.150.069	5.122.199	(7.026.871)	11.245.397
· Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	3.228.017	1.334.457	-	4.562.474
· Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	338.058	683.415	-	1.021.473
· Provisão para ações trabalhistas e cíveis	614.127	60.954	(6.132)	668.949
· Participação dos empregados no lucro	111.207	112.966	(111.207)	112.966
· Ágio amortizado	93.686	8.754	(32.849)	69.591
· Outros	215.052	238.481	(110.787)	342.746
Subtotal	17.750.216	7.561.226	(7.287.846)	18.023.596
Contrapartida no patrimônio líquido:				
· Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	3.008.552	-	(2.131.471)	877.081
· Perda atuarial – FAMS	94.988	19.584	(91.370)	23.202
Subtotal	3.103.540	19.584	(2.222.841)	900.283
Total dos créditos tributários diferidos	20.853.756	7.580.810	(9.510.687)	18.923



e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos:

	BNDDES					Consolidado				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2022	2.232.719	21,89%	(246.018)	26,22%	1.986.701	7.389.028	39,04%	(5.542.782)	45,66%	1.846.246
2023	955.102	9,37%	(248.119)	26,45%	706.983	3.634.963	19,21%	(5.439.001)	44,82%	(1.804.038)
2024	952.119	9,34%	(289.607)	30,87%	662.512	1.033.669	5,46%	(289.607)	2,39%	744.062
2025	2.327.045	22,81%	48.699	-5,19%	2.375.744	2.760.943	14,59%	48.699	-0,40%	2.809.642
2026	867.920	8,51%	5.906	-0,63%	873.826	918.840	4,86%	5.906	-0,05%	924.746
2027 a 2031	3.196.356	31,34%	28.467	-3,03%	3.224.823	3.522.302	18,61%	28.467	-0,23%	3.550.769
Após 2031*	(335.866)	-3,26%	(237.454)	25,31%	(573.320)	(335.866)	-1,77%	(947.656)	7,81%	(1.283.522)
Total	10.195.395	100,00%	(938.126)	100,00%	9.257.269	18.923.879	100,00%	(12.135.974)	100,00%	6.787.905
Valor Presente	7.206.977		(678.430)		6.528.547	14.787.876		(10.172.140)		4.615.736

	BNDDES					Consolidado				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2021	2.713.355	22,10%	(1.940.698)	46,95%	772.657	6.106.513	29,29%	(7.041.370)	36,77%	(934.857)
2022	1.229.396	10,01%	(737.222)	17,84%	492.174	3.323.728	15,94%	(5.299.813)	27,67%	(1.976.085)
2023	1.177.366	9,59%	(1.057.108)	25,58%	120.258	2.951.789	14,15%	(5.595.704)	29,22%	(2.643.915)
2024	1.576.973	12,84%	(21.434)	0,52%	1.555.539	1.701.216	8,16%	(21.434)	0,11%	1.679.782
2025	2.564.288	20,88%	(179.155)	4,34%	2.385.133	3.228.888	15,48%	(179.155)	0,94%	3.049.733
2026 a 2030	3.017.592	24,58%	(171.775)	4,16%	2.845.817	3.533.217	16,94%	(171.775)	0,90%	3.361.442
Após 2030*	-	-	(25.198)	0,61%	(25.198)	8.405	0,04%	(841.355)	4,39%	(832.950)
Total	12.278.970	100,00%	(4.132.590)	100,00%	8.146.380	20.853.756	100,00%	(19.150.606)	100,00%	1.703.150
Valor Presente	9.293.318		(3.559.999)		5.733.319	16.433.393		(16.224.820)		208.573

* Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

15.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	BNDDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ/CSLL a compensar / Saldo Negativo	2.173	-	24.904	-
Imposto de renda retido na fonte	23.572	1.798	325.704	92.408
Outros	4.446	792	5.974	2.329
Total no Ativo Circulante	30.191	2.590	356.582	94.737

16. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

O BNDDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e a política do sistema BNDDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26.19.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas. As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	BNDDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Processos trabalhistas	75.770	63.584	98.565	84.251
Processos cíveis	69.455	67.953	1.820.395	1.677.396
Total	145.225	131.537	1.918.960	1.761.647
Circulante	2.038	1.942	754.486	2.030
Não circulante	143.187	129.595	1.164.474	1.759.617

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	2021			
	Processos trabalhistas		Processos cíveis	
	BNDDES	Consolidado	BNDDES	Consolidado
Até 1 ano	114	114	1.924	754.372
Entre 1 e 2 anos	42.760	63.177	753	757
Entre 2 e 3 anos	11.274	12.635	130	6.499
Entre 3 e 5 anos	20.239	21.256	66.086	1.057.279
Entre 5 e 10 anos	1.383	1.383	562	1.488
Após 10 anos	-	-	-	-
Total	75.770	98.565	69.455	1.820.395

a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 124 processos judiciais em andamento no BNDDES e 136 no consolidado, referentes principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas no exercício:

	BNDDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	63.584	56.325	84.251	75.356
Pagamentos	(1.737)	(63)	(1.737)	(63)
Constituições	15.562	7.623	17.803	9.297
Reversões	(1.639)	(301)	(1.752)	(339)
Saldo no final do exercício	75.770	63.584	98.565	84.251

Em 31 de dezembro de 2021, havia 13 processos judiciais em andamento no BNDDES e 20 no Consolidado, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 7.419 e R\$ 9.420 no BNDDES e Consolidado, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, havia 21 processos judiciais em andamento no BNDDES e 32 no Consolidado, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 7.175 e R\$ 9.396 no BNDDES e Consolidado, respectivamente.

b) Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 24 processos (36 no Consolidado), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais. No Consolidado, os pleitos são similares, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis no exercício:

	BNDDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	67.953	12.736	1.677.396	1.499.540
Pagamentos	(22)	(122)	(42)	(122)
Constituições	7.541	56.014	152.205	178.653
Reversões	(6.017)	(675)	(9.164)	(675)
Saldo no final do exercício	69.455	67.953	1.820.395	1.677.396

Em 31 de dezembro de 2021, havia 31 processos judiciais em andamento no BNDDES e 49 no Consolidado classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 252.409 e R\$ 1.516.670 no BNDDES e Consolidado, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, havia 24 processos judiciais em andamento no BNDDES e 41 no Consolidado classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 8.528 e R\$ 1.262.132 no BNDDES e Consolidado, respectivamente.

17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 26.15

17.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	BNDDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo atuarial - PBB	1.553.281	2.950.868	1.920.688	3.479.669
Passivo atuarial - PAS	3.029.412	4.058.034	3.634.405	4.809.207
Circulante	4.582.693	7.008.902	5.555.093	8.288.876
Passivo atuarial - PBB	283.335	216.233	363.985	277.792
Passivo atuarial - PAS	43.867	37.761	72.407	63.637
Não circulante	327.202	253.994	436.292	341.429
Passivo atuarial - PBB	1.269.946	2.734.635	1.556.803	3.201.877
Passivo atuarial - PAS	2.985.545	4.020.273	3.561.998	4.745.570
Total	4.255.491	6.754.908	5.118.801	7.947.447

17.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 30 de novembro de 2021 e atualizada até 31 de dezembro de 2021.

	BNDDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente da obrigação atuarial	15.482.712	18.310.573	18.623.309	21.771.479
Valor justo dos ativos do plano	(12.376.149)	(12.408.937)	(14.781.934)	(14.812.141)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	3.106.563	5.901.736	3.841.375	6.959.338
Efeito do compartilhamento de risco	(1.553.282)	(2.950.868)	(1.920.687)	(3.479.669)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	1.553.281	2.950.868	1.920.688	3.479.669

A partir de 31 de dezembro de 2020 o passivo atuarial do PBB, ou de valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD), passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberto pelo valor justo dos ativos do plano, dada a adoção do compartilhamento de risco com participantes e assistidos, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDDES.

O referido estudo apresentou novas informações e agregou mais experiência sobre o tema. Ficou evidenciado o amadurecimento do processo, especialmente sobre o ponto de vista da segurança jurídica e o alinhamento à aplicação da prática mais recente, onde a paridade contributiva foi estritamente observada nos casos dos últimos equacionamentos de déficits, por meio de contribuições extraordinárias paritárias do patrocinador e dos patrocinados, e recentes teses jurídicas que afastam o risco de decisões judiciais afetarem o equilíbrio dos planos de previdência complementar ou obrigarem aos patrocinadores do Sistema BNDDES arcarem com o ônus de custeio extraordinário unilateralmente, sendo remota a assunção pelos mesmos de ônus superior à paridade contributiva definida na Lei Complementar 108/2001.

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	BNDDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente no início do exercício	18.310.573	14.920.089	21.771.479	17.921.751
Custo do serviço corrente	434.908	626.033	438.392	631.322
Custo de juros	1.202.450	1.170.294	1.419.510	1.390.893
Contribuição dos participantes do plano	102.020	81.245	104.658	83.403
Benefícios pagos	(647.206)	(603.538)	(834.615)	(781.455)
Perdas (ganhos) atuariais	(3.920.033)	615.554	(4.276.115)	711.747
Mudança de premissas (Cresc. salarial)	(372.105)	(160.851)	(372.967)	(162.698)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(4.475.250)	(334.386)	(5.049.816)	(374.835)
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-	730.948	-	877.662
Ajuste de experiência	927.322	379.843	1.146.668	371.618
Efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco (1)	-	1.500.896	-	1.813.818
Valor presente no final do exercício (2)	15.482.712	18.310.573	18.623.309	21.771.479

(1) Para a utilização do compartilhamento de risco, é necessária a exclusão das contribuições de participantes e assistidos na projeção do passivo atuarial, para o cálculo do valor presente da obrigação bruta, sem desconto de contribuições, tendo ocorrido a mudança de estimativa no encerramento do exercício passado.

(2) A partir de 2020, valor presente no final do exercício com compartilhamento de riscos.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 17.2.

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	BNDDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor justo no início do exercício	12.408.837	12.600.073	14.812.141	15.073.987
Receita de juros	947.253	952.962	1.123.941	1.133.614
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(613.736)	(767.993)	(630.063)	(866.041)
Contribuições recebidas do empregador (1)	178.981	146.088	205.872	168.633
Contribuições recebidas dos participantes (2)	102.020	81.245	104.658	83.403
Benefícios pagos	(647.206)	(603.538)	(834.615)	(781.455)
Benefícios brutos	(731.261)	(674.533)	(942.923)	(872.836)
Contribuições descontadas dos assistidos (2)	84.055	70.995	108.308	91.381
Valor justo no final do exercício	12.376.149	12.408.837	14.781.934	14.812.141

(1) Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida (por ora, suspensas).

(2) Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 186.076 (R\$ 212.966 para o consolidado).

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 185.245 (R\$ 213.077 para o consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 16,81 anos em 31 de dezembro de 2021 (20,64 anos em 31 de dezembro de 2020).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

Plano PBB	BNDDES						Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	
BNDDES	871.427	871.813	882.717	1.814.571	4.764.700	53.740.972	62.946.200
Consolidado	1.123.015	1.122.621	1.131.156	2.308.592	5.952.718	57.060.322	68.698.4



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Ativos por categoria	Consolidado 2021				Consolidado 2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	58.678	12.951.609	538.578	13.548.865	62.942	13.239.294	426.652	13.728.888
Ações	-	404.435	-	404.435	8.095	501.954	-	510.409
Renda fixa	-	-	-	-	-	2	-	2
Multimercado	-	12.547.174	-	12.547.174	-	12.737.338	-	12.737.338
Participações	-	-	538.578	538.578	-	-	426.652	426.652
Fundos imobiliários	58.678	-	-	58.678	54.847	-	-	54.847
Imóveis ¹	-	-	898.787	898.787	-	-	965.770	965.770
Locados a terceiros	-	-	829.356	829.356	-	-	887.951	887.951
Locados aos patrocinadores	-	-	69.431	69.431	-	-	77.819	77.819
Empréstimos e financiamentos	-	-	468.855	468.855	-	-	435.643	435.643
Subtotal	58.678	12.951.609	1.906.220	14.916.507	62.942	13.239.294	1.828.065	15.130.301
Outros ativos não avaliados a valor justo ²	-	-	-	93.605	-	-	-	93.605
Outras deduções ³	-	-	-	(286.481)	-	-	-	(286.481)
Total 30/11/2021 e 30/11/2020				14.723.631				14.834.269
Atualização de data-base ⁴	-	-	-	58.303	-	-	-	(22.128)
Total				14.781.934				14.812.141

¹ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 17.128 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 17.293 em 31 de dezembro de 2020).

² Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis

³ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos

⁴ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 30/11/2021 para 31/12/2021. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/12/2021.

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2021, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	BNDES		Consolidado	
	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(1.844.923)	-11,92%	(2.107.743)	-11,32%
Redução de 1% a.a.	2.320.568	14,99%	2.628.425	14,11%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	305.665	1,97%	374.430	2,01%
Redução de 1 ano na idade	(313.140)	-2,02%	(383.757)	-2,06%
Taxa de crescimento salarial				
Aumento de 1% a.a.	680.402	4,39%	682.849	3,67%
Redução de 1% a.a.	(593.490)	-3,83%	(595.834)	-3,20%

Contas a Pagar FAPES

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contratos de 2002 (a)	966.346	835.568	1.235.001	1.067.868
Contratos de 2004 (b)	65.489	57.400	90.266	79.116
Total	1.031.835	892.968	1.325.267	1.146.984

^(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

^(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, no âmbito do processo TC-029.845/2016-5 (tendo sido o mandado denegado em decisão monocrática, ainda não transitada em julgado), e também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos (não tendo obtido, até o presente momento, decisão favorável).

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração do BNDDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26 de julho de 2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24 de novembro de 2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 2ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31 de janeiro de 2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDDES apresentou contestação. Em 03 de maio de 2018, em provas, o BNDDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 2ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência e, em 14 de agosto de 2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro, o BNDDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27 de agosto de 2020, a juíza titular da 2ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09 de dezembro de 2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo.

O BNDDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

(b) Plano de ação para devolução dos valores aportados na FAPES em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição partilhada dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados devidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciações dos pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010. O BNDDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22 de agosto de 2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 03 de março de 2021, foi proferido despacho em que o magistrado indeferiu a prova pericial na especialidade econômico-financeira requerida pela FAPES, sob o argumento de que a matéria tratada nos autos é apenas de direito, e abriu prazo para a União apresentar Réplica. O processo está concluso com o juiz desde o dia 05 de outubro de 2021 para julgamento. O processo encontra-se em fase inicial, não sendo possível precisar o tempo de sua duração ou quando será proferida a sentença.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, e sendo assim, não contabilizado.

17.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações não fundeadas	3.029.412	4.058.034	3.634.405	4.809.207
Passivo líquido	3.029.412	4.058.034	3.634.405	4.809.207

A movimentação no saldo da obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	4.058.034	4.218.286	4.809.207	4.981.630
Custo do serviço corrente	213.771	248.561	217.993	252.994
Custo de juros da obrigação	331.899	342.839	389.500	400.668
Perdas (Ganhos) atuariais	(1.492.228)	(685.481)	(1.671.492)	(735.326)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(1.364.936)	(108.951)	(1.524.839)	(121.472)
Ajuste de experiência	(127.292)	(890.672)	(146.653)	(980.207)
Mudança de premissas (tábuas biométricas)	-	314.142	-	366.353
Benefícios pagos	(82.064)	(66.171)	(110.803)	(90.759)
Saldo no final do exercício	3.029.412	4.058.034	3.634.405	4.809.207

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 17.2.

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	BNDES		Consolidado	
	2º semestre de 2021	2021	2021	2020
Custo do serviço corrente	(108.728)	(213.771)	(213.771)	(248.561)
Custo dos juros da obrigação	(184.582)	(331.899)	(331.899)	(342.839)
Subtotal	(293.310)	(545.670)	(545.670)	(591.400)
Benefícios pagos	45.683	82.064	82.064	66.171
Total	(247.627)	(463.606)	(463.606)	(525.229)

	Consolidado	
	2º semestre de 2021	2021
Custo do serviço corrente	(110.875)	(217.993)
Custo dos juros da obrigação	(215.798)	(389.500)
Subtotal	(326.673)	(607.493)
Benefícios pagos	62.608	110.803
Total	(264.065)	(496.690)

Os valores reconhecidos em Ajustes de Avaliação Patrimonial são assim demonstrados:

	BNDES		Consolidado (1)	
	2021	2020	2021	2020
Saldo do início do exercício	(996.307)	(1.681.788)	(1.319.039)	(2.054.365)
Ganhos (Perdas) atuariais	1.492.228	685.481	1.671.492	735.326
Saldo no final do exercício	495.921	(996.307)	352.453	(1.319.039)

(1) Saldos dos ajustes de avaliação patrimonial do BNDDES, BNDESPAR e FINAME.

As contribuições esperadas do BNDDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 74.779 (R\$ 104.184 no consolidado).

A duração média da obrigação atuarial é de 24,72 anos em 31 de dezembro de 2021 (29,08 anos em 31 de dezembro de 2020).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDES	74.779	78.488	82.852	181.057	562.004	21.070.486	22.049.666
Consolidado	104.184	109.370	114.629	248.357	749.428	22.178.492	23.504.460

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2021, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	BNDES		Consolidado	
	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial				
Aumento de 1% a.a.	(513.378)	-16,95%	(581.075)	-15,99%
Redução de 1% a.a.	688.413	22,72%	772.037	21,24%
Tábua de mortalidade				
Aumento de 1 ano na idade	116.268	3,84%	139.430	3,84%
Redução de 1 ano na idade	(115.278)	-3,81%	(138.167)	-3,80%
Taxa de variação dos custos médicos				
Aumento de 1% a.a.	682.690	22,54%	765.647	21,07%
Redução de 1% a.a.	(518.672)	-17,12%	(587.096)	-16,15%

17.2. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2021	2020
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	2,66% a.a.	3,24% a.a.
Grupo Apoio	2,59% a.a.	2,91% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,25% a.a.	6,91% a.a.
Grupo Apoio	6,18% a.a.	6,56% a.a.
Taxa de desconto nominal	8,92% a.a.	7,16% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,55% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	8,92% a.a.	7,16% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

A taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 5,24% a.a., correspondente à taxa indicativa da NTN-B, negociada em 20/12/2021 pelo Tesouro Direto, com vencimento em 15/05/2035, o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo título registrou taxa de 5,32% a.a. em 30/12/2021, representando aumento de 0,08 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

17.3. Processos Judiciais e Contingências

Classificação: Provável	2021		2020	
	PBB	PAS	PBB	PAS
Valor	20.030	81	24.603	161
Quantidade	22	7	26	6
Classificação: Possível				
Valor	79.508	260	65.246	254
Quantidade	59	9	76	11

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 20.030 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 81 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de Homecare e reembolso por exames realizados.

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 79.508 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 260 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e inadimplência contratual.

17.4. Outros benefícios concedidos aos empregados</



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



19. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.750/2009.

19.1. Transações com controladas

As seguintes operações entre as empresas, incluídas na consolidação, foram eliminadas nas demonstrações consolidadas:

	2021			2020		
	FINAME	BNDESPAR	Total	FINAME	BNDESPAR	Total
Ativo						
Operações de repasses	76.790.591	-	76.790.591	73.794.601	-	73.794.601
. Moeda nacional	53.258.851	-	53.258.851	50.434.123	-	50.434.123
. Moeda estrangeira	23.531.740	-	23.531.740	23.360.478	-	23.360.478
Dividendos a receber	228.580	4.668.148	4.896.728	87.285	2.832.368	2.919.653
Pagamentos a ressarcir	59.935	124.713	184.648	54.618	126.621	181.239
Outros créditos	-	-	-	-	-	-
Passivo						
Operações compromissadas	2.613.383	50.629.913	53.243.296	275.920	38.923.297	39.199.217
Outras obrigações	-	1	1	1	-	1

	2º semestre de 2021			2021			2020		
	FINAME	BNDESPAR	Total	FINAME	BNDESPAR	Total	FINAME	BNDESPAR	Total
Receitas									
Operações de repasses	5.372.192	-	5.372.192	7.008.275	-	7.008.275	8.205.633	-	8.205.633
. Moeda nacional	2.708.120	-	2.708.120	4.977.741	-	4.977.741	3.091.960	-	3.091.960
. Moeda estrangeira	2.664.072	-	2.664.072	2.030.534	-	2.030.534	5.113.673	-	5.113.673
Outras receitas	-	-	-	769	92.517	93.286	14.915	172.553	187.468
Despesas									
Operações compromissadas	(92.446)	(1.318.349)	(1.410.795)	(141.669)	(1.892.988)	(2.034.657)	(68.557)	(873.787)	(942.344)

19.2. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Títulos públicos federais (Nota Explicativa n.º 6)	87.605.517	106.261.420	87.646.614	106.297.952
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa n.º 19.2.1)	1.132.610	738.760	2.033.029	1.334.031
Passivo				
Obrigações por repasses no país (Nota Explicativa n.º 10.1.c)	101.318.093	158.463.841	101.318.093	158.463.841
Outras obrigações com STN	1.707	6.186	3.880	16.354
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa n.º 19.2.3)	23.096.847	36.794.774	23.096.847	36.794.774
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	4.911.855	-	4.911.855

	BNDES			Consolidado		
	2º semestre de 2021	2021	2020	2º semestre de 2021	2021	2020
Resultado						
Resultado com títulos públicos federais	2.378.819	3.400.905	4.896.943	2.376.544	3.399.464	4.897.790
Receitas com outros créditos – equalização (Nota Explicativa n.º 5.11)	1.512.545	2.625.095	1.348.124	2.670.988	4.759.683	2.517.334
Despesas com operações de repasses e instrumento elegível ao capital principal	(3.538.931)	(6.699.973)	(9.582.088)	(3.538.931)	(6.699.973)	(9.582.088)
Despesas com outras obrigações – equalização (Nota Explicativa n.º 5.11)	(1.672)	(10.220)	(10.136)	(4.069)	(19.112)	(45.099)

19.2.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	1.070.556	681.774	1.970.975	1.277.045
Outros créditos	62.054	56.986	62.054	56.986
Total	1.132.610	738.760	2.033.029	1.334.031

Os créditos perante o Tesouro Nacional são em sua maioria valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários).

Trata-se da diferença entre o custo de captação em T.JLP/TLF mais remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final. De acordo com a Portaria MF nº 950, de 24 de dezembro de 2015, os valores de equalização do Programa de Sustentação do Investimento – PSI serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano.

A composição dos saldos é a seguinte:

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valores Apurados em:				
2021	1.068.523	-	1.967.399	-
2020	345	679.931	521	1.273.442
Anteriores a 2020	1.688	1.843	3.055	3.603
Total	1.070.556	681.774	1.970.975	1.277.045

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	BNDES					
	2021			2020		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	137.645	544.129	681.774	280.142	567.889	848.031
. Valores apurados nos exercícios	201.263	2.412.545	2.613.808	318.173	1.020.340	1.338.513
. Atualização Monetária	-	1.150	1.150	-	155	155
. Recebimentos	(235.491)	(1.990.521)	(2.226.012)	(460.670)	(909.093)	(1.369.763)
. Constituição de Provisões (*)	-	-	-	-	(137.079)	(137.079)
. Outras	-	(164)	(164)	-	1.917	1.917
Saldo no final do exercício	103.417	967.139	1.070.556	137.645	544.129	681.774

* Redução ao valor recuperável, conforme prática contábil descrita na Nota 26.3.1.

	Consolidado					
	2021			2020		
	PSI	Demais programas	Total	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	446.679	830.366	1.277.045	901.968	972.425	1.874.393
. Valores apurados nos exercícios	625.315	4.122.564	4.747.879	1.047.863	1.459.844	2.507.707
. Atualização Monetária	-	1.667	1.667	-	172	172
. Recebimentos	(769.347)	(3.286.118)	(4.055.465)	(1.503.152)	(1.167.784)	(2.670.936)
. Constituição de Provisões (*)	-	-	-	-	(436.208)	(436.208)
. Outras	-	(151)	(151)	-	1.917	1.917
Saldo no final do exercício	302.647	1.668.328	1.970.975	446.679	830.366	1.277.045

* Redução ao valor recuperável, conforme prática contábil descrita na Nota 26.3.1.

19.2.2 Repasses no país – Tesouro Nacional

Vide Nota Explicativa n.º 10.1.c.

19.2.3. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 31 de dezembro de 2021 existiam quatro contratos de dívida celebrados com a União que compõem o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.192/2013:

- Contrato n.º 867/PGFN/CAF - Contrato de financiamento celebrado em junho de 2013 entre o BNDES e a União, para concessão de crédito ao BNDES no valor de R\$ 15.000.000, mediante a emissão de títulos da dívida pública federal interna. Em 1º de julho de 2021, o BNDES efetuou a liquidação parcial desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional no montante de R\$ 13.500.000. Esse valor considera o volume total de instrumentos híbridos incluídos no cronograma de melhores esforços de devolução de recursos ao Tesouro Nacional apresentado ao Tribunal de Contas da União - TCU em atendimento ao Acórdão n.º 56/2021 – TCU- Plenário.
- Contratos n.º 963 e 964/PGFN/CAF - Instrumentos de novação e confissão de dívida celebrados em junho de 2014 entre o BNDES e a União, nos valores de R\$ 8.731.760 e R\$ 6.807.216, respectivamente.
- Contrato n.º 1018/PGFN/CAF - Instrumento de desmembramento de dívida celebrado em dezembro de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 5.000.000.

Esses contratos não possuem vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	N.º do contrato (STN)	2020	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	Amortização	2021
Variável, limitada à T.JLP	867/PGFN/CAF	15.530.038	76.597	(534.635)	(13.500.000)	1.572.000
Variável, limitada à T.JLP	963/PGFN/CAF	9.040.302	421.801	(311.219)	-	9.150.884
Variável, limitada à T.JLP	964/PGFN/CAF	7.047.755	328.832	(242.624)	-	7.133.963
Variável, limitada à T.JLP	1018/PGFN/CAF	5.176.679	241.532	(178.211)	-	5.240.000
Total		36.794.774	1.068.762	(1.266.689)	(13.500.000)	23.096.847
Circulante		1.255.798	-	-	-	1.057.871
Não circulante		35.538.976	-	-	-	22.038.976

19.2.4. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à declaração de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contradas pelo BNDES.

19.3. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Eletrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo	56.566.045	67.026.183	58.749.026	72.482.745
Operações de créditos e repasses interfinanceiros	48.206.967	55.090.644	54.199.593	64.369.338
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(700.359)	(681.723)	(700.998)	(682.690)
Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF	3.909.635	3.858.090	-	-
Direitos a receber - Eletrobras	5.045.893	8.711.821	5.045.893	8.711.821
Outros	103.909	47.351	204.538	84.276
Passivo	384.657.902	354.693.694	384.932.221	354.914.354
Empréstimos e repasses no país	27.496.508	29.466.539	27.496.508	29.466.539
Fundos financeiros e de desenvolvimento	8.593.169	8.521.088	8.867.488	8.741.749
FAT Constitucional - dívidas subordinadas	340.713.933	307.807.297	340.713.933	307.807.297
FAT Depósito especial	6.641.264	7.181.869	6.641.264	7.181.869
Emissão de debêntures	1.104.756	1.552.183	1.104.756	1.552.183
Outros	108.272	164.718	108.272	164.717

19.4. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece Apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foram de R\$ 105.253 e a receita com os serviços foram de R\$ 29.705.

19.5. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 17:

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo				
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar (PBB)	1.553.281	2.950.868	1.920.688	3.479.669
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde (PAS)	3.029.412	4.058.034	3.634.405	4.809.207
Patrimônio líquido				
Ajuste de avaliação patrimonial – PBB	2.912.984	1.004.290	2.912.984	1.004.290
Ajuste de avaliação patrimonial – PAS	495.921	(996.307)	495.921	(996.307)
Despesas				
PBB	(269.158)	(511.124)	(697.277)	(528.089)
PAS	(247.627)	(463.606)	(525.229)	(264.065)

19.6. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 7.2.2. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	BNDES		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Direitos e recebíveis	10.414	108.433	10.414	108.433
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(104)	(1.897)	(104)	(1.897)

19.7. Remuneração de empregados e dirigentes

Em Assembleias Gerais Extraordinárias da BNDESPAR e da FINAME, ambas realizadas em 23.03.2020, foram aprovadas alterações dos seus Estatutos Sociais, estabelecendo-se que os Conselhos de Administração e Fiscal dessas empresas passam a ser compostos pelos membros desses respectivos Conselhos do BNDES. Assim, o Sistema BNDES passou a ter a unificação dos seus Conselhos.

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES: membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria,



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados:

	BNDES				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Saldo no início do exercício	4.210	240.864	3.820	174.363	4.210	247.735	3.820	180.026
Ajustes (valor prov. / exerc. anteriores)	(157)	(21.152)	(108)	(4.962)	(157)	(21.624)	(108)	(5.059)
Pagamentos realizados	(2.100)	(219.712)	(1.651)	(169.401)	(2.100)	(226.111)	(1.651)	(174.967)
Ajuste provisão RVAs - diferidas (*)	237	-	22	-	237	-	22	-
Provisão do exercício	2.143	247.178	2.127	240.864	2.143	251.427	2.127	247.735
Saldo no fim do exercício	4.333	247.178	4.210	240.864	4.333	251.427	4.210	247.735

(*) O ajuste dos valores diferidos decorre de 4 motivos: i) reajustamento dos honorários dos Dirigentes; ii) diferença na apuração dos indicadores, com base no relatório da auditoria interna; e iii) redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e iv) atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei n.º 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

	RVA	BNDES e Consolidado	
		2021	2020
2021		-	2.389
2022		2.282	893
2023		976	574
2024		718	354
2025		357	-
Total		4.333	4.210

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores participações nos lucros e resultados pagas a empregados e membros da Diretoria (RVA) do Sistema BNDES no exercício:

	BNDES				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados
Maior Participação nos Lucros	133,10	229,75	161,93	167,50	133,10	229,75	161,93	167,50
Menor Participação nos Lucros	0,23	3,48	0,65	1,60	0,23	3,48	0,65	1,60
Participação nos Lucros Média	65,64	87,43	39,30	66,07	65,64	87,47	39,30	66,23

20. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO E RESULTADO RECORRENTE

20.1. Informação Por Segmento

Conforme metodologia descrita na Nota Explicativa n.º 26.16, apresentamos a seguir as informações por segmento de negócios do Sistema BNDES referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	BNDES				Consolidado					
	2021		2020		2021		2020			
	Financiamentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais	Financiamentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	39.246.653	-	-	-	39.246.653	30.942.929	-	-	-	30.942.929
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5.116.979	-	9.717.605	-	14.834.584	1.236.024	-	5.766.874	-	7.002.898
Despesas de Captação	(29.719.127)	(2.978.422)	(942.076)	-	(33.639.625)	(21.210.303)	(2.212.045)	(1.717.849)	-	(25.140.197)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	(559.048)	-	(559.048)	-	-	8.752	-	8.752
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.644.505	(2.978.422)	8.216.481	-	19.882.564	10.968.650	(2.212.045)	4.057.777	-	12.814.382
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	2.886.041	-	(166.716)	-	2.719.325	(544.238)	-	(401.467)	-	(945.705)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.530.546	(2.978.422)	8.049.765	-	22.601.889	10.424.412	(2.212.045)	3.656.310	-	11.868.677
Resultado com Participações Societárias	-	30.555.990	-	-	30.555.990	(339.980)	25.408.818	(27.926)	-	25.040.912
Despesas Administrativas e com Pessoal	(2.061.447)	(228.649)	(116.731)	-	(2.406.827)	(1.914.775)	(202.284)	(157.280)	-	(2.274.339)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.844.234)	(926.604)	141.472	-	(2.629.366)	(2.325.958)	(1.037.730)	547.304	-	(2.816.384)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	13.624.865	26.422.315	8.074.506	-	48.121.686	5.843.699	21.956.759	4.018.408	-	31.818.866
Tributos sobre o Lucro	(4.991.989)	(5.197.133)	(2.828.431)	(781.474)	(13.799.027)	(1.923.675)	(7.485.894)	(1.380.313)	(97.626)	(10.887.508)
Participação nos Resultados	(217.183)	(24.089)	(12.298)	-	(253.570)	(210.360)	(22.223)	(17.279)	-	(249.862)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.415.693	21.201.093	5.233.777	(781.474)	34.069.089	3.709.664	14.448.642	2.620.816	(97.626)	20.681.496
ATIVOS	451.550.844	68.080.227	198.623.487	18.923.879	737.178.437	462.439.257	79.915.772	215.133.190	20.853.756	778.341.975
Investimentos em coligadas (MEP)	-	11.793.115	-	-	11.793.115	-	10.868.901	-	-	10.868.901

	BNDES				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados	Dirigentes	Empregados
Receita com Operações de Crédito e Repasses	39.246.653	-	39.246.653	-	39.246.653	-	39.246.653	-
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5.116.979	-	5.116.979	-	5.116.979	-	5.116.979	-
Despesas de Captação	(29.719.127)	(2.978.422)	(29.719.127)	(2.978.422)	(29.719.127)	(2.978.422)	(29.719.127)	(2.978.422)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.644.505	(2.978.422)	14.644.505	(2.978.422)	14.644.505	(2.978.422)	14.644.505	(2.978.422)
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	2.886.041	-	2.886.041	-	2.886.041	-	2.886.041	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.530.546	(2.978.422)	17.530.546	(2.978.422)	17.530.546	(2.978.422)	17.530.546	(2.978.422)
Resultado com Participações Societárias	-	30.555.990	-	30.555.990	-	30.555.990	-	30.555.990
Despesas Administrativas e com Pessoal	(2.061.447)	(228.649)	(2.061.447)	(228.649)	(2.061.447)	(228.649)	(2.061.447)	(228.649)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.844.234)	(926.604)	(1.844.234)	(926.604)	(1.844.234)	(926.604)	(1.844.234)	(926.604)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	13.624.865	26.422.315	13.624.865	26.422.315	13.624.865	26.422.315	13.624.865	26.422.315
Tributos sobre o Lucro	(4.991.989)	(5.197.133)	(4.991.989)	(5.197.133)	(4.991.989)	(5.197.133)	(4.991.989)	(5.197.133)
Participação nos Resultados	(217.183)	(24.089)	(217.183)	(24.089)	(217.183)	(24.089)	(217.183)	(24.089)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.415.693	21.201.093	8.415.693	21.201.093	8.415.693	21.201.093	8.415.693	21.201.093
ATIVOS	451.550.844	68.080.227	451.550.844	68.080.227	451.550.844	68.080.227	451.550.844	68.080.227
Investimentos em coligadas (MEP)	-	11.793.115	-	11.793.115	-	11.793.115	-	11.793.115

20.2. Resultados Recorrentes

Em atendimento a Resolução BCB n.º 2/2020, apresentamos a reconciliação dos resultados recorrentes e não recorrentes do Sistema BNDES referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As definições sobre resultado recorrente e não recorrente podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 26.23.

	Consolidado					
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2020	
	Lucro Contábil	Efeitos não recorrentes	Lucro Recorrente	Lucro Contábil	Efeitos não recorrentes	Lucro Recorrente
Receita com Operações de Crédito e Repasses	39.246.653	-	39.246.653	30.942.929	-	30.942.929
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5.116.979	3.811.190	8.928.169	7.002.898	-	7.002.898
Despesas de Captação	(33.639.625)	-	(33.639.625)	(25.140.197)	-	(25.140.197)
Efeito Líquido do Câmbio	(559.048)	-	(559.048)	8.752	-	8.752
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.882.564	3.811.190	23.693.754	12.814.382	-	12.814.382
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	2.719.325	-	2.719.325	(945.705)	-	(945.705)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.601.889	3.811.190	26.413.079	11.868.677	-	11.868.677
Resultado com Participações Societárias	30.555.990	22.264.812	52.820.802	25.040.912	22.759.623	47.799.535
Despesas Administrativas e com Pessoal	(2.406.827)	-	(2.406.827)	(2.274.339)	-	(2.274.339)
Outras Despesas, Líquidas	(2.629.366)	(1.037.394)	(3.666.760)	(2.816.384)	(1.750.487)	(4.566.871)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	48.121.686	25.038.608	73.160.294	31.818.866	21.009.136	52.827.997
Tributos sobre o Lucro	(13.799.027)	(8.312.230)	(22.111.257)	(10.887.508)	(7.816.680)	(18.704.188)
Participação nos Resultados	(253.570)	-	(253.570)	(249.862)	-	(249.862)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	34.069.089	16.726.378	50.795.267	20.681.496	13.192.456	33.873.807
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	-	2.719.325	2.719.325	-	(945.705)	945.705
Tributos sobre o PRC	-	(1.173.781)	(1.173.781)	-	412.869	(412.869)
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE, AJUSTADO PELA PRC	34.069.089	18.271.922	49.340.711	20.681.496	12.659.620	33.406.633

No julgamento da Administração, os itens não recorrentes, embora relacionados aos negócios da Companhia, não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis, sendo destacados como informação complementar para um melhor entendimento e avaliação do resultado.

O resultado com participações societárias não recorrente refere-se a operações recentes de alienação de investimentos e resultados obtidos com investimentos em coligadas, que possuem caráter esporádico e não permanente.

A provisão para risco de crédito, embora classificada como evento recorrente, historicamente impacta o resultado do BNDES de forma adversa, ora pela constituição de provisão em contextos específicos, ora pela reversão em virtude da recuperação de créditos. Visando possibilitar a análise desse impacto sobre o resultado recorrente da instituição, apresentamos também o lucro líquido recorrente ajustado pela PRC.

A tabela a seguir apresenta, de forma complementar, os itens não recorrentes líquidos dos efeitos tributários.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do exercício	34.069.089	20.681.496
(-) Eventos não recorrentes, líquidos de tributos	16.726.378	13.192.456
Alienações de Debêntures	2.150.995	-
Alienações de Participações Societárias	8.416.287	14.144.021
Resultado com Equivalência Patrimonial	4.276.712	419.951
Impairment de Ativos	3.357.139	(389.614)
Resultado com Derivativos	(115.645)	240.156
Outros Resultados com Participações Societárias	72.087	(49.479)
Provisão para Contingências	(103.219)	(116.430)
Outras Despesas	(546.505)	(958.523)
Ajuste de Créditos Tributários (1)	(781.473)	(97.626)
Lucro Líquido Recorrente do exercício	17.342.711	7.489.040
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	(1.545.544)	532.836
Lucro Líquido Recorrente, ajustado pela PRC	15.797.167	8.021.876

(1) Efeito de mudança na expectativa de realização das diferenças temporárias e eventual alteração de alíquota.

As políticas contábeis adotadas na apuração da demonstração do resultado recorrente são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

21. GESTÃO DE RISCOS

21.1. Gerenciamento de Riscos, Controle Interno e Segurança da Informação

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e Compliance (AIC) do BNDES são responsáveis por:

- Definir e propor à Diretoria e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação para o Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras potenciais decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para devedores duvidosos de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES;
- Avaliar a qualidade do sistema de controle interno do Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo

medidas para o seu aprimoramento;

- Disseminar a cultura de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação no âmbito do Sistema BNDES;
- Manter e aperfeiçoar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios do Sistema BNDES;
- Desenvolver e monitorar o Sistema de Gestão de Gestão de Riscos do Sistema BNDES; e
- Promover o tratamento, o acompanhamento e a governança dos riscos cibernéticos.

O gerenciamento de risco no BNDES é um processo evolutivo



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Em linha com o arcabouço legal, o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, com seus respectivos controles. Adicionalmente, a unidade de gestão de risco operacional e controle interno desenvolve atividades de avaliação da qualidade do sistema de controle interno, gestão da continuidade de negócios, gestão do risco cibernético, alocação e avaliação da suficiência do capital regulamentar, além de manter um processo contínuo de comunicação e disseminação da cultura de risco, controle interno e segurança da informação.

Todas as atividades se baseiam em metodologias definidas com base nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Apetite a Risco do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio de seus limites quantitativos e qualitativos.

O fortalecimento da cultura de riscos operacionais, de controle interno e de segurança da informação na Instituição é suportado por um plano de comunicação desenvolvido com o objetivo de guiar ações que incluem apresentações, treinamentos, elaboração de manuais, inserções na mídia interna sobre esses temas, bem como a disponibilização de informações na *Intranet*.

Gestão de Segurança da Informação

No Sistema BNDES, a gestão deste tema é pautada pelas diretrizes do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), aprovado formalmente pelo Conselho de Administração. Este sistema objetiva a preservação da confidencialidade, disponibilidade e integridade dos processos e ativos de informação, de propriedade ou sob a custódia do Sistema BNDES, sendo composto pela Política Corporativa de Segurança da Informação, pelo Plano Estratégico de Segurança da Informação e pelo Plano de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação.

Tais normas constituem a política de segurança cibernética e o plano de ação e de resposta a incidentes definidos pela Resolução CMN nº 4.893/2021. Além de estabelecer diretrizes para a adequada governança e gestão de segurança da informação, o SGSI formaliza responsabilidades e estabelece a estrutura de gestão.

Neste contexto, as principais atribuições da unidade gestão de risco operacional e controle interno envolvem (i) realizar a gestão de vulnerabilidades em ativos de informação críticos; (ii) definir a metodologia para gestão de riscos cibernéticos; (iii) promover o tratamento, o acompanhamento e a governança dos riscos identificados; (iv) validar aspectos de segurança da informação em projetos; (v) verificar as ocorrências e tratar os incidentes relacionados à segurança da informação; (vi) promover a adequada gestão de acessos; (vii) elaborar, manter e propor padrões e normas para disciplinar a gestão de segurança da informação; e (viii) realizar ações de comunicação para conscientização e prevenção de incidentes de segurança da informação.

Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWAOPAD), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN n.º 3.640/2013.

A parcela RWAOPAD passou de R\$ 37.814.843, em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 59.208.432, em 31 de dezembro de 2021. O aumento da parcela ocorreu em função do aumento significativo do Indicador de Exposição (IE) referente ao 2º semestre de 2020, considerado apenas na apuração da parcela em vigor em 31 de dezembro de 2021. O IE corresponde à soma dos valores das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

21.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Mensuração do Risco de Mercado e Governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de não negociação corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação. As técnicas de gerenciamento de riscos podem variar conforme essa classificação de risco.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*). Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descaimento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). O valor do risco de taxa de juros da carteira de não negociação para fins regulatórios, obedecendo a diretrizes explicitadas na Circular BACEN n.º 3.876/2018 e suas alterações posteriores, é resultado de uma ponderação entre os valores apurados pelo EVE e pelo NII. Por fim, as medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Indicador de risco para operações marcadas a mercado no Balanço e operações cambiais

O BNDES monitora e controla diariamente o risco de mercado de operações marcadas a mercado no Balanço Patrimonial da Instituição. A métrica utilizada nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,95, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Os valores para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, segregados por fator de risco, são apresentados na tabela abaixo:

Fatores de risco	2021	2020
Juros	144.301	73.675
Câmbio	9.090	236
Ações	2.010.810	2.421.668
Efeito Diversificação	(139.132)	(62.904)
VaR total	2.025.069	2.432.675

Risco de taxa de juros da Carteira de Não Negociação

O BNDES utiliza duas metodologias para apurar o risco de juros da carteira bancária: *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE). A metodologia NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a metodologia EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas metodologias são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE), para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Métrica	2021	2020
ΔEVE	9.153.054	27.238.359
ΔNII	923.129	276.853
IRRBB (Total)	1.502.515	2.174.943

Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado (RWAMPAD) e Parcela de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo a risco de mercado (RWAMPAD) e mensalmente o risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) como uma combinação entre o EVE e o NII. Os componentes da parcela de risco de mercado e os valores do IRRBB são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWAMPAD	2021	2020
RWAJUR1	498.658	554.913
RWAJUR2	-	-
RWAJUR3	1.430.217	1.462.701
RWACAM	19.550.496	28.280.668
Total parcela RWAMPAD	21.479.371	30.298.282
IRRBB	1.502.515	2.174.943

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RWAACS) e de commodities (RWACOM) foram nulos ao final dos exercícios analisados, visto que o BNDES não possui exposições a ações em sua carteira de negociação e não possui exposição a *commodities*.

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	BNDES		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	4.838.134	6.742.015	60.821.617	45.103.828
Juros	TJLP	(18.759.344)	(10.135.592)	(13.808.548)	(5.549.705)
Juros	Prefixado	4.248.861	3.754.099	4.465.340	4.333.194
Juros	IGPM	709.163	4.285.991	768.979	4.884.239
Juros	IPCA	4.726.059	3.739.218	5.106.961	4.930.172
Juros	TR	(4.583.965)	(5.271.377)	(6.357.700)	(6.901.487)
Câmbio	Moeda Estrangeira	(553.864)	466.649	(758.336)	68.800
Operações de renda variável					
Preços	Ações	7.126.933	7.307.037	51.511.862	64.784.952
Preços	Debêntures Conversíveis em ações	-	-	490.577	1.150.810
Preços	Opções de ações	147.911	493	683.389	428.449

Análise de sensibilidade

Sob orientação da Resolução BACEN n.º 02/2020, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros presentes nas operações do BNDES, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras/econômicas para o BNDES. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado. As tabelas a seguir apresentam os resultados desse exercício para a posição de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	BNDES		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(18.361)	(75.327)	(125.545)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(68.096)	(188.194)	(376.387)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(32.401)	(6.480)	(10.800)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(4.617)	(6.063)	(10.104)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(12.238)	(34.762)	(57.937)
Juros	TR	Alta TR	(15.253)	(10.255)	(20.510)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(1.297)	(91.388)	(182.775)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	819.938	(1.175.944)	(2.351.888)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	-	-
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(36.976)	(73.949)

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	BNDES		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(27.588)	(25.363)	(42.272)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(18.062)	(73.417)	(146.834)
Juros	Prefixado	Queda PRE	30.776	(4.895)	(8.159)
Juros	IGPM	Queda IGPM	145.115	3.112	5.186
Juros	IPCA	Queda IPCA	4.936	(19.151)	(31.918)
Juros	TR	Alta TR	(5.219)	-	-
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(11.048)	(61.598)	(102.663)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	409.841	(1.205.661)	(2.411.322)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	-	-
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(122)	(239)

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	Consolidado		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(230.824)	(946.957)	(1.578.262)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(50.125)	(138.527)	(277.055)
Juros	Prefixado	Queda PRE	(34.051)	(8.810)	(11.350)
Juros	IGPM	Queda IGPM	(5.006)	(6.574)	(10.956)
Juros	IPCA	Queda IPCA	(13.224)	(37.564)	(62.607)
Juros	TR	Alta TR	(21.155)	(14.223)	(28.446)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(1.776)	(125.125)	(250.251)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	5.871.630	(8.499.457)	(16.998.915)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(121.642)	(228.297)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(280.695)	(531.407)

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	Consolidado		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(184.565)	(169.681)	(282.801)
Juros	TJLP	Alta TJLP	(9.890)	(40.199)	(80.399)
Juros	Prefixado	Queda PRE	35.523	(5.651)	(9.418)
Juros	IGPM	Queda IGPM	165.371	3.546	5.910
Juros	IPCA	Queda IPCA	6.508	(25.250)	(42.084)
Juros	TR	Alta TR	(6.832)	-	-
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(1.629)	(9.082)	(15.136)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	3.383.049	(10.689.517)	(21.379.034)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(434.513)	(850.730)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(9.779)	(11.533)

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco consideradas na análise de sensibilidade, em cumprimento da Resolução BACEN n.º 02/2020, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem a percepção dos riscos de mercado do BNDES no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ónus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES, são apresentadas para fins de referência.

21.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

A tabela a seguir apresenta os valores desses indicadores para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Indicadores de Risco de Liquidez	2021 (nova metodologia)	2020 (metodologia antiga)
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	26,6	8,7
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	6,4	11,7
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,4	1,4

21.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplimento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pelas Circulares Bacen n.º 3.644/13 e n.º 3.809/16. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWACPAD) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, swaps e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada (RWACPAD). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	2021	2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	396.137	609.442
Títulos e Valores Mobiliários	63.942.283	79.254.533
Repasse Interfinanceiros	78.561.707	81.104.366
Operações de Crédito	211.366.895	193.514.018
Outros Direitos a receber	1.308.108	1.541.179
Investimentos e Imobilização de Uso	11.448.385	10.330.404
Compromissos de Crédito e Saldos a liberar	10.990.973	22.217.697
Créditos Tributários	11.245.396	13.150.069
Demais itens do RWACPAD	3.722.442	2.362.174
Exposição TOTAL da parcela do RWACPAD	392.982.326	404.083.882



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	Posição Mitigada	
	2021	2020
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional	40.011.749	45.735.896
Garantia prestada pelo Fundo de Garantia a Exportação – FGE ⁽¹⁾	-	17.940.254
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) ⁽²⁾	2.925.150	7.310.886
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	9.550.689	11.823.425
Títulos Públicos Federais, caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro	1.410.366	1.353.703
Total	53.897.954	84.164.164

⁽¹⁾ A Resolução BCB nº 83 revogou o § 1º do art. 27 da Circular BACEN nº 3.809, não sendo mais permitida a utilização do Fundo de Garantia a Exportação (FGE) como mitigador para fins de RWACPAD.

⁽²⁾ A Circular BACEN nº 3.877 revogou o dispositivo da Circular BACEN nº 3.809 que autorizava a utilização dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) como mitigadores para fins de RWACPAD. A utilização deste mitigador ficou restrita aos contratos aprovados até a data da publicação do normativo.

Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, é detalhada a seguir:

	2021	2020
Ativos Financeiros		
Mantidos até o vencimento		
Títulos e Valores Mobiliários	6.290.758	3.777.561
Operações de crédito	296.775.995	298.574.571
Repasse Interfinanceiros	162.498.232	168.391.826
Outros Créditos	1.664.265	2.044.567
Negociação		
Títulos e Valores Mobiliários	67.721.578	79.642.429
Disponíveis para venda		
Títulos e Valores Mobiliários	85.401.103	103.940.947
Compromissos a Liberar em até 360 dias	69.672.490	74.953.804
Total	690.024.421	731.325.705

21.2. Apuração dos requisitos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

	Fórmulas	2021	2020
I- Fator "F" do PR	PR / RWA	8,0%	8,0%
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
II- Adicional de Capital Principal (ACP)	ACP / RWA	2,0%	1,25%
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,0%	1,25%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	(PR + ACP) / RWA	10,0%	9,25%
Capital Principal + ACP	(Capital Principal + ACP) / RWA	6,5%	5,75%
Nível I + ACP	(Nível I + ACP) / RWA	8,0%	7,25%

Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial é apresentado a seguir:

CAPITAL REGULAMENTAR - Consolidado	2021	2020
Patrimônio de Referência (PR)	190.283.623	194.493.120
Nível I	148.140.436	147.082.035
Capital Principal	148.140.436	147.082.035
Patrimônio Líquido	126.997.024	113.002.517
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	22.038.976	35.538.976
Ajustes Prudenciais	(895.564)	(1.459.458)
Ágios Pagos	(587.408)	(790.902)
Ativos Intangíveis	(6.131)	(11.050)
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(302.425)	(657.506)
Nível II	42.143.187	47.411.085
Dívidas subordinadas – FAT constitucional ⁽¹⁾	42.143.187	47.411.085

	2021	2020
Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽²⁾	473.670.129	472.197.007
Risco de crédito (RWACPAD)	392.982.326	404.083.882
Risco de mercado (RWAMPAD)	21.479.371	30.298.282
Risco operacional (RWAOPAD)	59.208.432	37.814.843
Risco Bancário (RBNAN)	1.502.515	2.174.943
Total	475.172.644	474.371.950

	2021	2020
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽³⁾	37.893.610	37.775.761
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - Rban)	150.887.498	154.542.416
Adicional de Capital Principal (ACP)	9.474.223	5.903.253
ACP Conservação ⁽⁴⁾	9.473.403	5.902.643
ACP Contracíclico ⁽⁵⁾	820	790

Índices	2021	2020
Índice de Basileia (IB)	40,17%	41,19%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	31,28%	31,15%
Índice de Capital Principal (ICP)	31,28%	31,15%
Razão de Alavancagem (RA)	17,79%	17,04%

⁽¹⁾ Conforme artigo 29º-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 31.12.2021 correspondem à aplicação do limitador de 80% sobre o valor computado no Nível II em 30.06.2018 (em 31.12.2020, aplica-se o limitador de 90%).

⁽²⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

⁽³⁾ O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido corresponde à aplicação do fator de 8,00%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

⁽⁴⁾ Instituído pelas Resoluções CMN n.º 4.443/2015 e nº 4.783/2020. Resulta da aplicação de 2,5% ao montante RWA em 31 de dezembro de 2020; e de 2,0% de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022.

⁽⁵⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015 e alterações posteriores. Fica limitado ao percentual máximo de 2,50% em relação ao montante RWA, a partir de 1º de janeiro de 2019.

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, o Patrimônio de Referência do Conglomerado reduziu em R\$ 4.209.498, devido à queda no Ajuste de Avaliação Patrimonial, de R\$ 11.396.210, assim como por conta da liquidação antecipada de R\$ 13,5 bilhões do Contrato nº 867/PGFN/CAF celebrado entre o BNDES e a União para concessão de crédito ao BNDES, registrado na conta de Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal. Essa queda foi parcialmente compensada pelo resultado do exercício.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWACPAD), mercado (RWAMPAD) e operacional (RWAOPAD), apresentaram um crescimento de R\$ 1.473.122 (0,3%), devido ao aumento da parcela RWAOPAD, compensado em parte pela queda do RWACPAD.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

a) Fundos com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos mantidos em disponibilidade ou aplicados em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, aplicados em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, além de outros ativos.

Valores aplicados	2021	2020
FMM - Fundo da Marinha Mercante	24.790.102	26.402.945
FT - Fundo de Terras e da Reforma Agrária	880.539	996.598
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	1.703.358	1.695.369
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	1.921.880	1.764.787
FA - Fundo Amazônia	3.583.826	3.549.553
FUNTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	634.230	449.727
FRD - Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização	240.908	244.182
FAT-DE - Fundo de Amparo ao Trabalhador Depósitos Especiais	6.641.264	7.181.869
FNRB - Fundo Nacional para Reparação de Benefícios	3.945	2.616
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos ⁽¹⁾	1.409.496	1.370.138
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito ⁽²⁾	21.034.328	20.762.531
Total	62.843.876	64.420.315

⁽¹⁾ A partir de dezembro de 2020 o FGI passou a ser apresentado no grupo de Fundos com valores mantidos ou aplicados no BNDES dado que a maior parte dos recursos passou a ser aplicada no BNDES, em operações compromissadas. A gestão dos recursos financeiros do FGI é de responsabilidade do BNDES e a parcela não aplicada no BNDES continuou aplicada no Banco do Brasil.

⁽²⁾ Conforme Lei 14.042 de 19/08/2020.

b) Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	2021	2020
FGE	41.343.664	38.966.916
FGPC ⁽¹⁾	63.000	2.425.486
Total	41.406.664	41.392.402

⁽¹⁾ Com base no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, e na Portaria nº 759, de 22 de março de 2021, que determina que o superávit financeiro dos fundos públicos federais fossem centralizados na UG/Gestão 170012/0001, para posterior destinação à amortização da dívida pública da União, no dia 29 de março de 2021, foi realizada uma transferência de recursos do FGPC no valor de R\$ 2.417.588 para a UG indicada.

c) Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto nº 99.464/1990, tendo a Lei nº 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao PND. O FND é fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND.

d) Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	2º semestre de 2021	2021	2020
PIS/PASEP	-	-	55.593
FMM - Fundo da Marinha Mercante	473.983	807.314	601.909
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	5.600	7.904	4.348
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	4.889	10.167	11.774
FNRB - Fundo Nacional para Reparação de Benefícios	32	60	34
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito	104.874	207.461	72.647
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	7.436	14.687	14.224
FND – Fundo Nacional de Desestatização	8	15.035	2.344
Total	596.822	1.062.628	762.873

22.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações "Greenfield", "Sépsis", "Cui Bono" (Lava Jato) e "Carne Fraca", e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. No ano de 2021, o BNDES não recebeu o depósito em sua própria conta referente à 2ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Após avaliação dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como "ativo contingente", nos termos do CPC 25. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, os "ativos contingentes" não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

22.3. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

22.4. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa n.º 15), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

22.6. Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês "ESG": *Environmental, Social and Governance*, inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis, contempla avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes/>

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/compromisso/objetivo3-conteudo>.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alienação de ações da Petrobras pela BNDESPAR

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022, a BNDESPAR alienou, em pregão na bolsa de valores (B3), a totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17,7 milhões de ações, correspondente a 0,24% do capital social votante da Petrobras, pelo montante total, líquido das despesas de venda, de R\$ 634.631 mil, ao preço médio unitário de R\$ 35,88 por ação. A participação da BNDESPAR no capital social total da Petrobras foi reduzida de 7,04% para 6,90% do capital total da Companhia investida.

Alienação de ações da JBS pela BNDESPAR

Em 16 de fevereiro de 2022, dando continuidade à estratégia de desinvestimento de posições maduras, a BNDESPAR alienou, por meio de operação de *block trade* na bolsa de valores (B3), 50 milhões de ações ordinárias de emissão da JBS S.A., no montante total, líquido das despesas de venda, de R\$ 1.867.896, ao preço unitário de R\$ 37,52 por ação ordinária (JBSS3), o que representou um desconto de 3% sobre a cotação de fechamento da ação na véspera da operação, fazendo com que a participação da BNDESPAR na JBS fosse reduzida de 21,55% para 19,45% do capital total e votante da Companhia investida, passando a deter o total de 461.661.101 ações ordinárias da JBS S.A.

24. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES

Objetivos e atuação

O Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A estrutura do BNDES, cuja missão é viabilizar soluções financeiras que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, prioriza o (a):

- Expansão dos investimentos em infraestrutura com apoio à infraestrutura econômica, social e urbana;
- Aumento da competitividade das empresas brasileiras com o apoio a investimentos que as tornem mais capazes de explorar oportunidades e superar os desafios de seus mercados;
- Contribuição à inclusão social e econômica através de produtos que ampliem o acesso ao crédito;
- Apoio ao desenvolvimento de instituições públicas e à estruturação de projetos associados a concessões públicas e parcerias público-privadas; e
- Estímulo à inovação, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional nos projetos apoiados.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua, também, por meio de suas duas subsidiárias integrais:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que investe por meio da compra de ações, subscrição de debêntures e de fundos de *venture capital* e *private equity* com objetivos, entre outros, de apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias, e de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais; e
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, que apoia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento, também por meio de agentes financeiros intermediários, à compra de máquinas e equipamentos de produção nacional e o financiamento de importações e exportações de máquinas e equipamentos.

25. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

26. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDES:

26.1. Regime de apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

26.2. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

26.3. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do exercício.

26.3.1 - Redução ao valor recuperável de ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

Adicionalmente, a existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta no reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

26.4. Estimativas contábeis gerais

A preparação



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



parâmetros quantitativos levam em consideração as características de atuação do Sistema BNDES e principalmente o perfil de sua carteira de participações societárias, compatíveis com seu papel institucional. Adicionalmente, a avaliação de declínio no valor de mercado abaixo do custo é realizada individualmente, permitindo a análise minuciosa do percentual e do período da queda, das características de cada instrumento patrimonial, tais como risco do ativo, volatilidade da ação, estimativa de prêmio de controle quando aplicável, segmento de atuação, situação do ambiente macroeconômico, análises qualitativas e outros fatores relevantes.

Neste sentido, não obstante o atingimento dos parâmetros quantitativos, a Administração do BNDES verifica, na etapa conclusiva da análise, a existência de outros fatores que possam afetar o julgamento sobre a definição de declínio significativo ou prolongado, para fins de reconhecimento de perda permanente nos termos do artigo 6º da Circular BACEN n.º 3.068/2001.

A avaliação e a classificação dos instrumentos financeiros derivativos seguem os critérios da Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Debêntures disponíveis para venda

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e devem ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
 - investimentos fixos;
 - capital de giro;
 - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
 - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
 - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subsequentes.
- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures com derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR, foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na Circular BACEN n.º 3.082/2002, que requer a separação dos derivativos do instrumento principal. O instrumento principal é designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

26.7. Investimentos

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo. A maior parte destes investimentos está registrada nas demonstrações financeiras da BNDESPAR.

As demonstrações financeiras da BNDESPAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são preparadas de acordo com as interpretações e orientações do CPC aprovados pela CVM. Para a aplicação do método de equivalência patrimonial e para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas do BNDES, as demonstrações financeiras da BNDESPAR foram ajustadas considerando as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A composição das empresas controladas, bem como os ajustes realizados no patrimônio da controlada BNDESPAR para adequação de práticas contábeis aceitas pelo CMN, e os outros investimentos, encontram-se descritos na Nota Explicativa n.º 7.2.1.

26.7.1. Investimentos em coligadas e controladas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais é exercida influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas pela BNDESPAR, que representam mais de 20% do capital votante da investida, não conferem influência significativa, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante, por influenciar as políticas operacionais e financeiras.

Nos termos da Lei n.º 11.941/2009, os investimentos em empresas controladas e/ou coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação do BNDES e do Sistema BNDES nos lucros ou prejuízos de suas controladas / coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as demonstrações financeiras das controladas apuradas na mesma data-base. Já sua controlada BNDESPAR, utiliza as demonstrações financeiras das coligadas com defasagem de até 60 dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de demonstrações financeiras na mesma data-base. Isso decorre do fato das coligadas serem independentes do Sistema BNDES, com contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração das demonstrações financeiras, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, é avaliada a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total em cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado trimestralmente ou sempre que houver indicação de perda de valor do investimento.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação (não resultantes de aportes de capital efetuados pela BNDESPAR) são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados por controladas e/ou coligadas são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao valor justo ou pelo custo de aquisição são creditados diretamente no resultado do exercício.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição. O ágio é apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Os ágios cujos fundamentos econômicos não são identificados são amortizados integralmente. Os ágios decorrentes de expectativa de resultados futuros são submetidos ao teste de recuperabilidade conforme a Resolução CMN n.º 3.566/2008.

Os desajustes decorrentes de aquisição de investimentos cujo fundamento econômico não é identificado (outras razões econômicas) são baixados quando ocorrem as alienações dos investimentos.

26.7.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado trimestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: a) pelo preço de cotação da B3, deduzidos de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa; ou b) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

26.7.2. Investimentos em ações disponíveis para venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como "Disponível para Venda" pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como "Disponível para Venda", as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para o ativo em questão ou idênticos a ele, que se possa ter acesso na data da mensuração. Aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;
- Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. Aplicado para: a) empresas com ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e b) empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso; e
- Nível 3: Técnicas de avaliação para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, a partir de modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão.

26.7.2.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda – consolidado

Ao final de cada semestre, a Administração realiza a análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, buscando identificar a existência de instrumentos que apresentem perda de caráter permanente. Para tal a Administração baseia-se em informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, as características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos, e da avaliação do caráter permanente da perda.

A participação em empresas avaliadas pelo método do valor justo está apresentada no subgrupo de "Títulos e Valores Mobiliários", na rubrica "Ações", na categoria "Disponível para Venda" e a participação societária em empresas coligadas da carteira da BNDESPAR está apresentada no subgrupo de Investimentos, na rubrica "Participação em Coligadas".

Para detalhamento desta carteira, vide Nota Explicativa n.º 7.1.1.

26.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

26.9. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

26.10 Operações Compromissadas

26.10.1 Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação. O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

1.10.2 Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

26.10.3 Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

26.11. Instrumentos Financeiros Derivativos

26.11.1. Derivativos cambiais e de taxa de juros

Os derivativos cambiais e de taxas de juros são utilizados para gerenciamento da exposição a riscos de mercado de ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos.

26.11.1.1. Operações de bolsa

Dentro de limites aprovados por sua governança interna de gestão de riscos, o BNDES realiza operações principalmente com os seguintes contratos futuros negociados na B3: i) Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial; ii) Futuro de Cupom Cambial de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; iii) Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia; e iv) Futuro de Cupom IPCA.

26.11.1.2. Operações de balcão

Assim como nas operações de bolsa, as operações de balcão também são contratadas pelo BNDES com o objetivo de gerenciar as exposições cambiais e de taxas de juros de ativos e passivos.

Todas as operações de proteção financeira realizadas no mercado doméstico de balcão são registradas na B3. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, inclusive, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

26.11.2. Opções e derivativos embutidos

O risco da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos com características de renda variável que resultam na geração de derivativos isolados ou derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos geralmente são opções de compra, de venda, de conversão de debêntures (em ações da emissora) ou de permuta de debêntures (em ações de outra empresa), não tendo, como finalidade, proteção patrimonial (*hedge*). A mensuração e o registro desses derivativos são feitos a valor justo.

26.12. Outros valores e bens

Composta basicamente por bens não destinados a uso, representados, principalmente, por imóveis os quais são ajustados pela constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes e por despesas antecipadas, que representam aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos seguintes, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

26.13. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

26.14. Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

26.15. Benefícios a empregados

26.15.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a última alteração de seu Regulamento, aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um "INSS teórico" atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 6.168,16 em 31/12/2021.

Entre os riscos relevantes associados ao PBB, têm-se:

- A incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/12/2021 era de R\$ 6.433,57 (seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018); e
- A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- complementação de aposentadoria;
- complementação de pensão;
- complementação de auxílio-reclusão;
- complementação de abono anual (13º salário);
- complementação de auxílio-doença;
- pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória do Plano

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 1.166, de 12/12/2018, e publicada no DOU em 18/12/2018, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciários por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 9/2016 e n.º 25/2018**, que afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar e disciplinam, respectivamente, as atividades de supervisão e fiscalização sistêmicas sobre a gestão do benefício, bem como as diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 20/12/2021, com vencimento em 2035, que correspondeu a 5,24% ao ano. O mesmo título encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 31/12/2021 a 5,32% ao ano, representando aumento de 0,08 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução MPS/CNPC n.º 29 de 13/04/2018, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A partir de 31/12/2020 o passivo passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação de Benefício Definido (contribuições normais, extraordinárias e déficit não equacionado) não coberta pelo valor justo dos ativos do plano, após adoção do compartilhamento de risco, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

26.15.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES

- FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Banco oferece benefício de assistência à saúde no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de novembro de 2021 e atualizada até 31 de dezembro de 2021, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

26.15.3. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

26.15.4. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação dos Empregados no Lucro" na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

26.16. Informações por Segmento

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações societárias, enquanto a FINAME atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como a rescisão de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a FINAME como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) "Financiamentos"; (ii) "Participações Societárias"; e (iii) "Tesouraria / ALM" (gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* – ALM).

Os custos de captação alocados aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:





MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



- Segmento "Financiamentos": financiado com *funding* institucional, notadamente indexados à TJLP / TLP / US\$
- + Libor, oriundos principalmente do FAT Constitucional e de repasses do Tesouro Nacional, exceto as Debêntures, que são financiadas pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento "Participações Societárias": financiado pela gestão integrada de recursos ("ALM") com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento "Tesouraria / ALM": contempla (i) Tesouraria, que, assim como o segmento de Participações Societárias, é financiada pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e (ii) ALM, que recebe a diferença entre o custo de cada rubrica total e aquele repassado aos Segmentos de Financiamentos, Participações Societárias e Tesouraria.

A base para a alocação dos custos de captação é o valor da carteira média mensal de cada segmento no período de apuração. O apoio financeiro através de instrumentos de Financiamentos compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses, seguido de debêntures. Este segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME.

O apoio financeiro através de Participações Societárias engloba investimentos, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa). Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas.

O segmento de Tesouraria / ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio. O efeito de variação cambial de cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de "ALM", que tem dentro suas atribuições gerir as exposições cambiais do Sistema BNDES.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas em relação às respectivas carteiras. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais.

As despesas administrativas e com pessoal, assim como os ativos corporativos, são alocados aos segmentos de acordo com as premissas definidas no modelo de custos adotado para o Sistema BNDES. Com relação às despesas com tributos, a alocação é feita de acordo com a natureza do resultado tributável e da empresa do Sistema BNDES que o originou (dadas as diferentes alíquotas). Como "Não Alocado" são classificados apenas os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

26.17. FAT – Dívida Subordinada e Depósitos Especiais

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

26.17.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT – TLP), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (SELIC REDUZIDA) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integrará a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos terão seu contravalor em reais e poderão ser determinados com base em duas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Emprestimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres – LIBOR – ou pela taxa de juros dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – "Treasury Bonds"; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro – "euro area yield curve".

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à TLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a transferência representada pela remuneração à TJLP e à TLP limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença positiva. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à SELIC REDUZIDA, incidente sobre os recursos disponíveis, é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

26.17.2. FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

26.18. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 20 no mês (R\$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e FINAME, foi constituída à alíquota de 25% e à alíquota de 9% para a BNDESPAR.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não registrados estão descritos na Nota Explicativa n.º 15.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa, determinados pela Resolução CMN n.º 4.842/2020.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Serfaty - Presidente
Walter Baere de Araújo Filho
Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz
Sônia Aparecida Consiglio
Pedro Maciel Capeluppi
Marcelo Pacheco dos Guararvs
João Laudo de Camargo
Heloisa Belotti Bedicks
Fábio de Barros Pinheiro
Joisa Campanher Dutra Saraiva

CONSELHO FISCAL

Pricilla Maria Santana – Presidente
Marília Moreira Garcez
Diogo Mac Cord de Faria
Antônio Simões Branco Junior - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente
Mária Salete Garcia Pinheiro
Paulo Marcelo de Miranda Serrano

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

A alíquota da CSLL foi majorada para 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, retomando para 20% a partir de 2022, conforme Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021. Dessa forma, o crédito tributário diferido a ser realizado foi constituído já considerando a nova alíquota vigente, em aderência a Resolução CMN nº 4.842/2020.

26.19. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Os ativos contingentes surgem de eventos não planejados ou não esperados que dão origem à possibilidade de ingresso de benefícios econômicos e que não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Sistema BNDES.

Entretanto, são divulgados em notas explicativas quando for provável o ingresso de benefícios econômicos, ou seja, na hipótese de a chance de ingresso ser maior do que a de não ingressar.

Adicionalmente, quando o ingresso de benefícios econômicos é praticamente certo, ou seja, na hipótese em que exista decisão judicial favorável definitiva que importe na probabilidade muito alta de ingresso para as empresas do Sistema BNDES e que não existam elementos que possam reverter a decisão, o ativo deve ser reconhecido como um direito a receber.

Com relação aos passivos contingentes, é considerado o risco de perda financeira, correspondente à probabilidade de saída de recursos das empresas do Sistema BNDES, classificado como:

I - provável, na hipótese de a chance de perder ser maior do que a de ganhar; ou II - possível, na hipótese de a chance de perder ser igual a de ganhar; ou

III - remoto, na hipótese de a chance de ganhar ser maior do que a de perder.

O risco relacionado à probabilidade de ingresso de benefícios econômicos ou de saída de recursos para as empresas do Sistema BNDES no âmbito dos processos judiciais e administrativos, e o seu respectivo valor, são apurados com base em metodologia adotada pelo Jurídico.

A seguir está apresentado um quadro que resume o procedimento adotado pelo Sistema BNDES com base na metodologia adotada pelo Jurídico e seu alinhamento com as normas aplicáveis:

Possibilidade de ingresso de benefícios econômicos	Reflexo contábil
Praticamente certo	Registro do direito a receber
Provável	Divulgação do ativo contingente nas notas explicativas

Risco de saída de recursos	Reflexo contábil
Provável	Provisão integral do valor de risco financeiro como passivo contingente
Possível	Divulgação do passivo contingente nas notas explicativas
Remoto	Sem reflexo contábil

26.20. Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas se baseia na mesma metodologia de classificação de risco utilizada pelo BNDES para as operações de crédito, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1.999 – CMN. Nesse sentido, é utilizada a escala de nove níveis de risco de "AA" a "H", bem como as proporções mínimas de provisão associadas a cada um deles.

Para fins de constituição da provisão das operações, inclusive para garantias prestadas, são considerados, conforme julgamento da Administração, seus riscos específicos, dos clientes e da conjuntura econômica. Em consonância com a Resolução CMN nº 4.512/2016 – CMN, é feita reavaliação mensal das provisões constituídas.

26.21. Patrimônio Líquido

Dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. No caso da BNDESPAR e FINAME, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela Assembleia Geral.

Reservas de Lucros

O estatuto social do BNDES contempla a constituição de Reserva de Lucros para Futuro Aumento de Capital, Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares e Reserva de Incentivos Fiscais.

A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos Complementares corresponde à aplicação do percentual de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado.

A Reserva para Futuro Aumento de Capital tem a finalidade de assegurar o fortalecimento da estrutura de capital do BNDES, e é constituída no percentual de 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros – de incentivos fiscais.

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo.

26.22. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME com o objetivo de racionalização de custos, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo as despesas tributárias.

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa nos exercícios de 2021 e 2020 foram:

	2021		2020	
	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio
BNDES	9.495.345	61%	8.636.107	55%
BNDESPAR	4.030.493	26%	4.916.411	31%
FINAME	2.047.319	13%	2.226.268	14%
Total do Sistema	15.573.157		15.778.786	

26.23. Resultados Recorrentes / Não Recorrentes

A Resolução BCB n.º 2, de 27 de novembro de 2020, em seu parágrafo 4º do artigo 34, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano - Presidente
Bianca Nasser Patrocínio
Bruno Caldas Aranha
Bruno Laskowsky
Claudener Brito Pereira
Fábio Almeida Abrahão
Ricardo Wering de Barros
Rodrigo Donato de Aquino
Saulo Benigno Puttini
Solange Paiva Vieira

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Patrícia da Silva Barros

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva – CRC RJ 097.092/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independentesobre as demonstrações financeirasindividuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), identificadas como BNDES e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao BNDES e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Conforme Notas Explicativas nº 5.6 e 26.5 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

O BNDES classifica suas operações de crédito e repasses interfinanceiros, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo.

O BNDES aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99 a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e complementa, quando necessário, suas estimativas dessa provisão com base em estudos internos.

A classificação das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros em níveis de risco, bem como a determinação dos percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do BNDES, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas de crédito dessas carteiras.

Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19, inerentes à mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, incluindo as metodologias e os controles relacionados com a classificação das operações nos níveis de risco ("ratings") e as principais premissas utilizadas e a exatidão aritmética do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros;
- avaliação, com base em amostragem, das informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo BNDES, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturações operacionais e/ou financeiras, garantias, incluindo a avaliação dos impactos gerados pela pandemia da Covid-19;
- avaliação, com base em amostragem, se o BNDES atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros;
- avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado os saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações do BNDES, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.





MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



2 – Títulos e valores mobiliários	
Conforme Notas Explicativas nº 6 e 26.6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O BNDES possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações sobre esses saldos de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários divulgadas em notas explicativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: <ul style="list-style-type: none"> avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave implementados pelo BNDES sobre a mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros; para uma amostra de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pelo BNDES para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados; recálculo por amostragem, do valor de mercado desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, bem como análise da política e dos critérios referentes a indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento"; e avaliação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas.
Para os instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida que o BNDES efetua julgamentos significativos para mensurar esses valores.	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, a avaliação dos indicadores de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento" e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.
Adicionalmente, os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento" também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, o que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação.	
Desta forma, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado e a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados como "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento" como um dos principais assuntos de auditoria.	

3 – Participações em Coligadas	
Conforme Notas Explicativas nº 7 e 26.7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O BNDES, através de sua controlada BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, possui investimentos em ações de companhias de capital aberto e fechado, nas quais possui influência significativa, e, que compõem parte relevante de seu portfólio de investimentos, assim como contribuem de forma relevante para os resultados auferidos pelo BNDES ao longo do período.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: <ul style="list-style-type: none"> participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelos auditores da controlada BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, a qual incluiu a discussão dos riscos de distorção de auditoria também relacionadas às estimativas e resultou no envio de instruções específicas aos auditores independentes desta controlada; para responder aos riscos de distorção relacionados às participações em coligadas, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise das instruções do trabalho enviadas pelos auditores independentes das coligadas, dos procedimentos de auditoria realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito das distorções não corrigidas; revisão dos papéis de trabalho do auditor da controlada BNDES Participações S.A. – BNDESPAR; e avaliação da adequação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas.
Esses investimentos são classificados na categoria contábil de "participações em coligadas" e são registrados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Quando há indícios de perdas, é necessária a realização de testes de redução ao valor recuperável ("impairment") destas coligadas. As principais premissas dos modelos de avaliação econômica utilizados são: (i) o fluxo de caixa projetado da coligada; (ii) outros eventos macroeconômicos que possam ter impacto nos modelos de negócio; e (iii) o plano de negócio da companhia para os anos subsequentes. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação dessas premissas, agravado pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19, e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor do investimento, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

4 – Obrigações de benefícios a empregados	
Conforme Notas Explicativas nº 17 e 26.15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
O BNDES patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: <ul style="list-style-type: none"> avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave associados ao processo de mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo os controles relacionados com a determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados; avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, de determinadas premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, sobretudo aquelas relacionadas à mortalidade, taxa de desconto, salários, benefícios, custos médicos, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas.
A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. O BNDES contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.
Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.	

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria executiva do BNDES, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do BNDES. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria executiva do BNDES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de o BNDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar o BNDES e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BNDES e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BNDES e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BNDES e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BNDES e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

PARECER CONSELHO FISCAL (Nº. 01 /2022)

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (CNPJ: 33.657.248/0001-89 e NIRE 535.0000.0372), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 51, inciso I do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, incisos II e VII da Lei Nº 6.404/1976, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, e, com base em seu exame e nas avaliações precursoras, a saber: i) Informação Padronizada ACO/DEPCO nº 01/2022, e respectivos anexos, que assinalou terem sido as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, assim como com as práticas contábeis específicas determinadas no Caderno de Práticas Contábeis do Sistema BNDES e foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes; ii) Nota Referencial AJ11/JUFIT 02/2021, a qual expõe as orientações jurídicas gerais direcionadas aos Departamentos responsáveis por elaborar e por encaminhar as demonstrações financeiras das empresas do Sistema BNDES às alçadas decisórias competentes; iii) Relatório do Comitê de Auditoria do Sistema BNDES – 2º Semestre de 2021, de 22/02/2022, que concluiu que as Demonstrações Financeiras das empresas do Sistema BNDES, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira das instituições em seus aspectos relevantes; e iv) Relatório dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 24/02/2022, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES em 31/12/2021, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 51, inciso II do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, inciso III da Lei Nº 6.404/1976, o Conselho Fiscal também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro do exercício, de R\$ 34.069.088.776,17 (trinta e quatro bilhões, sessenta e nove milhões, oitenta e oito mil, setecentos e setenta e seis reais e dezessete centavos), já contemplada nas referidas demonstrações financeiras, a seguir discriminada:

- 5%, correspondentes a R\$ 1.703.454.438,81 (um bilhão, setecentos e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- 25%, após constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 8.091.408.584,34 (oito bilhões, noventa e um milhões, quatrocentos e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos), a título de remuneração mínima

obrigatória, integralmente pagos ao longo do exercício de 2021, dos quais R\$ 3.931.904.244,08 (três bilhões, novecentos e trinta e um milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais e oito centavos) na forma de Juros Sobre Capital Próprio – JCP e R\$ 4.159.504.340,26 (quatro bilhões, cento e cinquenta e nove milhões, quinhentos e quatro mil, trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) na forma de Dividendos;

c) R\$ 595.666.078,11 (quinhentos e noventa e cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setenta e oito reais e onze centavos), a título de remuneração complementar, integralmente pagos ao longo do exercício de 2021, na forma de Dividendos;

d) 40%, após constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 12.946.253.734,94 (doze bilhões, novecentos e quarenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos), para a constituição da Reserva para Futuro Aumento de Capital e, nos termos do parágrafo 9º do Art. 68 do Estatuto Social do BNDES e da Resolução CMN nº 4.872/2020, posterior aumento do capital social, mediante autorização do Banco Central do Brasil, pela incorporação dessa reserva, até o limite do capital autorizado previsto no Art. 13 do Estatuto, sem a emissão de novas ações, independentemente de alteração estatutária, após aprovação da destinação do resultado da Assembleia Geral; e

e) R\$ 10.732.305.939,97 (dez bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, trezentos e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), para a constituição de Reserva para Equalização de Dividendos Complementares.

Examinou, outrossim, tendo em vista o disposto no art. 4º, §5º, inciso V, da Resolução CMN nº 4.842/2020, o Estudo Técnico sobre obrigações e créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLD do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e, com base em seu exame, entende que os créditos tributários do BNDES, em 31/12/2021, estão registrados de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de fevereiro de 2022

Pricilla Maria Santana

Diogo Mac Cord de Faria

Marília Moreira Garcez

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES 2º Semestre de 2021

O Comitê de Auditoria realizou 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias e 6 (seis) reuniões extraordinárias no período de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021, e participou das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscais das três companhias que compõem o Sistema BNDES, além de reuniões com as Diretorias Executivas e com o Comitê de Riscos, e de ter cumprido jornadas individuais previstas em seu Regimento Interno. No decorrer do semestre, desenvolveu atividades relacionadas à assessoria ao Conselho de Administração no que se refere à avaliação do sistema de controles internos, da gestão de riscos, das auditorias e da qualidade das demonstrações financeiras e ao acompanhamento da implementação de ações de aperfeiçoamento dos processos corporativos e da correção de fragilidades e de falhas pontuais.

Ao emitir o relatório semestral, o Comitê de Auditoria considerou, em consonância com as normas aplicáveis, que compete aos auditores externos auditar e emitir opinião independente sobre as demonstrações contábeis elaboradas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sustentada em procedimentos legais e nas normas geralmente aceitas de contabilidade e auditoria e, à Auditoria Interna, monitorar, avaliar e aferir, de forma independente da Diretoria e dos gestores de negócios, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco e suas subsidiárias.

O Comitê de Auditoria avaliou a efetividade do sistema de controles internos do Sistema BNDES e das auditorias interna e externas e revisou as demonstrações contábeis, nos limites de sua competência legal, concluindo que:

- O sistema de controles internos do Sistema BNDES mostra-se capaz de identificar fatores adversos relevantes e de permitir ações corretivas tempestivas pela Administração. As falhas e fragilidades detectadas nos processos corporativos não comprometem a saúde econômica e financeira do Banco no curto prazo e podem ser corrigidas no curso normal das operações. A despeito disso, o Comitê entende que a Diretoria Executiva deve continuar investindo no aprimoramento dos processos corporativos e na atualização tecnológica, a fim de proporcionar uma gestão mais eficiente dos processos internos e a mitigação de riscos relevantes inerentes aos negócios, em especial no aprimoramento do processo de Gerenciamento de Capital e do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Internal Capital Adequacy Assessment Process* – ICAAP).
- A Auditoria Interna é independente, atua com apoio do Conselho de Administração e possui estrutura e recursos adequados para o desempenho da função, tendo no período em análise, concentrado esforços na conclusão dos trabalhos previstos no Plano Anual de Atividades – PAINT provado pelo Conselho de Administração e pela Controladoria Geral da União – CGU, e nos decorrentes de demandas legais.
- Não foram encontradas evidências que pudessem comprometer a independência e efetividade da atuação da KPMG Auditores Independentes na prestação dos serviços de auditoria externa contratados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial S/A - FINAME e Fundos Administrados, e da Grant Thornton Auditores Independentes, para a BNDES Participações S/A - BNDESPAR, tendo as duas companhias cumprido os cronogramas de realização das revisões das demonstrações financeiras e os trabalhos realizados no período mostraram-se adequados às necessidades do Sistema BNDES.
- A Ouvidoria do Sistema BNDES atua de forma efetiva, dando o devido tratamento às mensagens e denúncias recebidas, acompanhando a solução dos problemas a ela encaminhados e elaborando adequadamente os relatórios

de atividades, que são avaliados pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração do Sistema BNDES.

- A Instituição mantém planos de benefícios definidos administrados por entidade fechada de previdência privada, avaliando o Comitê que é necessário manter o acompanhamento sistemático sobre os parâmetros dos cálculos atuariais, a performance do valor justo dos ativos, a gestão de investimentos e os resultados do plano de benefício (PBB), bem como do Plano de Assistência e Saúde (PAS), reforçando o processo de supervisão, sob responsabilidade da Diretoria Executiva do BNDES, não apenas para solução de apontamentos emitidos pela Auditoria Interna, mas também para aprimorando da governança e das práticas de supervisão, alinhando-as às melhores práticas de mercado.
- As Demonstrações Contábeis das empresas do Sistema BNDES, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira da instituição em seus aspectos relevantes.
- A Política de Transações com Partes Relacionadas é revista anualmente, sendo devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, não tendo o Comitê de Auditoria tomado conhecimento de transações efetivadas no período que estejam em desacordo com as normas pertinentes e a política aprovada, tendo a Auditoria Interna identificado oportunidades de melhoria no ambiente de controle e governança do processo corporativo relacionadas à identificação e reporte das transações com partes relacionadas que estão em fase de implementação pela Instituição; e
- Não há situações relevantes das quais existam divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Contábeis das empresas do Sistema BNDES, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria ao reconhecer que todos os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 do Sistema BNDES, acompanhados dos Relatórios dos Auditores Independentes que serão emitidos sem ressalvas, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Fábio de Barros Pinheiro
Membro do Comitê de Auditoria – Presidente/Coordenador

Maria Salete Garcia Pinheiro
Membro do Comitê de Auditoria

Paulo Marcelo de Miranda Serrano
Membro do Comitê de Auditoria





BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

SENHOR ACIONISTA E DEMAIS INTERESSADOS:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração da BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

1. BNDESPAR

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem por objetivo apoiar as empresas brasileiras através de instrumentos de renda variável.

A BNDESPAR está presente em todos os estágios de crescimento das companhias, apoiando empresas nascentes, iniciantes ou até pré-operacionais com forte viés inovador, por meio de fundos de investimento administrados por gestores de mercado escolhidos através de um rigoroso processo de seleção. Empresas em estágios mais avançados de maturidade podem ser apoiadas por meio de fundos de *Private Equity* ou da subscrição de valores mobiliários (participação direta), como ações ou debêntures conversíveis. A figura a seguir ilustra a atuação da BNDESPAR em todos os estágios de crescimento das empresas:



A Política de atuação em Mercado de Capitais prevê metodologias alternativas e/ou complementares de avaliação de preço para tomada de decisão de investimentos e desinvestimentos, enquanto a anterior priorizava o uso do método do fluxo de caixa descontado.

Conforme estabelecido no Plano Trienal 2020-2022, a BNDESPAR vem realizando desinvestimentos de ativos de renda variável, com o intuito de realocar os recursos em outras atividades, bem como de reduzir o grau de exposição da carteira à volatilidade do mercado.

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2021 foi caracterizado pelo combate à pandemia do novo coronavírus, com a recuperação do dinamismo econômico acontecendo a partir do avanço na vacinação e das ações anticíclicas colocadas em prática por diferentes países. A retomada aconteceu de forma irregular, sujeita a retrocessos com o surgimento de novas variantes e de surtos localizados, e de forma desigual por setores e por regiões geográficas.

Estados Unidos e China foram os principais motores da economia mundial em 2021, com crescimento no ano da ordem de 6% e de 8% respectivamente. Os dois países se depararam com reverses ao longo do ano: os EUA enfrentaram momentos de recrudescimento da pandemia com a chegada da variante delta, no terceiro trimestre; e a China defrontou-se com as crises domésticas nos setores de construção, de logística e de energia.

A recuperação da atividade foi acompanhada em todo o mundo por uma elevação nos preços ao produtor e ao consumidor. Além da retomada das atividades, que trouxe consigo um aumento na demanda por bens e serviços, o fenômeno inflacionário global foi acentuado pelo surgimento de gargalos produtivos, originados na escassez de insumos (inclusive mão-de-obra), em dificuldades na logística internacional, e na desorganização das cadeias produtivas, em especial aquelas mais internacionalizadas.

Dada a implementação de instrumentos variados de mitigação dos efeitos da pandemia sobre a renda disponível das populações em diversos países, houve também uma elevação na dívida pública em âmbito mundial. Esse aspecto, junto com a perspectiva cada vez mais próxima, em função da inflação alta, de elevação nos juros internacionais, se traduziu em um ambiente externo crescentemente desafiador para os países em desenvolvimento em 2021.

O Brasil está inserido nesse contexto geral. Estima-se que o crescimento do PIB em 2021 tenha sido ao redor de 4,5% (Relatório Focus do Banco Central de 7 de janeiro de 2022). Ao mesmo tempo, a crise hídrica e o padrão heterogêneo da retomada da economia brasileira contribuíram para elevações representativas nos preços de certos grupos de produtos, bens e serviços no país ao longo de 2021. A inflação medida pelo IPCA alcançou 10,06% no ano. Para moderar o ritmo de alta nos preços, a Selic (taxa de juros de referência do Bacen), que iniciou 2021 a 2,0% ao ano, foi sendo progressivamente elevada a partir de março, encerrando 2021 a 9,25% ao ano. O Real desvalorizou-se em cerca de 7% em 2021.

O avanço da vacinação a partir do segundo trimestre de 2021 trouxe a queda dos casos e óbitos por covid-19 no Brasil e, com o aumento da mobilidade e a normalização das atividades econômicas, os impactos positivos chegaram ao mercado de trabalho. A taxa de desemprego, que atingiu 14,9% no primeiro trimestre do ano, passou a cumprir trajetória cadente a partir de abril, ficando em 12,1% no trimestre encerrado em outubro de 2021, com 12,9 milhões de pessoas desocupadas (dados disponibilizados pelo IBGE em 28/12/2021).

Na comparação com o trimestre encerrado em outubro de 2020, o contingente de ocupados no país aumentou em 8,7 milhões de trabalhadores. O nível de ocupação subiu para 54,6% no trimestre encerrado em outubro de 2021, o maior desde o início da pandemia. O trabalho informal teve contribuição relevante para o aumento da população ocupada: os trabalhadores por conta própria compõem a categoria que mais se expandiu na variação em um ano (mais 3,5 milhões). Em seguida, estão os empregados com carteira assinada (mais 2,6 milhões), e os trabalhadores sem carteira assinada (mais 2,0 milhões).

Apesar do quadro geral de recuperação econômica no Brasil em 2021, os dados do segundo semestre da atividade econômica indicam uma desaceleração na indústria e no comércio. Parte disso se deve, na indústria, a dificuldades de normalização da produção em virtude da já referida desorganização das cadeias de suprimento globais, que deve persistir até meados de 2022. No comércio, pesa o efeito do deslocamento da demanda por bens para o setor de serviços, devido à reabertura da economia. Observa-se ainda uma deterioração do consumo das famílias em virtude do baixo dinamismo da massa de rendimento real, com recuo de 1,9% na comparação do trimestre encerrado em outubro de 2021 com aquele encerrado em outubro de 2020. Ainda não está claro qual será o ritmo de crescimento em 2022. De um lado, espera-se a continuidade da normalização das atividades e da melhora gradual do nível de ocupação, com os serviços seguindo como o principal setor a contratar mão-de-obra; de outro, acumulam-se fatores de incerteza, como a aversão ao risco dos mercados internacionais influenciando o dólar, a inflação, e a política monetária doméstica. Persiste ainda algum risco de novas ondas de contágio pelo coronavírus com o aparecimento de novas variantes, como no caso da ômicron. A mediana das estimativas de mercado para o PIB do Brasil em 2022 está em 0,28% (Relatório Focus, de 07/01/2022).

Para uma retomada sustentada da economia, o nível de investimentos no Brasil precisa continuar a se expandir, o que indica a continuidade de relevante demanda por recursos do BNDES em seus diferentes mecanismos de crédito e participação. Nesse contexto, em atuação complementar aos seus produtos de financiamento, o BNDES seguirá disponibilizando apoio às empresas brasileiras mediante instrumentos de renda variável por meio de sua subsidiária BNDESPAR. A estratégia da instituição envolve a oferta de fundos de crédito para MPME, para inovação, e para infraestrutura, disponível em todos os estágios de crescimento das companhias, dentro das diretrizes definidas no Plano Trienal 2020-2022. Empresas que já possuem seu capital aberto podem seguir contando também com apoio através de operações privadas estruturadas ou por meio da participação da BNDESPAR em ofertas públicas. O BNDES continuará a aperfeiçoar sua parceria com as instituições públicas e privadas e com as empresas brasileiras para a promoção do desenvolvimento sustentável, com geração de empregos e realização de investimentos no país. Esse cenário geral indica que a demanda por recursos do BNDES crescerá em alta em 2022.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO



A BNDESPAR apresentou um lucro líquido ajustado de R\$ 19.655 milhões em 2021, um crescimento de 64,8% diante do lucro líquido ajustado de R\$ 11.926 milhões do ano anterior, explicado sobretudo pelo aumento do resultado com participações societárias.

As informações financeiras detalhadas, bem como os principais indicadores que serão apresentados nas próximas seções foram preparados de acordo com as disposições da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1. Principais Indicadores

	R\$ milhões, exceto percentuais					
	2021	2020	Δ(%)	4T21	4T20	Δ(%)
Resultado						
Resultado com Participações	12.362	2.457	403,1	6.012	1.208	397,7
Societárias (RPS)						
Resultado com Operações Financeiras	2.483	1.285	93,2	1.016	411	147,2
Outras Despesas (líquidas)	(1.173)	(1.407)	(16,6)	(391)	(455)	(14,1)
Tributos sobre o Lucro	(1.426)	(564)	153,3	(1.206)	(269)	348,3
Participação dos Empregados no Lucro	(66)	(77)	(14,3)	(66)	(77)	(14,3)
Lucro (Prejuízo) Líquido	12.181	1.694	618,6	5.365	818	555,1
Outros Resultados Abrangentes	(18)	6.237	(100,3)	(305)	9.532	(103,2)
Lucro (Prejuízo) Abrangente	12.163	7.931	53,4	5.059	10.350	(51,1)
	2021	2020	Δ(%)	4T21	4T20	Δ(%)
Resultado Ajustado						
Resultado com Participações Societárias Ajustado ¹	24.216	18.678	29,6	6.102	9.156	(33,4)
Resultado com Operações Financeiras	2.483	1.285	93,2	1.016	411	147,2
Outras Despesas (líquidas) Ajustada ¹	(1.703)	(2.126)	(19,9)	(394)	(806)	(51,1)
Tributos sobre o Lucro Ajustado ¹	(5.276)	(5.835)	(9,6)	(1.236)	(2.852)	(56,7)
Participação dos Empregados no Lucro	(66)	(77)	(14,3)	(66)	(77)	(14,3)
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado¹	19.655	11.926	64,8	5.422	5.831	(7,0)

¹ O Resultado com participações societárias e o lucro líquido ajustados consideram o efeito das alienações que deixou de ser reconhecido no resultado líquido do exercício, a partir de 2018 com a adoção do CPC 48 (Instrumentos Financeiros).

	2021	2020	Δ(%)	4T21	4T20	Δ(%)
Posição Financeira						
vo Total (AT)	115.104	116.775	(1,4)	115.104	109.386	5,2
Disponibilidades	50.630	38.923	30,1	50.630	43.200	17,2
Debêntures ²	2.143	3.960	(45,9)	2.143	2.260	(5,2)
Participações Societárias (PS) ³	58.486	70.688	(17,3)	58.486	60.376	(3,1)
Não coligadas	44.385	57.478	(22,8)	44.385	44.995	(1,4)
Coligadas	10.936	10.974	(0,3)	10.936	12.468	(12,3)
Fundos de Participações de Renda Variável	3.164	2.236	41,5	3.164	2.913	8,6
Outros Ativos	3.846	3.204	20,0	3.846	3.550	8,3
Outras Obrigações	11.680	13.172	(11,3)	11.680	6.353	83,8
Patrimônio Líquido (PL)	103.424	103.603	(0,2)	103.424	103.033	0,4

² Líquidas de provisão.

³ No cálculo do indicador financeiro "Participações Societárias/Ativo Total", o saldo de participações societárias contempla o saldo de ativos não circulantes mantidos para venda, por tratar-se de participação societária.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	30/09/2021
Indicadores Financeiros				
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	89,85%	88,72%	89,85%	94,19%
Participações Societárias/Ativo	50,81%	60,53%	50,81%	55,20%
Total(PS/AT) ³				

³ No cálculo do indicador financeiro "Participações Societárias/Ativo Total", o saldo de participações societárias contempla o saldo de ativos não circulantes mantidos para venda, por tratar-se de participação societária.

	31/12/2021	31/12/2020	4T21	4T20
Rentabilidade				
Retorno s/ Ativos (LL/AT)médio ⁴	10,51%	1,41%	4,78%	0,74%
Retorno s/ Patrimônio Líquido (LL/PL)médio ⁴	11,77%	1,61%	5,20%	0,82%

⁴ O cálculo do retorno considera a média aritmética dos saldos iniciais e finais do Ativo e do PL dos respectivos períodos e exclui os ajustes a valor de mercado (líquido de tributos no caso do retorno sobre PL).

	31/12/2021	31/12/2020	4T21	4T20
Rentabilidade ajustada pelas alienações				
Retorno s/ Ativos (LL/AT)médio ajustado pelas alienações ⁴	25,37%	16,73%	27,41%	33,33%
Retorno s/ Patrimônio Líquido (LL/PL)médio ajustado pelas alienações ⁴	25,16%	16,29%	26,66%	31,92%

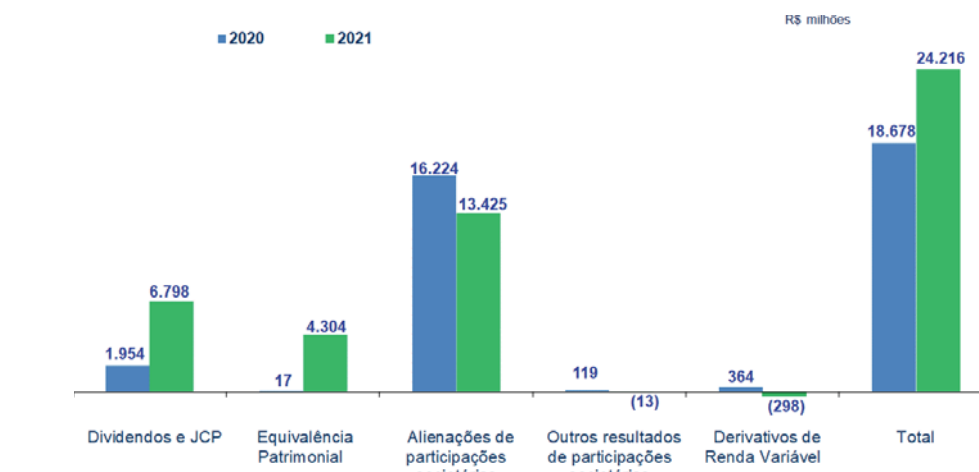
⁴ O cálculo do retorno considera a média aritmética dos saldos iniciais e finais do Ativo e do PL dos respectivos períodos e exclui os ajustes a valor de mercado (líquido de tributos no caso do retorno sobre PL).

3.2. Resultado

A BNDESPAR registrou lucro líquido ajustado de R\$ 5.422 milhões no 4T21, uma redução de 7%, em relação ao lucro líquido de R\$ 5.831 milhões no mesmo período do ano anterior. O resultado do trimestre foi impactado, principalmente, pelas maiores receitas com dividendos e JCP, pelo crescimento expressivo com equivalência patrimonial e em menor montante pelo resultado com alienações de participações societárias e amortização de cotas de fundos de investimento.

No acumulado de 2021, a BNDESPAR apresentou um lucro líquido ajustado de R\$ 19.655 milhões, um crescimento de 64,8% diante do lucro líquido ajustado de R\$ 11.926 milhões em 2020, em razão dos maiores resultados com equivalência patrimonial e com dividendos e JCP, a despeito do menor resultado com alienações de participações societárias.

3.2.1 Resultado com Participações Societárias



O resultado com participações societárias ajustado no 4T21 foi um lucro de R\$ 6.102 milhões, dos quais R\$ 6.012 milhões reconhecidos no resultado e R\$ 90 milhões, referentes a alienações de instrumentos financeiros, registrados diretamente em lucros acumulados¹. A queda em relação ao resultado de R\$ 9.156 milhões do 4T20 é explicada, sobretudo, pelo menor resultado com alienações, de R\$ 1.660 milhões (R\$ 7.948 milhões no período anterior), atenuada pelo maior resultado com Dividendos/JCP e Equivalência Patrimonial.

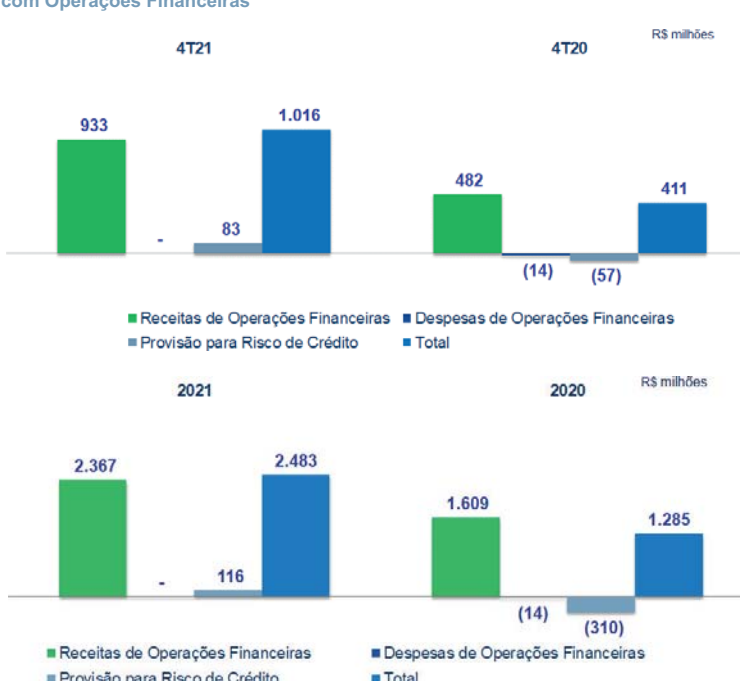
No acumulado de 2021, esse resultado foi um lucro de R\$ 24.216 milhões, sendo R\$ 12.362 milhões reconhecidos no resultado e R\$ 11.854 milhões registrados diretamente em lucros acumulados. O crescimento de 29,6% diante do resultado ajustado de R\$ 18.678 milhões registrado no ano anterior é explicado majoritariamente pelo maior recebimento de dividendos e JCP e pelo aumento do resultado de equivalência patrimonial.

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio no 4T21 teve como destaque, os dividendos recebidos da Petrobras, no montante de R\$ 2.984 milhões. No acumulado do ano, a Petrobras, a COPEL e a Eletrobras representaram 94% do total da receita com dividendos e JCP.

O resultado com equivalência patrimonial de R\$ 4.304 milhões, em 2021, representa um crescimento significativo em relação aos R\$ 17 milhões do ano passado e foi impactado pelo maior resultado de JBS.

O resultado negativo com derivativos de renda variável, de R\$ 19 milhões no 4T21 e de R\$ 298 milhões no acumulado do ano decorrem da desvalorização do ativo objeto.

3.2.2 Resultado com Operações Financeiras



O resultado com operações financeiras alcançou R\$ 2.483 milhões em 2021, o que representa um crescimento de 93,2% em relação ao ano anterior. Esta variação é explicada principalmente pelo aumento do resultado com operações compromissadas, acompanhando o ciclo de crescimento da taxa de juros (SELIC) ao longo do período.

3.2.3. Outras Despesas, líquidas

No acumulado de 2021, as outras despesas, líquidas, apresentaram redução de 16,6%, explicada principalmente por: (i) queda nas despesas de pessoal, devido à redução do percentual de rateio da BNDESPAR, de 31% em 2020 para 26% em 2021, no total das despesas administrativas do Sistema BNDES; e (ii) menores despesas com atualização monetária dos dividendos pagos ao acionista único, com queda de 42,4% em relação a 2020.

¹ Desde 2018, com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o resultado das alienações de participações societárias mensuradas ao valor justo por outros resultados abrangentes e da amortização de cotas de fundos de investimento deixaram de transitar pelo Resultado do Exercício, sendo registrados diretamente em Lucros (Prejuízos) acumulados.





MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



3.2.4. Tributação sobre o Lucro

Os tributos sobre o lucro em 2021 acompanharam o resultado tributável, influenciado pelo maior resultado com operações financeiras e pelo menor resultado com a alienação de investimentos em não coligadas.

Considerando os impostos incidentes sobre as alienações de instrumentos patrimoniais, registrados em outros resultados abrangentes, as despesas com imposto de renda e contribuição social foram de R\$ 5,3 bilhões em 2021 (R\$ 5,8 bilhões em 2020).

3.3. Posição Financeira

O ativo total da BNDESPAR atingiu R\$ 115,1 bilhões em 31/12/2021, um crescimento de 5,2% em relação à posição de R\$ 109,4 bilhões, de 30/09/2021, decorrente do aumento das disponibilidades, devido ao maior recebimento de dividendos e JCP e da entrada de recursos oriundos de alienações de investimentos. Na comparação anual, o ativo se manteve no mesmo patamar.

3.3.1. Disponibilidades

O aumento de R\$ 7.430 milhões (17,2%) no 4T21 é explicado, principalmente, pela entrada de recursos advindos do recebimento de dividendos e JCP (destaque para Petrobras), pelo efeito caixa da alienação de ações, com destaque para JBS, somados à própria remuneração de operações compromissadas.

Em 2021, o crescimento foi de 30,1% em relação ao ano anterior, em função dos já citados efeitos da entrada de recursos de venda de participações societárias, incluindo as alienações de Vale e Klabin realizadas no 1S21. Atenuaram esses efeitos os pagamentos de dividendos complementares sobre lucros do exercício anterior.

3.3.2. Debêntures

Em 2021, houve queda de R\$ 1.817 milhões (45,9%) na carteira de debêntures em relação ao ano anterior impactada por alienações e vencimento de debêntures. A queda na comparação trimestral resulta da liquidação de principal e juros de debêntures em carteira.

3.3.3. Participações Societárias

Em 31/12/2021, a carteira de participações societárias era de R\$ 58.486 milhões, o que representa uma redução de 3,1% no 4T21, em razão principalmente da alienação de ações de JBS.

Em termos anuais, a redução foi de 17,3%, em virtude, adicionalmente, da alienação de ações de Vale e Klabin, conjugada com a desvalorização acumulada da carteira de participações societárias em não coligadas.

Em 31/12/2021, a carteira de participações societárias em não coligadas da BNDESPAR, representada pelo valor justo, apresenta um ganho potencial de R\$ 32.879 milhões.

3.3.4. Gerenciamento da Carteira de Investimentos

O gerenciamento da carteira de investimentos enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Ao longo dos últimos anos, conforme já comentado, a BNDESPAR vem efetuando desinvestimentos de ativos de renda variável. Em 31 de dezembro de 2021, tal carteira compreendia títulos de emissão de 113 empresas (incluindo ações em 80) e de 49 fundos, conforme distribuição setorial abaixo:

Distribuição setorial da Carteira de Investimentos

	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
Petróleo e Gás	40,8%	0,0%	0,0%	0,3%	37,9%
Alimentos/Bebidas	28,8%	0,0%	0,0%	0,0%	26,7%
Energia Elétrica	17,4%	48,8%	0,0%	99,7%	17,9%
Logística/Transporte	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	4,1%
Bens de Capital	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%	2,5%
Outros	5,8%	51,2%	100,0%	0,0%	10,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Adicionalmente, nesta mesma data, a BNDESPAR tinha representantes em 8 Conselhos Fiscais e em 29 Conselhos de Administração no universo de 80 empresas em que mantém participação acionária, além de Acordo de Acionistas em 38 empresas.

3.3.5. Outras Obrigações

O saldo de outras obrigações apresentou acréscimo de R\$ 5.327 milhões (83,8%) no 4T21, devido, ao registro de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro de 2021, no montante de R\$ 4.668 milhões, e de provisão de impostos e contribuições sobre o lucro, de R\$ 762 milhões.

3.3.6. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (PL) se manteve estável em 31/12/2021 em relação a 30/09/2020, destacando-se o lucro líquido ajustado no 4T21 de R\$ 5,4 bilhões, atenuado pelo ajuste de avaliação patrimonial negativo de R\$ 362 milhões, líquido de tributos, oriundo, principalmente, da desvalorização da carteira de participações societárias a valor justo e pelo registro dos dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 4,7 bilhões sobre o lucro de 2021.

No ano, considerando ainda o pagamento de dividendos complementares sobre lucro de 2020 e a desvalorização de participações societárias em não coligadas, houve uma redução de 0,2% do Patrimônio Líquido.

4. INSTRUÇÃO CVM 381/2003

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes. Grant Thornton Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota explicativa	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		55.555.224	51.433.993
Caixa e equivalentes de caixa	3.1 e 12.1	50.629.913	38.923.297
Títulos e valores mobiliários		3.346.571	11.837.692
Debêntures	5	879.590	1.375.569
Ações e certificados de depósito de ações	4.2	571.696	10.045.547
Instrumentos financeiros derivativos	3.4	533.725	10.916
Cotas de fundos de investimento	6	1.361.560	405.660
Outros créditos		628.269	641.989
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	39.634	39.888
Direitos recebíveis	7	115.978	12.661
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	4.1	132.415	227.301
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	11.1.3	320.256	92.147
Cessão de direito de capitalização	8.2	-	14
Devedores por depósitos em garantia	8.1	7.171	4.327
Diversos	8.3	12.815	265.651
Outros valores e bens		-	999
Ativos mantidos para venda	4.3	950.471	30.016
ATIVO NÃO CIRCULANTE		59.549.042	65.340.162
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		48.613.499	54.366.121
Títulos e valores mobiliários		46.880.683	52.218.800
Debêntures	5	1.263.300	2.584.699
Ações e certificados de depósito de ações	4.2	43.813.234	47.432.368
Cotas de fundos de investimento	6	1.802.524	1.829.879
Instrumentos financeiros derivativos	3.4	1.625	371.854
Outros créditos		1.732.816	2.147.321
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	505.759	874.897
Direitos recebíveis	7	5.062	81.011
Incentivos fiscais		25.798	16.427
Devedores por depósitos em garantia	8.1	763.834	742.902
Cessão de direito de capitalização	8.2	430.503	430.503
Diversos	8.3	1.860	1.581
Investimentos		10.935.543	10.974.041
Participações em coligadas	4.3	10.935.543	10.974.041
TOTAL DO ATIVO		115.104.266	116.774.155

	Nota explicativa	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		6.889.142	3.347.982
Outras obrigações		6.889.142	3.347.982
Impostos e contribuições sobre o lucro	11.1.1	1.073.612	136.029
Outros impostos e contribuições		38.513	65.261
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10.1 e 12.1	4.668.148	2.832.368
Passivo atuarial	12.3 e 13.1	79.316	62.892
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		96.942	-
Provisões trabalhistas e cíveis	11.2	752.445	36
Diversas	11.3	180.166	251.396
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.791.050	9.823.687
Outras obrigações		4.791.050	9.823.687
Passivo atuarial	12.3 e 13.1	594.778	802.005
Provisões trabalhistas e cíveis	11.2	1.014.173	1.623.722
Tributos diferidos	11.1.2	3.182.089	7.397.960
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		103.424.074	103.602.486
Capital social		60.344.504	60.344.504
Reservas de lucros		18.351.611	11.037.364
Reserva legal		2.391.575	1.408.807
Reserva de incentivos fiscais		268.341	268.341
Reserva estatutária		-	1.687.248
Remuneração adicional proposta		15.691.695	7.672.968
Ajustes de avaliação patrimonial		24.727.959	32.220.618
Próprios		22.191.042	29.042.124
De coligadas		2.536.917	3.178.494
TOTAL DO PASSIVO		115.104.266	116.774.155

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS		16.264.883	6.580.375
De participações societárias		13.897.478	4.971.615
Receita de equivalência patrimonial	4.3.2	5.625.123	2.549.900
Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição	4.3.2	1.571.131	3.239
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(298.066)	363.821
Juros sobre o capital próprio	4.2.2	1.214.078	1.280.954
Dividendos	4.2.2	5.584.070	672.779
Outras receitas (despesas) com participações societárias	4.3	48.217	13.094
Resultado com fundos de investimento		152.925	87.825
De operações financeiras		2.367.405	1.608.760
Receitas de operações de crédito		114.183	185.015
Títulos e valores mobiliários		1.760.025	1.423.007
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		493.197	738
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.419.284)	(2.837.988)
De participações societárias		(1.535.357)	(2.514.616)
Despesa de equivalência patrimonial	4.3.2	(1.321.062)	(2.533.336)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	4.1 e 4.3.4	(214.295)	18.720
De operações financeiras		116.073	(323.372)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	9.2	116.073	(310.065)
Resultado da carteira de câmbio		-	(13.307)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(1.172.700)	(1.407.051)
Despesas com tributos		(304.836)	(236.126)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(4.514)	(2.668)
Despesas com pessoal		(534.554)	(617.376)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		(142.889)	(123.773)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		(83.441)	(144.494)
Despesas administrativas		(71.151)	(68.937)
Diversas		(31.315)	(215.677)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		13.672.899	2.335.336
Imposto de renda	11.1.1	(1.356.242)	(705.965)
Contribuição social	11.1.1	(505.679)	(265.298)
Tributos diferidos	11.1.2	436.081	407.579
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS		12.247.059	1.771.652
Participação nos resultados	12.5	(65.928)	(77.287)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.181.131	1.694.365
Quantidade de ações		1.000.000	1.000.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		12,181	1,694

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.181.131	1.694.365
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Outros resultados abrangentes de coligadas	(641.577)	2.247.695
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais	1.004.246	6.821.132
Efeito fiscal	(591.640)	(2.863.971)
Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego	219.169	43.840
Efeito fiscal	(8.625)	(11.801)
Total de Outros Resultados Abrangentes	(18.427)	6.236.895
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	12.162.704	7.931.260

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Dividendos adicionais propostos	Próprios	De coligadas		
Em 1º de janeiro de 2020		60.344.504	812.519	268.341	863.113	8.517.824	35.284.318	930.799	-	107.021.418
Dividendos complementares - exercícios 2018 e 2019	14.4	-	-	-	-	(8.517.824)	-	-	-	(8.517.824)
Ajustes de avaliação patrimonial	14.2	-	-	-	-	-	3.989.200	2.247.695	-	6.236.895
Realização de instrumentos patrimoniais designados	14.3	-	-	-	-	-	(10.231.394)	-	10.231.394	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.694.365	1.694.365
Destinação do resultado	14.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	596.288	-	-	-	-	-	(596.288)	-
Reserva estatutária		-	-	-	824.135	-	-	-	(824.135)	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(2.832.368)	(2.832.368)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	7.672.968	-	-	(7.672.968)	-
Em 31 de dezembro de 2020		60.344.504	1.408.807	268.341	1.687.248	7.672.968	29.042.124	3.178.494	-	103.602.486
Mutações no exercício		-	596.288	-	824.135	(844.856)	(6.242.194)	2.247.695	-	(3.418.932)
Em 1º de janeiro de 2021		60.344.504	1.408.807	268.341	1.687.248	7.672.968	29.042.124	3.178.494	-	103.602.486
Dividendos complementares - exercício 2020		-	-	-	-	(7.672.968)	-	-	-	(7.672.968)
Ajustes de avaliação patrimonial	14.2	-	-	-	-	-	623.150	(641.577)	-	(18.427)
Realização de instrumentos patrimoniais designados	14.3	-	-	-	-	-	(7.474.232)	-	7.474.232	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	12.181.131	12.181.131
Destinação do resultado	14.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-								



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2021		2020	
RECEITAS	15.752.528		18.347.374	
Intermediação financeira	2.367.405		1.608.760	
Resultado bruto da realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11.854.288		16.221.350	
Outras receitas	1.530.835		517.264	
DESPESAS	(314.274)		(546.533)	
Intermediação financeira	-		(13.307)	
Outras despesas	(314.274)		(533.226)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(162.744)		(348.957)	
Materiais, energia e outros	(6.198)		(7.403)	
Serviços de terceiros	(58.324)		(50.209)	
Reversão (constituição) de provisão para perda de valores ativos	(98.222)		(291.345)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	15.275.510		17.451.884	
RETENÇÕES	(4.914)		(6.356)	
Depreciação	(4.914)		(6.356)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	15.270.596		17.445.528	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.102.209		1.970.297	
Resultado de equivalência patrimonial	4.304.061		16.564	
Dividendos e juros sobre capital próprio	6.798.148		1.953.733	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	26.372.805		19.415.825	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	26.372.805	100,0%	19.415.825	100,0%
Pessoal e encargos	476.070	1,8%	545.568	2,8%
- Remuneração direta	294.502		340.755	
- Benefícios	143.949		148.490	
- FGTS	22.855		31.894	
- Outros	14.764		24.429	
Participação nos resultados	65.928	0,2%	77.287	0,4%
Impostos, taxas e contribuições	6.173.729	23,4%	6.864.242	35,4%
- Federais	6.171.308		6.861.411	
- Estaduais	2		3	
- Municipais	2.419		2.828	
Aluguéis	1.715	0,0%	2.969	0,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio	4.668.148	17,7%	2.832.368	14,6%
Lucros retidos	14.987.215	56,9%	9.093.391	46,8%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e participação nos resultados	13.672.899	2.335.336
Ajustes ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.709.348	10.266.127
Constituição (reversão) da provisão para perdas de crédito	(116.073)	310.065
Constituição das provisões trabalhistas e cíveis	142.889	123.773
Resultado de participações em coligadas	(4.304.061)	(16.564)
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.474.232	10.231.394
Constituição da provisão para perdas de investimentos	214.295	(18.720)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	298.066	(363.821)
Varição de ativos e obrigações	2.066.457	5.709.458
.(Aumento) / redução líquida em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	458.097	(136.514)
.(Aumento) / redução líquida em títulos e valores mobiliários	2.392.598	5.701.307
.(Aumento) / redução líquida nas demais contas do ativo	86.201	730.188
.(Aumento) / (redução) líquida nas demais contas do passivo	(3.398.429)	4.910.325
.(IR e CSLL) pagos	(4.268.868)	(5.495.848)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	19.448.704	18.310.921
Atividades de investimentos		
. Venda de investimentos	1.406.256	-
. Compra de investimentos	(339.813)	(9.783)
. Recebimento de dividendos e juros sobre o capital social de coligadas	1.789.322	330.837
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	2.855.765	321.054
Atividades de financiamentos		
. Dividendos pagos	(10.597.853)	(11.171.902)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(10.597.853)	(11.171.902)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	11.706.616	7.460.073
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.923.297	31.463.224
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50.629.913	38.923.297
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	11.706.616	7.460.073

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A empresa

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Centro Empresarial Parque Cidade, Quadra 09, Torre C, 12º andar, constituída em 1974, controlada integralmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sua ação é paulada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário, transitório e não executivo e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

Informações sobre as formas de atuação da BNDESPAR podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 18 ou por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

1.2. Coronavírus ("COVID-19")

O Sistema BNDES avalia, que o ano de 2021 foi caracterizado pelo combate à pandemia do novo coronavírus, com a recuperação do dinamismo econômico acontecendo a partir do avanço na vacinação e das ações anticíclicas colocadas em prática por diferentes países. A retomada aconteceu de forma irregular, sujeita a retrocessos com o surgimento de novas variantes e de surtos localizados, como ocorreu no quarto trimestre com a propagação da variante ômicron. No Brasil, o avanço da vacinação a partir do segundo trimestre de 2021 trouxe a queda dos casos e óbitos por COVID-19 e, com o aumento da mobilidade e a normalização das atividades econômicas, os impactos positivos chegaram também ao mercado de trabalho.

Atualmente, a BNDESPAR está exposta a riscos de preços e de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações. Os valores, por fator de risco, para operações marcadas a mercado no balanço e operações cambiais, apurados utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco, estão divulgados na Nota Explicativa n.º 15, Gestão de Riscos.

A Administração da BNDESPAR não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis. Não obstante, seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado à COVID-19, de forma a refleti-los e/ou divulgá-los tempestivamente nas demonstrações financeiras, sobretudo acerca de mudanças de avaliação, recuperabilidade de ativos, mensuração do valor justo, passivos atuariais e provisões para perda esperada.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da BNDESPAR referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 21 de fevereiro de 2022. O Conselho de Administração da BNDESPAR, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente à emissão em 24 de fevereiro de 2022.

A moeda funcional e de apresentação da BNDESPAR é o Real (R\$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico no qual a entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e de acordo com as práticas contábeis internacionais ("IFRS"), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas demonstrações financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão da BNDESPAR.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da BNDESPAR, uma vez que a Administração está convencida de que esta possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as informações no exercício corrente

Variações patrimoniais:

Os ativos totais apresentaram queda no exercício, explicada pelo decréscimo da carteira de participações societárias a valor justo, destacando o volume de alienações de ações que têm possibilitado a realização de lucros e o consequente pagamento de dividendos, e pela redução da carteira de debêntures.

Em relação ao passivo exigível, observou-se redução no saldo de impostos diferidos passivos no ano, devido, sobretudo, à realização de tributos diferidos sobre as alienações ocorridas, atenuado pelo registro dos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro de 2021.

A despeito do lucro apurado no exercício, o patrimônio líquido se manteve estável no ano refletindo, principalmente, o pagamento de dividendos complementares sobre o lucro de 2020, realizados no primeiro semestre, e o registro dos dividendos mínimos acima citado.

Variações do resultado abrangente:

O aumento do lucro do exercício é explicado, sobretudo, pelo maior resultado com participações societárias, destacando-se as alienações de Vale, JBS e Klabin, o maior recebimento de dividendos e JCP e o resultado de equivalência patrimonial, somado ao maior resultado de operações financeiras.

O crescimento do resultado de operações financeiras foi impactado pela maior receita com remuneração de disponibilidades, fruto da elevação das taxas de juros ao longo do período.

Houve queda nas outras despesas líquidas em relação ao exercício anterior em função das menores despesas administrativas e com pessoal, devido à redução da participação da BNDESPAR no rateio das despesas administrativas do Sistema BNDES, bem como de menores despesas com atualização monetária de dividendos complementares pagos em 2021.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As notas explicativas incluem informações necessárias para o entendimento das demonstrações financeiras da BNDESPAR, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido a sua dimensão ou natureza, quando comparado ao conjunto das demonstrações financeiras;

- É importante para a compreensão dos resultados da BNDESPAR; ou

- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios da BNDESPAR.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As notas explicativas da BNDESPAR, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relatório Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM) estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

Informações sobre as principais práticas contábeis aplicadas podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 19 deste relatório.

3. DIVULGAÇÕES DE ATIVOS FINANCEIROS

3.1. Classificação por categoria

A política contábil de classificação e mensuração dos ativos financeiros está apresentada na Nota Explicativa n.º 19.4.1.

	2021			Saldo contábil
	Avaliados ao valor justo		Avaliados ao custo amortizado	
	por meio de resultado	por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	
Aplicações em operações compromissadas	23.984.847	-	26.645.066	50.629.913
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures	501.338	-	1.641.552	2.142.890
Ações	-	44.384.930	-	44.384.930
Cotas de fundos de investimento	1.361.560	1.802.524	-	3.164.084
Instrumentos financeiros derivativos	535.350	-	-	535.350
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	545.393	545.393
Direitos recebíveis	-	-	121.040	121.040
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	132.415	132.415
Devedores por depósitos em garantia	-	-	771.005	771.005
Total	26.383.095	46.187.454	29.856.471	102.427.020
Circulante	26.381.470	571.696	27.318.516	54.271.682
Não circulante	1.625	45.615.758	2.537.955	48.155.338

	2020			Saldo contábil
	Avaliados ao valor justo		Avaliados ao custo amortizado	
	por meio de resultado	por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	
Aplicações em operações compromissadas	3.886.682	-	35.036.615	38.923.297
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures	1.732.359	-	2.227.909	3.960.268
Ações	-	57.477.915	-	57.477.915
Cotas de fundos de investimento	405.660	1.829.879	-	2.235.539
Instrumentos financeiros derivativos	382.770	-	-	382.770
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	914.785	914.785
Direitos recebíveis	-	-	93.672	93.672
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	227.301	227.301
Devedores por depósitos em garantia	-	-	747.229	747.229
Total	6.407.471	59.307.794	39.247.511	104.962.776
Circulante	5.432.783	10.045.547	35.566.836	51.045.166
Não circulante	974.688	49.262.247	3.680.675	53.917.610

3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo, por nível de hierarquia

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia destes ativos, conforme prática contábil descrita na Nota Explicativa n.º 19.4.1.3.

	2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Operações compromissadas – valor justo por meio do resultado ⁽¹⁾	-	23.984.847	-	23.984.847
Ações – valor justo por meio de outros resultados abrangentes	39.773.585	79.028	4.532.317	44.384.930
Debêntures – valor justo por meio do resultado	-	501.338	-	501.338
Cotas de fundos de investimento – valor justo por meio do resultado	81.030	-	1.280.530	1.361.560
Cotas de fundos de investimento – valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽²⁾	-	-	1.802.524	1.802.524
Instrumentos financeiros derivativos – valor justo por meio do resultado	-	1.625	533.725	535.350
Total	39.854.615	24.566.838	8.149.096	72.570.549

	2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Operações compromissadas – valor justo por meio do resultado ⁽¹⁾	-	3.886.682	-	3.886.682
Ações – valor justo por meio de outros resultados abrangentes	52.699.232	-	4.778.683	57.477.915
Debêntures – valor justo por meio do resultado	531.140	598.385	602.834	1.732.359
Cotas de fundos de investimento – valor justo por meio do resultado	36.925	-	368.735	405.660
Cotas de fundos de investimento – valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽²⁾	333.488	-	1.496.391	1.829.879
Instrumentos financeiros derivativos – valor justo por meio do resultado	-	-	382.770	382.770
Total	53.600.785	4.485.067	7.629.413	65.715.265

⁽¹⁾ O total das operações compromissadas mensuradas ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 26.645.066 (R\$ 35.036.615 em 31 de dezembro de 2020).

⁽²⁾ O total das cotas de fundos de investimento apresentadas no Nível 3 de hierarquia de valor justo inclui R\$ 6.064 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 76.430 em 31 de dezembro de 2020) de ativos mensurados ao custo de aquisição acrescidos das mutações patrimoniais.





MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



A movimentação do saldo das ações, debêntures e cotas de fundos de investimento classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo estão apresentadas nas Notas Explicativas nº 4.2.1, nº 5.2 e nº 6.1, respectivamente.

3.3. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Como não existe mercado secundário para os ativos mensurados ao custo amortizado, o seu valor justo é igual ao valor contábil, exceto para as debêntures.

	2021		2020	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Aplicações em operações compromissadas	26.645.066	26.645.066	35.036.615	35.036.615
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures (avaliadas ao custo amortizado) ⁽¹⁾	1.641.552	1.590.068	2.227.909	2.212.103
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	545.393	545.393	914.785	914.785
Direitos recebíveis ⁽¹⁾	121.040	121.040	93.672	93.672
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	132.415	132.415	227.301	227.301
Devedores por depósitos em garantia	771.005	771.005	747.229	747.229
Total	29.856.471	29.804.987	39.247.511	39.231.705

⁽¹⁾ Valores líquidos da provisão para perdas de crédito.

3.4. Derivativos

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável, conforme demonstrado a seguir. O tratamento contábil das participações societárias da BNDESPAR está disposto na Nota Explicativa n.º 19.4.4.

Derivativos	Metodologia de precificação	Vencimento	2021	2020
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Black-Scholes / Árvore Binomial	ago/22 a out/25	535.350	382.770
			535.350	382.770
Circulante			533.725	10.916
Não circulante			1.625	371.854

4. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A principal atividade da BNDESPAR é o apoio de longo prazo, em sintonia com as políticas operacionais do BNDES, via participação societária. O tratamento contábil das participações societárias da BNDESPAR está disposto na Nota Explicativa n.º 19.6.

A participação em empresas avaliadas ao valor justo está apresentada no subgrupo "Títulos e Valores Mobiliários", na rubrica "Ações e certificados de depósitos de ações", na categoria "Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)" e a participação societária em empresas coligadas está apresentada no subgrupo "Investimentos", na rubrica "Participações em coligadas" e também no subgrupo "Ativos Mantidos para Venda".

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, os itens a seguir apresentam a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias.

4.1. Composição dos saldos

Participações societárias - Balanço patrimonial	2021	2020
Títulos e Valores Mobiliários – Ações VJORA – Ativo Circulante	571.696	10.045.547
Títulos e Valores Mobiliários – Ações VJORA – Ativo Não Circulante	43.813.234	47.432.368
Ativos Mantidos para Venda – Participações em Coligadas ⁽¹⁾	949.472	30.016
Investimentos – Participações em Coligadas	10.935.543	10.974.041
Total da carteira de participações societárias	56.269.945	68.481.972

⁽¹⁾ Além do valor de R\$ 949.472, em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica "Ativos Mantidos para Venda" no balanço inclui R\$ 999 referente a outros ativos que não coligadas, que em 31 de dezembro de 2020, era apresentado em outros valores e bens no ativo circulante.

Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	2021	2020
Coligadas, nota explicativa n.º 4.3.2 e 4.3.4	(214.295)	18.720
Total	(214.295)	18.720

Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	2021	2020
Ações VJORA		
Dividendos	3.473	13.001
Juros sobre o capital próprio	121.013	209.396
Coligadas		
Dividendos	-	1.591
Juros sobre o capital próprio	7.929	3.313
Total	132.415	227.301

4.2. Títulos e Valores Mobiliários – Ações e certificados de depósito de ações

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações classificados na categoria "valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)", contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa, as quais representam cerca de 90% do total da carteira classificada nesta categoria.

4.3. Investimentos – Participações em Coligadas e Ativos Mantidos para Venda

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas das participações relevantes, as quais representam cerca de 88% do saldo de investimentos em coligadas em 31 de dezembro 2021:

Coligadas e Ativos Mantidos para venda ⁽²⁾	Investimentos e Ativos Mantidos para Venda						Total	Total	Natureza das atividades donegócio da coligada
	2021 ⁽¹⁾			2020 ⁽¹⁾					
	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participações sobre o capital ⁽³⁾		Valor patrimonial do investimento	Ágio expectativa de rentabilidade futura	Provisão para perdas			
	Ordinárias	Total	Voteante						
JBS	511.661	22,31%	22,31%	9.294.085	422.078	-	9.716.163	9.009.691	Setor de alimentos
Tupy	40.645	28,19%	28,19%	780.705	-	-	780.705	737.226	Setor de metalurgia e siderurgia
Subtotal				10.074.790	422.078	-	10.496.868	9.746.917	
Outros				1.533.814	719.396	(865.063)	1.388.147	1.257.140	
Total				11.608.604	1.141.474	(865.063)	11.885.015	11.004.057	
Ativos Mantidos para Venda ⁽⁴⁾							949.472	30.016	
Coligadas							10.935.543	10.974.041	

⁽¹⁾ A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/10/2021 (31/10/2020 para cálculo da equivalência em 31/12/2020).

⁽²⁾ Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾ % de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

⁽⁴⁾ Em outubro de 2021 a Administração da BNDESPAR aprovou a venda parcial de investimento mantido em determinada coligada, sendo essa operação considerada altamente provável de acordo com os critérios do CPC 31 ("Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada"). Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2021 o valor proporcional desse ativo, cuja realização deve ocorrer pela sua venda (R\$ 949.472) está apresentado no grupo de "Ativos Mantidos para Venda". Dado que o valor justo da operação excede o valor do investimento avaliado pelo método da equivalência, nenhum ajuste foi feito ao saldo do investimento. A participação em coligada apresentada no grupo de Ativos Mantidos para Venda em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 30.016) foi alienada a em 20/05/2021.

4.3.1. Base para Equivalência Patrimonial – Participações em Coligadas

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR.

As informações financeiras das investidas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas e Ativos Mantidos para venda	31/10/2021 ⁽¹⁾					01/11/2020 a 31/10/2021 – doze meses ⁽¹⁾					2021
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	
JBS	11.835.695	85.993.272	16.841.524	39.321.557	41.665.886	65.492.869	17.985.483	-	(1.514.844)	16.470.639	19.427.772
Tupy	2.073.537	3.709.887	877.314	2.136.794	2.769.316	3.792.160	235.326	-	(24.820)	210.506	821.036
Subtotal	13.909.232	89.703.159	17.718.838	41.458.351	44.435.202	69.285.029	18.220.809	-	(1.539.664)	16.681.145	
Outras coligadas	2.877.538	8.490.209	1.359.201	1.560.731	8.447.815	4.941.370	553.135	(57.529)	279.099	774.705	
Total	16.786.770	98.193.368	19.078.039	43.019.082	52.883.017	74.226.399	18.773.944	(57.529)	(1.260.565)	17.455.850	

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

⁽²⁾ Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

4.3.2. Movimentação dos investimentos em coligadas e Ativos Mantidos para Venda

Os quadros abaixo mostram, por coligada, as principais movimentações ocorridas na carteira da BNDESPAR para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Coligadas e Ativos Mantidos para Venda	Saldo em 01/01/2021	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Alienação	Saldo em 31/12/2021
JBS ⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾	9.009.691	-	(1.755.465)	4.132.259	59.835	(354.431)	-	(1.375.726)	9.716.163
Tupy	737.226	-	(17.563)	67.924	140	(7.022)	-	-	780.705
Subtotal	9.746.917	-	(1.773.028)	4.200.183	59.975	(361.453)	-	(1.375.726)	10.496.868
Outras coligadas	1.257.140	339.813	(16.294)	68.620	(24.717)	8.411	(214.295)	(30.531)	1.388.147
Total	11.004.057	339.813	(1.789.322)	4.268.803	35.258	(353.042)	(214.295)	(1.406.257)	11.885.015
Ativos Mantidos para Venda	30.016								949.472
Coligadas	10.974.041								10.935.543

Coligadas e Ativos Mantidos para Venda	Saldo em 01/01/2020	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Efeitos transferência de/para TVM	Alienação	Saldo em 31/12/2020
JBS ⁽²⁾⁽³⁾	7.181.075	-	(314.443)	144.838	(75.213)	2.073.434	-	-	-	9.009.691
Tupy	655.312	-	-	(12.418)	125	94.207	-	-	-	737.226
Subtotal	7.836.387	-	(314.443)	132.420	(75.088)	2.167.641	-	-	-	9.746.917
Outras coligadas	1.253.524	9.783	(16.393)	276.563	(317.331)	79.443	18.720	(47.169)	-	1.257.140
Total	9.089.911	9.783	(330.836)	408.983	(392.419)	2.247.084	18.720	(47.169)	-	11.004.057
Ativos Mantidos para Venda	-									30.016
Coligadas	9.089.911									10.974.041

⁽¹⁾ Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas e da amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

⁽²⁾ O resultado de equivalência patrimonial da JBS inclui a movimentação da reserva de capital reconhecida pela coligada em decorrência de transações de capital. Adicionalmente, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 inclui o efeito devedor da adoção pela coligada do I CPC22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro no montante de R\$ 414.606.

⁽³⁾ A movimentação do "Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pela JBS em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior. Já a movimentação de "Outros resultados de equivalência patrimonial" decorre das operações com ações em tesouraria realizadas pela JBS e da consequente mudança do percentual de participação relativo da BNDESPAR.

⁽⁴⁾ Em 16 de dezembro de 2021 a BNDESPAR alienou 70.000.000 ações da JBS, apurando um lucro na operação de R\$ 1.568.435 (sem efeitos tributários), incluído na rubrica "Resultado com alienações de coligadas, bônus e direitos de subscrição".

Empresas Investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas em 2021		% de participação no capital total em 2021	2021	2020
	Ordinárias	Preferenciais			
NÍVEL 1					
PETROBRAS	17.700	900.210	7,04	26.208.580	26.023.330
ELETOBRAS	141.758	18.691	10,23	5.358.797	5.868.416
COPEL - UNITS	131.162	524.646	23,96	4.147.329	4.683.603
CEMIG	63.083	22.344	5,04	1.452.578	1.329.342
EMBRAER	39.762	-	5,37	987.303	348.319
BRASIL ENERGIA S.A. (ex AES TIETÊ ENERGIA)	39.555	-	8,04	437.869	655.420
ENGIE BRASIL ENERGIA	7.245	-	0,89	279.212	344.017
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	8.795	-	0,63	221.104	280.997
OURO FINO SAÚDE ANIMAL	6.614	-	12,26	166.870	238.235
COPASA	13.160	-	3,46	166.337	214.106
VALE ⁽¹⁾				-	10.045.547
KLABIN - UNITS ⁽¹⁾				-	2.205.216
Subtotal Nível 1				39.425.979	52.236.548
Outras empresas - Nível 1				347.606	462.684
Total Nível 1				39.773.585	52.699.232
NÍVEL 2				79.028	-
NÍVEL 3				4.532.317	4.778.683
TOTAL				44.384.930	57.477.915

	2021	2020
Circulante	571.696	10.045.547
Não circulante	43.813.234	47.432.368

⁽¹⁾ Ações alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Vide Nota Explicativa n.º 4.2.2.

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 19.4.1.3.

4.2.1. Movimentações entre níveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a BNDESPAR reclassificou do Nível 1 para o Nível 2 da hierarquia de valor justo ativo, cujo valor em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 5.650 (R\$ 9.754 em 31 de dezembro de 2020). Não houve reclassificações das ações VJORA entre os Níveis 1 e 2 da hierarquia de valor justo em 31 de dezembro de 2021.

A movimentação do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo classificadas no Nível 3 é apresentada a seguir:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	4.778.683	573.157
Transferência do Nível 3 para Nível 1	(81.636)	(146.119)
Transferência do Nível 3 para Nível 2	(37.921)	-
Transferência do Nível 1 para Nível 3	98.264	154.068
Transferência do Nível 2 para Nível 3	-	1.896.576
Aquisições	6.896	1.694.433
Ajuste ao valor justo	(231.969)	606.568
Saldo no final do exercício	4.532.317	4.778.683

4.2.2. Outros resultados com investimentos em ações ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

No exercício findo em 31



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



4.3.3. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	2021	2020
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR (1)	926.237	899.930
Perdas não reconhecidas no resultado do exercício (1)	26.307	647.247

(1) Apurado no investimento de coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante, apresentada no grupo de "Outras" dos quadros anteriores.

4.3.4. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e identificou a necessidade de constituição de provisão no montante de R\$ 214.295. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi identificada a necessidade de reversão de provisão no montante de R\$ 18.720, líquida de constituição de R\$ 55.933.

5. DEBÊNTURES

O tratamento contábil das debêntures da BNDESPAR está disposto na Nota Explicativa n.º 19.4.1.

A tabela a seguir demonstra os saldos brutos das debêntures por categoria de instrumento financeiro:

	2021	2020
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	501.338	1.732.359
Avaliadas ao custo amortizado	1.647.279	2.241.411
Subtotal	2.148.617	3.973.770
(-) Provisão para perdas de crédito - Avaliadas ao custo amortizado	(5.727)	(13.502)
Total	2.142.890	3.960.268
Circulante	879.590	1.375.569
Não circulante	1.263.300	2.584.699

A tabela a seguir demonstra os saldos brutos destas operações por vencimento:

	2021		
	Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
A vencer:			
Até 1 ano	501.338	380.764	882.102
Entre 1 e 2 anos	-	-	-
Entre 2 e 3 anos	-	136.124	136.124
Entre 3 e 5 anos	-	13.432	13.432
Entre 5 e 10 anos	-	926.049	926.049
Após 10 anos	-	190.910	190.910
Total	501.338	1.647.279	2.148.617

	2020		
	Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
A vencer:			
Até 1 ano	1.129.525	249.070	1.378.595
Entre 1 e 2 anos	602.834	565.954	1.168.788
Entre 2 e 3 anos	-	-	-
Entre 3 e 5 anos	-	181.035	181.035
Entre 5 e 10 anos	-	999.572	999.572
Após 10 anos	-	245.780	245.780
Total	1.732.359	2.241.411	3.973.770

5.1. Debêntures de renda variável (híbridas) de emissão pública e privada

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos em determinados contratos de debêntures.

Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (hedge) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos, constituindo-se de opções de conversão ou permuta daquelas debêntures em ações, não oferecendo nenhum risco de perda por alavancagem à BNDESPAR. O quadro a seguir apresenta o detalhamento das debêntures mensuradas ao valor justo.

	2021	2020
Debêntures mensuradas ao valor justo através do resultado		
Conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	501.338	1.201.219
Conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	-	531.140
Total	501.338	1.732.359
Circulante	501.338	1.129.525
Não circulante	-	602.834

5.2. Movimentação do saldo de debêntures mensuradas ao valor justo classificadas no nível 3 da hierarquia de valor justo:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	602.834	2.516.540
Reclassificações de níveis	(511.639)	(474.802)
Alienação/Vencimento de títulos	-	(1.086.247)
Ganhos e (perdas) reconhecidos:		
No resultado do exercício	(91.195)	(352.657)
Saldo no final do exercício	-	602.834

A segregação por níveis de hierarquia de valor justo do saldo de debêntures está apresentada na Nota Explicativa n.º 3.2.

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base das demonstrações financeiras.

Para maiores informações sobre o tratamento contábil das cotas de fundos de investimento da BNDESPAR vide Nota Explicativa n.º 19.4.1.

Fundo	Administrador	2021	2020
SRM EXODUS PME FIDC	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	318.970	-
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	263.034	254.957
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	256.008	191.348
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	246.086	86.976
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	201.756	155.810
Fundo BBI Financeira I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A.	200.449	130.407
BIZCAPITAL FINPASS PME FIDC	CM Capital Markets DTMV Ltda.	171.436	-
Capital Tech II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	126.557	73.827
Brasil Agronegócio FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	118.391	76.331
CASHME-PLURAL FIDC	Plural S.A. Banco Múltiplo	98.901	-
CRATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	92.268	60.911
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	86.140	15.125
XP MPME I FIDC	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	85.280	-
CRATEC II FIP	Lions Trust Adm de Recursos Ltda.	83.016	70.075
Subtotal		2.348.292	1.115.767
Outros		815.792	1.119.772
Total		3.164.084	2.235.539
Circulante		1.361.560	405.660
Não circulante		1.802.524	1.829.879

6.1. Movimentação do saldo de cotas de fundos de investimentos classificadas no nível 3 da hierarquia de valor justo:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.865.126	2.436.896
Reclassificação de Nível 3 para Nível 1	-	(423.734)
Aquisição de cotas	1.180.297	259.160
Resgate de cotas	(19.028)	(11.031)
Amortização	(625.818)	(477.406)
Ajuste a valor justo reconhecido:		
No resultado do exercício	682.477	81.241
Em outros resultados abrangentes	72.981	39.737
Em outros resultados abrangentes	609.496	41.504
Saldo no final do exercício	3.083.054	1.865.126

A movimentação dos fundos de investimento classificados no Nível 3 de hierarquia de valor justo inclui R\$ 6.064 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 76.430 em 31 de dezembro de 2020) de ativos mensurados ao custo de aquisição acrescidos das mudanças patrimoniais.

A segregação por níveis de hierarquia de valor justo do saldo da aplicação em cotas de fundos de investimento está apresentada na Nota Explicativa n.º 3.2.

7. VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DIREITOS RECEBÍVEIS

O tratamento contábil de vendas a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis está disposto na Nota Explicativa n.º 19.4.1.

As informações das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis estão assim sumarizadas:

	2021	2020
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	645.181	1.109.176
Provisão para perdas de crédito	(99.788)	(194.391)
	545.393	914.785
Direitos recebíveis	1.006.697	920.509
Provisão para perdas de crédito	(885.657)	(826.837)
	121.040	93.672
Total	666.433	1.008.457
Circulante	155.612	52.549
Não circulante	510.821	955.908

A tabela a seguir demonstra os saldos brutos destas operações por vencimento:

2021		2020	
Vencido	- Vencido	Vencido	- Vencido
A vencer:		A vencer:	
Até 1 ano	1.011.481	Até 1 ano	172.781
Entre 1 e 2 anos	36.560	Entre 1 e 2 anos	840.418
Entre 2 e 3 anos	37.066	Entre 2 e 3 anos	78.850
Entre 3 e 5 anos	74.516	Entre 3 e 5 anos	157.956
Entre 5 e 10 anos	480.162	Entre 5 e 10 anos	777.538
Após 10 anos	12.093	Após 10 anos	2.142
Total	1.651.878	Total	2.029.685

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Devedores por depósitos em garantia

Refere-se principalmente a processos administrativos instaurados pela Receita Federal, nos quais a BNDESPAR é parte, e que questionam, em sua maioria, a exclusão de receitas originadas na alienação de participações societárias (ações) das bases de cálculo de PIS e COFINS, ocorridas em 2005. Em todos os casos foram apresentadas impugnações ainda pendentes de julgamento definitivo.

Esses processos se encontram com probabilidade de perda classificada como possível, a despeito de terem sido integralmente depositados. Seus valores atualizados pela SELIC totalizam R\$ 763.834 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 742.902 em 31 de dezembro de 2020).

Resalte-se, ainda, que o saldo total de devedores por depósitos em garantia, que contempla os valores supramencionados, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 771.005 (R\$ 747.229 em 31 de dezembro de 2020).

8.2. Cessão de direito de capitalização

Refere-se ao direito de capitalização de duas reestruturações societárias promovidas pelo grupo econômico ao qual a coligada Brasileira Participações pertence, que, entre outras etapas, incluíram a redução de capital da coligada com a entrega aos acionistas, na proporção de sua participação, do direito de capitalizar o saldo da Reserva Especial de Ágio reconhecida no balanço da coligada.

Em ambas as reestruturações, a BNDESPAR cedeu o seu Direito ao acionista controlador da Brasileira, AES Holdings Brasil Ltda ("AES Brasil"). Em contrapartida a Cessão de Direito de Capitalização, a AES Brasil deverá repassar a BNDESPAR, na proporção da participação desta: (i) o montante em dinheiro recebido dos acionistas minoritários que exercem seu direito de preferência nos aumentos de capital; e (ii) as ações emitidas por AES Tietê e Eletropaulo que não forem adquiridas pelos acionistas minoritários quando do aumento de capital. A expectativa de realização desses direitos é até 2028.

O saldo total de cessão de direito de capitalização, que contempla os valores supramencionados, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 430.503 (R\$ 430.517 em 31 de dezembro de 2020).

8.3. Diversos

	2021	2020
Outros Créditos		
Operações a liquidar	6.437	258.083
Pagamentos a ressarcir	637	619
Diversos	7.801	8.530
Total	14.675	267.232
Circulante	12.815	265.651
Não circulante	1.860	1.581

9. PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO

Para detalhes sobre a política contábil de mensuração da provisão para perdas de crédito de ativos financeiros, vide Nota Explicativa n.º 19.5.

9.1. Movimentação da provisão para perdas de crédito

	2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DEBÊNTURES				
Saldo no início do exercício	12.910	592	-	13.502
Constituição / (reversão) líquida	(7.516)	(259)	-	(7.775)
Saldo no final do exercício	5.394	333	-	5.727

	2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				
Saldo no início do exercício	555	-	193.836	194.391
Constituição / (reversão) líquida	(218)	-	(92.494)	(92.712)
Transferência entre Estágios	18	-	(1.909)	(1.891)
Saldo no final do exercício	355	-	99.433	99.788

	2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DIREITOS RECEBÍVEIS				
Saldo no início do exercício	-	-	826.837	826.837
Constituição / (reversão) líquida	-	-	60.238	60.238
Transferência entre Estágios	-	43	(1.461)	(1.418)
Saldo no final do exercício	-	43	885.614	885.657

	2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DEBÊNTURES				
Saldo no início do exercício	9.973	508	-	10.481
Constituição / (reversão) líquida	3.001	47	-	3.048
Transferência entre Estágios	(64)	37	-	(27)
Saldo no final do exercício	12.910	592	-	13.502

	2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS				
Saldo no início do exercício	328	-	84.259	84.587
Constituição / (reversão) líquida	253	-	107.668	107.921
Transferência entre Estágios	(26)	-	1.909	1.883
Saldo no final do exercício	555	-	193.836	194.391

	2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
DIREITOS RECEBÍVEIS				
Saldo no início do exercício	-	-	626.762	626.762
Constituição / (reversão) líquida	-	-	200.075	200.075
Saldo no final do exercício	-	-	826.837	826.837

9.2. Resultado de provisão para perdas de crédito

	2021	2020
Reversão / (constituição) líquida:		
Debêntures	7.775	(3.048)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	92.712	(107.921)
Direitos recebíveis	(60.238)	(200.075)
Transferência entre estágios:		
Debêntures	-	27
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.891	(1.883)
Direitos recebíveis	1.418	-
Baixas por desreconhecimento	-	(11)
Recuperação de valores anteriormente baixados	72.515	2.846
Receita (despesa) líquida apropriada	116.073	(310.065)

10. PASSIVOS FINANCEIROS

O tratamento contábil dos passivos financeiros da BNDESPAR está disponível na Nota Explicativa n.º 19.4.2.

10.1. Valor justo dos passivos financeiros

	2021		2020	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Dividendos a pagar	4.668.148	4.6		



11.1.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	2021	2020	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado			
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	5.451.573	5.746.642	Alienação dos títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	600.653	552.078	Decisão judicial definitiva
. Ágio amortizado	69.591	93.686	Alienação dos títulos
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	625.762	338.058	Alienação dos títulos
. Provisão para risco de crédito	1.252.904	889.462	Recebimento ou efetivação da perda
. Outros	46.604	36.285	
Subtotal	8.047.087	7.656.211	
Contrapartida no patrimônio líquido			
. Perda atuarial – PAS	16.779	25.406	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	16.779	25.406	
Total dos créditos tributários diferidos	8.063.866	7.681.617	
Passivo	2021	2020	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado			
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(8.968)	(44.426)	Alienação dos títulos
. Ganho por compra vantajosa	(51.813)	(61.561)	Alienação dos títulos
. Outros	(5.977)	(5.977)	
Subtotal	(66.758)	(111.964)	
Contrapartida no patrimônio líquido			
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros – VJORA	(11.179.197)	(14.967.613)	Alienação dos títulos
Subtotal	(11.179.197)	(14.967.613)	
Total dos débitos tributários diferidos	(11.245.955)	(15.079.577)	

(b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	2020	Constituição	Realização	2021
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	5.746.642	72.860	(367.929)	5.451.573
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	552.078	49.635	(1.060)	600.653
. Ágio amortizado	93.686	8.754	(32.849)	69.591
. Provisão para risco de crédito	338.058	287.704	-	625.762
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	889.462	1.380.060	(1.016.618)	1.252.904
. Outros	36.285	11.163	(844)	46.604
Subtotal	7.656.211	1.810.176	(1.419.300)	8.047.087
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Perda atuarial – PAS	25.406	31.913	(40.540)	16.779
Subtotal	25.406	31.913	(40.540)	16.779
Total dos créditos tributários diferidos	7.681.617	1.842.089	(1.459.840)	8.063.866
Passivo	2020	Constituição	Realização	2021
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(44.426)	(263.545)	299.003	(8.968)
. Ganho por compra vantajosa	(61.561)	-	9.748	(51.813)
. Outros	(5.977)	-	-	(5.977)
Subtotal	(111.964)	(263.545)	308.751	(66.758)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros – VJORA	(14.967.613)	-	3.788.416	(11.179.197)
Subtotal	(14.967.613)	-	3.788.416	(11.179.197)
Total dos débitos tributários diferidos	(15.079.577)	(263.545)	4.097.167	(11.245.955)

(c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos

	2020	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2021
Créditos tributários diferidos	7.681.617	390.876	(8.627)	8.063.866
Débitos tributários diferidos	(15.079.577)	45.206	3.788.416	(11.245.955)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	(7.397.960)	436.082	3.779.789	(3.182.089)

	2019	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2020
Créditos tributários diferidos	7.370.043	323.374	(11.800)	7.681.617
Débitos tributários diferidos	(18.289.767)	84.205	3.125.985	(15.079.577)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	(10.919.724)	407.579	3.114.185	(7.397.960)

(d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R\$ 943.244 dos quais R\$ 921.005 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado (R\$ 825.511 em 31 de dezembro de 2020, dos quais R\$ 737.382 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

(e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos

2021					
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2022	4.952.620	61,4%	(5.316.994)	47,3%	(364.374)
2023	2.608.872	32,4%	(5.222.465)	46,4%	(2.613.593)
2024	19.079	0,2%	-	0,0%	19.079
2025	383.561	4,8%	-	0,0%	383.561
2026	10.615	0,1%	-	0,0%	10.615
2027 a 2031	89.119	1,1%	-	0,0%	89.119
Após 2031 ⁽¹⁾	-	0,0%	(706.496)	6,3%	(706.496)
Total	8.063.866	100%	(11.245.955)	100%	(3.182.089)

2020					
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2021	3.307.060	43,0%	(5.161.782)	34,2%	(1.854.722)
2022	1.862.849	24,3%	(4.562.817)	30,3%	(2.699.968)
2023	1.691.935	22,0%	(4.538.821)	30,1%	(2.846.886)
2024	52.069	0,7%	-	-	52.069
2025	600.559	7,8%	-	-	600.559
2026 a 2030	158.740	2,1%	-	-	158.740
Após 2030 ⁽¹⁾	8.405	0,1%	(816.157)	5,4%	(807.752)
Total	7.681.617	100,0%	(15.079.577)	100,0%	(7.397.960)

⁽¹⁾ Referem-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.355/2006.

11.1.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	2021	2020
IRPJ/CSLL a compensar	16.596	-
Imposto de renda retido na fonte	302.132	90.610
Outros	1.528	1.537
Total no Ativo Circulante	320.256	92.147

11.2. Provisões trabalhistas e cíveis

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades. As informações sobre a regulamentação e política da BNDESPAR para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa nº 19.11.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas. As provisões constituídas estão apresentadas, segregadas por natureza, a seguir:

	2021	2020
Processos trabalhistas	15.697	14.370
Processos cíveis	1.750.931	1.609.388
Total	1.766.628	1.623.758
Circulante	752.445	36
Não Circulante	1.014.183	1.623.722

Cronograma esperado de realização destas provisões em 31 de dezembro de 2021:

	Processos trabalhistas	Processos cíveis
Até 1 ano	-	752.445
Entre 1 e 2 anos	14.098	-
Entre 2 e 3 anos	823	6.370
Entre 3 e 5 anos	776	991.193
Entre 5 e 10 anos	-	923
Após 10 anos	-	-
Total	15.697	1.750.931

(a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 6 processos judiciais em andamento, que se referem, basicamente, a processos relativos a incorporação de gratificação salarial, participação nos lucros, responsabilidade solidária do Banco em razão da participação acionária da BNDESPAR e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas nos exercícios:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	14.370	13.231
Constituições	1.418	1.158
Reversões	(91)	(19)
Saldo no final do exercício	15.697	14.370

Em 31 de dezembro de 2021 existiam 5 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.130, que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra. Em 31 de dezembro de 2020 existiam 11 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 2.221, que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra.

(b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 9 processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND, além daquelas acerca de questões contratuais.

Um dos principais pleitos refere-se a uma ação ajuizada em 1995, decorrente de um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis nos exercícios:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.609.388	1.486.754
Pagamentos	(19)	-
Constituições	144.566	122.634
Reversões	(3.004)	-
Saldo no final do exercício	1.750.931	1.609.388

Em 31 de dezembro de 2021 existiam 14 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.261.722, referente a questões contratuais (revisão de acordo de acionistas). Em 31 de dezembro de 2020 existiam 16 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.253.602, referente a questões contratuais (revisão de acordo de acionistas).

11.3. Outras obrigações diversas

	2021	2020
Obrigações por depósitos a apropriar	5.612	73.856
Despesas administrativas a pagar	124.712	126.621
Outros créditos a apropriar	188	-
Diversas	49.653	50.919
Total	180.165	251.396
Circulante	180.165	251.396
Não circulante	-	-

12. PARTES RELACIONADAS

A BNDESPAR tem relacionamento e transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), aprovado pela Deliberação CVM n.º 642/2010.

12.1. Transações com o controlador

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir:

Ativo	2021	2020
Aplicações em operações compromissadas ⁽¹⁾	50.629.913	38.923.297
Outros créditos	1	-
Passivo		
Dividendos a pagar	4.668.149	2.832.368
Outras obrigações diversas	124.713	126.621

⁽¹⁾ As aplicações em operações compromissadas com o controlador são consideradas como caixa e equivalentes de caixa, conforme política descrita na Nota Explicativa nº 19.9.

Receitas	2021	2020
Aplicações em operações compromissadas	1.892.988	873.787
Despesas		
Outras despesas	(92.517)	(172.553)

12.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a BNDESPAR mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais federais, portanto sob controle comum, como o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

Ativos	2021	2020
Cotas de fundos de investimento	81.030	36.925

A BNDESPAR também possui investimentos em empresas sob controle comum, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 4.2.

12.3. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

A BNDESPAR não possui transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 13.1:

Passivo	2021	2020
Passivo atuarial - Plano Básico de Benefícios - PBB	264.286	378.025
Passivo atuarial - Plano de Assistência e Saúde - PAS	409.808	486.872
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes - PBB	(5.336)	(130.637)
Outros resultados abrangentes - PAS	(109.423)	(203.285)
Resultado		
Plano Básico de Benefícios – PBB	(11.565)	(14.196)
Plano de Assistência e Saúde – PAS	(16.798)	(20.663)

12.4. Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 4.3. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a BNDESPAR não possuía nenhuma outra operação com empresas coligadas.

12.5. Remuneração de empregados e dirigentes

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23/03/2020, foi aprovada alteração do Estatuto Social da BNDESPAR, por meio da qual se estabeleceu que os Conselhos de Administração e Fiscal da BNDESPAR passam a ser compostos pelos membros desses respectivos Conselhos do BNDES, não fazendo jus a qualquer remuneração pela atuação como conselheiros da BNDESPAR.

A BNDESPAR não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração – Diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da BNDESPAR.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos empregados da BNDESPAR nos exercícios:

	2021	2021
Maior Salário	85,21	76,79
Menor Salário	4,86	4,56
Salário Médio	30,95	27,85

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Composição do saldo de despesas com participação nos lucros:

	2021	2020
Dirigentes (Remuneração Variável Anual - RVA)	557	489
Provisão antes do rateio entre empresas do Sistema BNDES	-	-
Rateio entre empresas do Sistema BNDES ⁽¹⁾	557	489
Empregados	65.371	76.798
Provisão antes do rateio entre empresas do Sistema BNDES	1.595	2.488
Rateio entre empresas do Sistema BNDES ⁽¹⁾	63.776	74.310
Total	65.928	77.287

⁽¹⁾ Existe entre as empresas do Sistema BNDES um convênio cujo objetivo é centralizar as atividades corporativas e outras atividades meio necessárias à consecução dos objetivos institucionais das subsidiárias no BNDES, reduzindo custos. Para não distorcer os resultados de cada empresa individualmente, por conta da centralização das atividades e consequentemente de custos, foi estabelecido um critério de rateio mensal dessas despesas administrativas e de pessoal, que além de outras, inclui as despesas com a participação nos lucros e resultados dos dirigentes. Conforme previsto no estatuto da BNDESPAR, sua diretoria é composta pelos mesmos integrantes da diretoria do BNDES.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB
As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	2021	2020
Valor presente no início do exercício	2.471.057	2.153.322
Custo do serviço corrente	1.274	1.735
Custo dos juros da obrigação	154.531	157.762
Contribuições dos participantes do plano	636	739
Benefícios pagos	(139.383)	(135.698)
Perdas (Ganhos) atuariais	(235.752)	69.285
Mudança de premissas (taxa de crescimento salarial)	(256)	(376)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(404.953)	(28.235)
Mudança de premissas (tábuas biométricas)	-	106.259
Ajuste de experiência	169.457	(8.363)
Efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco ⁽¹⁾	-	223.912
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício ⁽²⁾	2.252.363	2.471.057

⁽¹⁾ Para a utilização do compartilhamento de risco é necessária a exclusão das contribuições de participantes e assistidos na projeção do passivo atuarial, para o cálculo do valor presente da obrigação bruta, sem desconto de contribuições, tendo ocorrido a mudança de estimativa no encerramento do exercício passado.

⁽²⁾ A partir de 2020, valor presente no final do exercício com compartilhamento de riscos.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 13.2. As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	2021	2020
Valor justo no início do exercício	1.715.007	1.773.739
Receita dos juros	125.768	129.181
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	3.290	(69.074)
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	18.472	16.120
Contribuições recebidas dos participantes ⁽²⁾	636	739
Benefícios pagos	(139.383)	(135.698)
Benefícios brutos	(157.219)	(151.079)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	17.836	15.381
Valor justo no final do exercício	1.723.790	1.715.007

⁽¹⁾ Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida (por ora, suspensas).

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos.

A contribuição esperada para o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 19.119.

A duração média da obrigação atuarial é de 16,81 anos em 31 de dezembro de 2021 (20,64 anos em 31 de dezembro de 2020).

A tabela, a seguir, mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDSPAR	183.016	182.043	180.576	357.042	854.889	2.313.660	4.071.226

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na Demonstração do Resultado são assim demonstrados.

	2021	2020
Resultado		
Custo do serviço corrente	(1.274)	(1.735)
Custo dos juros da obrigação	(154.531)	(157.762)
Receita de juros dos ativos	125.768	129.181
Subtotal	(30.037)	(30.316)
Contribuições recebidas do empregador	18.472	16.120
Total	(11.565)	(14.196)

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido, são assim demonstrados.

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes	2021	2020
Saldo no início do exercício	(130.637)	(146.394)
(Perdas) Ganhos atuariais	235.752	(69.285)
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	3.290	(69.074)
Efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco ⁽¹⁾	(113.741)	154.116
Saldo no final do exercício	(5.336)	(130.637)

⁽¹⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco nos exercícios findos.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	2021				2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	6.862	1.514.687	62.987	1.584.536	7.308	1.537.207	49.538	1.594.053
Ações	47.299	47.299	-	47.299	940	58.282	-	59.222
Multimercado	-	1.467.388	-	1.467.388	-	1.478.925	-	1.478.925
Participações	-	-	62.987	62.987	-	-	49.538	49.538
Fundos imobiliários	6.862	-	-	6.862	6.368	-	-	6.368
Imóveis ⁽¹⁾	-	-	105.113	105.113	-	-	112.135	112.135
Locados a terceiros	-	-	96.993	96.993	-	-	103.099	103.099
Locados aos Patrocinadores	-	-	8.120	8.120	-	-	9.036	9.036
Empréstimos e Financiamentos	-	54.832	54.832	54.832	-	50.583	-	50.583
Subtotal	6.862	1.514.687	222.932	1.744.481	7.308	1.537.207	212.256	1.756.771
Outros ativos (passivos) não avaliados a valor justo ⁽²⁾	-	-	10.947	10.947	-	-	9.877	9.877
Outras deduções ⁽³⁾	-	-	(33.504)	(33.504)	-	-	-	(44.240)
Total em 30/11/2021 e 30/11/2020				1.721.924				1.722.399
Atualização de data base ⁽⁴⁾	-	-	-	1.866	-	-	-	(7.392)
Total				1.723.790				1.715.007

⁽¹⁾ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 2.003 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.002 em 31 de dezembro de 2020).

⁽²⁾ Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

⁽³⁾ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

⁽⁴⁾ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 30/11/2021 para 31/12/2021. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/12/2021.

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Varição % sobre a obrigação Atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(185.944)	-8,26%
Redução de 1% a.a.	217.238	9,64%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	49.858	2,21%
Redução de 1 ano na idade	(51.207)	-2,27%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	664	0,03%
Redução de 1% a.a.	(625)	-0,03%

Contas a Pagar FAPES

O passivo adicional refere-se a Contratos de Confissão de Dívida (CCD) celebrados com os Patrocinadores do Plano Básico de Benefícios (PBB), com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando 13 (treze) parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custo administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos Patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido. O passivo atuarial contempla os saldos desses contratos.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	2021	2020
Contratos de 2002 (a)	198.552	171.691
Contratos de 2004 (b)	18.175	15.930
Total	216.727	187.621

^(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

^(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, que foi denegado em decisão monocrática e posteriormente negado por unanimidade. Também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos a cargo da 29ª Vara Federal/RJ (não tendo obtido, até o presente momento, decisão favorável).

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30/12/2014, a Administração do BNDDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26/07/2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24/11/2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo havia sido suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31/01/2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDDES apresentou contestação. Em 03/05/2018, em provas, o BNDDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 29ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência, e, em 14/08/2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27/08/2020, a juíza titular da 29ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09/12/21, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo.

O BNDDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

(b) Plano de ação para devolução dos valores aportados na FAPES em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010. O BNDDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22/08/2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ao continuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 03/03/2021, foi proferido despacho em que o magistrado indeferiu a prova pericial na especialidade econômico-financeira requerida pela FAPES, sob o argumento de que a matéria tratada nos autos é apenas de direito, e abriu prazo para a União apresentar Réplica. O processo está concluso com o juiz desde o dia 05/10/2021 para julgamento. O processo encontra-se em fase inicial, não sendo possível precisar o tempo de sua duração ou quando será proferida a sentença.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, e sendo assim, não contabilizado.

13.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	2021	2020
Valor presente das obrigações não fundeadas	409.808	486.872
Passivo líquido	409.808	486.872

A movimentação no saldo da obrigação é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	486.872	494.297
Custo do serviço corrente	2.157	2.479
Custo dos juros da obrigação	37.233	37.353
Benefícios pagos	(22.592)	(19.169)
Perdas (Ganhos) atuariais	(93.862)	(28.088)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(103.200)	(7.861)
Ajuste de experiência	9.338	(54.843)
Mudança de premissas (tábuas biométricas)	-	34.616
Valor presente no final do exercício	409.808	486.872

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 13.2.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2021	2020
Resultado		
Custo do serviço corrente	(2.157)	(2.479)
Custo dos juros da obrigação	(37.233)	(37.353)
Subtotal	(39.390)	(39.832)
Benefícios pagos (corrente)	22.592	19.169
Total	(16.798)	(20.663)

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido - Outros resultados abrangentes	2021	2020
Saldo no início do exercício	(203.285)	(231.373)
(Perdas) Ganhos atuariais	93.862	28.088
Saldo no final do exercício	(109.423)	(203.285)

As contribuições esperadas da BNDSPAR com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 19.975.

A duração média da obrigação atuarial é de 24,72 anos em 31 de dezembro de 2021 (29,08 anos em 31 de dezembro de 2020).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
BNDSPAR	19.975	20.974	21.711	45.748	126.429	677.392	912.229

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Varição % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(44.378)	-10,83%
Redução de 1% a.a.	54.252	13,24%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	16.060	3,92%
Redução de 1 ano na idade	(15.870)	-3,87%
Taxa de aumento dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	53.821	13,13%
Redução de 1% a.a.	(44.857)	-10,95%

13.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2021	2020
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	2,66% a.a.	3,24% a.a.
Grupo Apoio	2,59% a.a.	2,91% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,25% a.a.	6,91% a.a.
Grupo Apoio	6,18% a.a.	6,56% a.a.
Taxa de desconto nominal	8,92% a.a.	7,16% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,55% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	8,92% a.a.	7,16% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



14.3. Lucro líquido ajustado pelos ganhos na realização de instrumentos patrimoniais

Apresenta-se a seguir o lucro líquido do exercício ajustado pela realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	12.181.131	1.694.365
Ganho pela realização de instrumentos patrimoniais (CPC 48) (1)	7.474.232	10.231.394
Resultado realizado no exercício	19.655.363	11.925.759

(1) Valor transferido de Outros Resultados Abrangentes para Lucros Acumulados.

14.4. Pagamento de dividendos

Durante os anos de 2021 e de 2020, a BNDESPAR efetuou pagamento de dividendos, conforme descrito a seguir:

Evento	2021			Meio de pagamento
	Ano Base	Valor declarado	Valor pago (1)	
Dividendos obrigatórios	2020	2.832.368	2.857.312	Dinheiro
Dividendos complementares	2020	7.672.968	7.740.541	Dinheiro
Total		10.505.336	10.597.853	

Evento	2020			Meio de pagamento
	Ano Base	Valor declarado	Valor pago (1)	
Dividendos obrigatórios	2019	2.481.526	2.519.856	Dinheiro
Dividendos complementares	2019	6.599.084	6.701.015	Dinheiro
Dividendos complementares	2018	1.918.740	1.951.031	Dinheiro
Total		10.999.350	11.171.902	

(1) Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

14.5. Destinação do resultado e distribuição dos lucros

	2021	2020
Resultado do exercício	12.181.131	1.694.365
Realização de instrumentos patrimoniais designados contra lucros acumulados	7.474.232	10.231.394
Valores destinados	19.655.363	11.925.759
Destinação do resultado		
Reserva legal - 5% (1)	982.768	596.288
Reserva estatutária (2)	(1.687.248)	824.135
Dividendo mínimo obrigatório (3)	4.668.148	2.832.368
Dividendo adicional proposto	15.691.695	7.672.968

(1) Limitado a 20% do capital social, ou, a critério do BNDES, deixar de constituir quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.

(2) Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis, vide Nota Explicativa n.º 19.8.2.

(3) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, vide Nota Explicativa n.º 19.8.1.

15. GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos das empresas do Sistema BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos, de controle interno e de segurança da informação.

Compõem a estrutura de gerenciamento desses temas no Sistema BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Chief Risk Officer (CRO); Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Comitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional, Controle Interno e Integridade, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos, controle interno e segurança da informação.

A Política de Gerenciamento de Riscos da BNDESPAR encontra-se na Nota Explicativa n.º 19.13.

Risco Operacional

Exposição a risco operacional

O Sistema BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RVAOPAD), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN n.º 3.640/2013.

A parcela RVAOPAD passou de R\$ 37.814.843, em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 59.208.432, em 31 de dezembro de 2021. O aumento da parcela ocorreu em função do aumento significativo do Indicador de Exposição (IE) referente ao 2º semestre de 2020, considerado apenas na apuração da parcela em vigor em 31 de dezembro de 2021. O IE corresponde à soma dos valores das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

Risco de Mercado

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Exposição em 2021	Exposição em 2020
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	45.023.193	(2.751.775)
Juros	TJLP	593.955	728.602
Juros	Prefixado	-	-
Juros	IGPM	-	531.140
Juros	IPCA	679.207	1.606.033
Juros	TR	(1.766.628)	(1.623.758)
Câmbio	Moeda Estrangeira	138.623	145.225
Operações de renda variável			
Preços	Ações	44.384.929	57.477.914
Preços	Debêntures Conversíveis em ações	490.577	1.150.810
Preços	Opções de ações	535.477	427.957

Análise de sensibilidade

Sob orientação da Instrução CVM n.º 475/2008, apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros presentes nas operações da BNDESPAR, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras/econômicas para a Companhia. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado. As tabelas a seguir apresentam os resultados desse exercício para a posição de 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	2021		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	(170.867)	(700.985)	(1.168.308)
Juros	TJLP	Queda TJLP	2.156	(4.767)	(7.945)
Juros	Prefixado	Alta PRE	-	-	-
Juros	IGPM	Queda IGPM	-	-	-
Juros	IPCA	Queda IPCA	(1.759)	(4.996)	(8.327)
Juros	TR	Alta TR	(5.878)	(3.952)	(7.904)
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	325	(18.298)	(30.497)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	5.051.692	(7.323.513)	(14.647.027)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(121.642)	(228.297)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(243.719)	(457.459)

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	Risco	2020		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Operações de renda fixa					
Juros	Selic / DI	Alta Selic / DI	11.260	(12.940)	(25.880)
Juros	TJLP	Queda TJLP	1.298	(4.222)	(7.037)
Juros	Prefixado	Alta PRE	-	-	-
Juros	IGPM	Queda IGPM	17.983	386	643
Juros	IPCA	Queda IPCA	2.120	(8.225)	(13.709)
Juros	TR	Alta TR	(1.608)	-	-
Câmbio	Moeda Estrangeira	Queda USD	(3.438)	(19.170)	(31.950)
Operações de renda variável					
Preços	Ações	Queda nas cotações	2.973.208	(9.483.856)	(18.967.712)
Preços	Debêntures conversíveis em ações	Queda nas cotações	-	(434.513)	(850.730)
Preços	Opções de ações	Queda nas cotações	-	(9.658)	(11.294)

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco consideradas na análise de sensibilidade, em cumprimento da Instrução CVM n.º 475/2008, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem adequadamente a percepção dos riscos de mercado da BNDESPAR no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ónus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES.

Risco de Liquidez

O Sistema BNDES realiza a gestão de risco de liquidez de forma agregada, não o fazendo de forma individualizada por empresa. O Sistema BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando 3 indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa em diferentes cenários de estresse. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo, estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, replica-se a metodologia da *Net Stable Funding Ratio* (NSFR), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, passou de R\$ 65.098.778, em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 51.219.541, em 31 de dezembro de 2021. Destacou-se uma queda de R\$ 13.120.342 no valor dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de ORA.

	2021	2020
Ativos Financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de ORA	46.187.452	59.307.794
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do Resultado	1.600.878	1.386.046
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	1.647.278	2.241.412
Outros	1.651.878	2.029.683
Compromissos a Liberar	132.055	133.843
Total	51.219.541	65.098.778

16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alienação de ações da Petrobras

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022, a BNDESPAR alienou, em pregão na bolsa de valores (B3), a totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17,7 milhões de ações, correspondente a 0,24%

do capital social votante da Petrobras, pelo montante total, líquido das despesas de venda, de R\$ 634.631 mil, ao preço médio unitário de R\$ 35,88 por ação. A participação da BNDESPAR no capital social total da Petrobras foi reduzida de 7,04% para 6,90% do capital total da Companhia investida.

Alienação de ações da JBS

Em 16 de fevereiro de 2022, dando continuidade à estratégia de desinvestimento de posições maduras, a BNDESPAR alienou, por meio de operação de *block trade* bolsa de valores (B3), 50 milhões de ações ordinárias de emissão da JBS S.A., no montante total, líquido das despesas de venda, de R\$ 1.867.896, ao preço unitário de R\$ 37,52 por ação ordinária (JBSS3), o que representou um desconto de 3% sobre a cotação de fechamento da ação na véspera da operação, fazendo com que a participação da BNDESPAR na JBS fosse reduzida de 21,55% para 19,45% do capital total e votante da Companhia investida, passando a deter o total de 461.661.101 ações ordinárias da JBS S.A.

18. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A BNDESPAR

18.1. Objetivos e atuação

- Fortalecer as estruturas de capital das empresas e apoiar novos investimentos na economia;
- Apoiar o desenvolvimento de empresas emergentes;
- Apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas;
- Desenvolver a indústria de fundos fechados de "private equity"; e
- Contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais.

19. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BNDESPAR são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDESPAR.

19.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista da moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem quando da liquidação de saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

19.2. Reconhecimento de Receita

(a) Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Receita de honorários e comissões

Receita de honorários e demais comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões de estudos de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são caracterizadas como receitas de origemação e, assim, são acrescidas ao valor justo inicial e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos de instrumentos patrimoniais designados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de seu recebimento é estabelecido.

19.3. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração da BNDESPAR entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa para o período apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Valor justo de ativos e passivos financeiros	n.º 3 e 10
Provisão para redução no valor recuperável	n.º 9
Provisão para perdas em participações em coligadas	n.º 4.3
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 11.1
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 11.2
Benefícios a empregados	n.º 13

19.4. Instrumentos financeiros

19.4.1. Ativos financeiros

19.4.1.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são registrados e inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de origemação para os ativos financeiros classificados nas categorias "custo amortizado" e "valor justo por meio de outros resultados abrangentes".

19.4.1.2. Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA), ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado (VDRE), baseado no modelo de negócios da BNDESPAR e nas características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos.

Avaliação do modelo de negócios

A BNDESPAR determina seus modelos de negócios para os seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como os portfólios de ativos financeiros são administrados para atingir os objetivos de negócios.

O modelo de negócios reflete como a BNDESPAR administra seus ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa dos ativos financeiros são gerados pela captação dos fluxos de caixa contratuais, pela venda dos ativos financeiros ou por ambos, utilizando-se de cenários esperados de ocorrência.

Resumidamente, os modelos de negócios da BNDESPAR se dividem em quatro categorias, indicativas das principais estratégias usadas para gerar retornos:

- Modelo de Negócio 1: Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais** - Ativos financeiros que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
- Modelo de Negócio 2: Manter tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais quanto para vender** - Ativos financeiros que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
- Modelo de Negócio 3: Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de Renda Fixa** - Ativos financeiros de renda fixa que não se enquadram nem no Modelo 1 nem no Modelo 2.
- Modelo de Negócio 4: Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de Renda Variável** - Ativos financeiros de renda fixa com derivativos embutidos e investimentos em instrumentos de patrimônios sem influência significativa (ações e fundos de investimentos em renda variável).

Opção de designação

A BNDESPAR não designou ao valor justo por meio do resultado qualquer de seus instrumentos financeiros.

Para os investimentos em instrumentos de patrimônio (participações em empresas não coligadas e em fundos de investimentos em renda variável) que não sejam mantidos para negociação a BNDESPAR efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar mudanças subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

Características contratuais do fluxo de caixa

Os instrumentos de renda fixa da BNDESPAR enquadrados nos modelos de negócios 1 e 2 são avaliados com o objetivo de determinar se os fluxos de caixa contratuais associados a esses instrumentos são compostos apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto de modo consistente com um acordo de empréstimo básico.

O principal é geralmente o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e incluem restituições ao longo do tempo.

Os juros incluem, além do valor temporal do dinheiro, a compensação pelo risco de crédito e outros riscos e custos básicos de empréstimo, bem como margem de lucro.

Quando os termos contratuais de determinados ativos introduzirem exposição aos riscos ou variabilidade de fluxos de caixa que não sejam consistentes com um acordo de empréstimo básico, a BNDESPAR classificará esses instrumentos como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(a) Ativos financeiros ao Custo Amortizado

Os ativos financeiros enquadrados nessa categoria são subsequentemente mensurados ao valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de créditos.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a BNDESPAR aplica ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por:

- ativos financeiros adquiridos ou originados com problemas de recuperação de crédito, para os quais a BNDESPAR aplica a taxa de juros efetiva ajustada do ativo financeiro, desde o reconhecimento inicial;
- ativos financeiros que não são adquiridos ou originados com problemas de recuperação de crédito, mas posteriormente apresentaram evento de inadimplência (ou "estágio 3"), para os quais a BNDESPAR aplica a taxa de juros efetiva ao custo amortizado líquido da provisão, em períodos de relatório subsequentes.

Os ativos classificados e mensurados ao custo amortizado compreendem, principalmente, as operações compromissadas, vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples de emissão privada. Tais instrumentos representam apoio financeiro e são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração, quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, experiências passadas e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

(b) Ativos financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Os ativos financeiros de renda fixa incluídos nessa categoria são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e os ganhos e as perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo, são acumulados na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários.

As perdas de créditos, os juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada anteriormente no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Neste exercício, a BNDESPAR não detém ativos de renda fixa nesta categoria.

Para os investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa e que não sejam mantidos para negociação, cuja designação para essa categoria foi adotada pela BNDESPAR, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos em outros resultados abrangentes, na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada será transferido dentro do Patrimônio Líquido, da rubrica "Outros Resultados Abrangentes" para "Lucros ou Prejuízos Acumulados".



Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que se possa ter acesso na data da mensuração. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua;

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1; e

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN n.º 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão. De forma geral, as técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares; fluxo de caixa descontado, *Black-Scholes-Merton*, *Árvore Binomial* e *Simulação de Monte Carlo*.

As principais premissas utilizadas quando da utilização da técnica *Black-Scholes-Merton*, *Simulação de Monte Carlo* e *Árvore Binomial* são as seguintes:

- Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada mês;
- Data final: data de vencimento;
- Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada na data-base;
- Preço alvo (*strike price*): projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
- Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
- *Dividend yield*: calculado caso a caso, preferencialmente a partir de projeções observáveis em mercado;
- Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo- objeto ao longo dos últimos 1.008 pregões.
- Para as opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores, não será atribuída nenhuma precificação a título de valor justo, podendo ser considerado o custo líquido ou valor nulo. São também mantidos a custo o valor nulo os derivativos cujos ativos-objeto, para opções de compra, ou cuja contraparte, para opções de venda, sejam participações residuais em empresas extintas, baixadas, em situação problemática, com pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou que já foram objeto de *Impairment* total.

19.4.1.4. Reclassificações de ativos financeiros

Um ativo financeiro que não seja um instrumento financeiro derivativo ou um ativo financeiro que o reconhecimento inicial foi designado mensurado a valor justo por meio do resultado ou designado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reclassificado somente quando há mudança no modelo de negócios utilizado para gerenciar o ativo financeiro. A reclassificação de todos os ativos financeiros afetados pela mudança será aplicada prospectivamente a partir da data de reclassificação.

19.4.1.5. Baixa

Ativos financeiros são baixados somente quando os direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando a BNDESPAR transfere os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro.

19.4.2. Passivos financeiros

19.4.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros classificados na categoria “custo amortizado” são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos/ deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão e de prêmios e descontos.

19.4.2.2. Classificação e mensuração

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A BNDESPAR somente possui passivos financeiros classificados na categoria “custo amortizado”, que inclui: dividendos a pagar.

19.4.2.3. Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

19.4.3. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

19.4.4. Derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado do ou fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, a BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de títulos e valores mobiliários.

19.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

No final de cada período de relatório, a BNDESPAR aplica uma abordagem de redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios para classificar e mensurar as perdas de crédito esperadas para os instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias “custo amortizado” e “valor justo através de outros resultados abrangentes”, e caso haja, em compromissos de empréstimo e garantias financeiras emitidas.

A BNDESPAR se baseou em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais e previsões de eventos futuros e condições econômicas para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial.

A BNDESPAR dispõe de sistema interno de classificação de risco de crédito, classificações externas de risco e informações prospectivas para avaliar a deterioração na qualidade de crédito de um instrumento financeiro. Uma deterioração deve ser considerada significativa quando é atribuído à exposição um *rating* a partir do qual não se espera que seja verificada uma recuperação dentro de um determinado período de tempo. Em outras palavras, quando uma operação tem seu *rating* rebaixado a um nível em que não se costuma verificar uma recuperação ao nível original, considera-se que houve aumento significativo do risco de crédito. Para estabelecer qual é o nível de risco limite para mudança de estágio, a BNDESPAR realiza análise feita a partir da frequência histórica observada de migrações entre *ratings*.

Determinação dos estágios e definição de inadimplência

A abordagem de estágios da provisão para perdas de créditos é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros da BNDESPAR desde o reconhecimento inicial.

Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no **Estágio 1**, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Para ativos classificados neste estágio, a provisão para perdas de crédito é calculada para um montante igual a perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o **Estágio 2**, e para isso, a BNDESPAR utilizará dois critérios:

a) *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e

b) Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão para perdas de crédito é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Quando um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro ocorrer, o ativo financeiro é migrado para o **Estágio 3**, e uma provisão para perdas de crédito igual a perdas esperadas para a vida útil é realizada. A BNDESPAR utilizará os seguintes critérios de migração para esse estágio:

a) Operação declarada pela BNDESPAR como ativo com problema de recuperação de crédito; ou

b) Operação vencida há mais de 90 dias.

A BNDESPAR utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- Pagamento das prestações do devedor passe a depender, no todo ou em parte, do recebimento de recursos oriundos do acionamento pela BNDESPAR ou de pagamento efetuado por terceiro interessado não integrante do grupo econômico do devedor;
- Deterioração significativa da qualidade do crédito;
- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- Declaração de falência do devedor.

A BNDESPAR declara que a definição de inadimplência utilizada para migração entre os estágios é consistente com os modelos internos de gerenciamento de risco de crédito.

Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado. Entretanto, para que haja migração do Estágio 3 para os demais estágios, basta que a operação deixe de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

a) O inadimplemento financeiro tenha sido regularizado por meio da liquidação integral das prestações vencidas e não pagas;

b) Realização de amortização significativa;

c) Alteração do cliente ou do seu controlador; ou

d) Alteração significativa no valor ou na qualidade da garantia.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

Mensuração de Perdas de Crédito Esperadas

A mensuração da provisão para perdas de crédito baseia-se principalmente no produto (i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro, (ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default - LGD*) dos Estágios 1 e 2 (e estimativas individualizadas para exposições relevantes no Estágio 3) e (iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default - EAD*), baseada na soma do saldo contábil com a projeção dos compromissos de desembolso futuros ajustados por um Fator de Conversão de Crédito (CCF).

A BNDESPAR, para ajustar suas estimativas de PD, se baseia na estimação de matrizes de migração ajustadas ao ciclo macroeconômico (*point-in-time - PIT*).

19.6. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais a BNDESPAR não exerce influência significativa, sendo avaliadas por seus valores justos. Sua composição também inclui investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa.

Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Os ativos da carteira de participações societárias da BNDESPAR são oriundos, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

Como já mencionado na Nota Explicativa n.º 19.4.1.2, a BNDESPAR efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento

inicial, para investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias designadas como “mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia conforme descrito na Nota Explicativa n.º 3.2.

Investimentos – Participações em Coligadas

Coligadas são todas as investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce “influência significativa”. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que em alguns casos cujas participações acionárias detidas pela BNDESPAR representem mais de 20% do capital votante, tal presunção de influência significativa não se verifica em termos concretos, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julga exercer influência significativa em determinadas entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, o qual determina o reconhecimento inicial do investimento pelo seu valor de aquisição e o posterior aumento ou redução do valor contábil pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida no resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação (não resultantes de aportes de capital efetuados pela BNDESPAR) são reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período em que ocorre.

A Administração não tem conhecimento de restrições significativas que poderiam limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial a BNDESPAR utiliza as informações das coligadas com defasagem máxima de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes da BNDESPAR, possuindo contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração dos demonstrativos contábeis, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado semestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: i) pelo preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa ou ii) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

19.7. Ativos Mantidos para Venda

A BNDESPAR classifica como “Ativo Não Circulante Mantido para Venda” o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio da transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria é realizada apenas nos casos em que o ativo cumpre os seguintes requisitos, conforme contido no CPC 31 (“Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada”):

- estã pronto para venda em suas condições atuais; e
- a venda é altamente provável e deve ocorrer em até um ano.

19.8. Patrimônio líquido

19.8.1. Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

19.8.2. Reserva estatutária – para compatibilização de práticas contábeis

Representa uma reserva estatutária, com a finalidade de contemplar lucros ou ajustes de exercícios anteriores originados pela aplicação de padrões contábeis divergentes daqueles utilizados pelo Acionista Único – BNDES. O valor máximo do saldo dessa reserva se enquadra dentro do limite geral de reservas de lucros em relação ao capital social, conforme previsto no artigo 199 da Lei n.º 6.404/1976.

19.8.3. Reserva para futuro aumento de capital

Reserva constituída do saldo remanescente após as constituições da reserva Legal, dividendo mínimo e reserva para compatibilização de práticas contábeis, com a finalidade de assegurar o fortalecimento do patrimônio da instituição compatível com o grau de risco de seus ativos. De acordo com o estatuto social, o saldo máximo dessa reserva é 20% (vinte por cento) do capital social.

19.8.4. Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições em decorrência de avaliação a valor justo de elementos de ativos financeiros, passivos atuais e reflexo de variações no patrimônio de coligadas, líquidos de efeitos tributários.

19.8.5. Pagamento de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela Assembleia Geral.

19.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco significante de mudança de valor.

Nestas demonstrações, somente as aplicações em operações compromissadas são consideradas como “caixa e equivalentes de caixa”, cujos vencimentos se darão em três meses ou menos a contar da data da aquisição.

19.10. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

19.10.1 Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

19.10.2 Tributos diferidos sobre o lucro

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias da companhia referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor justo de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, exceto para os créditos fiscais constituídos anteriormente à Resolução CMN n.º 3.059/2002, que são reconhecidos independentemente de possuírem expectativa de realização acima de 10 anos.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com as determinações da Instrução CVM n.º 371/2002. A companhia também observa os preceitos da Resolução CMN n.º 3.059/2002, seguindo as regras adotadas pelo seu controlador, BNDES, para fins de consolidação de demonstrações financeiras.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

19.11. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes surgem de eventos não planejados ou não esperados que dão origem à possibilidade de ingresso de benefícios econômicos e que não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Sistema BNDES.

Entretanto, são divulgados em notas explicativas quando for provável o ingresso de benefícios econômicos, ou seja, na hipótese de a chance de ingresso ser maior do que a de não ingressar.

Adicionalmente, quando o ingresso de benefícios econômicos é praticamente certo, ou seja, na hipótese em que exista decisão judicial favorável definitiva que importe na probabilidade muito alta de ingresso para as empresas do Sistema BNDES e que não existam elementos que possam reverter a decisão, o ativo deve ser reconhecido como um direito a receber.

Com relação aos passivos contingentes, é considerado o risco de perda financeira, correspondente à probabilidade de saída de recursos das empresas do Sistema BNDES, classificado como:

I - provável, na hipótese de a chance de perder ser maior do que a de ganhar; ou

II - possível, na hipótese de a chance de perder ser igual a de ganhar; ou

III - remoto, na hipótese de a chance de ganhar ser maior do que a de perder.

O risco relacionado à probabilidade de ingresso de benefícios econômicos ou de saída de recursos para as empresas do Sistema BNDES no âmbito dos processos judiciais e administrativos, e o seu respectivo valor, são apurados com base em metodologia adotada pelo Jurídico.

A seguir está apresentado um quadro que resume o procedimento adotado pelo Sistema BNDES com base na metodologia adotada pelo Jurídico e seu alinhamento com as normas aplicáveis:

Possibilidade de ingresso de benefícios econômicos	Reflexo contábil	
	Praticamente certo Provável	Registro do direito a receber Divulgação do ativo contingente nas notas explicativas
Risco de saída de recursos	Reflexo contábil	
	Provável	Provisão integral do valor de risco financeiro como passivo contingente
	Possível Remoto	Divulgação do passivo contingente nas notas explicativas Sem reflexo contábil

Adicionalmente, o BNDES tem como prática contábil, efetuar a provisão integral sobre créditos ativos que possuem processos Contenciosos Judiciais e Administrativos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar.

19.12. Obrigações de benefícios a empregados

19.12.1. Plano de aposentadoria complementar - Plano Básico de Benefícios – PBB

A BNDESPAR oferece aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD) é financiado, de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a última alteração de seu Regulamento, aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 6.168,16 em 31/12/2021.

Entre os riscos relevantes associados ao PBB, tem-se:

- A incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/12/2021 era de R\$ 6.433,57 (seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018); e
- A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo.

Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.





Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios – PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios.

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória do Plano

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 1.166, de 12/12/2018, e publicada no DOU em 18/12/2018, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substitui as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 9/2016 e n.º 25/2018**, que afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar e disciplinam, respectivamente, as atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício, bem como as diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 20/12/2021, com vencimento em 2035, que correspondeu a 5,24% ao ano. O mesmo título encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 31/12/2021 a 5,32% ao ano, representando aumento de 0,08 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução MPS/CNPC n.º 29, de 13/04/2018, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A partir de 31/12/2020 o passivo passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação de Benefício Definido (contribuições normais, extraordinárias e déficit não equacionado) não coberta pelo valor justo dos ativos do plano, após adoção do compartilhamento de risco, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES. Anteriormente, o valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD) considerava a paridade de 50% entre participantes e patrocinadores nas contribuições normais do PBB e nas extraordinárias relativas aos déficits já equacionados e 100% do déficit não equacionado. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

19.12.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES

- FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência e Saúde – PAS aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A BNDESPAR oferece benefício de assistência à saúde no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de novembro de 2021 e atualizada até 31 de dezembro de 2021, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laboral futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

19.12.3. Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

19.13. Gestão de Riscos

Risco Operacional, Controle Interno e Segurança da Informação

O Sistema BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN n.º 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Conforme essa definição, o risco operacional inclui o risco legal. Também é gerenciado o risco cibernético, que trata de risco de segurança da informação que envolve ativo de tecnologia da informação e que pode implicar em perdas resultantes de incidentes cibernéticos. Já o controle interno é um processo desenvolvido para mitigar riscos e executado em todos os níveis da instituição, tendo grande importância na gestão destes riscos.

Em linha com o arcabouço legal, o Sistema BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, com seus respectivos controles. Adicionalmente, a unidade de gestão de risco operacional e controle interno desenvolve atividades de avaliação da qualidade do sistema de controle interno, gestão da continuidade de negócios, gestão do risco cibernético, alocação e avaliação da suficiência do capital regulamentar, além de manter um processo contínuo de comunicação e disseminação da cultura de risco, controle interno e segurança da informação.

Todas as atividades se baseiam em metodologias definidas com base nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Appetite a Risco do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio de seus limites quantitativos e qualitativos.

O fortalecimento da cultura de riscos operacionais, de controle interno e de segurança da informação na Instituição é suportado por um plano de comunicação desenvolvido com o objetivo de guiar ações que incluem apresentações, treinamentos, elaboração de manuais, inserções na mídia interna sobre esses temas, bem como a disponibilização de informações na *Intranet*.

Gestão de Segurança da Informação

No Sistema BNDES, a gestão deste tema é pautada pelas diretrizes do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), aprovado formalmente pelo Conselho de Administração. Este sistema objetiva a preservação da confidencialidade, disponibilidade e integridade dos processos e ativos de informação, de propriedade ou sob a custódia do Sistema BNDES, sendo composto pela Política Corporativa de Segurança da Informação, pelo Plano Estratégico de Segurança da Informação e pelo Plano de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação.

Tais normas constituem a política de segurança cibernética e o plano de ação e de resposta a incidentes definidos pela Resolução CMN n.º 4.893/2021. Além de estabelecer diretrizes para a adequada governança e gestão de segurança da informação, o SGSI formaliza responsabilidades e estabelece a estrutura de gestão.

Neste contexto, as principais atribuições da unidade gestão de risco operacional e controle interno envolvem (i) realizar a gestão de vulnerabilidades em ativos de informação críticos; (ii) definir a metodologia para gestão de riscos cibernéticos; (iii) promover o tratamento, o acompanhamento e a governança dos riscos identificados; (iv) validar aspectos de segurança da informação em projetos; (v) verificar as ocorrências e tratar os incidentes relacionados à segurança da informação; (vi) promover a adequada gestão de acessos; (vii) elaborar, manter e propor padrões e normas para disciplinar a gestão de segurança da informação; e (viii) realizar ações de comunicação para conscientização e prevenção de incidentes de segurança da informação.

Exposição ao Risco Operacional

O valor da parcela do capital mínimo exigido referente ao risco operacional (RWAOPAD) é calculado conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.640/2013, com base nas informações do Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e a Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado do Sistema BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da Instituição, a fim de buscar o adequado gerenciamento dos riscos.

Risco de câmbio

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial do Sistema BNDES. As estratégias de *hedge* são feitas para o Conglomerado Prudencial, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

Risco de taxas de juros

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado. O risco de juros é controlado para o Sistema BNDES. Adicionalmente, o risco de descasamento entre indexadores e taxas é monitorado mensalmente e está sujeito a limites aprovados pela Diretoria. Os limites são estabelecidos para cada uma das empresas do Sistema BNDES e também para Conglomerado Prudencial.

Risco de preços

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado, quer sejam essa alteração por fatores específicos do instrumento financeiro, ou fatores que afetam todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado.

Instrumentos financeiros

A unidade responsável pela gestão de risco de mercado do Sistema BNDES acompanha diariamente informações relativas à

carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR. Essa carteira é formada por: participações societárias em companhias abertas listadas na B3, empresas fechadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures com ou sem opicionalidades, captações e outros títulos que apresentem algum dos riscos de mercado listados anteriormente.

Métricas de risco e governança

Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros da BNDESPAR é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. A carteira de negociação da BNDESPAR, atualmente, não possui instrumentos financeiros.

Gerencialmente, o Sistema BNDES apura os riscos de juros, câmbio e preços utilizando as métricas VaR (*Value at Risk*), Teste de Estresse, análise de sensibilidade e análise de descasamento por fator de risco. Somado a isso, são aplicadas as metodologias designadas pelo regulador em sua modelagem padronizada. Duas métricas são utilizadas para avaliar o risco de taxa de juros para a carteira de não negociação: *Economic Value Of Equity* (EVE) e *Net Interest Income* (NII). As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adota as seguintes premissas, definidas na Instrução Normativa CVM n.º 475/2008:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável, nos termos da Deliberação CVM n.º 604/2009, do comportamento do risco que é referenciado por fonte externa independente para o prazo de 1 ano;
- Definição de dois cenários adicionais, nos termos da Instrução CVM n.º 475/2008, com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III);
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e seus reflexos no resultado e no patrimônio líquido; e
- O cenário provável e os de estresse (II e III) foram comparados com o cenário atual para cada tipo de instrumento financeiro.

Para o cálculo da análise de sensibilidade das operações em renda fixa e de taxa de câmbio, o cenário provável, avaliado internamente, considera a expectativa de comportamento das taxas nos próximos 12 meses, podendo ocasionar ganhos ou perdas para a Instituição.

O cenário provável para as operações de renda variável (ações) é calculado com base no “*beta*” de cada uma das ações que compõem a carteira da BNDESPAR e em avaliações internas para determinação da taxa livre de risco de um ano e do prêmio de risco de mercado, utilizando para tal o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). O valor da carteira de ações na data base da demonstração financeira foi utilizado como base do cenário atual. São excluídas da análise as ações que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Para os derivativos analisados, o risco de preço do ativo subjacente a tais instrumentos financeiros pode ser considerado como o mais relevante, cuja variação pode responder pela maior parcela de alteração do valor justo desses instrumentos de renda variável em determinado período. Para fins da Deliberação CVM n.º 604/2009 e da Instrução CVM n.º 475/2008, na análise de sensibilidade dos derivativos, é considerado como cenário provável o próprio valor justo já registrado, uma vez que esse valor já reflete a expectativa da administração e se baseia em fontes externas de dados acerca das variáveis de risco que fazem parte dos modelos de precificação adotados para o cálculo do valor justo. Esse cenário é base para os cenários de deterioração de 25% e 50% da principal variável de risco considerada, o preço à vista da ação objeto. O risco associado à alta ou queda no preço do ativo objeto depende do tipo do derivativo.

Outro ponto relevante sobre os derivativos é que algumas dessas operações (opções de venda detidas ou opções de compra de ações cedidas) foram realizadas em conjunto com a aquisição de seu ativo objeto, o que, sob o ponto de vista de portfólio, implica em mitigação de risco. Sob a ótica de balanço, essa redução de risco nem sempre é aparente, pois variações no valor desses instrumentos podem causar impacto em contas diferentes (resultado ou Patrimônio Líquido) a depender de sua classificação contábil. Além disso, a BNDESPAR não adota a prática de *hedge accounting* para tais instrumentos, o que poderia evitar esse tipo de conflito no balanço patrimonial da Instituição.

Em relação aos derivativos que constam da presente análise, é importante notar a diferença do impacto econômico entre dois horizontes de tempo: (i) no período completo de vigência do derivativo; e (ii) nos períodos intermediários compreendidos no prazo de vigência do derivativo citado no item (i). No caso do período completo, entre a data de aquisição do derivativo e o seu vencimento (item i), não há risco de perda acumulada no resultado, uma vez que, no momento inicial, esse instrumento possui valor justo igual a zero, sem qualquer desembolso correspondente a título de prêmio. Já no caso dos períodos intermediários (item ii), existe o risco de perda de valor dos derivativos em decorrência de eventuais variações negativas no valor justo destes instrumentos. Tais variações nestes períodos geram impacto no resultado e no patrimônio da Instituição.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Sistema BNDES não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente negociado no mercado, em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; da desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; da redução de ganhos ou remunerações; das vantagens concedidas nas renegociações; e dos custos de recuperação.

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira. As empresas do Sistema BNDES utilizam a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. Os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas na Circular BACEN n.º 3.644/2013.

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES realiza estimativas para os diferentes componentes de risco dos ativos inseridos na parcela regulamentar de capital, além de modelagens de capital econômico por meio de metodologias analíticas e por simulação. Tais análises são desenvolvidas com vistas à implementação futura do modelo avançado conforme diretrizes de Basileia. Desse modo, o risco da carteira é avaliado por meio da obtenção de estimativas para os seguintes componentes: (i) a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte (PD); (ii) a exposição com o tomador ou contraparte no momento da inadimplência (EAD); (iii) as perdas decorrentes da inadimplência (LGD); e (iv) a maturidade ou prazo efetivo de vencimento dos contratos.

Exposição ao Risco de Crédito

As exposições a risco de crédito são calculadas conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.644/2013. O valor da parcela RWACPAD é calculado mensalmente com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

19.14. Gestão de Capital

Os principais objetivos, das empresas do Sistema BNDES, relacionados ao gerenciamento de capital são os seguintes:

- Manter uma sólida base de capital que suporte de forma efetiva o desenvolvimento de seus negócios;
- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera; e
- Assegurar rentabilidade compatível com os riscos assumidos pelo BNDES e por suas empresas controladas.

A adequação da estrutura de capital e o monitoramento dos limites relacionados ao capital regulatório são realizados pelo BNDES por meio da implementação de processos, métodos e procedimentos originados das diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desse modo, a autoridade monetária exige que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN mantenham, permanentemente:

- Um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o risco de suas atividades e apurado segundo a Resolução CMN n.º 4.955/2021; e
- Requerimentos Mínimos de Capital em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apurados em conformidade com os artigos 4º ao 6º e 8º da Resolução CMN n.º 4.958/2021.

Dessa forma, com o objetivo de assegurar a compatibilidade entre o capital mantido pela instituição e o capital requerido para fazer frente aos riscos incorridos em suas atividades, todas as exposições a risco provenientes das operações da BNDESPAR estão inseridas nas parcelas componentes do capital regulamentar do BNDES conforme determinado pela legislação vigente. Por outro lado, os ativos da BNDESPAR são considerados, pelo Método de Equivalência Patrimonial, parte integrante do capital mantido pelo BNDES e reportado em suas demonstrações consolidadas.

Adicionalmente, cabe destacar que todos os limites regulamentares apurados pelo BNDES, notadamente aqueles relacionados às exposições aos diferentes riscos, incluem as operações realizadas pela BNDESPAR. De modo semelhante, os indicadores gerenciais monitorados mensalmente para o acompanhamento das exposições permitem tanto a avaliação por empresa do conglomerado econômico financeiro quanto às análises em bases consolidadas.

19.15. Informações por segmento

A BNDESPAR é uma subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e tem sua atuação pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com seu controlador, direcionadas a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais por meio de instrumentos de renda variável, notadamente, de participações societárias.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro. Da mesma forma, a gestão financeira, incluindo a captação de recursos, a alocação de *fundings* entre os segmentos operacionais e o gerenciamento das disponibilidades, é feita de forma consolidada no Sistema BNDES, através da gestão integrada de ativos e passivos financeiros (*Asset Liability Management* - “ALM”).

Neste contexto, o desempenho dos segmentos de negócio é acompanhado e avaliado sob a ótica do Sistema, conforme informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.

O Sistema BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do Sistema BNDES são classificados em: (i) “Financiamento”; (ii) “Participações Societárias”; e (iii) “Tesouraria / ALM”.

As operações da BNDESPAR, majoritariamente representadas por participações societárias e cotas de fundos de participações, integram o segmento de “Participações Societárias” do Sistema BNDES. Uma parcela menor de seus ativos, representada por operações de aquisição/subscrição de debêntures e venda a prazo de títulos e valores mobiliários, compõe o segmento de “Financiamento”. Portanto, considerando que a gestão por segmentos não se dá por subsidiária, mas sim de forma consolidada no Sistema BNDES, conforme possibilitado pelo CPC 22 a informação da BNDESPAR está contemplada nos segmentos de “Participações Societárias” e “Financiamento” constantes da nota explicativa “Informação por Segmento” divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.

19.16. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME com o objetivo de racionalização de custos, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo as despesas tributárias.

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa nos exercícios de 2021 e 2020 foram:

	2021		2020	
	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio
BNDES	9.495.345	61%	8.636.107	55%
BNDESPAR	4.030.493	26%	4.916.411	31%
FINAME	2.047.319	13%	2.226.268	14%
Total do Sistema	15.573.157		15.778.786	

19.17. Pronunciamentos, Orientações e Interpretações (normas) emitidos pelo CPC

- (a) Normas contábeis emitidas e aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021





Revisão 15 – Revisão de Pronunciamentos Técnicos

Alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da “Reforma da Taxa de Juros de Referência” – Fase 1, decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

A Fase 2 da Reforma, refere-se a mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento por outra taxa de juro equivalente, novos requisitos de *Hedge accounting*, e divulgações adicionais sobre os riscos e transição às novas taxas, aplicando-se aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.

(b) Normas contábeis emitidas e/ou revisadas e aplicáveis em períodos futuros

A lista a seguir traz nova norma e/ou revisão emitida e não adotada até o período findo em 31 de dezembro de 2021.

CPC 11 – Contratos de seguro

O pronunciamento será substituído por outro, equivalente ao IFRS 17. A norma descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O Modelo Geral utilizará premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensurará explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.

Este pronunciamento é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, e sua adoção é retrospectiva.

Não são esperados impactos quando da adoção desta norma na BNDESPAR.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: contratos onerosos

Esclarece sobre quais custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso.

A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, e sua adoção é retrospectiva. Não são esperados impactos quando da adoção desta norma na BNDESPAR.

CPC 27 – Ativo Imobilizado: receitas antes do uso pretendido

Altera o reconhecimento de receita de venda na demonstração do resultado no processo de construção de ativo imobilizado para o uso pretendido.

A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, e sua adoção é retrospectiva. Não são esperados impactos quando da adoção desta norma na BNDESPAR.

CPC 15 - Combinação de Negócios: atualização na referência à Estrutura Conceitual

Atualização na referência à Estrutura Conceitual, sem alterar significativamente seus requisitos. A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022.

Não são esperados impactos quando da adoção desta norma na BNDESPAR.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Passivo em Circulante ou Não Circulante

Orientações da norma sobre se um Passivo deve ser classificado como Circulante ou Não Circulante.

A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, e sua adoção é retrospectiva. Os impactos quando da adoção desta norma na BNDESPAR ainda estão sendo avaliados pela administração.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Serfaty - Presidente
Walter Baere de Araújo Filho
Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz
Sônia Aparecida Consiglio
Pedro Maciel Capeluppi
Marcelo Pacheco dos Guimarães
João Laudo de Camargo
Heloisa Belotti Bedicks
Fábio de Barros Pinheiro
Joisa Campanher Dutra Saraiva

CONSELHO FISCAL

Pricilla Maria Santana – Presidente
Marília Moreira Garcez
Diogo Mac Cord de Faria
Antônio Simões Branco Junior - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente
Maria Salete Garcia Pinheiro
Paulo Marcelo de Miranda Serrano

DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano - Presidente
Bianca Nasser Patrocínio
Bruno Caldas Aranha
Bruno Laskowsky
Claudemir Brito Pereira
Fábio Almeida Abrahão
Ricardo Wering de Barros
Rodrigo Donato de Aquino
Saulo Benigno Puttini
Solange Paiva Vieira

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Patrícia da Silva Barros

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva – CRC RJ 097.092/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos

Acionistas, conselheiros e administradores da BNDES Participações S.A.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização e reconhecimento de ativos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas de nº 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4, 4.1, 4.2, 5, 6, 7, 8.1 e 8.2, a Companhia mantém ativos financeiros, classificados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado (VDRE) e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), que totalizam R\$ 102.427.020 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 104.962.776 mil em 31 de dezembro de 2020). Determinados instrumentos financeiros avaliados ao valor justo em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 5.569.005 mil (R\$ 6.893.992 mil em 2020), e que correspondem a 5,44% do ativo total (6,57% em 2020), estão sujeitos a um nível maior de incerteza, uma vez que a Companhia faz uso de diferentes técnicas de avaliação que envolvem premissas com certo grau de subjetividade, além de premissas próprias da administração para estimativa desses valores, que poderiam ser modificados significativamente em virtude dos valores e prazos previstos para realização desses instrumentos financeiros. Dessa forma, esse assunto foi, novamente, considerado como significativo e crítico para a nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com base em nossos procedimentos de auditoria, verificamos os principais controles estabelecidos para a valorização desses instrumentos financeiros, bem como a aprovação dos respectivos modelos pela administração da Companhia. Selecionamos uma amostra dos citado instrumentos financeiros e adotamos a seguinte abordagem: (a) com o apoio de nossos especialistas internos, analisamos a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas adotadas pela administração em relação à metodologia e premissas independentes usualmente praticadas no mercado; (b) comparamos os resultados obtidos com os valores apurados pela Companhia; (c) realizamos o recálculo das provisões para perdas de crédito esperadas com base nos modelos de negócios implementados; e; (d) verificamos os registros contábeis dessas provisões para perdas de crédito esperadas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, revisamos o valor justo de instrumentos financeiros híbridos sujeitos a um nível maior de incerteza, em virtude da dependência de técnicas de avaliação baseadas em modelos internos da Companhia, com utilização de premissas complexas e subjetivas. Nossos procedimentos incluíram, também, a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia às demonstrações financeiras descritas nas referidas notas explicativas.

Com base na abordagem da nossa auditoria, nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis as premissas e a metodologia utilizadas pela administração da Companhia para a mensuração e apresentação dos instrumentos financeiros, seus respectivos registros contábeis e a divulgação no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1

PARECER CONSELHO FISCAL (Nº. 01 /2022)

O Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (CNPJ: 00.383.261/0001-09 e NIRE 533.0000.2371), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 51, inciso I do Estatuto da BNDESPAR, c/c Art. 163, incisos II e VII da Lei Nº 6.404/1976, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, e, com base em seu exame e nas avaliações precursoras, a saber: i) Informação Padronizada ACO/DEPCO nº 02/2022, e respectivos anexos, que assinalou terem sido as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como com as práticas contábeis específicas determinadas no Caderno de Práticas Contábeis do Sistema BNDES e foram examinadas pela Grant Thornton Auditores Independentes; ii) Nota Referencial AJ1/JUFIT 02/2021, a qual expõe as orientações jurídicas gerais direcionadas aos Departamentos responsáveis por elaborar e por encaminhar as demonstrações financeiras das empresas do Sistema BNDES às alçadas decisórias competentes; iii) Relatório Comitê de Auditoria do Sistema BNDES – 2º Semestre de 2021, de 22/02/2022, que concluiu que as Demonstrações Financeiras das empresas do Sistema BNDES, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira das instituições em seus aspectos relevantes; e iv) Relatório dos Auditores Externos GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES, de 24/02/2022, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDESPAR em 31/12/2021, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Na mesma ocasião, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 51, inciso II do Estatuto da BNDESPAR, c/c Art. 163, inciso III da Lei Nº 6.404/1976, o Conselho Fiscal também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e do saldo das contas de lucros acumulados, no montante de R\$ 19.655.363.464,02 (dezenove bilhões, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e três mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e dois centavos),

já contemplada nas referidas demonstrações financeiras, a seguir discriminada:

- 5%, correspondentes a R\$ 982.768.173,20 (novecentos e oitenta e dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil, cento e setenta e três reais e vinte centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- reversão de Reserva Estatutária, com a finalidade de compatibilização de práticas contábeis, no montante de R\$ 1.687.248.137,52 (um bilhão, seiscentos e oitenta e sete milhões, duzentos e quarenta e oito mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos);
- 25% do lucro líquido ajustado, após constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 4.668.148.822,71 (quatro bilhões, seiscentos e sessenta e oito milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos), a título de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$ 15.691.694.605,63 (quinze bilhões, seiscentos e noventa e um milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, seiscentos e cinco reais e sessenta e três centavos), a título de dividendos complementares.

Examinou, outrossim, tendo em vista o disposto no art. 4º, §5º, inciso V, da Resolução CMN nº 4.842/2020, o Estudo Técnico sobre as obrigações e créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e, com base em seu exame, entende que os créditos tributários da BNDESPAR, em 31/12/2021, estão registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 599/2009, bem como com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de fevereiro de 2022

Pricilla Maria Santana

Diogo Mac Cord de Faria

Marília Moreira Garcez





MINISTÉRIO DA ECONOMIA



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA BNDDES PARTICIPAÇÕES S/A – BNDESPAR 2º SEMESTRE 2021

O Comitê de Auditoria realizou 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias e 6 (seis) reuniões extraordinárias no período de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021, e participou das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscais das três companhias que compõem o Sistema BNDDES, além de reuniões com as Diretorias Executiva e com o Comitê de Riscos, e de ter cumprido jornadas individuais previstas em seu Regimento Interno. No decorrer do semestre, desenvolveu atividades relacionadas à assessoria ao Conselho de Administração no que se refere à avaliação do sistema de controles internos, da gestão de riscos, das auditorias e da qualidade das demonstrações financeiras e ao acompanhamento da implementação de ações de aperfeiçoamento dos processos corporativos e da correção de fragilidades e de falhas pontuais.

Ao emitir o relatório semestral, o Comitê de Auditoria considerou, em consonância com as normas aplicáveis, que compete aos auditores externos auditar e emitir opinião independente sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela BNDDES Participações S/A - BNDESPAR, sustentada em procedimentos legais e nas normas geralmente aceitas de contabilidade e auditoria e, à Auditoria Interna, monitorar, avaliar e aferir, de forma independente da Diretoria e dos gestores de negócios, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos da BNDDES Participações S/A - BNDESPAR.

O Comitê de Auditoria avaliou a efetividade do sistema de controles internos da BNDDES Participações S/A – BNDESPAR e das auditorias interna e externas e revisou as demonstrações contábeis, nos limites de sua competência legal, concluindo que:

- a) O sistema de controles internos da BNDDES Participações S.A - BNDESPAR mostra-se capaz de identificar fatores adversos relevantes e de permitir ações corretivas tempestivas pela Administração. As falhas e fragilidades detectadas nos processos corporativos não comprometem a saúde econômica e financeira do BNDDES Participações - BNDESPAR no curto prazo e podem ser corrigidas no curso normal das operações. A despeito disso, o Comitê entende que a Diretoria deve continuar investindo no aprimoramento dos processos corporativos e na atualização tecnológica, a fim de proporcionar uma gestão mais eficiente dos processos internos e a mitigação de riscos relevantes inerentes aos negócios;
- b) A Auditoria Interna é independente, atua com apoio do Conselho de Administração e possui estrutura e recursos adequados para o desempenho da função. No período em pauta, concentrou esforços na realização de trabalhos previstos no Plano Anual de Atividades - PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Controladoria Geral da União - CGU, e os decorrentes de demandas legais;
- c) Não foram encontradas evidências que pudessem comprometer a independência e a efetividade da atuação da Grant Thornton Auditores Independentes na prestação dos serviços de auditoria externa contratados para a BNDDES Participações S/A – BNDESPAR, tendo a companhia cumprido os cronogramas de realização das revisões das demonstrações financeiras e os trabalhos realizados no período mostraram-se adequados às necessidades da BNDDES Participações S/A.
- d) A Ouvidoria atua de forma efetiva, dando o devido tratamento às mensagens e denúncias recebidas, acompanhando

a solução dos problemas a ela encaminhados e elaborando adequadamente os relatórios de atividades, que são avaliados pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração;

- e) A Instituição mantém planos de benefícios definidos administrados por entidade fechada de previdência privada, avaliando o Comitê que é necessário manter o acompanhamento sistemático sobre os parâmetros dos cálculos atuariais, a performance do valor justo dos ativos, a gestão de investimentos e os resultados do plano de benefício (PBB), bem como do Plano de Assistência e Saúde (PAS), reforçando o processo de supervisão, sob responsabilidade da Diretoria Executiva da BNDDES Participações S/A - BNDESPAR, não apenas para solução de apontamentos emitidos pela Auditoria Interna, mas também para aprimorando da governança e das práticas de supervisão, alinhando-as as melhores práticas de mercado
- f) As Demonstrações Contábeis da BNDDES Participações S/A - BNDESPAR, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira da instituição em seus aspectos relevantes;
- g) A Política de Transações com Partes Relacionadas é revista anualmente, sendo devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, não tendo o Comitê de Auditoria tomado conhecimento de transações efetivadas no período que estejam em desacordo com as normas pertinentes e a política aprovada, tendo a Auditoria Interna identificado oportunidades de melhoria no ambiente de controle e governança do processo corporativo relacionadas à identificação e reporte das transações com partes relacionadas que estão em fase de implementação pela Instituição; e
- h) Não há situações relevantes nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Contábeis da BNDDES Participações S/A - BNDESPAR, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria ao reconhecer que todos os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 da BNDDES Participações S/A – BNDESPAR, acompanhados dos Relatórios dos Auditores Independentes que serão emitidos sem ressalvas, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Fábio de Barros Pinheiro

Membro do Comitê de Auditoria – Presidente/Coordenador

Maria Salete Garcia Pinheiro

Membro do Comitê de Auditoria

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

Membro do Comitê de Auditoria

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE E SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Interessada: **BNDDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR**
C.N.P.J.: 00.383.281/0001-09 NIRE: 533.0000.2371
Avenida República do Chile, 100 - parte 20031-917 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2021 e Relatório dos Auditores Externos.

Referência: ARTIGO 25, §1º, V E VI, da INSTRUÇÃO CVM Nº 480, de 07.12.2009; INFORMAÇÃO PADRONIZADA ACO/DEPCO nº 02/2022 de 18/02/2022 e

PARECER sobre as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS emitido por GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES. A Diretoria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 43, inciso XIV do Estatuto da BNDESPAR, declara que:

- (i) reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Externos GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e
- (ii) reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da BNDDES Participações S.A. - BNDESPAR, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

Gustavo Henrique Moreira Montezano – Presidente

Ricardo Wering de Barros

Rodrigo Donato de Aquino

Bianca Nasser Patrocínio

Bruno Laskowsky

Fábio Almeida Abrahão

Saulo Benigno Puttini

Solange Paiva Vieira

Bruno Caldas Aranha

Claudenir Brito Pereira

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – FINAME Exercício de 2021

SENHOR ACIONISTA E DEMAIS INTERESSADOS:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

1. FINAME

A FINAME, criada em 1966, é uma empresa pública federal, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDDES), dedicada ao financiamento à produção e comercialização de máquinas e equipamentos.

A FINAME atua através de repasse de seus recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas com o objetivo de atender às exigências financeiras da comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no País, concorrer para expansão da produção nacional de máquinas e equipamentos, mediante facilidade de crédito aos respectivos produtores e aos usuários, financiar a importação de máquinas e equipamentos industriais não produzidos no País e financiar e fomentar a exportação de máquinas e equipamentos industriais de fabricação brasileira.

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2021 foi caracterizado pelo combate à pandemia do novo coronavírus, com a recuperação do dinamismo econômico acontecendo a partir do avanço na vacinação e das ações anticíclicas colocadas em prática por diferentes países. A retomada aconteceu de forma irregular, sujeita a retrocessos com o surgimento de novas variantes e de surtos localizados, e de forma desigual por setores e por regiões geográficas.

Estados Unidos e China foram os principais motores da economia mundial em 2021, com crescimento no ano da ordem de 6% e de 8% respectivamente. Os dois países se separaram com reveses ao longo do ano: os EUA enfrentaram momentos de recrudescimento da pandemia com a chegada da variante delta, no terceiro trimestre; e a China defrontou-se com as crises domésticas nos setores de construção, de logística e de energia.

A recuperação da atividade foi acompanhada em todo o mundo por uma elevação nos preços ao produtor e ao consumidor. Além da retomada das atividades, que trouxe consigo um aumento na demanda por bens e serviços, o fenômeno inflacionário global foi acentuado pelo surgimento de gargalos produtivos, originados na escassez de insumos (inclusive mão-de-obra), em dificuldades na logística internacional, e na desorganização das cadeias produtivas, em especial aquelas mais internacionalizadas.

Dada a implementação de instrumentos variados de mitigação dos efeitos da pandemia sobre a renda disponível das populações em diversos países, houve também uma elevação na dívida pública em âmbito mundial. Esse aspecto, junto com a perspectiva cada vez mais próxima, em função da inflação alta, de elevação nos juros internacionais, se traduziu em um ambiente externo crescentemente desafiador para os países em desenvolvimento em 2021.

O Brasil está inserido nesse contexto geral. Estima-se que o crescimento do PIB em 2021 tenha sido ao redor de 4,5% (Relatório Focus do Banco Central de 7 de janeiro de 2022). Ao mesmo tempo, a crise hídrica e o padrão heterogêneo da retomada da economia brasileira contribuíram para elevações representativas nos preços de certos grupos de produtos, bens e serviços no país ao longo de 2021. A inflação medida pelo IPCA alcançou 10,06% no ano. Para moderar o ritmo de alta nos preços, a Selic (taxa de juros de referência do Bacen), que iniciou 2021 a 2,0% ao ano, foi sendo progressivamente elevada a partir de março, encerrando 2021 a 9,25% ao ano. O Real desvalorizou-se em cerca de 7% em 2021.

O avanço da vacinação a partir do segundo trimestre de 2021 trouxe a queda dos casos e óbitos por covid-19 no Brasil e, com o aumento da mobilidade e a normalização das atividades econômicas, os impactos positivos chegaram ao mercado de trabalho. A taxa de desemprego, que atingiu 14,9% no primeiro trimestre do ano, passou a cumprir trajetória cadente a partir de abril, ficando em 12,1% no trimestre encerrado em outubro de 2021, com 12,9 milhões de pessoas desocupadas (dados disponibilizados pelo IBGE em 28/12/2021).

Na comparação com o trimestre encerrado em outubro de 2020, o contingente de ocupados no país aumentou em 8,7 milhões de trabalhadores. O nível de ocupação subiu para 54,6% no trimestre encerrado em outubro de 2021, o maior desde o início da pandemia. O trabalho informal teve contribuição relevante para o aumento da população ocupada: os trabalhadores por conta própria compõem a categoria que mais se expandiu na variação em um ano (mais 3,5 milhões). Em seguida, estão os empregados com carteira assinada (mais 2,6 milhões), e os trabalhadores sem carteira assinada (mais 2,0 milhões).

Apesar do quadro geral de recuperação econômica no Brasil em 2021, os dados do segundo semestre da atividade econômica indicam uma desaceleração na indústria e no comércio. Parte disso se deve, na indústria, a dificuldades de normalização da produção em virtude da já referida desorganização das cadeias de suprimento globais, que deve persistir até meados de 2022. No comércio, pesa o efeito do deslocamento da demanda por bens para o setor de serviços, devido à reabertura da economia. Observa-se ainda uma deterioração do consumo das famílias em virtude do baixo dinamismo da massa de rendimento real, com recuo de 1,9% na comparação do trimestre encerrado em outubro de 2021 com aquele encerrado em outubro de 2020. Ainda não está claro qual será o ritmo de crescimento em 2022. De um lado, espera-se a continuidade da normalização das atividades e da melhora gradual do nível de ocupação, com os serviços seguindo como o principal setor a contratar mão-de-obra; de outro, acumulam-se fatores de incerteza, como a aversão ao risco dos mercados internacionais influenciando o dólar, a inflação, e a política monetária doméstica. Persiste ainda algum risco de novas ondas de contágio pelo coronavírus com o aparecimento de novas variantes, como no caso da ômicron. A mediana das estimativas de mercado para o PIB do Brasil em 2022 está em 0,28% (Relatório Focus, de 07/01/2022).

A procura por recursos do BNDDES manteve-se relativamente estável em 2021. Para 2022, de forma a proporcionar caminhos para uma retomada da economia sustentável a médio e longo prazo e com aumento de emprego, o nível de investimentos no Brasil deve se expandir, e com ele a demanda por recursos do Banco. As iniciativas do Governo Federal nas concessões e privatizações e em prol de melhorias no ambiente de negócios vêm contribuindo para o aumento no nível esperado de inversões nos setores de infraestrutura no Brasil, o que traz ganhos de produtividade e competitividade sistêmica. Uma recuperação duradoura do dinamismo, é fundamental, portanto, a realização de aportes em máquinas, equipamentos e instalações, para o qual o BNDDES contribui com crédito às grandes empresas, apoiando a atualização, renovação e expansão do parque industrial de bens de capital em segmentos industriais variados; e também às MPME, que são importantes geradoras de emprego no país. O BNDDES continuará a aperfeiçoar sua parceria com as instituições públicas e privadas e com as empresas brasileiras para a promoção do desenvolvimento sustentável, com geração de empregos e realização de investimentos no país. Esse cenário geral indica que a demanda por recursos do BNDDES crescerá em 2022.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO



A FINAME registrou incremento de 161,4% no lucro de 2021 em relação ao ano anterior, decorrente, principalmente, de reversão de provisão para risco de crédito, oriunda da melhora da classificação de risco de empresas do setor aéreo e de recuperações de crédito. Ademais, o lucro foi impactado pela redução das despesas gerais, administrativas e outras, em especial da provisão para processos contenciosos judiciais e administrativos e provisão para ajuste de investimento (*impairment*), ambas registradas somente em 2020.

As informações financeiras detalhadas a seguir, bem como os principais indicadores apresentados, foram preparadas de acordo com as disposições da legislação societária e das normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, bem como subsidiariamente com as normas não conflitantes da Comissão de Valores Mobiliários.

3.1. Principais Indicadores

R\$ milhões, exceto percentuais

Resultado	2021	2020	(%)
Produto de Intermediação Financeira	1.816	2.047	(11,3)
Provisão para Risco de Crédito (PRC)	462	(469)	(198,5)
Despesas Administrativas e Gerais	(311)	(722)	(56,9)
Despesas Tributárias	(93)	(97)	(4,5)
Tributos sobre o Lucro	(879)	(356)	146,9
Participação dos Empregados no Lucro	(33)	(35)	(5,7)
Lucro (Prejuízo) Líquido (LL)	962	368	161,4

Posição Financeira	2021	2020	(%)
Ativo Total (AT)	94.069	90.090	4,4
Carteira de Crédito e Repasses, líquida	89.977	88.552	1,6
Disponibilidades	2.613	276	846,7
Créditos perante o Tesouro Nacional	900	595	51,3
Outros Ativos	579	667	(13,2)
Mútuos BNDDES	76.791	73.795	4,1
Outras Obrigações	1.607	1.485	(8,2)
Patrimônio Líquido (PL)	15.671	14.810	5,8

Índices Financeiros	2021	2020
Índice de Inadimplência (30 dias)	0,00%	0,00%
Provisão/Carteira Total	0,74%	0,99%
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	16,66%	16,44%

3.2. Resultado

A FINAME registrou lucro líquido de R\$ 962 milhões em 2021, o que representou um aumento de R\$ 594 milhões (161,4%) em relação a 2020, devido, principalmente, à reversão de provisão para risco de crédito e à redução das despesas gerais e administrativas.

O resultado com provisão para risco de crédito passou de uma despesa de R\$ 469 milhões em 2020 para uma receita de R\$ 462 milhões em 2021, sobretudo, em razão da melhora da classificação de risco de empresas do setor aéreo e de agentes financeiros, bem como da recuperação de créditos no ano.

A redução de R\$ 411 milhões nas despesas gerais e administrativas em comparação com 2020 decorre, em parte, de registro de provisão para processos contenciosos judiciais e administrativos e de provisão para ajuste de investimentos naquele ano. Ademais, em 2021 houve revisão da participação da FINAME no rateio das despesas administrativas do Sistema BNDDES, apurado com base no resultado de intermediação financeira do ano anterior, de 14% em 2020 para 13% em 2021, com impacto na redução das despesas com pessoal e nas outras despesas gerais e administrativas.

As despesas tributárias, as quais referem-se basicamente a PIS e COFINS sobre o produto da intermediação financeira, às alíquotas de 0,65% e 4%, permaneceram estáveis entre os exercícios.

Em relação aos tributos sobre o lucro, observa-se incremento de R\$ 522 milhões (146,4%) em relação a 2020, seguindo a tendência do resultado antes da tributação. Adicionalmente, a majoração da alíquota da CSLL, de 20% para 25% no segundo semestre de 2021, também contribuiu para o aumento da despesa de tributos sobre o lucro em relação ao exercício anterior. Os créditos tributários registrados em 2021 estão relacionados, principalmente, à despesa com provisão para risco de crédito.

3.3. Posição Financeira

O ativo total alcançou R\$ 94,069 bilhões em 31/12/2021, registrando aumento de R\$ 3,979 bilhões (4,4%) em relação ao saldo em 31/12/2020, decorrente principalmente do crescimento das disponibilidades e da carteira de crédito e repasses.

O crescimento das disponibilidades é explicado pelo retorno da carteira e por ingressos de recursos oriundos do mútuo com o BNDDES, atenuado pelas liberações de crédito no período.

A carteira de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito, alcançou R\$ 89,977 bilhões em 31/12/2021, dos quais R\$ 62,803 bilhões (69,8%) representados por operações indiretas, cujo risco de crédito é assumido pelos agentes financeiros repassadores de recursos, e R\$ 27,173 bilhões (30,2%), por operações diretas, com risco da FINAME.

O incremento de R\$ 1,425 bilhão (1,6%) da carteira reflete apropriação de juros e variação cambial (R\$ 6,4 bilhões), atenuado pelo retorno líquido das operações (recebimentos superiores aos desembolsos) de R\$ 5,3 bilhões.

Reflexo do contínuo compromisso e zelo na aplicação dos recursos públicos, a carteira de operações de crédito e repasses da FINAME permanece com excelentes indicadores. Do total da carteira, 99,96% estão classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco. Essa posição é superior à média de 91,9% do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para a última data disponível (30/09/2021). Em 31/12/2021, a FINAME não apresentava créditos inadimplentes em sua carteira de crédito e repasses, e a inadimplência média do SFN foi de 2,30%.

Os direitos vinculados ao Tesouro Nacional (TN) representam valores a receber referentes à equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e PSI. O aumento de R\$ 305 milhões (51,3%) em 2021 decorre do reconhecimento de direitos a receber em volume superior aos pagamentos realizados pelo Tesouro Nacional.

Quanto às fontes de recursos, em 31/12/2021 os mútuos com o BNDDES representavam a única dívida onerosa da FINAME. O incremento de R\$ 2,996 bilhões (4,1%) do saldo neste ano reflete o ingresso de R\$ 3,000 bilhões em recursos, juros e atualização monetária de R\$ 5,317 bilhões e o efeito da valorização cambial de R\$ 1,691 bilhão nos contratos em moeda estrangeira, resultante da valorização do dólar norte-americano no exercício. Tais efeitos foram atenuados por liquidações de principal e juros de R\$ 7,012 bilhões.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 15,671 bilhões em 31/12/2021, um crescimento de R\$ 861 milhões (5,8%) no ano, decorrente, principalmente, do lucro líquido de R\$ 962 milhões, atenuado pelo registro dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício no montante de R\$ 228 milhões.

A proposta de distribuição do lucro líquido de 2021 contempla:

- ✓ constituição de reserva legal, no montante de R\$ 48 milhões;
- ✓ proposta de dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, no valor de R\$ 228 milhões; e
- ✓ proposta de dividendos complementares, equivalentes a 75% do lucro líquido ajustado, no montante de R\$ 686 milhões.

4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo indispensável apoio e confiança.

¹ Na data base de 31/12/2021.





MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		26.167.730	23.708.949
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	7	2.613.383	275.920
Aplicações em operações compromissadas		2.613.383	275.920
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	8	60.696	45.463
Títulos públicos		41.097	36.532
Cotas de fundos de investimento		19.599	8.931
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3	20.002.503	20.400.710
Repasse interfinanceiros		20.076.538	20.485.344
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(74.035)	(84.634)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3	3.477.562	2.979.904
Operações de crédito		3.533.664	3.058.470
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(56.102)	(78.566)
OUTROS CRÉDITOS		13.586	6.952
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações		6.135	-
Diversos		7.451	6.952
ATIVO NÃO CIRCULANTE		67.901.641	66.381.427
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		67.901.641	66.381.427
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3	42.995.548	44.776.984
Repasse interfinanceiros		43.154.688	44.962.745
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(159.140)	(185.761)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3	23.501.368	20.394.606
Operações de crédito		23.880.508	20.932.317
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(379.140)	(537.711)
OUTROS CRÉDITOS		1.404.725	1.209.837
Créditos tributários	9.2	501.451	611.842
Direitos vinculados ao Tesouro Nacional	4	900.419	595.271
Incentivos fiscais		2.150	2.150
Diversos		705	574
TOTAL DO ATIVO		94.069.371	90.090.376

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Nota Explicativa	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		2.233.427	1.953.946
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	5	1.127.302	1.060.591
Repasse com o BNDDES		1.127.302	1.060.591
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.106.125	893.355
Fundos financeiros e de desenvolvimento		51.733	25.408
Dividendos a pagar	6.3	228.580	87.286
Impostos e contribuições sobre o lucro		662.091	619.597
Provisões trabalhistas e cíveis	10	11.136	8.473
Outros impostos e contribuições		29.773	24.544
Passivo atuarial	11.1 e 12.4	2.174	10.168
Vinculadas ao Tesouro Nacional	12.2	39.336	38.971
Depósitos a apropriar		81.299	78.856
Diversas		76.165.217	73.326.096
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		75.663.289	72.734.010
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	5	75.663.289	72.734.010
Repasse com o BNDDES		75.663.289	72.734.010
OUTRAS OBRIGAÇÕES		501.928	592.086
Fundos financeiros e de desenvolvimento		222.586	195.252
Provisões trabalhistas e cíveis	10	7.104	6.300
Passivo atuarial	11.1 e 12.4	268.532	390.534
Impostos e contribuições diferidos	9.2	3.706	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6	15.670.727	14.810.334
Capital social		14.184.281	14.184.281
Reservas de lucros		1.499.288	765.429
Reserva legal		530.161	482.039
Reserva de incentivos fiscais		21.534	21.534
Remuneração adicional proposta		947.593	261.856
Ajustes de avaliação patrimonial		(12.842)	(139.376)
Própria		(12.842)	(139.376)
TOTAL DO PASSIVO		94.069.371	90.090.376

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	2º Semestre de 2021	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.326.146	8.833.913	10.358.305
Operações de crédito e repasses interfinanceiros				
. Moeda nacional		3.329.426	6.171.045	4.641.796
. Moeda estrangeira		2.905.700	2.522.925	5.648.849
Resultado com títulos e valores mobiliários		91.020	139.943	67.660
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(5.159.036)	(6.555.429)	(8.779.752)
Repasse				
. Moeda nacional		(2.710.516)	(4.986.632)	(3.175.219)
. Moeda estrangeira		(2.664.072)	(2.030.534)	(5.113.673)
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.7	215.552	461.737	(468.766)
Reversão (constituição)		(27.859)	218.255	(473.159)
Recuperação de créditos baixados		243.411	243.482	4.393
Resultado da carteira de câmbio		-	-	(22.094)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.167.110	2.278.484	1.578.553
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(213.801)	(404.436)	(818.924)
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	-	(53.235)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	10	(199)	(756)	(502)
Despesas tributárias		(51.264)	(93.024)	(97.424)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio		255	(513)	(14.915)
Despesas com pessoal		(142.885)	(267.277)	(278.279)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		9.924	10.668	3.473
Despesas administrativas		(23.924)	(39.877)	(33.126)
Outras despesas operacionais		(17.169)	(25.149)	(346.821)
Outras receitas operacionais		11.461	11.492	1.905
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		953.309	1.874.048	759.629
Imposto de renda	9.1	(238.700)	(408.064)	(419.131)
Contribuição social	9.1	(232.868)	(368.403)	(320.008)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	9.2	11.558	(102.178)	382.114
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS		493.299	995.403	402.604
Participação nos resultados		(32.964)	(32.964)	(35.087)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		460.335	962.439	367.517
Quantidade de Ações		589.580.236	589.580.236	589.580.236
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		0,780784	1,632414	0,623354

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2º Semestre de 2021	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	460.335	962.439	367.517
Outros resultados abrangentes			
Itens que serão subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos próprios	-	-	8.310
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Outros resultados abrangentes - Ganhos ou perdas atuariais do plano de benefício pós-emprego - próprio	69.947	126.534	23.796
Efeito fiscal	82.186	138.453	27.647
	(12.239)	(11.919)	(3.851)
Total de Outros Resultados Abrangentes	69.947	126.534	32.106
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	530.282	1.088.973	399.623

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Capital social		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital	Aumento de capital em curso	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Remuneração adicional proposta	Reserva de incentivos fiscais	De ativos próprios		
Em 1º de janeiro de 2020		12.833.987	885.425	463.664	464.869	724.192	21.534	(171.482)	-	15.222.189
Aumento de capital		1.350.294	(885.425)	-	(464.869)	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	6.3	-	-	-	-	(724.192)	-	-	-	(724.192)
Ajustes de avaliação patrimonial	6.2	-	-	-	-	-	-	32.106	-	32.106
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	367.517	367.517
Destinação do resultado	6.4									
. Reserva legal		-	-	18.375	-	-	-	-	(18.375)	-
. Remuneração adicional proposta - dividendos complementares		-	-	-	-	261.856	-	-	(261.856)	-
. Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(87.286)	(87.286)
Em 31 de dezembro de 2020		14.184.281	-	482.039	-	261.856	21.534	(139.376)	-	14.810.334
Mutações no exercício		1.350.294	(885.425)	18.375	(464.869)	(462.336)	-	32.106	-	(411.855)
Em 1º de janeiro de 2021		14.184.281	-	482.039	-	261.856	21.534	(139.376)	-	14.810.334
Ajustes de avaliação patrimonial	6.2	-	-	-	-	-	-	126.534	-	126.534
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	962.439	962.439
Destinação do resultado	6.4									
. Reserva legal		-	-	48.122	-	-	-	-	(48.122)	-
. Remuneração adicional proposta - dividendos complementares		-	-	-	-	685.737	-	-	(685.737)	-
. Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(228.580)	(228.580)
Em 31 de dezembro de 2021		14.184.281	-	530.161	-	947.593	21.534	(12.842)	-	15.670.727
Mutações no exercício		-	-	48.122	-	685.737	-	126.534	-	860.393
Em 1º de julho de 2021		14.184.281	-	482.039	-	261.856	21.534	(82.789)	502.104	15.369.025
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	69.947	-	69.947
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	460.335	460.335
Destinação do resultado	6.4									
. Reserva legal		-	-	48.122	-	-	-	-	(48.122)	-
. Remuneração adicional proposta - dividendos complementares		-	-	-	-	685.737	-	-	(685.737)	-
. Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(228.580)	(228.580)
Em 31 de dezembro de 2021		14.184.281	-	530.161	-	947.593	21.534	(12.842)	-	15.670.727
Mutações no semestre		-	-	48.122	-	685.737	-	69.947	(502.104)	301.702

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2º semestre de 2021	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social e participação nos resultados	953.309	1.874.048	759.629
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	(215.353)	(460.981)	522.503
Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(215.552)	(461.737)	468.766
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	199	756	502
Constituição (reversão) da provisão para ajuste de investimentos	-	-	53.235
Varição de ativos e obrigações	(1.561.248)	1.012.450	(2.154.968)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	(7.185.188)	(963.040)	501.338
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(127.192)	(327.146)	409.951
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	7.372.191	6.008.275	153.299
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	51.484	46.498	6.196
. Juros pagos - de repasses	(1.597.754)	(3.012.285)	(2.573.244)
. IR e CSLL pagos	(74.789)	(739.852)	(653.138)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(823.292)	2.425.517	(872.836)
Atividades de financiamentos			
. Dividendos pagos	-	(88.054)	(980.505)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	-	(88.054)	(980.505)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(823.292)	2.337.463	(1.853.341)
Modificação na posição financeira			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	3.436.675	275.920	2.129.261
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.613.383	2.613.383	275.920
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(823.292)	2.337.463	(1.853.341)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2º semestre de 2021	2021	2020
--	---------------------	------	------



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, com sede em Brasília, Distrito Federal, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, foi instituída pelo Decreto n.º 59.170, de 2 de setembro de 1966, e pelo Decreto-Lei n.º 45, de 18 de novembro de 1966, para gerir o fundo criado pelo Decreto n.º 55.275, de 22 de dezembro de 1964, prevalecendo em relação a ela, no que couber, os preceitos legais aplicados às instituições financeiras. Posteriormente, com o advento da Lei n.º 5.662, de 21 de junho de 1971, foi transformada em empresa pública. Em 1º de abril de 2014, pelo Decreto n.º 8.222, passou a ser constituída sob a forma de sociedade anônima.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil é no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país, a FINAME atua através de repasse de seus recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas.

Informações sobre as formas de atuação da FINAME podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 14 e por meio do seu site na internet (www.bnades.gov.br).

Coronavírus ("COVID-19")

O ano de 2021 foi caracterizado pelo combate à pandemia do novo coronavírus, com a recuperação do dinamismo econômico acontecendo a partir do avanço na vacinação e das ações anticíclicas colocadas em prática por diferentes países. A retomada aconteceu de forma irregular, sujeita a retrocessos com o surgimento de novas variantes e de surtos localizados, como ocorreu no quarto trimestre com a propagação da variante ômicron. No Brasil, o avanço da vacinação a partir do segundo trimestre de 2021 trouxe a queda dos casos e óbitos por COVID-19 e, com o aumento da mobilidade e a normalização das atividades econômicas, os impactos positivos chegaram também ao mercado de trabalho. Informações adicionais da carteira de operações de crédito e repasses podem ser observadas na Nota Explicativa n.º 3.5 e 3.8.

A Administração da FINAME não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis. Não obstante, seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado à COVID-19, de forma a refleti-los e/ou divulgá-los tempestivamente nas demonstrações financeiras, sobretudo acerca de mudanças de avaliação, recuperabilidade de ativos, mensuração do valor justo, passivos atuariais e provisões para perda esperada.

Ações do Sistema BNDES

O BNDES vem realizando diversas ações anticíclicas contra efeitos econômicos negativos da COVID-19, como a expansão da linha BNDES Crédito Pequenas Empresas, suspensão temporária de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES – *standstill*, concessão de apoio emergencial à saúde e o programa *Matchfunding* Salvando Vidas, entre outras ações que podem ser conhecidas através do site do BNDES <https://www.bnades.gov.br/wps/portal/site/home/bnades-contra-coronavirus>.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias da FINAME referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 21 de janeiro de 2022. O Conselho de Administração da FINAME, que possui o poder de alterá-las, posteriormente manifestou-se favoravelmente à emissão em 24 de janeiro de 2022.

A moeda funcional e de apresentação da FINAME é o Real (R\$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei n.º 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações, Lei n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016, normas do Banco Central do Brasil – BACEN, do Conselho Monetário Nacional – CMN – e, subsidiariamente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não conflitantes com as regulamentações do BACEN e CMN. Essas demonstrações estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas demonstrações financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão da FINAME.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da FINAME, uma vez que a Administração está convencida de que esta possui recursos para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as demonstrações financeiras no exercício corrente

Variações patrimoniais:

Os ativos totais apresentaram ténue aumento no exercício de 2021, decorrente principalmente, do incremento da carteira de crédito e repasses e dos direitos vinculados ao tesouro nacional.

O crescimento da carteira de crédito e repasses deve-se à novos desembolsos, à apropriação de encargos contratuais e variação cambial e à redução da provisão para risco de crédito. Estes efeitos foram atenuados por recebimentos de principal e juros. O saldo do mútuo com o BNDES acompanhou o acréscimo do ativo devido à apropriação de encargos contratuais e variação cambial.

O incremento no patrimônio líquido decorre essencialmente do lucro líquido do exercício.

Variações de resultado:

O aumento do resultado acumulado de 2021 em relação ao ano anterior deriva, substancialmente, da reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa proveniente da reclassificação de risco de empresas e da redução das despesas gerais e administrativas.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento das Demonstrações financeiras da FINAME, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza, quando comparado ao conjunto das demonstrações financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados da FINAME; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios da FINAME.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da FINAME, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

Informações das principais práticas contábeis podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 15 deste relatório.

3. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS

O tratamento contábil das operações de crédito e repasses interfinanceiros e da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD segue os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999. Para detalhes, vide Nota Explicativa n.º 15.5.

3.1. Composição das operações

	2021	2020
Operações de crédito	27.414.172	23.990.787
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(435.242)	(616.277)
Total de Operações de Crédito - líquidas de PCLD	26.978.930	23.374.510
Repasses interfinanceiros	63.231.226	65.448.089
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(233.175)	(270.395)
Total de Repasses Interfinanceiros - líquidas de PCLD	62.998.051	65.177.694
Total de Operações de Crédito e Repasses - líquidas de PCLD	89.976.981	88.552.204
Circulante	23.480.065	23.380.614
Não Circulante	66.496.916	65.171.590

3.2. Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	2021	2020
Sector Público		
Administração pública	3.586	4.130
Atividades empresariais	-	-
Intermediação financeira	8.785.191	12.485.499
Outros serviços	47	47
Total da carteira - Sector Público	8.788.824	12.489.676
Sector Privado		
Rural	318.616	95.699
Indústria	2.808.009	323.486
Comércio	45.641	-
Intermediação financeira	54.453.281	52.969.536
Outros serviços *	24.231.027	23.560.479
Total da carteira - Sector Privado	81.856.574	76.949.200
Total da carteira de Operações de crédito e Repasses antes da PCLD	90.645.398	89.438.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(668.417)	(886.672)
Total da carteira de Operações de créditos e Repasses líquida da PCLD	89.976.981	88.552.204

* Saldo majoritariamente composto por empresas de aviação.

3.3. Distribuição da carteira bruta por vencimento

	2021	2020
Vencido:	47.849	30.718
A vencer:		
Até 1 ano	23.562.353	23.513.096
Entre 1 e 2 anos	19.336.725	19.719.000
Entre 2 e 3 anos	15.195.767	15.489.324
Entre 3 e 5 anos	19.307.696	18.067.905
Entre 5 e 10 anos	12.253.657	11.898.817
Após 10 anos	941.351	720.016
Total	90.645.398	89.438.876

3.4. Concentração da carteira bruta

	2021				2020			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	14.369.338	52,4%	11.742.064	18,6%	13.570.088	56,6%	10.932.640	16,7%
10 seguintes maiores clientes	10.927.273	39,8%	39.756.729	62,8%	10.225.642	42,6%	42.789.658	65,4%
20 seguintes maiores clientes	1.472.169	5,4%	11.287.187	17,9%	194.224	0,8%	11.200.736	17,1%
50 seguintes maiores clientes	645.392	2,4%	445.246	0,7%	833	0,0%	525.055	0,8%
Total	27.414.172	100,0%	63.231.226	100,0%	23.990.787	100,0%	65.448.089	100,0%

3.5. Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

a) Operações de crédito

Nível de risco	Situação	Carteira Bruta		% Provisão	Provisão	
		2021	2020		2021	2020
AA	Adimplente	416.784	-	0,0	-	-
A	Adimplente	2.458.633	343.126	0,5	(12.293)	(1.716)
B	Adimplente	16.236.223	4.929.363	1,0	(162.362)	(49.294)
C	Adimplente	8.271.610	18.714.465	3,0	(248.148)	(561.434)
E	Adimplente	26.405	-	30,0	(7.922)	-
H	Adimplente	4.517	3.833	100,0	(4.517)	(3.833)
Total		27.414.172	23.990.787		(435.242)	(616.277)
Circulante		3.533.664	3.058.470		(56.102)	(78.566)
Não circulante		23.880.508	20.932.317		(379.140)	(537.711)

Durante o exercício de 2020, em decorrência das condições adversas geradas pela pandemia do Coronavírus na Economia, houve rebaiamentos de risco, com destaque para empresas/entes que foram fortemente afetados. Em 2021, houve melhora de classificação de risco para algumas empresas/entes.

b) Repasses interfinanceiros

Nível de risco	Situação	Carteira Bruta		% Provisão	Provisão	
		2021	2020		2021	2020
AA	Adimplente	19.050.770	21.733.092	0,0	-	-
A	Adimplente	42.192.610	37.728.812	0,5	(210.963)	(188.645)
B	Adimplente	1.979.800	5.087.179	1,0	(19.798)	(50.872)
C	Adimplente	-	884.530	3,0	-	(26.535)
E	Adimplente	8.046	14.476	30,0	(2.414)	(4.343)
Total		63.231.226	65.448.089		(233.175)	(270.395)
Circulante		20.076.538	20.485.344		(74.035)	(84.634)
Não circulante		43.154.688	44.962.745		(159.140)	(185.761)

3.6. Movimentação da provisão sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

	2021			31/12/2020		
	Operações de crédito	Repasses interfinanceiros	Total	Operações de crédito	Repasses interfinanceiros	Total
Saldo no início do exercício	(616.277)	(270.395)	(886.672)	(166.121)	(251.104)	(417.225)
(Constituição) reversão líquida	181.035	37.220	218.255	(453.868)	(19.291)	(473.159)
Baixas contra provisão	-	-	-	3.712	-	3.712
Saldo no final do exercício	(435.242)	(233.175)	(668.417)	(616.277)	(270.395)	(886.672)

3.7. Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa

Composição da receita com reversão e despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Reversão (constituição) líquida sobre operações de crédito	(21.573)	181.035	(453.868)
Reversão (constituição) líquida sobre operações de repasses interfinanceiros	(6.286)	37.220	(19.291)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	243.411	243.482	4.393
Receita (despesa) líquida apropriada	215.552	461.737	(468.766)

3.8. Movimentação e renegociação na carteira de crédito

Composição da receita com reversão e despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Créditos transferidos para prejuízo	-	-	3.712
Créditos recuperados	243.411	243.482	4.393
Créditos renegociados	71.295	992.276	27.479.398

A movimentação no quadro acima segue os critérios estabelecidos na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Sistema BNDES aprovou, em março de 2020 e em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que têm por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Uma das medidas é a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto às empresas do Sistema, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise – medida conhecida no mercado como *standstill*. Em outubro de 2020 foi oferecida nova possibilidade de suspensão temporária de pagamento de principal e juros por 6 (seis) meses para operações diretas e indiretas não automáticas com setores específicos e operações de microcrédito e, por 3 (três) meses, para operações automáticas com o setor público. Em abril de 2021 foi reaberta nova possibilidade de suspensão de pagamentos para setores específicos.

O saldo das operações com suspensão temporária de amortizações no âmbito da medida emergencial representa 48,4% dos créditos renegociados da Finame durante o quarto trimestre de 2021. As demais renegociações realizadas no período também tiveram como objetivo a mitigação de impactos da pandemia.

4. OUTROS CRÉDITOS – OPERAÇÕES VINCULADAS AO TESOURO NACIONAL

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários).

Para detalhes sobre estes créditos, vide Nota Explicativa n.º 15.11.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a composição dos saldos é a seguinte:

	2021	2020
Valores Apurados em:		
2021	898.876	-
2020	176	593.511
Anteriores a 2020	1.367	1.760
Total	900.419	595.271

A movimentação desta rubrica em 2021 e 2020 foi a seguinte:

	2021		
	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	309.036	286.235	595.271
Valores apurados	424.052	1.710.019	2.134.071
Atualização Monetária	-	517	517
Recebimentos	(533.856)	(1.295.597)	(1.829.453)
Outras	-	13	13
Saldo no final do exercício	199.232	701.187	900.419

	31/12/2020		
	PSI	Demais programas	Total
Saldo no início do exercício	621.828	404.535	1.026.363
Valores apurados	729.690	439.504	1.169.194
Atualização Monetária	-	17	17
Recebimentos	(1.042.482)	(258.691)	(1.301.173)
Constituição de provisões (*)	-	(299.130)	(299.130)
Saldo no final do exercício	309.036	286.235	595.271

* Redução ao valor recuperável, conforme prática contábil descrita na Nota 15.3.1.

Outras operações da FINAME com o Tesouro Nacional podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 12.2.

5. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

5.1. Composição

As obrigações por repasses perante o BNDES em moeda nacional estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP, TLP ou SELIC e prazo máximo de vencimento estipulado até 2043. Os repasses em moeda estrangeira são atualizados com base na variação cambial do dólar americano e prazo máximo de vencimento estipulado até o ano de 2043.

	2021		2020	
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira		



6.4. Destinação do resultado

	2021	2020
Resultado do exercício	962.439	367.517
Destinação do resultado		
Reserva legal - 5% (1)	48.122	18.375
Dividendos mínimos obrigatórios	228.580	87.286
Remuneração adicional proposta - dividendos complementares	685.737	261.856

(1) Limitada a 20% do capital social, ou, a critério do BNDDES, deixar de constituir quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez representam o caixa e equivalentes de caixa. O tratamento contábil segue os critérios descritos na Nota Explicativa n.º 15.6.

	2021	2020
Aplicações em operações compromissadas	2.613.383	275.920
Total	2.613.383	275.920

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O tratamento contábil dos títulos e valores mobiliários da FINAME segue os critérios estabelecidos na Circular BACEN n.º 3.068. Para detalhes, vide Nota Explicativa n.º 15.7.

	2021		2020	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para negociação				
Cotas de fundo de investimento	11.364	19.599	11.364	8.931
Títulos mantidos até o vencimento				
Títulos públicos	41.097	41.097	36.532	36.532
Total	52.461	60.696	47.896	45.463
Circulante	52.461	60.696	47.896	45.463
Não circulante	-	-	-	-

Resumo por emissor

	2021	2020
Público	41.097	36.532
Privado	11.364	8.931

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a FINAME não apresentava saldos em aberto de operações realizadas no mercado de derivativos, assim como não realizou operações ao longo deste exercício.

9. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

Tributos incidentes e respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. A FINAME está sujeita às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (1)	20%
Contribuição para o PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) A Lei nº 14.183/2021 converteu a Medida Provisória nº 1.034/2021 no qual efetuou a majoração da alíquota da CSLL para 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando a 20% a partir de 2022.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do período.

Detalhes sobre os aspectos tributários a que a FINAME está sujeita encontram-se na Nota Explicativa n.º 15.8.

9.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro	953.309	1.874.048	759.629
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 25% (1)	(522.691)	(937.024)	(341.833)
Ajustes			
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos (2)	1.743	(6.709)	(49.657)
· Participação no resultado	16.482	16.482	15.789
· Majoração da alíquota da CSLL	40.460	45.237	17.537
· Outros (3)	3.996	3.369	1.139
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na DRE	(460.010)	(878.645)	(357.025)
· Tributos Correntes	(471.568)	(776.467)	(739.139)
· Tributos Diferidos	11.558	(102.178)	382.114
Alíquota Efetiva	48,3%	46,9%	47,0%

(1) Em 31/12/2020, a alíquota combinada era de 45%, imposto de renda: 25% e contribuição social: 20%.

(2) Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

(3) Refere-se, principalmente, a outras diferenças permanentes.

	2021	2020
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	776.467	739.139
Ajustes de exercícios anteriores	5.879	-
Tributos correntes devidos no exercício	782.346	739.139
(-) Antecipações	(120.255)	(119.542)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	662.091	619.597

9.2. IR e CSLL Diferidos

a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

	2021	2020	Fundamento para realização
Ativo			
Contrapartida no resultado:			
· Provisão para créditos de liquidação duvidosa	460.234	566.424	Recebimento ou efetivação da perda
· Participação dos empregados no lucro	1.194	1.973	Pagamento
· Passivo atuarial FAMS	30.402	22.245	Pagamento das despesas médicas
· Outros	3.198	2.858	
Subtotal	495.028	593.500	
Contrapartida no patrimônio líquido:			
· Perda atuarial FAMS	6.423	18.342	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	6.423	18.342	
Total dos créditos diferidos	501.451	611.842	
Circulante	-	-	
Não Circulante	501.451	611.842	
Passivo			
Contrapartida no resultado			
· Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(3.706)	-	Alienação dos títulos
Subtotal	(3.706)	-	
Total dos débitos tributários diferidos	(3.706)	-	
Circulante	-	-	
Não Circulante	(3.706)	-	

b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem:

	2020	Constituição	Realização	2021
Contrapartida no resultado:				
· Provisão para créditos de liquidação duvidosa	566.424	157.199	(263.389)	460.234
· Participação dos empregados no lucro	1.973	1.194	(1.973)	1.194
· Passivo atuarial FAMS	22.245	8.157	-	30.402
· Outros	2.858	423	(83)	3.198
Subtotal	593.500	166.973	(265.445)	495.028
Contrapartida no patrimônio líquido:				
· Perda atuarial – FAMS	18.342	-	(11.919)	6.423
Subtotal	18.342	-	(11.919)	6.423
Total dos créditos diferidos	611.842	166.973	(277.364)	501.451
Passivo				
Contrapartida no resultado:				
· Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	-	(3.706)	-	(3.706)
Subtotal	-	(3.706)	-	(3.706)
Total dos débitos tributários diferidos	-	(3.706)	-	(3.706)

c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos:

	2020	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2021
Créditos tributários diferidos	611.842	(98.472)	(11.919)	501.451
Débitos tributários diferidos	-	(3.706)	-	(3.706)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	611.842	(102.178)	(11.919)	497.745

	2019	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2020
Créditos tributários diferidos	233.579	382.114	(3.851)	611.842
Débitos tributários diferidos	-	-	-	-
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	233.579	382.114	(3.851)	611.842

d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos:

Em 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R\$ 117.446 dos quais R\$ 115.200 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado (R\$ 161.949 em 31 de dezembro de 2020, dos quais R\$ 109.318 referem-se a créditos tributários com contrapartida no resultado), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

e) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos:

	Créditos tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2022	79.078	15,8%	-	-	79.078
2023	69.218	13,8%	-	-	69.218
2024	60.618	12,1%	-	-	60.618
2025	48.486	9,7%	-	-	48.486
2026	38.280	7,5%	-	-	38.280
2027 a 2031	205.791	41,0%	-	-	205.791
Após 2031	-	0,0%	(3.706)	100,0%	(3.706)
Total	501.451	100,0%	(3.706)	100,0%	497.745
Valor Presente	298.149		(1.198)		296.951

9.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ/CSLL a compensar	6.135	-
Total no Ativo Circulante	6.135	-

10. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

A FINAME é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e prática da FINAME para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 15.9.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas. As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

	2021	2020
Processos trabalhistas	7.098	6.298
Processos cíveis	9	54
Total	7.107	6.352
Circulante	3	52
Não Circulante	7.104	6.300

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	Processos trabalhistas	Processos cíveis
Até 1 ano	-	3
Entre 1 e 2 anos	6.319	4
Entre 2 e 3 anos	538	2
Entre 3 e 5 anos	241	-
Entre 5 e 10 anos	-	-
Após 10 anos	-	-
Total	7.098	9

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 6 processos judiciais em andamento que se referem, principalmente, à participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do ex-presidente Collor).

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas nos exercícios:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	6.298	5.800
Constituições	822	517
Reversões	(22)	(19)
Saldo no final do exercício	7.098	6.298

Em 31 de dezembro de 2021 havia 2 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 871 e em 31 de dezembro de 2020, não havia processo judicial em andamento classificado na categoria de risco possível.

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 3 processos que versam sobre questões contratuais.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões cíveis nos exercícios:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	54	50
Constituições	97	4
Reversões	(142)	-
Saldo no final do exercício	9	54

Em 31 de dezembro de 2021 havia 4 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 2.539 e em 31 de dezembro de 2020, havia 1 processo judicial em andamento classificado na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 2.

11. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados da FINAME podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 15.10.

11.1. Passivo atuarial – planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	2021	2020
Passivo atuarial – PBB	103.120	150.776
Passivo atuarial – PAS	195.185	264.302
Total	298.305	415.078
Circulante	29.773	24.544
Passivo atuarial – PBB	21.062	16.091
Passivo atuarial – PAS	8.711	8.453
Não Circulante	268.532	390.534
Passivo atuarial – PBB	82.058	134.685
Passivo atuarial – PAS	186.474	255.849

11.1.1. Plano de aposentadoria complementar - PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 30 de novembro de 2021 e atualizados até 31 de dezembro de 2021:

	2021	2020
Valor presente da obrigação atuarial	888.235	989.848
Valor justo dos ativos do plano	(681.995)	(688.296)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	206.240	301.552
Parcela atribuída aos participantes	(103.120)	(150.776)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	103.120	150.776

A partir de 31 de dezembro de 2020, o passivo atuarial do PBB, ou valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD), passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberto pelo valor justo dos ativos do plano, dada a adoção do compartilhamento de risco com participantes e assistidos, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDDES.

O referido estudo apresentou novas informações e agregou mais experiência sobre o tema. Ficou evidenciado o amadurecimento do processo, especialmente sobre o ponto de vista da segurança jurídica e o alinhamento à aplicação da prática mais recente, onde a paridade contributiva foi estritamente observada nos casos dos últimos equacionamentos de déficits, por meio de contribuições extraordinárias paritárias do patrocinador e dos patrocinados, e recentes teses jurídicas que afastam o risco de decisões judiciais afetar o equilíbrio dos planos de previdência complementar ou obrigarem aos patrocinadores do Sistema BNDDES arcarem com o ônus de custeio extraordinário unilateralmente, sendo remota a assunção pelos mesmos de ônus superior à paridade contributiva definida na Lei Complementar 108/2001.

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos de benefício definido

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	2021	2020
Valor presente no início do exercício	989.848	848.341
Custo do serviço corrente	2.211	3.554
Custo dos juros da obrigação	62.524	62.844
Contribuições dos participantes do plano	2.002	1.419
Benefícios pagos	(48.027)	(42.220)



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



	2021	2020
Outros resultados abrangentes		
Saldo do início do exercício	(38.269)	(44.163)
(Perdas) Ganhos atuariais	120.323	(26.899)
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(19.616)	(28.974)
Saldo no final do exercício	62.438	(100.036)
Efeito do compartilhamento de risco ⁽¹⁾	(47.659)	61.767
Saldo no final do exercício	14.779	(38.269)

⁽¹⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco nos exercícios findos.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	2021				2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	2.712	598.534	24.889	626.135	2.929	615.940	19.849	638.718
Multimercado	-	579.843	-	579.843	-	592.588	-	592.588
Ações	-	18.691	-	18.691	377	23.352	-	23.729
Participações	-	-	24.889	24.889	-	-	19.849	19.849
Fundo Imobiliários	2.712	-	-	2.712	2.552	-	-	2.552
Imóveis ¹	-	-	41.536	41.536	-	-	44.931	44.931
Locados a terceiros	-	-	38.327	38.327	-	-	41.311	41.311
Locados aos patrocinadores	-	-	3.209	3.209	-	-	3.620	3.620
Empréstimos e Financiamentos	-	-	21.667	21.667	-	-	20.268	20.268
Sub total	2.712	598.534	88.092	689.338	2.929	615.940	85.048	703.917
Outros ativos não avaliados a valor justo ²	-	-	-	4.326	-	-	-	3.958
Outras Deduções ³	-	-	-	(13.239)	-	-	-	(17.730)
Total em 30/11/2021 e 30/11/2020				680.425				690.145
Atualização de data-base ⁴	-	-	-	1.570	-	-	-	(1.849)
Total				681.995				688.296

¹ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 792 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 802 em 31 de dezembro de 2020).

² Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

³ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

⁴ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 30/11/2021 para 31/12/2021. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/12/2021.

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Valor % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(76.876)	-8,65%
Redução de 1% a.a.	90.619	10,20%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	18.907	2,13%
Redução de 1 ano na idade	(19.410)	-2,19%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	1.783	0,20%
Redução de 1% a.a.	(1.719)	-0,19%

Contas a Pagar – FAPES

O passivo adicional refere-se a Contratos de Confissão de Dívida (CCD) celebrados com os Patrocinadores do Plano Básico de Benefícios (PBB), com prazo fixo e amortização, através de pagamentos mensais, totalizando 13 (treze) parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos Patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido. O passivo atuarial contempla os saldos desses contratos.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	2021	2020
Contratos de 2002 ⁽¹⁾	70.104	60.609
Contratos de 2004 ⁽²⁾	6.601	5.786
Total	76.705	66.395

⁽¹⁾ Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

⁽²⁾ Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos Patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal Federal, contra a decisão do relator do TCU, no âmbito do processo TC- 029.845/2016-5 (tendo sido o mandado denegado em decisão monocrática e posteriormente negado por unanimidade), e também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos a cargo da 2ª Vara Federal/RJ (não tendo obtido, até o presente momento, decisão favorável).

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração do BNDDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26 de julho de 2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24 de novembro de 2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo havia sido suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 2ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31 de janeiro de 2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDDES apresentou contestação. Em 03 de maio de 2018, em provas, o BNDDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 2ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência, e, em 14 de agosto de 2018, foi suspenso o julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27 de agosto de 2020, a juíza titular da 2ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09 de dezembro de 2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo.

O BNDDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

(b) Plano de ação para devolução dos valores aportados na FAPES em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28 de outubro de 2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciações dos pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08 de abril de 2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010. O BNDDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22 de agosto 2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 03 de março de 2021, foi proferido despacho em que o magistrado indeferiu a prova pericial na especialidade econômico-financeira requerida pela FAPES, sob o argumento de que a matéria tratada nos autos é apenas de direito, e abriu prazo para a União apresentar Réplica. O processo está concluso com o juiz desde o dia 05 de outubro de 2021 para julgamento. O processo encontra-se em fase inicial, não sendo possível precisar o tempo de sua duração ou quando será proferida a sentença.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, e sendo assim, não contabilizado.

11.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	2021	2020
Valor presente das obrigações não fundeadas	195.185	264.302
Passivo líquido	195.185	264.302

A movimentação no saldo da obrigação é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	264.302	269.048
Custo do serviço corrente	2.065	1.954
Custo de juros da obrigação	20.367	20.476
Perdas (Ganhos) atuariais	(85.402)	(21.756)
Benefícios pagos	(6.147)	(5.420)
Saldo no final do exercício	195.185	264.302

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa n.º 11.2.

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

Resultado	2º Semestre de 2021	2021	2020
Custo do serviço corrente	(1.050)	(2.065)	(1.954)
Custo de juros da obrigação	(11.061)	(20.367)	(20.476)
Subtotal	(12.111)	(22.432)	(22.430)
Benefícios pagos (correntes)	3.728	6.147	5.420
Total	(8.383)	(16.285)	(17.010)

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, são assim demonstrados:

Outros resultados abrangentes	2021	2020
Saldo do início do exercício	(119.446)	(141.202)
(Perdas) Ganhos atuariais	85.402	21.756
Saldo no final do exercício	(34.044)	(119.446)

As contribuições esperadas da FINAME com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 9.429.

A duração média da obrigação atuarial é de 24,72 anos em 31 de dezembro de 2021 (29,08 anos em 31 de dezembro de 2020).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

PAS	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
FINAME	9.429	9.908	10.066	21.553	60.995	430.615	542.566

Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábua de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Varição % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(23.319)	-11,95%
Redução de 1% a.a.	29.373	15,05%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	7.101	3,64%
Redução de 1 ano na idade	(7.020)	-3,60%
Taxa de variação dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	29.136	14,93%
Redução de 1% a.a.	(23.567)	-12,07%

11.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2021	2020
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	2,66% a.a.	3,24% a.a.
Grupo Apoio	2,59% a.a.	2,91% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,25% a.a.	6,91% a.a.
Grupo Apoio	6,18% a.a.	6,56% a.a.
Taxa de desconto nominal	8,92% a.a.	7,16% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,55% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	8,92% a.a.	7,16% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

A taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 5,24% a.a., correspondente à taxa indicativa da NTN-B, negociada em 20/12/2021 pelo Tesouro Direto, com vencimento em 15/05/2035, o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo título registrou taxa de 5,32% a.a. em 30/12/2021, representando aumento de 0,08 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

11.1.4. Processos Judiciais e Contingências da FAPES

Classificação: Provável	2021		2020	
	PBB	PAS	PBB	PAS
Valor	20.030	81	24.603	161
Quantidade	22	7	26	6
Classificação: Possível				
Valor	79.508	260	65.246	254
Quantidade	59	9	76	11

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. A parcela desses processos totaliza R\$ 20.030 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas-extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 81 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de Homecare e reembolso por exames realizados.

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em Notas Explicativas. Esses processos totalizam R\$ 79.508 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 260 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

11.2. Outros benefícios a empregados

A FINAME concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Vale-refeição	4.181	7.921	8.519
Assistência educacional	1.924	3.625	3.724
Total	6.105	11.546	12.243

12. PARTES RELACIONADAS

A FINAME tem relacionamento e realiza transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme reconhecimento CPC n.º 05, aprovado pela Resolução BACEN n.º 3.750/2009.

12.1. Transações com o controlador – BNDDES

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e suas condições estão descritas nas Notas Explicativas n.º 5 e n.º 7:

	2021	2020	
Ativo			
Aplicações em operações compromissadas	2.613.383	275.920	
Outros créditos	-	1	
Passivo			
Operações de repasses			
Dividendos a pagar	76.790.591	73.794.601	
Outras obrigações diversas - rateio de despesas administrativas (Nota Explicativa n.º 15.12)	228.580	87.286	
	59.935	54.618	
Total Passivo	77.079.106	73.936.505	
	2º semestre de 2021	2021	2020
Receitas			
Aplicações em operações compromissadas	92.446	141.669	68.557
Despesas			
Operações de repasses			
Moeda nacional	(2.708.120)	(4.977.741)	(3.091.960)
Moeda estrangeira	(2.664.072)	(2.030.534)	(5.113.673)
Operações de repasses com recursos do PIS/PASEP			
Moeda nacional	-	-	(48.296)
Outras despesas	-	(769)	(14.915)
Total de despesas	(5		



12.5. Remuneração de empregados e dirigentes

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23.03.2020, foi aprovada alteração do Estatuto Social da FINAME, por meio da qual se estabeleceu que os Conselhos de Administração e Fiscal da FINAME passam a ser compostos pelos membros desses respectivos Conselhos do BNDDES, não fazendo jus a qualquer remuneração pela atuação como conselheiros da FINAME.

A FINAME não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.

A FINAME não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da FINAME.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos empregados da FINAME no exercício:

	2021	2020
Maior Salário	75,11	72,24
Menor Salário	17,75	4,34
Salário Médio	38,17	39,25

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Composição do saldo de despesas com participação nos lucros:

	2021	2020
Dirigentes (Remuneração Variável Anual - RVA)	279	404
Provisão antes do rateio entre empresas do Sistema BNDDES	-	-
Rateio entre empresas do Sistema BNDDES ⁽¹⁾	279	404
Empregados	32.685	34.683
Provisão antes do rateio entre empresas do Sistema BNDDES	2.654	4.384
Rateio entre empresas do Sistema BNDDES ⁽¹⁾	30.031	30.299
Total	32.964	35.087

⁽¹⁾ Existe entre as empresas do Sistema BNDDES um convênio cujo objetivo é centralizar as atividades corporativas e outras atividades meio necessárias à consecução dos objetivos institucionais das subsidiárias no BNDDES, reduzindo custos. Para não distorcer os resultados de cada empresa individualmente, por conta da centralização das atividades e consequentemente de custos, foi estabelecido um critério de rateio mensal dessas despesas administrativas e de pessoal, que além de outras, inclui as despesas com a participação nos lucros e resultados dos dirigentes. Conforme previsto no estatuto da BNDDESPAR e da FINAME, suas diretorias são compostas pelos mesmos integrantes da diretoria do BNDDES.

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos resultados de empregados, decorrentes de pagamentos, ajustes e novos provisionamentos:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	4.384	3.560
Ajuste do valor provisionado	(299)	(49)
Pagamentos realizados	(4.085)	(3.511)
Provisão do exercício	2.654	4.384
Saldo no final do exercício	2.654	4.384

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores participações nos lucros e resultados pagas aos empregados da FINAME no exercício:

	2021	2020
Maior Participação nos Lucros	202,52	157,57
Menor Participação nos Lucros	10,62	9,62
Participação nos Lucros Média	102,12	81,66

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes entre a data das demonstrações financeiras e a autorização para sua emissão.

14. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A FINAME

Suas operações caracterizam-se pela capilaridade, simplicidade e agilidade operacional, atendendo praticamente todos os segmentos produtivos.

As operações da Finame dividem-se em linhas de financiamento, com objetivos e condições financeiras específicas, conforme a seguir:

- Bens de capital - Aquisição e Comercialização**
Financiamento para aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, bens de informática e automação, ônibus, caminhões e aeronaves executivas.
- Bens de capital – Produção**
Financiamento de capital de giro destinado à produção de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação.
- Moderniza – Bens de capital**
Financiamento à modernização de máquinas e equipamentos instalados no país, com fornecimento contratado com os proprietários dos bens.
- Materiais industrializados**
Financiamento à aquisição de bens industrializados, de fabricação nacional a serem empregados no exercício da atividade econômica do cliente.

15. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pela FINAME são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias e de maneira uniforme à de seu controlador.

A seguir, são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da FINAME:

15.1. Regime de apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

15.2. Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

15.3. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do exercício.

15.3.1 - Redução ao valor recuperável de ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

Adicionalmente, a existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta no reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

15.4. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração da FINAME entende que foram feitas todas as considerações necessárias para adequada mensuração e apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do período e dos fluxos de caixa da FINAME para o período apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota explicativa
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD	n.º 3
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 9
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 10
Benefícios a empregados	n.º 11

15.5. Operações de crédito e repasses interfinanceiros e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e repasses interfinanceiros são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerados a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, e observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas por, no mínimo, cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

15.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa da FINAME, correspondem a operações compromissadas de curto prazo registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que sejam prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As operações de Caixa e equivalentes de caixa, de curto prazo, são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

15.7. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados e contabilizados de acordo com o estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.068/2001 e pela Lei n.º 11.638/2007. Existem três classificações permitidas pelas normas do BACEN: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

15.8. Aspectos Tributários

15.8.1 Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

15.8.2 Tributos diferidos sobre o lucro

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias da FINAME referem-se a provisões não dedutíveis.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Esses critérios são fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa determinados pela Resolução CMN n.º 4.842/2020.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

A demonstração da despesa de IRPJ e CSLL, a origem e previsão de realização dos tributos diferidos, bem como o montante dos créditos tributários não ativados, estão apresentadas na Nota Explicativa n.º 9.

A alíquota da CSLL foi majorada para 25% no período de 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando para 20% a partir de 2022, conforme Lei n.º 14.183, de 14 de julho de 2021. Dessa forma, o crédito tributário diferido foi constituído já considerando a nova alíquota vigente, em aderência a Resolução CMN n.º 4.842/2020.

15.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo CPC.

Os ativos contingentes surgem de eventos não planejados ou não esperados que dão origem à possibilidade de ingresso de benefícios econômicos e que não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Sistema BNDDES.

Entretanto, são divulgados em notas explicativas quando for provável o ingresso de benefícios econômicos, ou seja, na hipótese de a chance de ingresso ser maior do que a de não ingressar.

Adicionalmente, quando o ingresso de benefícios econômicos é praticamente certo, ou seja, na hipótese em que exista decisão judicial favorável definitiva que importe na probabilidade muito alta de ingresso para as empresas do Sistema BNDDES e que não existam elementos que possam reverter a decisão, o ativo deve ser reconhecido como um direito a receber.

Com relação aos passivos contingentes, é considerado o risco de perda financeira, correspondente à probabilidade de saída de recursos das empresas do Sistema BNDDES, classificado como:

I - provável, na hipótese de a chance de perder ser maior do que a de ganhar; ou

II - possível, na hipótese de a chance de perder ser igual a de ganhar; ou

III - remoto, na hipótese de a chance de ganhar ser maior do que a de perder.

O risco relacionado à probabilidade de ingresso de benefícios econômicos ou de saída de recursos para as empresas do Sistema BNDDES no âmbito dos processos judiciais e administrativos, e o seu respectivo valor, são apurados com base em metodologia adotada pelo Jurídico ¹.

A seguir está apresentado um quadro que resume o procedimento adotado pelo Sistema BNDDES com base na metodologia adotada pelo Jurídico e seu alinhamento com as normas aplicáveis:

Crítérios Jurídicos	Risco de perda	Possibilidade de Perda	Risco de desembolso	Provisão / Divulgação
Risco Máximo	Chance de perder maior do que de ganhar	Provável	Sim Não	Provisão de 100% Divulga
Risco médio	Chance de perder igual a de ganhar	Possível	Sim Não	Divulga em Nota Explicativa
Risco Mínimo	Chance de ganhar maior do que de perder	Remota	Não	Não há provisão e divulgação em Nota Explicativa

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

15.10. Obrigações de benefícios a empregados

15.10.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A FINAME oferece aos seus empregados um benefício de aposentadoria complementar. O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD) é financiado, de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDDES – FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDDES (BNDDES, BNDDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a última alteração de seu Regulamento, aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um "INSS teórico" atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 6.168,16 em 31/12/2021.

Entre os riscos relevantes associados ao PBB, têm-se:

- A incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/12/2021 era de R\$ 6.433,57 (seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018); e
- A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios – PBB é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício.

Prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- complementação de aposentadoria;
- complementação de pensão;
- complementação de auxílio-reclusão;
- complementação de abono anual (13º salário);
- complementação de auxílio-doença; e
- pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória do Plano

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 1.166, de 12/12/2018, e publicada no DOU em 18/12/2018, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciários por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substitui as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos de risco, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDDES. Anteriormente, o valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD) considerava a paridade de 50% entre participantes e patrocinadores nas contribuições normais do PBB e nas extraordinárias relativas aos déficits já equacionados e 100% do déficit não equacionado. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.
- **Resoluções CGPAR n.º 9/2016 e n.º 25/2018**, que afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar e disciplinam, respectivamente, as atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício, bem com as diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 20/12/2021, com vencimento em 2035, que correspondeu a 5,24% ao ano. O mesmo título encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 31/12/2021 a 5,32% ao ano, representando aumento de 0,08 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução MPS/CNPC n.º 29, de 13/04/2018, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras intermediárias. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A partir de 31/12/2020 o passivo passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação de Benefício Definido (contribuições normais, extraordinárias e déficit não equacionado) não coberta pelo valor justo dos ativos do plano, após adoção do compartilhamento de risco, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDDES. Anteriormente, o valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD) considerava a paridade de 50% entre participantes e patrocinadores nas contribuições normais do PBB e nas extraordinárias relativas aos déficits já equacionados e 100% do déficit não equacionado. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

As dívidas contratadas entre o BNDDES e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

15.10.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDDES

- FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência e Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A FINAME oferece benefício de assistência à saúde no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos

requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de novembro de 2021 e atualizada até 31 de dezembro de 2021, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

¹ Corresponde à Metodologia de Avaliação da Estimativa de Risco e de Valor Financeiro em processos contenciosos judiciais e administrativos do Sistema BNDDES (MAERV).





MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela FINAME com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

15.10.3. Benefícios de rescisão

A FINAME reconhece os benefícios de rescisão quando estão comprometidos contratualmente com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

15.10.4. Participação nos lucros

A FINAME reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "Participação nos resultados" na demonstração do resultado), registrando uma provisão quando está contratualmente obrigada.

O detalhamento desta despesa pode ser encontrado na Nota Explicativa n.º 12.5.

15.11. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros

São valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários).

Trata-se da diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP mais remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final. De acordo com a Portaria MF nº 950, de 24 de dezembro de 2015, os valores de equalização do Programa de Sustentação

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Serfaty - Presidente
Walter Baere de Araújo Filho
Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz
Sônia Aparecida Consiglio
Pedro Maciel Capeluppi
Marcelo Pacheco dos Guararins
João Laudo de Camargo
Heloisa Belotti Bedicks
Fábio de Barros Pinheiro
Joisa Campanher Dutra Saraiva

CONSELHO FISCAL

Pricilla Maria Santana – Presidente
Marília Moreira Garcez
Diogo Mac Cord de Faria
Antônio Simões Branco Junior - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro - Presidente
Maria Salete Garcia Pinheiro
Paulo Marcelo de Miranda Serrano

do Investimento - PSI serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano.

15.12. Rateio de despesas administrativas e de pessoal

Conforme estabelecido em convênio firmado entre o BNDES e suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME com o objetivo de racionalização de custos, as despesas administrativas e de pessoal comuns ao Sistema BNDES, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos materiais e/ou serviços necessários à execução das atividades, são rateadas entre as empresas de acordo com a contribuição de cada uma ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira (antes da provisão para risco de crédito) do exercício imediatamente anterior.

Não são consideradas para fins do rateio as despesas que possam ter seus beneficiários claramente identificados, como por exemplo as despesas tributárias.

No que concerne a BNDESPAR, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira corresponde a diferença entre as Receitas Operacionais e as Despesas Operacionais, excluindo-se os efeitos da reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos e o resultado com alienações de títulos de renda variável.

Dessa forma, os percentuais atribuídos a cada empresa nos exercícios de 2021 e 2020 foram:

	2021		2020	
	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio	Resultado bruto de intermediação financeira do exercício anterior	% de rateio
BNDES	9.495.345	61%	8.636.107	55%
BNDESPAR	4.030.493	26%	4.916.411	31%
FINAME	2.047.319	13%	2.226.268	14%
Total do Sistema	15.573.157		15.778.786	

DIRETORIA

Gustavo Henrique Moreira Montezano - Presidente
Bianca Nasser Patrocínio
Bruno Caldas Aranha
Bruno Laskowsky
Claudemir Brito Pereira
Fábio Almeida Abrahão
Ricardo Wering de Barros
Rodrigo Donato de Aquino
Saulo Benigno Puttini
Solange Paiva Vieira

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Patrícia da Silva Barros

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva – CRC RJ 097.092/O-9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ("Agência"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME em 31 de dezembro de 2021, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD Conforme Notas Explicativas nº 3.5 e 15.5 das demonstrações financeiras.	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Principais assuntos de auditoria</p> <p>A Agência classifica suas operações de crédito e repasses interfinanceiros, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo.</p> <p>A Agência aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99 a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e complementa, quando necessário, suas estimativas dessa provisão com base em estudos internos.</p> <p>A classificação das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros em níveis de risco, bem como a determinação dos percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Agência, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Agência quanto às perdas de crédito dessas carteiras.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, acentuadas pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia da Covid-19, inerentes à mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, incluindo as metodologias e os controles relacionados com a classificação das operações nos níveis de risco ("ratings") e as principais premissas utilizadas e a exatidão aritmética do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros; avaliação, com base em amostragem, das informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Agência, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturações operacionais e/ou financeiras, garantias, incluindo a avaliação dos impactos gerados pela pandemia da Covid-19; avaliação, com base em amostragem, se a Agência atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros; avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequados os saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações da Agência, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.</p>
2 – Obrigações de benefícios a empregados Conforme Notas Explicativas nº 11 e 15.10 das demonstrações financeiras.	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Principais assuntos de auditoria</p> <p>A Agência patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. A Agência contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave associados ao processo de mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo os controles relacionados com a determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados; avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, de determinadas premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, sobretudo aquelas relacionadas à mortalidade, taxa de desconto, salários, benefícios, custos médicos, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria executiva da Agência, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Agência. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se as suas formas e conteúdos estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria executiva da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria executiva da Agência é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade da Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira Contador

CRC RJ-077911/O-2





MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PARECER CONSELHO FISCAL (Nº. 01 /2022)

O Conselho Fiscal da Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME (CNPJ: 33.660.564/0001-00 e NIRE 333.0000.4877-4), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, incisos III e X do Estatuto Social da FINAME, c/c Art. 163, incisos II e VII da Lei Nº 6.404/1976, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, e, com base em seu exame e nas avaliações precursoras, a saber: i) Informação Padronizada ACO/DEPCO nº 03/2022, e respectivos anexos, que assinalou terem sido as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, assim como com as práticas contábeis específicas determinadas no Caderno de Práticas Contábeis do Sistema BNDES e foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes; ii) Nota Referencial AJ1/JUFIT 02/2021, a qual expõe as orientações jurídicas gerais direcionadas aos Departamentos responsáveis por elaborar e por encaminhar as demonstrações financeiras das empresas do Sistema BNDES às alçadas decisórias competentes; iii) Relatório do Comitê de Auditoria do Sistema BNDES – 2º Semestre de 2021, de 22/02/2022, que concluiu que as Demonstrações Financeiras das empresas do Sistema BNDES, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira das instituições em seus aspectos relevantes; e iv) Relatório dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 24/02/2022, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FINAME em 31/12/2021, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, inciso V do Estatuto Social da FINAME, c/c Art. 163, inciso III da Lei Nº 6.404/1976, o Conselho Fiscal também examinou e concordou com a proposta de destinação do lucro do exercício, de R\$ 962.438.858,81 (novecentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos), já contemplada nas referidas demonstrações financeiras, a seguir discriminada:

- 5%, correspondentes a R\$ 48.121.942,94 (quarenta e oito milhões, cento e vinte e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos), para a constituição da Reserva Legal;
- 25%, após constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 228.579.228,97 (duzentos e vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e nove mil, duzentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos), a título de remuneração mínima obrigatória, na forma de Dividendos; e
- R\$ 685.737.686,90 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa centavos), constituição de Reserva de Lucros para o pagamento de dividendos complementares.

Examinou, outrossim, tendo em vista o disposto no art. 4º, §5º, inciso V, da Resolução CMN nº 4.842/2020, o Estudo Técnico sobre obrigações e créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL da Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME, e, com base em seu exame, entende que os créditos tributários da FINAME, em 31/12/2021, estão registrados de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de fevereiro de 2022

Pricilla Maria Santana

Diogo Mac Cord de Faria

Marília Moreira Garcez

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME 2º Semestre de 2021

O Comitê de Auditoria realizou 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias e 6 (seis) reuniões extraordinárias no período de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021, e participou das reuniões do Conselho de Administração e Fiscal das três companhias que compõem o Sistema BNDES, além de reuniões com a Diretoria Executiva e o Comitê de Riscos, e de ter cumprido jornadas individuais previstas em seu Regimento Interno. No decorrer do semestre, desenvolveu atividades relacionadas à assessoria ao Conselho de Administração no que se refere à avaliação do sistema de controles internos, da gestão de riscos, das auditorias e da qualidade das demonstrações financeiras e ao acompanhamento da implementação de ações de aperfeiçoamento dos processos corporativos e da correção de fragilidades e de falhas pontuais.

Ao emitir o relatório semestral, o Comitê de Auditoria considerou, em consonância com as normas aplicáveis, que compete aos auditores externos auditar e emitir opinião independente sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, sustentada em procedimentos legais e nas normas geralmente aceitas de contabilidade e auditoria e, à Auditoria Interna, monitorar, avaliar e aferir, de forma independente da Diretoria e dos gestores de negócios, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME.

O Comitê de Auditoria avaliou a efetividade do sistema de controles internos da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME e das auditorias interna e externas e revisou as demonstrações contábeis, nos limites de sua competência legal, concluindo que:

- O sistema de controles internos da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME mostra-se capaz de identificar fatores adversos relevantes e de permitir ações corretivas tempestivas pela Administração. As falhas e fragilidades detectadas nos processos corporativos não comprometem a saúde econômica e financeira da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME no curto prazo e podem ser corrigidas no curso normal das operações. A despeito disso, o Comitê entende que a Diretoria deve continuar investindo no aprimoramento dos processos corporativos e na atualização tecnológica, a fim de proporcionar uma gestão mais eficiente dos processos internos e a mitigação de riscos relevantes inerentes aos negócios;
- A Auditoria Interna é independente, atua com apoio do Conselho de Administração e possui estrutura e recursos adequados para o desempenho da função. No período em pauta, concentrou esforços na realização de trabalhos previstos no Plano Anual de Atividades - PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Controladoria Geral da União - CGU, e os decorrentes de demandas legais;
- Não foram encontradas evidências que pudessem comprometer a independência e a efetividade da atuação da KPMG Auditores Independentes na prestação dos serviços de auditoria externa contratados para a Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, tendo a companhia cumprido os cronogramas de realização das revisões das demonstrações financeiras e os trabalhos realizados no período mostraram-se adequados às necessidades da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME;
- A Ouvidoria atua de forma efetiva, dando o devido tratamento às mensagens e denúncias recebidas, acompanhando

a solução dos problemas a ela encaminhados e elaborando adequadamente os relatórios de atividades, que são avaliados pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração;

- A Instituição mantém planos de benefícios definidos administrados por entidade fechada de previdência privada, avaliando o Comitê que é necessário manter o acompanhamento sistemático sobre os parâmetros dos cálculos atuariais, a performance do valor justo dos ativos, a gestão de investimentos e os resultados do plano de benefício (PBB), bem como do Plano de Assistência e Saúde (PAS), reforçando o processo de supervisão, sob responsabilidade da Diretoria da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, não apenas para solução de apontamentos emitidos pela Auditoria Interna, mas também para aprimorando da governança e das práticas de supervisão, alinhando-as as melhores práticas de mercado;
- As Demonstrações Contábeis da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, foram elaboradas e emitidas em conformidade com a legislação aplicável e refletem a situação patrimonial e financeira da instituição em seus aspectos relevantes;
- A Política de Transações com Partes Relacionadas é revista anualmente, sendo devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, não tendo o Comitê de Auditoria tomado conhecimento de transações efetivadas no período que estejam em desacordo com as normas pertinentes e a política aprovada, tendo a Auditoria Interna identificado oportunidades de melhoria no ambiente de controle e governança do processo corporativo relacionadas à identificação e reporte das transações com partes relacionadas que estão em fase de implementação pela Instituição; e
- Não há situações relevantes nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Contábeis da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria ao reconhecer que todos os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 da Agência Especial de Financiamento Industrial S/A – FINAME, acompanhados dos Relatórios dos Auditores Independentes que serão emitidos sem ressalvas, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Fábio de Barros Pinheiro

Membro do Comitê de Auditoria – Presidente/Coordenador

Maria Salete Garcia Pinheiro

Membro do Comitê de Auditoria

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

Membro do Comitê de Auditoria

